

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: DINÂMICAS
SOCIOCULTURAIS E ASSOCIATIVISMO**

Mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Edu-
cação e Formação de Adultos

Carla Maria Sousa Malta

Faro

2010

NOME: Carla Maria Sousa Malta

FACULDADE: Ciências Sociais e Humanas

ORIENTADOR: Professora Doutora Teresa Pires Carreira

DATA: 18 de Junho de 2010

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Aprendizagem ao longo da vida:
Dinâmicas socioculturais e associativismo

JÚRI:

Presidente: Doutora **Helena Luísa Martins Quintas**, Profes-
sora Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas
e Sociais da Universidade do Algarve;

Vogais: Doutor **Belmiro Gil Cabrita**, Professor Associado do
Instituto da Educação da Universidade de Lisboa;
Doutora **Teresa Pires Carreira**, Professora Associa-
da da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade do Algarve, na qualidade de orientadora

DEDICATÓRIA

In memorium de uma pequena grande senhora, a quem a vida permitiu uma aprendizagem longa e que o tempo levou antes de vivenciar mais um degrau de crescimento partilhado.

AGRADECIMENTOS

Nesta tarefa árdua de crescimento e aprendizagem pessoal e social, quero aqui lembrar e agradecer às diversas pessoas que contribuíram para a realização deste projecto de investigação:

✓ À minha orientadora, Professora Doutora Teresa Pires Carreira, pelo apoio, incentivo e sapiência constantes e que se impuseram como contributos essenciais nesta aprendizagem;

✓ A todos os interlocutores que, directa ou indirectamente, facilitaram este percurso de construção permanente de conhecimento;

✓ A um amigo que encheu de cor cada etapa desta caminhada.

RESUMO

Este trabalho de investigação, desenvolvido no âmbito da educação e formação de adultos, tem o seu enfoque no estudo das intencionalidades e efeitos educativos, decorrentes das iniciativas socioculturais promovidas pelas associações locais de um concelho do Baixo Alentejo – o concelho de Ourique.

O objectivo é contribuir para a valorização e aprofundamento da educação não formal e informal na educação de adultos, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

Inserido no paradigma construtivo interpretativo, o cenário teórico de referência invocado, através de uma abordagem multidisciplinar, visa fornecer um quadro compreensivo, que engloba a complexidade de fenómenos em interação na temática em análise.

Para a concretização do estudo empírico foram construídos pela investigadora, instrumentos de recolha, análise e interpretação de dados, com a finalidade de efectuar uma leitura compreensiva e problematizante baseada no referencial teórico.

Conclui-se com a evidência de que nas experiências de vida de educação não formal e informal, preconizadas pelos adultos, emergem competências dos domínios do saber ser e saber estar, mas também do saber saber e saber fazer, reconhecidas por todos e recrutadas espontaneamente em diferentes contextos. Todavia, existe para as associações e para os actores sociais, um longo caminho qualitativo a percorrer no sentido da autonomização dos sujeitos e dos locais.

Palavras-chave: Associativismo; Iniciativas socioculturais; Competências; Aprendizagem ao longo da vida; Educação de Adultos; Educação Não formal e Informal.

ABSTRACT

This research within the scope of adult's education focuses on the studies of learning intents and effects that latter are the result of local initiatives promoted by local associations of the township of Ourique.

Its goal is to contribute to the appreciation and deepening of non-formal and informal education in a lifelong outlook.

Pertaining to in the constructive-explanatory paradigm, the theoretical reference framework, summoned by means of a multidisciplinary approach, aims to provide a broad picture, which could encompass the phenomena complexity in interaction with the examined theme.

In rendering the empirical study, tools for survey, analysis and interpretation were made by the researcher in order to obtain a comprehensive and problematic reading, based on the theoretical reference.

We undoubtedly conclude that from adult's life experiences with non-formal and informal education, skills such as knowledge and know how as well as attitude and behavior emerge, local recognized and spontaneously called upon in different contexts. Social-actors have yet, in terms of the subjects and places autonomy, a qualitatively long way to go.

Key - words: Local associations; Local initiatives; Skills; Lifelong learning; Adult Education; Non-formal and Informal Education

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Índice Geral	vii
Índice de Figuras	x
Índice de Tabelas	xi
Índice de Gráficos	xii
Índice de Anexos	xiv
Introdução	1
PARTE I – QUADROS CONCEPTUAIS	4
Capítulo 1 – A emergência da aprendizagem no âmbito sociocultural na era da globalização	4
1.1. Cultural e conceito de cultura	5
1.2. Socialização e formação da identidade sociocultural	16
1.3. À velocidade de um click encurta-se o tempo e estreita-se o espaço – reconstrói-se o sociocultural	19
1.4. Globalização e Tecnologias de Informação e Comunicação	22
1.5. Portugal na Sociedade da Informação – limitações	25
1.6. Associativismo/Aprendizagem ao longo da vida//Educação de Adultos/Globalização – vectores em interacção constante	27
1.7. Síntese	31

Capítulo 2 – Associativismo e Iniciativas socioculturais	33
2.1. Caracterização legislativa das associações.....	35
2.2. Procedimentos legais para a criação de uma associação	40
2.3. Associações locais e iniciativas socioculturais	42
2.4. Síntese	44
Capítulo 3 – Aprendizagem ao longo da vida	45
3.1. Pilares do conhecimento para a educação do século XXI.....	47
3.2. Memorando sobre a aprendizagem ao longo da vida	49
3.3. Relatório "Os objectivos futuros concretos dos sistemas de educação e formação"	54
3.4. Linhas orientadoras da aprendizagem ao longo da vida	55
3.5. Síntese	57
Capítulo 4 – Processos de aprendizagem dos adultos	58
4.1. Pensamento reflexivo – Jonh Dewey (1859-1952)	61
4.2. O indivíduo como centro de aprendizagem – Carl Rogers (1902-1987).....	64
4.3. Andragogia – a arte e a ciência de promover a aprendizagem dos adultos	68
4.4. Paulo Regus Neves Freire: educação crítica e conscientização	71
4.5. Jack Mezirow – teoria da aprendizagem transformadora	75
4.6. Síntese	79
Capítulo 5 – Competências e Educação não formal e informal	82
5.1. Vygotsky e o processo de formação de conceitos.....	82
5.2. Competência – um conceito polissémico.....	83
5.3. Le Boterf – ter competências e ser competente	85
5.4. Abraham Pain e a dialéctica da educação formal não formal	87
5.5. Os contextos não formal e informal e a emergência de competências	89

5.6. Síntese	91
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	93
Capítulo 6 – Opções metodológicas.....	93
6.1. Justificação do estudo	93
6.2. Delimitação do campo de observação	94
6.3. Objectivos gerais	95
6.3.1. Objectivos específicos	96
6.4. Questões de pesquisa	97
6.5. Técnicas, instrumentos de recolha, análise e tratamento de dados	97
6.5.1. Observação participante e Investigação documental	98
6.5.2. Inquérito por entrevista semi estruturada	98
6.5.2.1. Guiões de entrevista	100
6.5.3. Inquérito por questionário	101
6.5.4. Tratamento de dados	102
Capítulo 7 – Apresentação e Interpretação de dados.....	103
7.1. Caracterização do concelho de Ourique.....	103
7.1.1. História	103
7.1.2. Localização e descrição física	104
7.1.3. Aspectos demográficos	106
7.1.4. Aspectos económicos e recursos naturais	109
7.1.5. Educação	113
7.1.6. Aspectos socioculturais	118
7.2. Análise e interpretação de dados	121
7.2.1. Caracterização da amostra – associações, presidentes, formadores, população	123

7.2.2. Caracterização do movimento associativo	130
7.2.3. Gestão e organização das associações	136
7.2.4. Trabalho de parceria	142
7.2.5. Participação dos associados	145
7.2.6. Iniciativas	148
7.2.7. Aprendizagem provocada pelas iniciativas das associações	153
7.2.8. Iniciativas/Aprendizagem ao longo da vida/Transversalidade de competências	155
7.2.9. Educação de adultos – características da formação	158
Conclusões	161
Bibliografia	167

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização geográfica do concelho de Ourique em Portugal continental	104
Figura 2 – Mapa de localização geográfica do concelho de Ourique no distrito de Beja	105

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – População residente no Baixo Alentejo e concelhos (1991 e 2001)	106
Tabela 2 – Indicadores da população residente segundo a idade, sexo e densidade populacional	108
Tabela 3 – Distribuição da população idosa por freguesia..	108
Tabela 4 – Distribuição da população empregada no sector agrícola por freguesia (2001)	110
Tabela 5 – Sociedades e empresas sedeadas em Ourique e pessoal ao serviço (2003)	110
Tabela 6 – Taxa de desemprego por sexos (2001)	111
Tabela 7 – Estabelecimentos escolares do concelho de Ourique	114
Tabela 8 – População residente segundo o nível de instrução	117
Tabela 9 – Indicadores de saúde (2005/2006)	119
Tabela 10 – Infra-estruturas culturais	120
Tabela 11 – Infra-estruturas de desporto	120
Tabela 12 – Distribuição das associações pelas freguesias do concelho	125

Tabela 13 – Freguesia de residência	126
Tabela 14 – Conhecimento do movimento associativo - população	126
Tabela 15 – Conhecimento das associações - população	127
Tabela 16 – Participação nas iniciativas das associações - população	129
Tabela 17 – Actividades mais participadas - população	129
Tabela 18 – Movimento associativo pouco dinâmico – razões apontadas.....	131
Tabela 19 – Movimento associativo dinâmico – razões apontadas.....	133
Tabela 20 – Recursos das associações.....	139
Tabela 21 – Sócios das associações - população	146
Tabela 22 – Tipo de aprendizagem provocada pelas iniciativas	154

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população residente no concelho de Ourique	106
Gráfico 2 – Distribuição da população residente por freguesia	

.....	107
Gráfico 3 – Índice de envelhecimento no concelho de Ourique (1998-2003)	108
Gráfico 4 – Distribuição da população segundo a profissão	112
Gráfico 5 – Evolução das crianças matriculadas nos ensinos Pré-escolar e Básico (1ºCiclo)	115
Gráfico 6 – Evolução dos discentes matriculadas no 2º e 3º ciclos e ensino Secundário	115
Gráfico 7 – Número de alunos que frequentam o ensino Recorrente	116
Gráfico 8 – Taxa de analfabetismo por grupo etário	118
Gráfico 9 – Distribuição da amostra por idade - população	125
Gráfico 10 – Tempo de residência no concelho	125
Gráfico 11 – Actividades realizadas pelas associações por recordação espontânea.....	128
Gráfico 12 – Movimento associativo caracterizado pelos três grupos.....	130
Gráfico 13 – Características de um dirigente associativo...	134
Gráfico 14 – Importância do trabalho de parceria – razões apontadas pelos três grupos.....	142
Gráfico 15 – Associações referidas com associados - população	146

Gráfico 16 – Actividades mais participadas pelos sócios ...	147
Gráfico 17 – Justificação para a importância das aprendizagens ao longo da vida e transversalidade de competências	156
Gráfico 18 – Características da formação destinada à população adulta	158

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Grelha de levantamento das associações sedeadas em Ourique	176
Anexo 2 – Grelha de levantamento e categorização das associações a integrar no estudo	178
Anexo 3 – Protocolo de colaboração com os presidentes das associações	179
Anexo 4 – Protocolo de colaboração com os formadores das associações	180
Anexo 5 – Quadro síntese das bases de dados	181
Anexo 6 – Inquérito por questionário	186
Anexo 7 – Guião de entrevista semi estruturada aplicada aos presidentes das associações.....	191

Anexo 8 – Guião de entrevista semi estruturada aplicada aos formadores das associações	194
Anexo 9 – Pré-categorização das entrevistas aos presidentes	196
Anexo 10 – Pré-categorização das entrevistas aos formadores	200
Anexo 11 – Grelha de categorização dos dados das entrevistas aplicadas aos presidentes.....	202
Anexo 12 – Grelha de categorização dos dados das entrevistas aplicadas aos formadores	226
Anexo 13 – Grelha de análise de conteúdo dos estatutos....	232
Anexo 14 – Quadro geral de comparação de dados dos estatutos e das entrevistas	240

INTRODUÇÃO

"Tudo se estrutura por relação e reciprocidade

A cor não existe senão por via de outra cor

A dimensão é definida por outra dimensão

É por isso que afirmo

A relação é a coisa principal ..."

Mondrian

A sociedade actual caracteriza-se por um processo de globalização, que tem subjacente o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, onde a economia constitui a base do crescimento de um país. Apresenta novos desafios e novas exigências que devem ser reconhecidas como potenciais construtivos e impõem a consciencialização de que o campo educativo é mais vasto que a esfera escolar e se insere em todas as dinâmicas da vida social, acontece em diversos contextos e tempos e por diferentes agentes. Tal, perspectiva a educação/aprendizagem como um processo holístico, que se realiza ao longo de toda a existência humana. Neste cenário, em que cada vez mais é reconhecido, a nível nacional e internacional, a importância da articulação das aprendizagens dos contextos formais com as emergentes dos contextos não formais e informais e a aprendizagem ao longo da vida como motor de desenvolvimento/crescimento económico e social, o trabalho de investigação que de seguida se apresenta pretende contribuir para o aprofundamento e valorização dos processos educativos (educação não formal e informal) resultantes das iniciativas socioculturais promovidas pelas associações locais num

concelho do Baixo Alentejo – o concelho de Ourique.

O propósito de levar a efeito um processo de construção e pesquisa analítica e empírica, resultou de uma constante atitude interrogativa e reflexiva da autora/investigadora que, ao longo de oito anos a desenvolver a sua actividade profissional no concelho de Ourique, foi criando relações com os actores locais, que desencadearam um interesse em aprofundar os muitos questionamentos que foram surgindo pelo contacto directo com pessoas, situações, acontecimentos. Concomitantemente a estes questionamentos, juntou-se o desejo de participar de forma activa na comunidade em que trabalha e compreender essa mesma comunidade.

O percurso de investigação desenvolvido traduz-se na intenção de articular de forma lógica e coerente as conceptualizações recenseadas ao nível dos conteúdos teórico-práticos, inerentes à problemática da relação entre a aprendizagem ao longo da vida e os efeitos educativos (implícitos e explícitos) das iniciativas promovidas pelas associações locais na educação e formação de adultos, que consideramos ter pertinência para lá das teias do senso comum.

Iniciamos a investigação através da clarificação teórica dos conceitos base que suportam toda a pesquisa. O que entendemos por sociocultural e associativismo, ser competente e ter competências, educação não formal e informal, enquadrados no processo de globalização, repercutidos na educação e formação de adultos, numa aprendizagem que se pretende ao longo da vida serão as abordagens dos primeiros cinco capítulos. Todos eles concluídos com uma síntese dos temas aprofundados em cada um. Baseámo-nos em diferentes linhas de pensamento e análises teóricas desenvolvidas por diversos autores, que ao longo dos tempos se debruçaram sobre o tema. Foi nosso objectivo reflectir criticamente acerca de alguns contributos com relevância para o campo de estudo em investigação. Prosseguimos nos capítulos seis e sete com a clarificação

dos procedimentos empíricos efectuados na contextualização prática do objecto de estudo e com a caracterização do concelho de Ourique e a articulação analítica, efectuada qualitativa e quantitativamente, entre os conceitos abordados na parte conceptual com a apresentação e interpretação dos dados recolhidos na autenticidade deste município do Baixo Alentejo. As Conclusões revelam as respostas resultantes da investigação à problemática em estudo, evidenciam as limitações do trabalho e abrem caminho para abordagens futuras. Terminamos com a apresentação dos documentos de suporte teórico-prático que nortearam o caminho seguido - a Bibliografia e os Anexos.

PARTE I – QUADROS CONCEPTUAIS

Capítulo 1. A emergência de aprendizagens no âmbito sociocultural na era da globalização

Pela etimologia da palavra sociocultural é verificável a sua composição em dois termos, aparentemente distintos, mas que se intrincam de forma indissociável num quadro teórico prático. No âmbito em que nos inserimos, onde a Sociologia Compreensiva, a Antropologia Cultural e a Psicologia ocupam um espaço considerável, em articulação com a Aprendizagem ao Longo da Vida e a Educação de Adultos, a abordagem ao conceito sociocultural far-se-á no sentido lato do termo, i.e., através da articulação entre cultura e sociedade, expressa no termo sociocultural, onde o homem concreto e real é condicionado e condiciona o ambiente em que se insere. Um sujeito autónomo, reflexivo, inventivo e imaginativo que constrói quotidianamente o sociocultural, pois consideramos que social e cultural são dualidades que caminham lado a lado. Um requer o outro. Não obstante, não temos dúvidas de que as múltiplas abordagens feitas pelas diferentes áreas científicas, através de repetidos diálogos disciplinares, com zonas de contacto e conflito, têm permitido aprofundar o conceito nas suas mais variadas nuances.

Ao falarmos de relações sociais remetemo-nos para o primeiro termo – social, que integra o conceito sociocultural. Se cultural se refere a cultura, social refere-se a sociedade. Um e outro são indissociáveis, pois nenhuma cultura pode existir sem sociedade, nem nenhuma sociedade pode existir sem cultura. Ambos revelam aspectos de uma mesma realidade. Uma é consequência da outra e vice-versa. Ambas encerram em si as

características do ser humano, que nasce com uma predisposição para se relacionar¹, que influencia e é influenciado pelo que o rodeia.

O termo social reflecte a dimensão social da cultura, expressa em estruturas simbólicas (valores), normas (princípios e regras que regem a vida em sociedade). Na abordagem sociocultural encontrar-se-á um sistema de relações, conjuntos sociais e produtos materiais.

1.1. Cultural e conceito de cultura

O termo cultural remete-nos para o conceito de cultura que tem, desde os primórdios do seu aparecimento², conhecido diferentes matizes e acepções, numa pluralidade semântica consoante a época e a ciência a que ele se refere.

Com o Renascimento, movimento intelectual de renovação social ao nível dos valores e modelos, que se repercutiu nas artes plásticas, na arquitectura, nas letras, mas também na organização política e económica, o termo cultura foi utilizado no sentido figurativo, referindo-se à "cultura do espírito".

No século XIII, o “Século das Luzes”, do Iluminismo, filósofos como Hobbes entendiam a cultura como um processo de trabalho de “educação do espírito”. Immanuel Kant considerava que cultura se referia ao povo ou à nação, i.e., à arte, à música, à literatura, aos costumes e maneiras de ser, gostos, rituais, festividades, deuses.

Tudo quanto liga os indivíduos num grupo com raízes, numa comunidade eles pensam e determinam em geral com as pessoas uma unidade moral e com o indivíduo unido dentro de si mesmo. Uma cultura é uma obra de arte, (...) onde os indivíduos são formados pela colectividade. A cultura como comunidade é o tecido de relações em que o EU encontra a sua expressão diversa e elaborada. (Bloom, 2001, p. 159)

¹ A este respeito consultar Daniel Goleman (2006). *Inteligência Social: a nova ciência do relacionamento humano*. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, Lda.

² Denys Cuhe (1999). *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim do Século Edições LDA, refere-se ao termo como derivado da palavra latina *cultura*, cujo conceito era entendido como “os cuidados prestados ao campo ou ao gado” (p. 28).

Cultura e indivíduos formam a sociedade, numa relação biunívoca de que ambos são beneficiários.

No séc. XIX o conceito adquire alguma consistência enlencando o aspecto simbólico e organizacional das sociedades. Karl Heinrich Marx (1969) e Friedrich Engels idealizaram uma sociedade com uma distribuição justa e equilibrada, onde as relações de produção material e produção intelectual produzem a mudança social.

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, e modificando o seu modo de produção, a sua maneira de ganhar a vida, eles modificam todas as suas relações sociais (...) Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Assim, estas ideias, estas categorias, são também tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios. (p. 79)

Marx e Engels consideram o enraizamento social da actividade humana. As ideias são consciências reais e práticas, construídas na e pela acção humana historicamente situada, que se manifestam sobre a forma de linguagem e intimamente dependentes da actividade social. "O pensamento humano funda-se na actividade humana (trabalho, no sentido mais amplo da palavra) e nas relações sociais produzidas por esta actividade" (Berger e Luckmann, 1985, p. 18).

Para Marx, a percepção e interpretação da realidade resulta do condicionamento e da influência das circunstâncias históricas em que decorre a actividade humana. O homem é simultaneamente, autor e actor, produto e produtor da sua história, numa complexidade de relações recíprocas entre estruturas sociais e formas de pensamento, onde o social se funde com o económico. Ainda na mesma linha, Émile Durkheim admite a criatividade e as diferenças individuais. Considerava que a conduta humana, a actividade social, as representações e as significações encontram os seus factores justifi-

cativos na sociedade e nas relações que nela acontecem. São socialmente construídas numa partilha de processos de integração social e de formação de uma consciência colectiva. Consciência esta que, para este sociólogo francês, é um compósito que existe sempre em qualquer estado social e se forma para lá da consciência individual do sujeito, que assegura a ordem, a coerência, a regularidade, a manutenção da coesão social. É a educação, processo permanente de aprendizagem e interiorização, que impulsiona a consciência colectiva. Os factos sociais são exteriores ao indivíduo, exercendo sobre ele um poder coercivo. O ser humano quando nasce traz consigo uma consciência individual, é como uma tábua rasa, sobre a qual é necessário actuar, para que se torne um agente activo da constante mudança social. Para tal, tem de conhecer o contexto em que está inserido, as suas origens, as condições de que depende, aspectos que já existem antes do seu nascimento e que lhe serão facultados através da educação.

Para compreender a maneira como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, é a natureza da sociedade, e não a dos particulares, que devemos conceber. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com o que ela é. (Durkheim, 1984, p. 18)

Porém, este autor não exclui totalmente a liberdade individual. Considera que existem circunstâncias em que as motivações pessoais dos sujeitos têm um papel significativo nas maneiras colectivas de pensar e de agir.

Pelo facto de as crenças e as práticas sociais nos chegarem do exterior, não quer dizer que as recebamos passivamente e sem as submetermos a modificações. Ao pensarmos as instituições colectivas, ao assimilá-las, individualizamo-las e incutimos-lhes em maior ou menor grau o nosso cunho pessoal, é assim que, ao pensarmos o mundo sensível, cada um de nós lhe dá um colorido à sua maneira e que sujeitos diferentes se adaptam de um modo diferente a um mesmo meio físico. Eis porque cada um de nós cria, em certa medida, a sua moral, a sua religião, a sua técnica. Não há conformismo social que não comporte toda uma gama de matizes individuais. O que não impede que o campo das variações permitidas seja limitado. (p. 24)

Para o autor, falar de cultura e formas simbólicas em geral, é falar de sociedade, pois são elementos constituintes da mesma.

Na segunda metade do séc. XIX, Max Weber vem contrariar algumas das teorias defendidas pelos autores referidos. Para Weber são os objectos culturais que apresentam uma clara subordinação face ao indivíduo. A conduta humana (toda a acção com sentido subjectivo e acção social, comportamento que se orienta pela reacção ao comportamento dos outros sujeitos sociais) e a ordem cultural apresentam especificidades. Os fenómenos sociais são complexos e multidimensionais. Comportamentos verbais e não verbais interferem no sociocultural. As estruturas sociais, como a família, as comunidades, o Estado são o produto da conduta social dos indivíduos, inseridos num determinado meio e numa dada época, que se reveste de uma natureza particular e difere de outros meios sociais e outras épocas. Compreender o sociocultural implica a compreensão analítica da actividade humana, i.e., interpretar comportamentos, objectos materiais, rituais, afectos, usos, modos, costumes, valores, motivações, enquadrados numa determinada individualidade histórica e social específica.

Ao contrário das moléculas e dos planetas, as pessoas têm motivos para as suas acções. O seu comportamento é orientado por significados subjectivos. Mais ainda, os actores sociais têm as suas próprias ideias e explicações acerca da razão pela qual se comportam de determinado modo e essas ideias e essas explicações são uma parte indispensável de uma análise compreensiva das condutas. A acção como orientação significativamente compreensível da própria conduta só existe para nós como conduta de uma ou várias pessoas individuais. (Parkin, 1986, p. 2 e p. 12)

Para Weber, citado por Augusto Santos Silva (1988), a cultura é um

(...) segmento finito de entre a infinitude sem sentido do devir do mundo, segmento a que os seres humanos conferem sentido e significação. A pressuposição transcendental de toda a ciência cultural não repousa sobre a nossa opinião acerca do valor de uma certa cultura ou da “cultura” em geral, mas sim do facto de sermos seres culturais dotados da capacidade e da vontade de tomar uma atitude deliberada perante o mundo e de lhe atribuir significação. (pp. 50-51)

Clifford Geertz (1978), fundador da teoria interpretativista da cultura, defendia um conceito semiótico de cultura, i.e., todos os fenómenos culturais são sistemas de significação. As práticas sociais, eminentemente simbólicas, acentuam o carácter activo dos actores sociais na produção e interpretação dos significados sociais.

Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado. (p. 15)

Aquele que pretender analisar, interpretar o sociocultural terá de seleccionar as estruturas de significação, descobrir a sua base social e a sua validade. Quem interpreta fá-lo com base no seu stock de significância de condutas, construído no permanente fluir das práticas sociais. Interpretar o sociocultural é um trabalho de ruptura e construção das explicações de quem interpreta, com as explicações que o outro dá sobre as suas condutas. "As acções sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas" (p. 34). As análises socioculturais devem equacionar uma intertextualidade entre o que as pessoas acham que são (de acordo com a sua formação cultural), o que fazem e que razões subjazem sobre aquilo que fazem. O significado do que se atribui ao sociocultural tem sempre um contexto. Não se trata de "generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles" (p. 36).

Em 1871, o antropólogo Edward B. Tylor complementa os estudos até então efectuados e define cultura como "(...) um processo complexo unitário que inclui o conhecimento, o comportamento, a arte, a moral, as leis, os costumes e todas as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade"³(p.26).

O séc. XX revelou novas correntes de pensamento. O Funcionalismo que, ao enfa-

3 R. J. Mcgee, Richard L. Warms (1996) *Anthropological theory: an introductory history*. London: Mayfield Pub."Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society" (p. 26).

tizar a interdependência dos padrões de uma sociedade e o modo como interagem na preservação da unidade social e cultural, contribuiu para a clarificação do conceito de cultura ao valorizar o aspecto funcional dos traços culturais, na medida em que, estes atribuem equilíbrio à sociedade, permitindo-lhe evoluir. É neste século que Franz Boas, Ruth Benedict, Margaret Mead, pelos estudos de campo efectuados, explicam a cultura como um sistema de comportamentos social e culturalmente transmitidos e aprendidos pelos indivíduos através da educação, da imitação e pelo condicionamento num dado meio social. Se estes autores revelaram o aspecto material da cultura, outros houve em que o simbólico foi o mais valorizado.

Alfred Schutz concentra a sua atenção na estrutura do mundo enquanto sentido comum da vida quotidiana e da razão prática. O mundo quotidiano é definido como realidade primeira. O universo no qual os sujeitos sociais agem e em relação ao qual adoptam uma atitude de confiança espontânea. Um mundo que cada indivíduo interpreta, aprende e constrói de acordo com um conjunto prévio de experiências e vivências, que dão sentido à realidade envolvente, que o guiam na sua acção prática, mas que impõem limites e constrangimentos à acção individual.⁴ Um mundo que é igual para todos, questionado pela consciência reflexiva do sujeito que, a posteriori, reflecte sobre as suas acções e motivações e sobre as dos outros indivíduos, no sentido de as tornar inteligíveis. É a reflexão, característica de toda a actividade humana empenhada, que se revela em manifestações exteriores (condutas, rituais, linguagem verbal e não verbal), através da comunicação, que permite aos actores sociais interpretar, com base em codificações de experiências anteriores, a sua conduta e a dos outros (dar-lhes significado) e transformar a realidade. Neste sentido, a cultura não é só concebida em termos de objectos

⁴ Franco Crespi (1997) *Manual da Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa. Refere que para Schutz, "no mundo social a relação com o outro é sempre mediada por modelos de significado já codificados, isto é, por tipificações do agir (...) que, como conjunto de vivências típicas, surgem assimiladas através da comunicação social, ou seja, da linguagem, dos exemplos práticos, do ensino, da leitura, etc." (p. 120).

ou artefactos, mas principalmente, ela é construída pela acção dos sujeitos, através de actos comunicativos e pela constante produção de significado às práticas diárias.

Claude Lévis Strauss encarava-a como um sistema de símbolos, de linguagem, de sentido, i.e., uma manifestação do mundo das ideias abstractas do espírito, um instrumento de comunicação. Cultura refere-se a tudo aquilo que resulta do pensar e do agir humano sobre a natureza, com vista à obtenção de bens e serviços necessários à sobrevivência e reprodução da espécie. A cultura é dinâmica e pode ser "considerada como um conjunto de sistemas simbólicos em cuja linha da frente se colocam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações económicas, a arte, a ciência, religião" (Tavares, 1998, p. 25).

Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) ao se debruçarem sobre a construção social da realidade observaram, na linha do pensamento de Schutz, que a realidade é construída através de redes de relações sociais inter subjectivas, que adquirem existência real e exterior aos sujeitos sociais e os condicionam. "É precisamente o duplo carácter da sociedade em termos de facilidade objectiva e significado subjectivo que torna a realidade *sui generis*" (p. 34). É através da linguagem que toda a expressividade humana se torna objectiva e que todas as características, simbólicas ou materiais, da conduta humana se tornam possíveis de interpretações. Os indivíduos possuem todo um conjunto de conhecimentos e experiências, permanentemente transmitidos de geração em geração, que lhes permite situarem-se numa determinada sociedade e ter consciência dos seus limites. As instituições, definidas como "tipificação recíproca de acções habituais por tipos de actores" (p. 19), favorecem a reprodução social ao, através do processo de socialização, promoverem a obediência à ordem institucionalmente estabelecida mas, ao mesmo tempo, equacionarem a tendência para desobedecer ao estabelecido, assumindo desvios. "A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objectiva. O

homem é um produto social" (p. 87).

O canadense Erving Goffman debruçou-se sobre o estudo dos papéis sociais. Defendia que o desempenho dos papéis sociais espelha e exprime as personalidades individuais dos actores, i.e., o modo como cada indivíduo concebe a sua imagem e a pretende manter. A comunicação e a mediação exercida pela linguagem têm especial ênfase nos processos de interacção social. As interacções registam-se entre três entidades fundamentais – os dois actores em presença e a audiência ou público. Cada actor desempenha a sua apresentação pública na relação com o outro, que é sancionada ou aceite pelos outros que constituem a sociedade, através da impressão transmitida, pela acção ou expressão do actor e pela interpretação dessa mesma impressão. A interpretação da impressão transmitida depende da representação do actor, mas também, do que Goffman denomina de "portadores" ou "indícios" de informação que são, por exemplo, a relação entre a aparência do actor e o seu estatuto socioeconómico ou o que é socialmente característico e aceite a determinados papéis sociais. Os actores seleccionam, de forma natural, de acordo com a valorização positiva ou negativa, as impressões a transmitir de acordo com os rótulos que lhes estão intimamente associados. "Os actores podem deixar de se expressar, mas não podem impedir-se de exprimir alguma coisa" (Goffman, 1993, p. 131). Estes factores externos, vincadamente estruturais, a região, o papel e a constituição do público, os indícios transmitidos, os mecanismos institucionais, etc., contexto da interacção, devem ser considerados na análise dos papéis sociais. A realidade social é sempre o resultado da percepção, interpretação e avaliação dos actores, onde a comunicação tem um papel mediador, enquanto veículo de significados com força de símbolos. O sujeito tem um papel activo nas interpretações que fornece, com base no quadro de referências de que é portador (regras e convenções dominantes da sociedade a que pertence) e as quais altera, num constante trabalho de produção simbó-

lica e cultural, i.e., de recriação da realidade sociocultural.

Em Pierre Bourdieu, sociólogo francês, o conhecimento prático do mundo deve ser encarado como um conjunto de operações práticas, que se estabelecem entre quatro tipos de capital existente na sociedade – capital cultural (conhecimentos legítimos); capital social (diferentes tipos de relações valorizadas); capital económico (aspectos económicos vigentes) e capital simbólico (prestígio e honra social). Todas as configurações sociais observadas na sociedade resultam das diferentes associações que se fazem entre os diferentes capitais, num espaço configurado que, Bourdieu (1984) define como campo social (espaço social de interações de dominação, subordinação ou equivalência). Porém, o capital económico e o capital social actuam de forma mais intensa na construção do espaço social. Nas estruturas mentais e sociais, as pessoas incorporam em habitus (noção genética, histórica e não inata – "algo de profundamente gerador (...) que tende a reproduzir a lógica dos condicionamentos mas fazendo-os sofrer uma transformação" (p. 134) a estrutura e a situação objectiva da sua classe e, exteriorizam em práticas objectivas e simbólicas, apenas aquilo que interiorizaram. "O tempo leva os agentes a ajustar as suas aspirações às suas hipóteses objectivas, conduzindo-os assim, a esposar a sua condição, a tornarem-se aquilo que são, a contentarem-se com aquilo que têm" (Bourdieu, 1979, p. 123). Neste sentido, as práticas sociais são, em simultâneo, estruturadas e estruturantes, reprodutoras e transformadoras, constringedoras e espontâneas. O simbólico, estratégias muitas vezes inconscientes dos actores sociais, permitem ao indivíduo "sair da indiferença e afirmar-se como agente activo, envolvido no jogo, ocupado, habitante do mundo habitado pelo mundo, projectado para finalidades e dotado, objectivamente, portanto, subjectivamente, duma missão social." (Bourdieu, 1996, pp. 45-46).

Anthony Giddens (1996) construiu uma visão sistemática e global sobre as sociedades contemporâneas baseada na teoria da estruturação. A consciência prática (conjun-

to de esquemas interpretativos que conferem sentido à realidade, situada entre o pensamento inconsciente e o pensamento discursivo) é fonte de conhecimento e de orientação na vida do quotidiano, influenciada pelo espaço e tempo onde se desenrola a acção humana. As significações subjectivas e objectivas da acção dos agentes sociais são parte integrante e essencial da realidade social, permitindo a contínua reprodução dos sistemas sociais. É através desta consciência que os agentes sabem como agir e prosseguir, recriando, pela sua acção as estruturas sociais que actuam na e pela sua prática. A motivação da acção é, muitas vezes, inconsciente, porém embutida de alguma intencionalidade.

A produção ou constituição da sociedade é uma realização elaborada dos seus membros, mas uma realização que não acontece sob condições totalmente pretendidas ou compreendidas por eles. Inquirir sobre os motivos de alguém para agir de uma certa forma é procurar elementos no seu comportamento de que ele pode não estar consciente. (pp. 119-134)

Para Giddens, o agente social é aquele que, através da reflexão estratégica, contínua e pormenorizada pensa sobre todas as suas condutas e sobre as dos outros, até sobre as mais rotineiras. A linguagem verbal e não verbal, conjunto de regras abstractas, é o elemento de constituição da vida social e das significações práticas. A sua utilização, caracterizada pela criatividade e competência dos agentes na constituição das sociedades através dos encontros e da produção/reprodução contínua das práticas sociais, pressupõe uma interpretação inter subjectiva de pistas retiradas do contexto da sociedade em que se insere. A comunicação, a linguagem é "qualquer coisa que é feita, realizada pelo locutor, mas sem conhecimento perfeito de como o faz" (p. 121). Na ausência de consenso no entendimento com o outro, as situações de interacção e interdependência são, simultaneamente, relações de exercício de poder que, dependem de uma determinada ordem moral, tida como legítima, que se verifica na capacidade diferencial de mobiliza-

ção de recursos, i.e., na distribuição assimétrica do poder, geradora de dominação. Os cenários de interacção humana estão ligados a um determinado contexto, permitindo interações e interacções dos indivíduos no espaço e tempo e a produção do sentido do que eles próprios fazem e da conduta dos outros. "Os cenários de acção e interacção, distribuídos ao longo do espaço-tempo e reproduzidos no «tempo reversível» do quotidiano, são parte integrante da forma estruturada que tanto a vida social como a linguagem possuem" (Giddens, 1990, p. 99). É esse "tempo reversível", rotineiro e repetitivo, que se estende tanto na curta duração do quotidiano, como na longa duração do tempo institucional, que caracteriza nas práticas sociais condicionamentos e constrangimentos estruturais, que são simultaneamente, produto e produtor dessas mesmas práticas ou de novas. As estruturas espaço temporais do carácter situado da acção humana conferem condicionamentos e constrangimentos mas, pela acção reflexiva dos agentes, permite uma resposta actualizada e criativa de constituição e estruturação permanente das sociedades. A interdependência entre estrutura e acção, produção e reprodução, fomentam-se numa lógica de reciprocidade.

Guy Rocher (1999) define cultura como

(...) conjunto ligado de maneiras de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizadas que, sendo aprendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas servem de uma maneira simultaneamente objectiva e simbólica, para organizar essas pessoas numa colectividade particular e distinta. (p. 105)

A cultura é entendida como a definição da totalidade da vida social do homem, herdada e adquirida no seio de uma sociedade mas não transmitida geneticamente.

Ao longo da sua vida, o ser humano realiza-se através das relações sociais, num processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução, que lhe permite conhecer-se, adaptar-se a si próprio e ao que o rodeia, sendo que estas relações sociais são sempre inigualitárias. Neste sentido, cultura é um processo dinâmico que enquadra

tudo aquilo que resulta do ser, do pensar, do sentir e do agir humano sobre o ambiente natural e construído. Formas de ser, de pensar, sentir e agir aceitas por determinado grupo, com vista à satisfação individual e colectiva, à adaptação e integração ao meio ou à introdução de alterações nos contextos sociais, num benefício, que se pretende comum para todos.

Quando nasce, o indivíduo é portador de uma herança genética, que utiliza de acordo com as aprendizagens feitas no seio da sociedade em que se insere e da herança cultural recebida do grupo a que pertence. A organização de grupos de indivíduos através da partilha, da aprendizagem de normas e valores comuns, faz com que criem interações estreitas e laços comuns entre os mesmos e que se distingam dos demais grupos, formando sociedades e identidades colectivas diferenciadas. Diferenças essas identificadas pelas características socioculturais.

A cultura surge assim como o universo mental, moral e simbólico, comum a uma pluralidade de pessoas, em função do qual as pessoas podem comunicar entre si, reconhecem laços, vínculos, interesses comuns, divergências e opiniões, e se sentem, cada uma individualmente e todas colectivamente, membros de uma identidade que as excede e que se chama um grupo, uma associação, uma colectividade, uma sociedade. (p. 111)

1.2. Socialização e formação da identidade sociocultural

O social é entendido como o referente à actividade humana colectiva, organizada num tronco de interesses, normas, costumes, valores, bens materiais comuns e que condiciona a actividade individual. É esta organização custo-benefício⁵, denominada sociedade que permite aos indivíduos crescerem, enquanto actores sociais e seres únicos e

⁵ Organização custo-benefício, uma vez que, fazendo parte da sociedade, cada ser humano cresce pelas mais-valias das interações com os outros indivíduos, mas é também, voluntária ou involuntariamente, obrigado a abdicar ou a transformar os seus desejos, interesses, vontades, ambições, no sentido de se adaptar e ser aceite pela sociedade. Não obstante, dentro de uma mesma sociedade encontramos subculturas (traços culturais comuns a grupos de actores sociais, dentro da sociedade global. A título de exemplo, temos a subcultura dos jovens) e indivíduos com comportamentos desviantes, do socialmente aceite.

individuais. Num constante processo de aprendizagem, de socialização o actor social constrói a identidade individual e colectiva, assimila e adopta os modelos socioculturais da sociedade que integra. Um processo de construção partilhado, que se vai reconstruindo e recriando, progressivamente, ao longo de toda a sua existência, que se desenvolve de acordo com as suas características endógenas e da acção de agentes sociais significativos. A família, a escola, o grupo de amigos, os colegas de trabalho, etc., são agentes socializadores com quem o individuo se relaciona desde que nasce e que, em diferentes fases da sua vida lhes permite incorporar as maneiras de ser, de sentir, de pensar e de agir, de forma objectiva e subjectiva, da sociedade que integra.

Publicado em 1986, pelo Conselho da Europa, o relatório final do Projecto 7 – "A educação e o desenvolvimento cultural dos migrantes", do Conselho da Cooperação Cultural, entende os termos identidade cultural e socialização da seguinte forma:

O termo identidade cultural contém duas significações muito importantes. A primeira diz respeito ao conceito de identidade, que tem sobretudo uma significação de ordem psicológica. A identidade reporta-se à percepção que cada indivíduo tem de si próprio (...). Esta percepção da identidade não é somente individual, mas antes o reconhecimento recíproco entre o indivíduo e a sociedade. Comporta um aspecto relacional e colectivo.

O termo "cultural" tem, pelo contrário, uma significação mais tipicamente sociológica. Este termo vem da palavra "cultura", concebida como património global do indivíduo, mas sobretudo dos grupos sociais a que este pertence. Esse património cultural é, pois, composto de "normas de conduta, dos valores, dos costumes" e da linguagem que unem ou diversificam os grupos humanos.

Quando falamos de identidade cultural de uma pessoa, significamos a sua identidade global, que é uma constelação de várias identificações particulares e outras tantas instâncias culturais distintas.

A socialização é o processo através do qual a cultura de uma sociedade é transmitida à nova geração. Produz-se ao mesmo tempo que se desenvolve a identidade de uma pessoa. (Conselho da Europa, 1986)

Jean Piaget foi um dos muitos estudiosos que se debruçou sobre o desenvolvimento dos processos de socialização. Já anteriormente, Émile Durkheim o havia feito. No entanto, Jean Piaget propôs uma análise e explicitação teórica da problemática, que é

considerada uma tentativa pioneira de ultrapassar a visão durkheimiana. Este autor considera o desenvolvimento mental como "uma construção contínua, mas não linear" (Dubar, 1997, p. 18), portadora de uma dimensão individual e social, onde estruturas evolutivas de carácter cognitivo e afectivo relacional interagem e se movimentam no seio de um processo de equilibração. Processo esse que se realiza de forma descontínua, uma vez que as estruturas mentais e sociais, de carácter ambivalente, organizam a actividade mental em função dos vários estádios de desenvolvimento do indivíduo, contribuindo para reduzir a tensão e o desequilíbrio resultantes da necessidade humana de compatibilizar níveis de satisfação aceitáveis entre as suas dimensões individual e social, orientando as condutas do ser humano e restabelecendo o equilíbrio.

A primeira infância constitui um período de socialização intensa, na medida em que, biologicamente o indivíduo está mais apto e culturalmente encontra-se num estado muito embrionário. A fase da adolescência é outro momento crucial da socialização. Partindo do pressuposto de que as regras básicas de relacionamento social estão interiorizadas, as exigências de uma maior responsabilização e intervenção social, facilitam ao jovem o relacionamento, a integração em outros grupos e interacções a outros níveis, facilitadores ou inibidores de novas aprendizagens. Na fase adulta a socialização processa-se consoante se verifiquem novas alterações, espontâneas ou impostas, na vida do adulto. A chegada de um filho, um novo emprego, a morte de um familiar, a mudança de residência, são sistemas que desencadeiam novas aprendizagens, de momentos de socialização mais intensiva.

A socialização constitui um eixo fundamental no processo de desenvolvimento do ser humano, uma vez que "os indivíduos desenvolvem-se enquanto contribuem para o desenvolvimento da comunidade e vice-versa; de maneira que pessoa e comunidade se transformam em destinatários inseparáveis da acção sociocultural" (Trilla, 2004, p. 29).

A socialização é um processo que, em simultâneo, molda os indivíduos às regras e padrões dominantes e lhes permite interpretá-los, conferindo um sentido à realidade sociocultural. É um encontro do sujeito com os outros e com a sociedade, sob a forma de comunicação, que pressupõe a transmissão e reelaboração de conteúdos, de interações e interrelações, um relacionamento entre os actores sociais. Neste sentido, estudar os efeitos que se verificam na aprendizagem dos adultos em consequência das sinergias criadas pelas dinâmicas socioculturais das associações locais de uma determinada comunidade (objecto de estudo desta pesquisa), é estudar uma construção social que se diferencia das demais, consoante o meio físico, económico, histórico, social e cultural da mesma. É procurar um entendimento de convicções fundamentais e concepções da realidade e qual o impacto das mesmas, à luz do conceito de aprendizagem ao longo da vida, nos adultos.

1.3. À velocidade de um click encurta-se o tempo e estreita-se o espaço – reconstrói-se o sociocultural

No séc. XXI, o processo dinâmico e criativo de promover a educação de adultos tem necessariamente de enquadrar a transversalidade colectiva, criada pela globalização, onde interagem princípios e características de diversas culturas, numa colaboração, que se pretende cooperativa, reconstruindo elementos culturais (como as associações locais) o que provoca mudanças e aprendizagens nas sociedades e nos indivíduos. Decorrente desta acepção iremos abordar de forma sucinta a emergência do processo de globalização resultante da revolução tecnológica e alguns aspectos caracterizadores da sua repercussão em Portugal, na educação de adultos, na aprendizagem ao longo da vida, nas dinâmicas socioculturais desencadeadas pelas associações. Consideramos pertinente introduzir no estudo esta reflexão pelo primeiro aspecto focado, mas também porque

encaramos a aprendizagem de adultos como um processo holístico e ainda porque o mesmo se reflecte nas iniciativas socioculturais desenvolvidas pelas associações.

O planeta Terra é desde há cerca de 40.000 anos o lar da humanidade. Mais de 3.000 milhões de anos passaram desde o aparecimento da vida. Longos períodos de tempo em que o ambiente quase idílico de vivência das primeiras espécies sofreu, desde então até aos nossos dias, alterações significativas e preocupantes. Alterações que desencadeadas em momentos históricos da História do Homem, se manifestam actualmente num fenómeno de globalização do planeta, onde o espaço geográfico quase não tem fronteiras, onde as interacções se estendem a todas as vertentes do conhecimento humano.

Chegados ao séc. XXI deparamo-nos com uma realidade, fruto de um passado longínquo, onde os alicerces assentam numa unificação geográfica, onde as fronteiras tendem a desaparecer, numa multidisciplinaridade internacional entre todos os ramos do conhecimento. Onde os problemas de um país deixam de lhe dizer somente respeito, estendendo-se muito para além dos limites geográficos, financeiros, culturais, científicos, tecnológicos, sociais.

Podem considerar-se como marcas históricas da construção do conceito de globalização:

- Os mercados medievais, nos quais o comércio, a troca mercantil começou a efectivar transacções entre regiões cada vez mais afastadas;
- Os descobrimentos e a expansão marítima dos séculos XV e XVII, onde a conquista e anexação de novos territórios beneficiaram o conhecimento e a troca entre povos, culturas e produtos até então desconhecidos;
- A revolução industrial do século XIX que impulsionou, entre outros,

novas formas de produtividade. Porém, o conceito de globalização com o sentido que lhe é dado nos dias de hoje surge associado à expansão e popularização das novas tecnologias de informação e comunicação por todo o mundo.

É extensa a literatura sobre o tema globalização, suas formas e consequências, potenciada pela diversidade de vertentes para o abordar. Nuno Severiano Teixeira (2000) entende-a como "fruto de uma combinatória complexa entre a revolução científica-tecnológica, a modernização económica, a massificação das sociedades, a mundialização da informação, a interdependência estrutural das relações internacionais e da segurança mundial." (p. 11)

Susan Berger (2007) num estudo realizado pelo Industrial Performance Center do MIT fala do termo, no âmbito da economia, excluindo valores, estilos de vida, religião, música, cinema, da seguinte forma

A fim de que este termo se revista de alguma utilidade, ele tem de ser reduzido à ideia central, que é o aparecimento de um único mercado mundial de mão-de-obra, capital, bens e serviços. Por globalização, estou a referir-me às mudanças na economia internacional e nas economias internas que se encaminham para a criação de um único mercado mundial. Se o mundo possuísse realmente um único mercado mundial, os salários para o mesmo trabalho seriam os mesmos em toda a Terra; as taxas de juro, que apresentam níveis de risco diferentes, seriam as mesmas; e o preço de um produto ou serviço seria idêntico onde quer que fosse comprado. Porém, independentemente dos testes que viessem a ser aplicados, o mundo continua longe de tal situação, e provavelmente nunca se alcançará semelhante fim. Uma definição mais concreta de globalização é, neste caso, a aceleração dos processos na economia internacional e nas economias internas que actuam com vista à unificação dos mercados mundiais. (p. 27)

O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso (cit. por Teixeira, 2000), define o conceito de globalização como

O processo através do qual, de modo crescente e cada vez mais rápido – a rapidez aqui conta –, se generalizam no plano internacional trocas com maior amplitude e com maior profundidade. Estou a falar nomeadamente de trocas de carácter económico, comercial, financeiro e de investimento, de trocas de carácter informacional e cultural e também de carácter tecnológico. De algum

modo, este conjunto introduz novos equilíbrios na relação dos Estados no sistema internacional e também – e este é que é o aspecto novo e decisivo – dentro dos próprios Estados e na relação destes com as respectivas sociedades. (p.132)

Da análise destas definições considera-se que existem elementos comuns, que se verificam ao nível do enquadramento espaço temporal, com influência em todos os domínios, mas com forte incidência nas economias. A globalização é um movimento dinâmico que afecta, ao nível internacional, todos os países. Pode caracterizar-se por uma crescente liberalização dos fluxos de capital, do comércio e dos mercados económicos, onde todo o tipo de bens e serviços está disponível e ao acesso de qualquer cidadão, em qualquer espaço globalizado, em tempo real, desde que para isso sejam detentores de meios, de competências, de conhecimento para deles usufruir. É um facto social.

1.4. Globalização e Tecnologias de Informação e Comunicação

À supressão das fronteiras comerciais junta-se a supressão das fronteiras humanas, socioculturais, que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ampliam. Verifica-se cada vez mais uma uniformização a todos os níveis, sem limites geográficos nem horizontes temporais, para o qual os meios de comunicação contribuem de maneira decisiva. Uniformização que não tem a mesma intensidade, nem a mesma ressonância em todos os pontos do planeta. Como afirma Luís Valença Pinto (cit. por Teixeira, 2000),

(...) há hoje uma maior identificação em torno de valores e ideias como a Paz, os Direitos Humanos ou a preservação ambiental. E isso induz solidariedades, estimula impulsos unificadores e, definindo alguns mútuos compromissos, viabiliza respostas e códigos de conduta comuns. (p. 101)

Este século é sem dúvida um tempo de agitação, de incertezas, onde a informação circu-

la ao ritmo ditado pelas TIC. Antes existia uma separação entre uma área de informação grupal (área concreta da informação e da comunicação), os Mass media (rádio, televisão, jornais) e uma outra área, as novas tecnologias, viradas para as questões informáticas e respectiva informação, os dados. Com o advento da tecnologia MMX, baseada na convergência tecnológica, nasce a designação TIC, que envolve os conceitos do tratamento e interpretação da informação digital (texto, som, imagem e vídeo).

Deste modo, surge:

- Um novo conceito de sociedade – Sociedade Global – Sociedade da Informação e do Conhecimento, definida como

Um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação da informação conducente à criação de conhecimentos e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição de qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. A Sociedade da Informação corresponde, por conseguinte, a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação. (Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal, 1997)

- Novo conceito de tempo e espaço. É menos importante o controlo do espaço e mais importante o controlo do tempo;
- Novos processos de comunicação, relacionamento, aquisição de conhecimentos (Internet – plataforma comum de comunicação; "pensamento em rede"; Chats);
- Comércio – tudo se compra e vende em qualquer parte do globo;
- Organização da produção em diferentes partes do mundo;
- Inovação na produção e organização do trabalho (ex. Intranets e extranets – redes internas e externas de comunicação; Tele-trabalho);
- Novas áreas de mercado (ex. Comércio electrónico; Mercado de comunicações móveis; Indústria multimédia; e Health; e Government; e Business, etc.);
- Alterações profundas no binómio ensino/aprendizagem – fontes, metodologias, organizações e contextos de aprendizagem (ex. e Learning; Aprendizagem ao longo da vida, etc.);
- Desterritorialização, que João Gomes Cravinho, citado por Teixeira (2000), define como "a redução do significado de fronteiras, e portanto a redução do significado da geografia para o exercício do poder" (p. 88).

Neste contexto os indivíduos interagem directamente com a fonte da informação e

são fontes de informação. É pois peremptória uma mudança no papel do Estado e dentro de cada cidadão que se traduz na consciência de que se vive num planeta marcado em todos os campos por interdependências, entre contextos local, regional, nacional, internacional, global. Daqui afigura-se-nos que o local é um universo compósito, pois ele também está no global e pode influenciá-lo, tal como o contrário se verifica. Os processos globais são vividos nos espaços próprios da vida local e aí assumem grande importância, na medida em que ocorrências locais são influenciadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa. Tal evoca a necessidade de se efectuarem reflexões críticas, debates, negociações, escolhas, em articulação com o envolvimento que essa vida local tem com a global.

O Estado Nação, o Estado Providência, neste quadro global, sofreu um enfraquecimento face ao seu papel. A partilha de poder e responsabilidades com os outros órgãos da sociedade civil, leva-o a incorporar a função de controlador, coordenador e gestor das políticas públicas, onde orientações internacionais e no caso português, também da Comunidade Europeia, têm de ser tidas em linha de conta. Pois, como afirma Joaquim Aguiar citado por Teixeira, (2000)

O mercado passou a ser uma entidade rígida, independente das decisões do Estado, porque o que conta é a capacidade competitiva, com os consumidores a procurarem o produto mais competitivo sem terem de olhar à nacionalidade do produtor. Este novo mercado competitivo rígido condiciona, ao mesmo tempo, a empresa e o Estado. Este, por sua vez, deixou de poder administrar o preço relativo dos factores produtivos, limitando-se a gerir a dívida pública, a taxa de juro e a taxa de câmbio (e, nos casos de união monetária, já nem isso) ou a distribuir subsídios (mas tendo de obedecer aos limites nos seus défices orçamentais). (p. 65)

De acordo com o expresso no Livro Verde para a Sociedade da Informação e da Comunicação

A única via para se conseguir o tipo ambicionado de desenvolvimento integral, com respeito pelos valores da democracia e da igualdade de oportunidades é,

através do diálogo e da cooperação entre os cidadãos, as empresas e o Estado (...)

Perante as implicações subjacentes à realidade do séc. XXI, os governos e as organizações internacionais assumiram que a generalização do uso das TIC é um instrumento fundamental de competitividade.

1.5. Portugal na Sociedade da Informação – limitações

Os problemas da desigualdade, das grandes assimetrias e da falta de equidade são problemas que afectam o dia-a-dia e que interferem não só na economia e na política, mas também na cultura e nas oportunidades educativas. No território nacional as assimetrias geográficas, sociais, culturais e económicas evidenciam desigualdades no acesso à educação, informação e formação que se podem revelar como limitativas à aquisição de competências. O saber difundido através das TIC não chega (ou chega de modo deficitário) a muitas zonas do país. Em parceria com o desconhecimento das potencialidades das tecnologias, a taxa de analfabetismo informático é elevada entre os portugueses. A realidade revela que as oportunidades de aprendizagem não são iguais para todos. Por razões históricas e estruturais, o nosso país apresenta no tempo presente fortes limitações.

O governo português considera a Sociedade da Informação e do Conhecimento, nomeadamente, os seus vectores de Inovação e Desenvolvimento (I&D), como uma oportunidade para que sejam alteradas as relações entre o Estado e os cidadãos, para que se reinvente a organização do Estado, de modo a que se oriente para os cidadãos e para o reforço da competitividade económica, com enfoque no sector das TIC.

(...) só será possível definir um quadro eticamente saudável na Sociedade da Informação se o poder político privilegiar mecanismos de poder partilhado, o que obriga a que o estado redefina as suas funções e que a sociedade civil adquira um elevado grau de organização e de participação na decisões políticas,

sociais económicas, tomando um protagonismo novo nas questões da educação e da formação. (Simão *et al*, Carta Magna – Educação e Formação ao Longo da Vida, 1996/1997)

A aposta na tecnologia e na inovação constituem dois factores estratégicos impulsionadores do desenvolvimento do país. Quer a nível nacional, quer a nível local pretende-se proceder a uma efectiva articulação e responsabilização dos parceiros sociais, sejam eles Estado, instituições, empresas e cidadãos. É ainda feita a aposta numa cultura empreendedora e num clima favorável ao desenvolvimento e inovação da sociedade portuguesa, baseados no aumento da produtividade. Nesta linha, o governo anunciou um Plano Tecnológico que prevê um investimento de 4,4 milhões de euros, até 2009, em Tecnologias de Informação e Comunicação e em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Uma aposta corroborada por Donald J. Johnston, Secretário-geral da OCDE, ao afirmar que

As TIC são um factor chave no crescimento. Um dos meios mais promissores de acelerar o crescimento económico e logo, de recuperar o atraso de Portugal no rendimento per Capita e o aumento da produtividade. (Revista Jornal de Notícias, Choque Tecnológico, entrevista com Donald J. Johnston, Nov. 2005, p. 9)

Porém, adverte que "As políticas públicas que favorecem a tecnologia só podem ter um papel limitado" (p. 9).

Ainda nesta linha de orientação, a iniciativa "Novas Oportunidades" e os Centros de Reconhecimento de Competências (RVCC) são estratégias do actual governo que visam dar um forte e decisivo impulso na qualificação dos portugueses.

As empresas portuguesas confrontam-se de modo crescente com os desafios da competitividade face à globalização e ao alargamento da União Europeia. Ser competitivo exige processos com maior tecnologia incorporada e maior inovação no produto. Questões, outrora de menor relevância, como a marca, o design, a antecipação das

necessidades de mercado, a exploração de vantagens nas matérias ou nos mercados e o marketing, obrigam ao recrutamento de quadros técnicos e científicos. Nos novos sectores das indústrias de software e das telecomunicações emerge a necessidade de uma aceleração temporal num país ainda pautado por alguns anacronismos. Como por exemplo, promover o acesso à banda larga da Internet quando numa imensa mancha do país ainda não se encontra instalada a fibra óptica. Da discussão em torno desta temática, surgem dois indicadores da competitividade nacional. Primeiro, a falta de uma aposta decisiva na valorização do produto *made in Portugal*. Segundo, um défice acentuado de formação dos empresários, dirigentes e trabalhadores para corresponder aos crescentes desafios de uma economia globalizada.

1.6. Associativismo/Aprendizagem ao longo da vida/Educação de adultos/Globalização – vectores em interacção constante

No contexto da globalização cada país constitui um "nicho social", com identidade própria, com responsabilidade no acompanhamento e adaptação aos constantes desafios que se colocam, de modo a não se tornar excluído e promover um desenvolvimento colectivo e individual, sustentado e sustentável. O papel dos diversos actores sociais neste cenário aponta para a necessidade de se criar sinergias locais, nacionais e internacionais. Impõe-se então questionar e procurar explicitar: Que perspectivas configura este contexto nos e para os processos educativos dos adultos que ocorrem em ambientes formais, não formais e informais? Como poderão esses ambientes contribuir para o acesso e igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos e empresas no contexto da aprendizagem ao longo da vida? Como se articula o trabalho das associações locais com estes vectores?

Em primeiro lugar parece-nos inequívoco de que o processo de globalização, e em

particular as TIC, contribuem para potenciar a autonomia das pessoas, favorecendo mudanças de sentido, renovação e inovação em todo o tipo de organizações públicas e privadas, abrindo novos cenários à experiência humana e outras perspectivas educacionais. Parece-nos também evidente de que é necessário impulsionar a reflexividade crítica relativa à informação difundida pelas TIC e a todas as alterações provocadas pela globalização, no sentido de fragilizar qualquer tipo de manipulação, aprender a lidar cuidadosa e criteriosamente sobre os modos de apropriação, de integração/inclusão, de domínio das novas tecnologias, no sentido da aquisição de consciência dos limites éticos e dos valores das suas utilizações. E ainda evitar as assimetrias e controlo de países com maior poder económico, aumentar a inclusão de todos e de cada um. Pois como afirma Friedman (2006)

O mundo plano apresentou-nos novas oportunidades, novos desafios, novos parceiros, mas também novos perigos. É importante encontrar o equilíbrio certo entre tudo isto. É imperativo que sejamos os melhores cidadãos globais que conseguirmos – porque, num mundo plano, se não visitarmos uma má vizinhança, ela poderá vir visitar-nos. (p. 508)

E, nem sempre o novo quer necessariamente dizer melhor.

A turbulência desencadeada pelas mudanças operadas pela globalização, nos domínios económico, sociocultural, político, científico e educativo tem uma relação directa com a necessidade aquisição de competências transversais dos indivíduos, da sua capacidade de actualização, com a competitividade das empresas e das diversas organizações. Os cidadãos, na sua individualidade própria ou numa individualidade colectiva, ou ainda como parte de entidades privadas deverão assumir a presença numa sociedade de informação, por um lado, como procura de competitividade (a capacidade de se colocar primeiro no mercado, como desenvolvimento tecnológico mais recente), por outro no sentido da empregabilidade (entendida como a capacidade de arranjar emprego, de o manter ou de transitar e se adaptar a outro como alternativa). O que implica que desenvolvam novas competências (mais alargadas e complexas), investindo na sua formação, mantendo-se actualizados, enriquecendo os seus conhecimentos (numa perspectiva transversal), melhorando as suas qualificações, no intuito de não virem a ser excluídos da Sociedade da Informação. Entre as competências necessárias, há que, segundo o Livro Verde para a Sociedade da Informação, "saber codificar/descodificar a informação electronicamente

transmitida, ter capacidade para decidir on-line, ser capaz de constituir trabalho de acção/decisão em equipa electrónica". (Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal, 1997)

No caso específico da formação profissional, cada indivíduo deve adoptar um processo contínuo e articulado, através do qual desenvolva competências capazes que lhe permitam a adaptação a novas situações profissionais que lhe possam surgir ao longo da vida. É urgente trabalhar numa base prospectiva, fomentando a autonomia e a iniciativa, no sentido de gerar e aproveitar as novas oportunidades, apostando na requalificação, certificação, validação e reconhecimento das competências adquiridas ao nível informal e não formal, como complemento da educação formal, numa transversalidade e adaptação à sociedade global. A este respeito, Rui Vieira Nery (cit. por Teixeira, 2000) refere que

(...) os criadores culturais portugueses de primeira linha souberam sempre abrir-se ao exterior, abrir-se às outras culturas, escolher delas os elementos a que eram sensíveis e reprocessá-los à sua maneira no contexto português, partilhando das grandes correntes do pensamento internacional sem com isso perderem as suas raízes e sem com isso deixarem de se inserir numa linha contínua de reflexão e criação culturais que é complexa, que não é certamente unidireccional, mas que podemos identificar, no seu todo, como um perfil cultural histórico em que reconhecemos traços nacionais. Essa espécie de continuidade última de um perfil cultural reconhecível afirma-se, de facto, como um conjunto de traços identitários multisseculares suficientemente fortes para permitirem, sem prejuízo da sua coerência própria, uma permanente abertura às sucessivas correntes intelectuais da Europa, e suficientemente essenciais para conviverem com a natural descontinuidade inerente à flutuação dessas correntes cosmopolitas. (p. 183)

A nossa história é rica em práticas socioculturais diversas em todo o país, onde a noção de identidade surge associada ao espaço local, à cultura local, à existência quotidiana que se traduz nos modos vivendus de cada comunidade. Desde o seu aparecimento e ao longo da sua história verifica-se que a sociedade portuguesa tem acolhido e integrado traços socioculturais de diferentes espaços geográficos, trazidos pelos diferentes

povos que povoaram o território. Dos celtas aos romanos, dos árabes aos europeus e africanos, até recentemente aos povos de leste, a realidade sociocultural portuguesa tem características eminentemente mutantes. Todas as diferentes manifestações entram rapidamente em diálogo, em cruzamento, em fusão. Com a facilidade veiculativa de acesso à informação facilitada pelas TIC, é ainda maior a entrada de produtos vindos do exterior. Se por um lado podem constituir mais-valias de aprendizagem para quem a eles acede, por outro, verifica-se uma massificação, com o risco de encaminhar o público para um nivelamento de baixa profundidade e complexidade. Todavia, esta massificação pode ser contrariada (e já o é em muitos casos) pelo aumento do acesso às TIC por um maior número de pessoas, mas principalmente, pela educação e formação de um espírito crítico e reflexivo acerca daquilo que se vê e ouve. O cidadão e a sociedade em geral necessitam de se mobilizar na alteração de mentalidades, na consciencialização, no desenvolvimento e práticas de aprendizagem ao longo da vida, numa cooperação bem definida onde os pares reflectem, discutem, tomam decisões sobre o que fazer, como, quando, onde, numa co-responsabilização em benefício de todos.

Ao nível empresarial, é urgente que as entidades apostem em ofertas formativas de qualificação dos seus trabalhadores e reconheçam a importância do aumento da qualificação, que beneficiará não só os próprios, mas fundamentalmente, a empresa. A formação em contextos de trabalho, as empresas como organizações qualificantes são conceitos que reforçam a ideia de encarar a actividade profissional e a entidade onde ela decorre como um sistema articulado de aprendizagem individual e colectiva, que potencia a aquisição de competências necessárias à evolução organizacional e à adaptação aos desafios da sociedade actual. Do que decorre a necessidade de que a nível interno nas organizações sejam implementadas estratégias adequadas, onde se articulam as prioridades, as políticas internas com formas de gestão de recursos humanos, num clima e

numa cultura de aprendizagem.

1.7. Síntese

Quaisquer que sejam as definições que ao longo dos tempos tenham sido (e continuam a ser) formuladas, o elemento comum parece-nos ser a certeza de que, quando falamos de sociocultural fazemos referência à actividade humana, que se reflecte pela acção em si mesma, no seio de um grupo organizado (sociedade), onde se estabelecem interacções e relações, desempenhando a comunicação um papel privilegiado. Cultural e social, fundidos no termo sociocultural, têm uma íntima relação, de dependência e reciprocidade, com a realidade económica, física, social e cultural do meio, com o nível de forças produtivas e o modo de produção da sociedade à qual se referem. Sociocultural pode entender-se como um jogo social, no qual todos os indivíduos são chamados a participar (voluntária ou involuntariamente), com regras definidas desde os primórdios da existência humana, mas que se reformulam e alteram com a mesma frequência que acontecem as interacções e interrelações entre os actores sociais. Onde as características endógenas de cada sujeito e de cada comunidade adquirem, no cenário do jogo, um papel principal, associando-se com os traços exógenos das restantes realidades sociais. Um jogo feito de aprendizagens para o Eu Individual e o Eu Colectivo, promovendo a identidade de uma comunidade, pois como afirma Godelier, citado por Trilla (2004), os homens

(...) não se contentam em viver em sociedade, mas produzem a sociedade para viverem; no decurso da sua existência, inventam novas maneiras de pensar e de actuar sobre eles mesmos, assim como na natureza que os rodeia. Produzem, pois, a cultura e fabricam a história, a História. (p. 47)

Falar de sociocultural é entender a forma como nos encaramos a nós próprios enquanto seres únicos inseridos numa comunidade. É procurar perceber como as inicia-

tivas organizadas por grupos e em grupos que se conjugam na estruturação de movimentos associativos, constituídos em associações, promovem aprendizagens (no caso em estudo, nos adultos) e desencadeiam processos de aprendizagem ao longo da vida. A realidade sociocultural é produto da percepção, interpretação e avaliação dos actores, onde a comunicação, veículo de significados com força de símbolos, exerce um papel mediador fundamental. Esta concepção pressupõe uma continuidade entre o sujeito social, as normas, valores e regras dominantes que desencadeia a evolução da sociedade, encarada como uma totalidade integrada da identidade individual e colectiva dos indivíduos. A identidade sociocultural de um espaço na sociedade globalizada é um lugar de encontro de diferentes identidades, trazidas pelas muitas gentes vindas dos mais diversos cantos do mundo ou pelas variadas vivências de cada actor social. A intensidade nas relações sociais de inter conhecimento e de ligação ao meio, à natureza, constituem um factor de identidade colectiva. As alterações verificadas nos subsistemas e sistemas sociais (família, grupos desportivos, empresa, etc.) acarretam modificações na parte que é o sujeito e no todo sociocultural. "Compreender o que se faz apenas é possível através do conhecimento, ou seja, ser capaz de descrever aquilo que os outros fazem e vice-versa" (Giddens, 1996, p. 34).

Capítulo 2. Associativismo e Iniciativas socioculturais

Decorrente do que definimos no capítulo anterior como sendo o sociocultural, iremos nas páginas que se seguem clarificar qual a legislação que em Portugal define a tipologia das associações e o entendimento que fazemos sobre o que são iniciativas socioculturais.

Desde sempre o ser humano se apercebeu das vantagens de se organizar em grupo. De modo mais ou menos institucional as associações de pessoas em torno de interesses comuns foram surgindo ao longo dos tempos. Quer em ambientes urbanos ou rurais as associações proliferam. A sua constituição é marcada por dimensões que variam entre o voluntariado e a independência e a prestação de serviços sociais, normalmente em áreas de carência.

A proximidade, o relacionamento, o convívio, a solidariedade, a partilha geram muitas vezes o aparecimento de grupos organizados – associações, que evoluem no sentido da prestação de serviços à comunidade e combinam diversas vertentes de actividade.

O voluntariado apresenta diversas formas e formatos, consoante as pessoas que o fazem. Constitui um tipo de actividade de opção individual ou colectiva, executado frequentemente no tempo livre e que visa protagonizar mudanças individuais e colectivas através de iniciativas responsáveis de participação activa na vida diária.

O reconhecimento do direito de todo o ser humano de se organizar em grupos associativos é expresso desde 1948 pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. 20.º). Desde esta altura muita legislação tem sido produzida, a nível nacional e internacional, acerca da constituição de grupos associativos. A Constituição da República Portuguesa, aprovada em Abril de 1976, ao longo de doze artigos (art. 46º a art. 63º)

reconhece a liberdade de associação dos actores sociais e define os direitos e deveres (especificados em legislação posterior) dos diferentes grupos associativos. No Código Civil Português aprovado pelo Decreto-Lei nº 47334, de 25 de Novembro de 1966 são enquadradas normas aplicáveis às associações, no que se refere, entre outros aspectos, à sua constituição, organização, administração, responsabilidade. No caso português a legislação que se reporta às associações integra ainda: o Decreto-Lei nº 594/74, de 7 de Novembro, com alterações do Decreto-Lei nº 71/77, de 25 de Fevereiro, que se enquadra no direito à livre associação como "garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade"; o Regime Jurídico das Pessoas Colectivas de Utilidade Pública – Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, que tem como "preocupação incentivar o associativismo, a necessidade de dotar as colectividades de alguns meios para a valorização e expansão da sua actividade", bem como definir o processo de reconhecimento de utilidade pública das associações"; o Código do Procedimento Administrativo – Lei nº 32/91, de 20 de Julho, Título VIII que contém um conjunto de documentos que permitem efectivar o procedimento administrativo das Pessoas Colectivas de Utilidade Pública; o Decreto-Lei nº 57/78, de 1 de Abril que identifica os procedimentos necessários ao registo das Pessoas Colectivas de Utilidade Pública; o Decreto-Lei nº 129/98, de 13 de Maio que procede à sistematização das regras jurídicas do Registo Nacional de Pessoas Colectivas; o Decreto-Lei nº 442 – B/88, de 30 de Novembro, que aprova o Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC); o Decreto-Lei nº 251/89, de 1 de Julho que se refere à atribuição, pelo Estado, de benefícios fiscais a associações de reconhecido interesse público; o Decreto-Lei nº 74/99, de 16 de Março, que define o Estatuto do Mecenato e o tipo de donativos dados às associações; a Lei nº 151/99, de 14 de Setembro que configura o Regime de Regalias e Isenções Fiscais das Pessoas Colectivas de Utilidade Pública; a Lei nº 40/2007, de 24 de

Agosto que define os procedimentos relativos à criação de uma associação.

2.1. Categorização legislativa das associações

São várias as áreas de intervenção das associações categorizadas por Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer (1993):

- Educativo/recreativo/sociocultural;
- Recreativo;
- Recreativo/desportivo;
- Recreativo/sociocultural/desportivo;
- Acção político-partidária;
- Serviços sociais

Manuel Braga da Cruz (1995) classifica as associações portuguesas em dezasseis tipos:

- Desporto e recreatividade;
- Religiosas;
- Culturais;
- Sindicatos;
- Grupos políticos;
- Bem-estar;
- Associações profissionais;
- Apoio à saúde;
- Trabalho com juventude;
- Redução da pobreza, desemprego;
- Ecológicas;

- Protecção dos animais;
- Terceiro mundo/direitos humanos;
- Pacifistas;
- Feministas;
- Outras

Nas classificações apresentadas verifica-se um enquadramento tipológico acerca das actividades desenvolvidas pelo universo das associações existentes em Portugal. A complementaridade entre uma actividade e outra (ou mais) não significa a ausência de predominância de uma das actividades.

A legislação existente sobre o tipo de associações em Portugal classifica estes grupos organizados em trinta tipos:

- Associações políticas, vulgarmente conhecidas como partidos políticos, cuja especificidade jurídica é definida pela Lei Orgânica nº 2/2003, de 22 de Agosto;
- Associações Juvenis, que integram jovens com idade igual ou inferior a trinta anos (75% dos associados), que se constituam em grupos com personalidade jurídica, representados nos órgãos sociais e registadas no Instituto Português da Juventude (Lei nº 6/2002, de 23 de Janeiro);
- Associações de Estudantes, "que representam os estudantes do respectivo estabelecimento de ensino, assim como aqueles que representam os estudantes de uma mesma universidade ou academia" (Lei nº 33/87 de 11 de Julho, art.1, ponto 4);
- Associações de Pais, independentes do Estado, dos partidos políticos, das organizações religiosas e de quaisquer outras instituições ou interesses. "Visam a defesa e a promoção dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos da educação pré-escolar ou dos ensinos básico e secundário, público, particular ou cooperativo" (Decreto-Lei nº 373, de

27 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 80/99, de 16 de Março);

- Associações de Defesa do Consumidor, que de acordo com a Lei nº 24/96, de 31 de Julho, inclui organismos da Administração Pública, pessoas colectivas públicas, empresas de capitais públicos e empresas concessionárias de serviços públicos;

- Associações de Defesa do Ambiente, também denominadas ONGA (Organizações Não Governamentais de Defesa do Ambiente). Segundo a Lei nº 35/98, de 18 de Julho, entende "as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza" (art. 2º, ponto 1);

- Associações Religiosas, que consignam as igrejas e todas as comunidades religiosas radicadas em Portugal (Lei nº 16/2001, de 22 de Junho);

- Associações de Solidariedade Social, comumente conhecidas por IPSS (Instituições de Solidariedade Social) que no Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, ponto 1, se refere às "instituições particulares sem fins lucrativos que se proponham a resolver carências sociais";

- Associações Mutualistas, que no Decreto-Lei nº 72/90, de 3 de Março as define como "instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco" (Capítulo I, art.1º). Os interesses relacionam-se com benefícios de segurança social e saúde;

- Associações de Mulheres, que podem ser de âmbito nacional, regional ou local, cuja finalidade visa a eliminação de todas as formas de discriminação e a promoção da igualdade entre mulheres e homens, definida na Lei nº 95/88, de 17 de Agosto;

- Associações de Educação popular, direccionadas para a criação de cursos escolares para adultos e promoção de actividades culturais e educativas que "possibilitem a aprendizagem colectiva das relações entre os indivíduos, os grupos sociais e o meio em que vivem" (Decreto-Lei nº 384/76, de 20 de Maio, art. 1º, a);
- Associações Sindicais, cujo regime jurídico é definido pelo Código do Trabalho – Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto;
- Associações de Empregadores abrangem federações, uniões e confederações. Constituem-se em grupos organizados de empregadores para a defesa e promoção dos seus interesses empresariais – Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto, Capítulo II;
- Associações Desportivas onde se integram os clubes desportivos, as sociedades desportivas, as federações desportivas. As bases de constituição e funcionamento são definidas na Lei de Bases do Desporto – Lei nº 30/2004, de 21 de Julho;
- Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD) constituídas por "pessoas singulares ou colectivas de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Portugal" (Lei nº 66/98, de 14 de Outubro, art.3º e art.4º);
- Casas de Povo, actualmente conhecidas por Centros Comunitários, cuja função se prende com o desenvolvimento das populações (especialmente as de meio rural), melhoria da qualidade de vida, através de acções de animação sociocultural – Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de Janeiro;
- Associações de Família, instituições dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que representam as famílias – Lei nº 9/97, de 12 de Maio;
- Associação de Bombeiros da qual fazem parte os corpos de bombeiros sapadores, municipais, voluntários e privativos, que tem essencialmente como missão prestar socorro, em diversas áreas, às populações – Decreto-Lei nº 295/2000, de 17 de Novembro;

- Associações de Agricultores – Decreto Regulamentar nº 84/82, 4 de Novembro;
- Associações de Caçadores – Lei nº 173/99, de 21 de Setembro;
- Centros de Cultura e Desporto, INATEL, instituto público, dirigido especialmente aos trabalhadores – Decreto-Lei nº 61/89, de 23 de Fevereiro;
- Associações Representativas dos Municípios e das Freguesias, parceiros do Estado, que nos municípios e freguesias se associam "para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central e da cooperação com esta na participação em organizações internacionais – Lei nº 54/98, 18 de Agosto;
- Associações das Comunidades Portuguesas e Luso – Descendentes, onde se integram os movimentos associativos direccionados para iniciativas relacionadas com as comunidades de portugueses residentes no estrangeiro e dos luso-descendentes – Despacho nº 3366/99 (2.ª série);
- Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência – Lei nº 127/99, de 20 de Agosto, alterada pela Lei nº 37/2004, de 13 de Agosto;
- Associações de Imigrantes que são associações que têm como objectivo principal a defesa dos direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes que residam em Portugal – Lei nº 115/99, de 3 de Agosto;
- Associações de Desenvolvimento Regional que visam a "promoção externa das regiões, na criação e participação de redes de informação e promoção de iniciativas com impacte no desenvolvimento regional" (Decreto-Lei nº 88/99, de 19 de Março);
- Câmaras de Comércio e Indústria cuja actividade se reveste de natureza económica – Decreto-Lei nº 244/92, de 29 de Outubro;
- Associações de Defesa do Património que desenvolvem acções de protecção e valorização do património cultural – Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro;
- Associações Profissionais dos Militares que na Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de

Agosto reconhece aos militares dos quadros permanentes e aos militares contratados em efectividade de serviço, o direito destes elementos se constituírem em associações profissionais, embora com algumas restrições e condicionalismos previstos nos artigos 31º a 31º-F da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas;

- Associações Empresariais que integram as estruturas associativas, no âmbito do Programa de Incentivos à Modernização da Economia – Portaria nº 903/2003, de 28 de Agosto.

2.2. Procedimentos legais para a criação de uma associação

Até Outubro de 2008 constituir uma associação implicava um conjunto de procedimentos burocráticos (escritura pública no notário, envio físico dessa escritura ao Ministério Público, o seu depósito no Governo Civil e publicações no Diário da República), com deslocações a diversos serviços públicos e em diversos momentos. Com a publicação da Lei nº 40/2007, de 24 de Agosto, que entrou em funcionamento no dia 31 de Outubro de 2008, os procedimentos burocráticos tornaram-se mais simples. Com esta medida SIMPLEX, promovida pelo Ministério da Justiça – Associação na Hora, constituir uma associação é um processo simplificado que acontece num único momento, em atendimento presencial. Até então a obtenção do certificado de admissibilidade de denominação, a celebração da escritura pública no notário, obrigatórios, passam a ser facultativas. Com este regime, para se constituir uma associação basta que os cidadãos de Portugal ou do estrangeiro se dirijam a uma conservatória, indiquem o nome pretendido (se não o tiverem podem escolhe-lo de entre uma das denominações reservadas, a favor do Estado, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas) e escolham (caso ainda não tenham) um de dois modelos de estatutos pré aprovados pelo conselho directivo do Instituto de Registos e Notariado. Concluído este procedimento, é imediatamente entre-

gue o cartão definitivo de pessoa colectiva, uma certidão do acto de constituição e estatutos e o número de segurança social da associação. Em simultâneo no sítio da Internet www.mj.gov.pt/publicações são publicados o acto constitutivo e os estatutos da associação. Via electrónica são ainda comunicados os dados da associação aos serviços de Administração Fiscal, Segurança Social e Inspecção-Geral do Trabalho e a outras entidades da Administração Pública. Os custos destes procedimentos diminuíram cerca de 66%. Do valor médio de 500€ passou-se para o valor real de 175€ (170€ para o processo e 5€ de imposto de selo). De acordo com os dados disponíveis no portal do Governo, desde o funcionamento em regime experimental (31 de Outubro de 2007) e até Fevereiro de 2008, 51% das associações criadas em Portugal foram constituídas na hora, uma média de cinco associações por dia. Paralelamente à modalidade de constituição imediata de associações esta lei simplifica o regime geral das associações, independentemente das mesmas terem sido constituídas através do novo processo. É o caso da convocação das assembleias-gerais que, se os estatutos da associação o permitirem, podem ser convocadas através da publicação de um aviso no sítio da Internet – www.mj.gov.pt/publicações, evitando os gastos inerentes a uma convocatória individual, enviada por correio, a todos os associados. Desde 14 de Março de 2008 que a Associação na Hora está disponível em todos os distritos do continente, num total de vinte e seis postos de atendimento – Registo Nacional de Pessoas Colectivas, Balcão dos Registos em Lisboa, Conservatórias do Registo Comercial de Braga, Coimbra, Évora, Lisboa, Loulé, Porto, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Leiria, Mirandela, Odivelas, Portalegre, Santarém, Setúbal, Sintra, Viana do Castelo, Vila Real, Vila Nova de Famalicão, Viseu e Loja do Cidadão em Odivelas.

2.3. Associações locais e iniciativas socioculturais

Através da observação do universo associativo, verifica-se a frequência na acção das associações locais, de actividades combinadas dos domínios social e cultural, frequentemente associadas a dimensões de ensino, divulgação, ocupação de tempos livres, convívio e recreio.

No espaço desta investigação, constituem para nós iniciativas socioculturais as que promovem a participação activa dos cidadãos a diferentes níveis. As actividades podem ser do tipo pontual (por exemplo, bailes, semanas culturais, festas gastronómicas, cursos de artes decorativas, teatro) ou de carácter consuetudinário (actividades desportivas, festas religiosas, Carnaval, etc.). Para que as iniciativas não sejam apenas espectáculos de diversão performativa, terão que, associado ao prazer da diversão, provocar desafios de maior qualidade de vida (pessoal e colectiva), desencadear processos reflexivos que se transformem em aprendizagens múltiplas (aprendizagens que podem, eventualmente, desencadear necessidades de formação académica). Acerca deste aspecto Ander-Egg (1996) afirma que "é mais importante que as pessoas participem em actividades socioculturais, ainda que estas tenham deficiências e limitações, do que serem espectadores altamente refinados" (p. 124).

A sociedade civil é a destinatária das iniciativas promovidas pelas associações locais, mas também, promotora e organizadora. A finalidade visa potenciar e desenvolver as capacidades humanas de relação, convivência e inter ajuda, na procura de maior qualidade de vida e de um renovado bem-estar social ao nível do desenvolvimento que a comunidade deseja ou da satisfação pessoal. A promoção do desenvolvimento pessoal e social, o fortalecimento do tecido social e o sentido de pertença e afirmação de identidade baseiam-se em iniciativas que estimulam a criatividade, a confiança, a auto estima, o auto conceito, a interacção, a cidadania activa, que têm subjacentes objectivos de edu-

cação para os valores, para a saúde, para a educação ambiental, para o respeito pelo outro, para comunicar, agir e participar, etc.

O trabalho destas associações desenvolve-se de dentro para fora, i.e., a partir das necessidades e interesses da comunidade. Uma visão ampla, global, profunda da realidade onde se inserem que lhes permite definir, planificar as iniciativas que melhor se adequem a uma oferta sociocultural diversificada, qualitativa e adequada aos indivíduos e às comunidades.

Todo o trabalho organizativo que envolve qualquer iniciativa deve ser partilhado, cooperativo, o que requer um ambiente securizante onde todos se sintam respeitados, disponíveis para se ajudarem uns aos outros.

Consideramos que é realmente relevante os fins que as associações locais prosseguem e a forma como são postos em prática, na medida em que esses objectivos podem potenciar o desenvolvimento de competências transversais, de processos de dinamização, de progresso social como meio de superar constrangimentos e elevar padrões de qualidade de vida. Modelos de intervenção que privilegiem metodologias participativas de reflexão, diálogo, análise para a, com e na comunidade que visam o direito e dever efectivo de cidadania, o saber-ser, o saber-saber, o saber-fazer, o saber-estar, motivando a participação activa dos actores sociais, que permitam elaborar projectos comuns, resultantes das diferentes formas de ser, pensar, estar e agir. Uma procura de desenvolvimento endógeno, global, sustentado e sustentável, desencadeado pela reflexão crítica, pela vontade dos envolvidos na mudança da realidade social, na tomada decisões, na actuação autónoma, pelo auto reconhecimento das próprias capacidades, pelo respeito das capacidades dos outros, num ambiente de participação e negociação permanentes, propiciador da consciencialização dos direitos de cada pessoa.

2.4. Síntese

Ao longo deste capítulo referenciámos o suporte legislativo, que no caso português, está subjacente à formação dos grupos associativos, bem como a tipologia dos mesmos.

Descrevemos o processo legal para a constituição de uma associação, recentemente simplificado através dos procedimentos relativos à medida governativa Associação na Hora.

Terminámos o capítulo com a descrição do que entendemos serem iniciativas socioculturais, promovidas pelas associações locais sublinhando, entre outros aspectos, que estas associações fazem parte do tecido social global e específico de uma localidade. As iniciativas que desenvolvem exigem uma análise contextual, i.e., uma atitude crítica, reflexiva e esclarecida sobre a realidade em que intervêm e sobre os indivíduos nela existentes, no sentido de que sejam encontradas respostas às suas reais necessidades, interesses e desejos, promovendo o seu desenvolvimento, desencadeando novos conhecimentos, novas sinergias, um novo dinamismo comunitário, criando e recriando o sociocultural nos planos individual e colectivo. Permitindo uma aprendizagem propiciadora do conhecimento do mundo, da compreensão, da interpretação e actuação na realidade social, pela valorização dos saberes e das especificidades locais, pela utilização de metodologias participativas de intervenção local, o que poderá desencadear iniciativas individuais ou de grupo no âmbito da educação formal.

Capítulo 3. Aprendizagem ao Longo da Vida

Neste capítulo iremos reflectir sobre conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida, suas origens e repercussões no século XXI, em articulação com o que temos vindo a referir acerca do associativismo e iniciativas socioculturais. Faremos uma abordagem que se baseia essencialmente em documentos oficiais, que norteiam as práticas de aplicação e desenvolvimento do conceito.

A aprendizagem e a educação foram dominadas, durante grande parte da história humana, pelo modelo educativo, baseado no paradigma que encarava a escola como espaço privilegiado para diversas aprendizagens, onde indivíduos, com competências e conhecimentos reconhecidos oficialmente na área a ensinar, expunham os conteúdos a serem interiorizados por todos os que frequentavam a escola. A obediência, a ordem, a unidade e o respeito pela autoridade eram as competências necessárias e exigidas aos alunos.

Com a evolução das ciências, dos estudos do cérebro humano, da sociedade associados à revolução tecnológica/globalização abriu-se caminho para um novo paradigma, que considera a aprendizagem como um conceito a desenvolver ao longo da vida, em diferentes espaços e tempos, possível em todas as idades, que assenta na permanente renovação e criação de saberes, envolvendo atitudes e competências transversais. Cada vez mais se reconhece que a aprendizagem se processa para além dos contextos formais. Contextos de trabalho, actividades de lazer, situações de vida quotidiana, contêm implícitas situações formativas, embora não intencionalmente organizadas ou estruturadas, para a aprendizagem.

A valorização individual, através da actualização e desenvolvimento de compe-

tências, é perspectivada como essencial para o desenvolvimento e sucesso do Eu Individual e das sociedades. Tal faz emergir a necessidade de modificações ao nível interrelacional das instituições, dos agentes/parceiros sociais, no sentido de prevenir e atenuar a exclusão social, como forma de promover uma sociedade mais justa e solidária para todos. Neste âmbito, a aprendizagem refere-se a um tipo de desenvolvimento de carácter transversal, que aperfeiçoa o indivíduo nas diversas dimensões – dimensão do saber (actividade teórica); do saber fazer (actividade produtiva); do saber ser e saber estar (actividade comportamental).

No final de 1995, a Comissão Europeia publicou, através do Livro Branco sobre a Educação e a Formação – Ensinar e Aprender rumo à sociedade cognitiva, as principais linhas europeias orientadoras para a educação e formação. Se por um lado são abordados os principais desafios que se colocam aos sistemas de educação/formação, por outro, o documento sugere propostas de iniciativas a desenvolver no espaço comunitário.

Numa perspectiva de articulação entre a inserção social, a empregabilidade e a promoção/realização pessoal, face aos desafios da sociedade, o Livro Branco, no referente à educação /formação, considera como respostas adequadas, a promoção do "acesso à cultura geral (capacidade de captar o significado das coisas, compreender e formular juízos) " e ao "desenvolvimento da aptidão para o emprego e para a actividade". No domínio filosófico, científico, técnico e prático, a aquisição de uma "base cultural sólida e vasta", num espaço temporal para além do ensino formal, é indicada no sentido de uma maior convergência entre a educação e a actividade produtiva e a formação geral e especializada. Uma conduta mais crítica e responsável, um melhor exercício da democracia e da cidadania, imprescindível na sociedade do século XXI, é destacada pelo aumento necessário da cultura científica, histórica e geográfica. A aptidão para o emprego e actividade, que se verificam em conhecimentos sólidos de base, competên-

cias técnicas e aptidões sociais, adquiridos em diferentes contextos e espaços (sistema formal de educação/formação – conhecimentos de base e línguas; contexto de trabalho – conhecimentos técnicos e aptidões pessoais; contextos informais e não formais – aptidões pessoais e sociais), diz respeito, de acordo com o Livro Branco, ao papel da educação e da formação. É da articulação das diversas competências, resultantes dos vários contextos e espaços de aprendizagem, que se revela a aptidão de um indivíduo para o emprego e actividade. O indivíduo é, deste modo, o principal responsável e agente da sua formação e qualificação, o que torna necessário a diversificação de procura e frequência em ofertas educativas variadas e oportunidades de aprendizagem, no sentido de construir um percurso formativo, pessoal e profissional qualitativo. A aquisição de competências em diferentes contextos e espaços, de acordo com o Livro Branco, poderá ser feita através de duas vias – "via tradicional", formação académica reconhecida através de diploma, que ocorre nos contextos formais de educação/formação. "Via moderna", através dos sistemas de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), adquiridas em contextos informais e não formais. A responsabilização dos indivíduos verifica-se também nas instituições, pela necessidade de criação de redes de parceria e cooperação, com vista à melhoria dos sistemas de educação e formação e à mobilidade transnacional. Nas orientações formuladas para a acção, a Comissão Europeia identifica o fomentar a aquisição de novos conhecimentos; aproximar a escola da empresa; lutar contra a exclusão; dominar três línguas comunitárias e tratar em igualdade o investimento físico e o investimento em formação, como os objectivos gerais a alcançar.

3.1. Pilares de conhecimento para a educação do século XXI

Em 1996 a UNESCO publicou um relatório elaborado para aquele organismo,

pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI – Educação um tesouro a descobrir (Delors, 1996), que resultou da reflexão conjunta de catorze personalidades de todas as regiões do mundo, oriundas de horizontes culturais e profissionais diversos. Este documento, a par de uma caracterização sobre a evolução da sociedade, de orientações, pistas e recomendações identifica quatro pilares de conhecimento essenciais para que a educação do século XXI dê resposta ao "conjunto das suas missões".

Missões essas que se traduzem no dever de

(...) transmitir, de facto, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efémeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projectos de desenvolvimento individuais e colectivos. À educação cabe fornecer, dalgum modo, a cartografia de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele. (p. 77)

Aprender a conhecer que "supõe, antes de mais, aprender a aprender" (p. 79) enquadra-se na evolução sistemática da sociedade do conhecimento, onde o domínio das tecnologias da informação e da comunicação é uma exigência, de modo a que cada indivíduo desenvolva competências cognitivas, atitudinais (e.g. ao nível da empregabilidade), de comunicação, de sentido crítico, de cidadania e democracia, de aprendizagem ao longo da vida.

Aprender a fazer direcciona a educação para a prática de aprendizagem constante, i.e., não basta dominar métodos e técnicas característicos de determinada profissão, é preciso inovar. Para tal a aposta tem de ser feita por cada um em particular e pelas organizações no seu todo, tornando-se organizações aprendentes. As competências materiais, que se traduzem numa qualificação reconhecida, dão cada vez mais lugar à

(...) exigência duma competência que se apresenta como uma espécie de cock-

tail individual, em que se juntam a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipa, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco. (p. 81)

Aprender a fazer e fazer a aprender acaba por ser a chave para aquilo que mais se tem buscado, ou seja, a solução do problema das aptidões exigidas para enfrentar a incerteza e a natureza mutante do trabalho. (Carneiro, 2001, p. 48)

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros enquadra a aceitabilidade e o respeito pelas diferenças da sociedade multicultural. Trabalhar em parceria, cooperando sem constrangimentos étnicos, raciais, culturais, linguísticos, geográficos, de sexo ou religião, é promover a educação, a aprendizagem ao longo da vida, no sentido da coesão social. "O confronto através do diálogo e da troca de razões é um dos instrumentos indispensáveis à educação do século XXI" (p. 85).

Aprender a ser resume o desafio da educação no desenvolvimento integral do ser humano, ao longo de toda a sua existência. Desafio no qual

(...) deve ser dada importância especial à imaginação e à criatividade; (...) manifestações da liberdade humana. Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem tanto quanto possível, donos do seu próprio destino. (p. 86)

3.2. Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida

O Memorando sobre a Aprendizagem ao longo da Vida (2000) é outro dos documentos de referência para o conceito em análise. Resultante da Cimeira do Conselho Europeu que se realizou em Lisboa, Março de 2000, "tem por objectivo lançar um debate à escala europeia, sobre a estratégia global de aprendizagem ao longo da vida aos níveis individual e institucional, em todas as esferas da vida pública". Embora reforce algumas das ideias defendidas no Livro Branco, o conceito de aprendizagem é mais

alargado e complexo, uma vez que os termos educação e formação são encarados como muito próximos e a aprendizagem é reconhecida como emergente em contextos, espaços e tempos não formais e informais, portanto para além do formal, num contínuo ao longo de toda a vida.

O conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida é definido como "toda e qualquer actividade de aprendizagem, com um objectivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar conhecimentos, aptidões e competências", num processo "contínuo e ininterrupto", numa multiplicidade de espaços, tempos e contextos. Tem como principais objectivos a promoção da cidadania (participação activa em todas as esferas da vida social e económica) e a empregabilidade (capacidade de assegurar um emprego e de o manter), com vista a "um crescimento económico dinâmico, reforçando simultaneamente a coesão social". Tal exige (também defendido no Livro Branco), "a existência de conhecimentos adequados e actualizados indispensáveis à participação na vida económica e social". Reconhece-se que a aprendizagem se desenvolve em três domínios complementares: em instituições de ensino e formação, que conduzem à aquisição de diplomas e qualificações – aprendizagem formal; que decorre em situações de trabalho, na comunidade, etc., que podem ou não conduzir à certificação formal – aprendizagem não formal; e que resulta ainda das situações de vida quotidiana, não é intencional, que frequentemente não é reconhecida (individual e socialmente) – aprendizagem informal.

O Memorando destaca, com vista à implementação da aprendizagem ao longo da vida, a necessidade de uma "osmose gradual entre estruturas de oferta", que se verificará na criação de redes de parceria e uma estreita cooperação entre todos os domínios da esfera social.

A visão de uma osmose gradual implica um duplo desafio: primeiramente, a consideração da complementaridade das aprendizagens formal, não formal e informal; e

em segundo lugar, o desenvolvimento de redes abertas de oportunidades e o reconhecimento entre os três contextos de aprendizagem.

Como propostas para a reflexão sobre as estratégias de aprendizagem ao longo da vida, o Memorando apresenta seis mensagens-chave:

1. Novas competências básicas para todos

Objectivo: Garantir acesso universal e contínuo à aprendizagem, com vista à aquisição e renovação das competências necessárias à participação sustentada na sociedade do conhecimento.

Desta mensagem ressalta a exigência de transformação e actualização de um perfil de competências básicas (definido a partir de requisitos mínimos) e a aquisição de competências genéricas. No que concerne às competências básicas, competências em tecnologias da informação, domínio de línguas estrangeiras, cultura tecnológica, literacia, numeracia, espírito empresarial e competências sociais, são apontadas como essenciais. "Aprender a aprender, adaptar-se à mudança, e a compreender vastos fluxos de informação", são referenciadas como competências genéricas. O domínio de umas e outras funcionará como alicerces para novas aprendizagens ao longo da vida. No que respeita ao domínio das competências consideramos existir uma tendência visivelmente economicista. As novas competências valorizadas revelam uma ênfase na educação e formação em função da sua adaptabilidade ao mundo do trabalho e para a competitividade, colocando em segundo plano (parece-nos), o aspecto afectivo e de bem-estar pessoal e social (e.g. lazer) que, a par da realização profissional fazem parte das multidimensões do todo que é o ser humano, no sentido do desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade. A responsabilidade é de todos e a todos os níveis. Quer os indivíduos, quer os sistemas de educação/formação (formais, não formais, informais) detêm um papel crucial, ao nível da sensibilização, da mobilização, das ofertas, desde a formação básica,

passando pela superior, culminando na contínua.

2. Mais investimento em recursos humanos

Objectivo: aumentar visivelmente os níveis de investimento em recursos humanos, de modo a dar prioridade ao mais importante trunfo da Europa – os seus cidadãos.

Aqui é evidenciada a necessidade de uma maior aposta nas pessoas e na forma como será feita essa aposta, que conseqüentemente, tenderá para a renovação e o aumento de competências, o que exige, por um lado, a partilha de responsabilidades e o co-financiamento em acções de aprendizagem ao longo da vida e, por outro (acrescentamos nós), que sejam criadas condições de acessibilidade a todos aqueles que por razões sociais, culturais, cognitivas, geográficas se encontram em situação de desigualdade. Cada Estado-membro deve encontrar estratégias adequadas à realidade. Não obstante, a Comissão Europeia propõe que sejam celebrados acordos-quadro sobre a aprendizagem ao longo da vida com os parceiros sociais, ao nível institucional e incentivos ao nível individual. Nas políticas educativas deverão considerar-se questões sociais, culturais e económicas.

3. Inovação no ensino e na aprendizagem

Objectivo: desenvolver métodos de ensino e aprendizagem eficazes para uma oferta contínua de aprendizagem ao longo e em todos os domínios da vida.

Esta mensagem acentua a necessidade de uma mudança de contextos e métodos de ensino/aprendizagem, no sentido de se viabilizarem respostas adequadas aos interesses, necessidades e exigências do Eu Individual e Colectivo na sociedade do conhecimento, que é multicultural. As tecnologias da informação e da comunicação são instrumentos chave desta inovação, tal como as competências adquiridas em contextos não formais e informais.

4. Valorizar a aprendizagem

Objectivo: melhorar significativamente a forma como são entendidos e avaliados a participação e os resultados da aprendizagem, em especial a aprendizagem não formal e informal.

Esta mensagem sublinha a importância do reconhecimento e implementação no contexto europeu, das aprendizagens realizadas para além dos sistemas tradicionais de educação/formação. No intuito de contribuir para a sensibilização, mobilização, motivação da aprendizagem ao longo da vida, é necessário que os actores e as instituições, os parceiros sociais e todas as entidades com responsabilidades na educação/formação, estreitem relações e acções conducentes a sistemas de reconhecimento, validação e certificação, das aprendizagens em contextos não formais e informais. Sistemas esses, credíveis e de qualidade, com transparência e reconhecimento, a nível europeu, das qualificações.

5. Repensar as acções de orientação e consultadoria

Objectivo: assegurar o acesso facultado de todos a informações e aconselhamento de qualidade sobre oportunidades de aprendizagem em toda a Europa e durante toda a vida.

Ao longo de muito tempo as acções no âmbito da orientação e consultadoria eram prestadas quase exclusivamente aos jovens, no período de transição do sistema de ensino para o mundo do trabalho. Na sociedade moderna este facto terá de ser alterado, adaptando-se à realidade mutante. O que significa que o serviço de orientação e aconselhamento, baseado num sistema de informação constantemente actualizado, deverá estar acessível e disponível, em permanência, ao longo da vida, a todos os públicos e idades, de preferência a nível local.

6. Aproximar a aprendizagem dos indivíduos

Objectivo: providenciar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida tão próximas quanto possível dos aprendentes, nas suas próprias comunidades e ainda se necessário apoiadas em estruturas TIC.

Ao nível local e regional há que implementar estratégias diversificadas de aprendizagem, onde o recurso às TIC permitirá a criação de plataformas de comunicação transnacionais, de partilha, de cooperação, de novas aprendizagens, promovendo o desenvolvimento regional e local. A diversidade cultural é uma característica da Europa, e o respeito pela diferença é um imperativo facilitador da integração e da identidade. Diversidade esta que deverá ser encarada como uma mais-valia de aprendizagem.

3.3. Relatório "Os objectivos futuros concretos dos sistemas de educação e formação"

Em Janeiro de 2001, na sequência do Memorando da Aprendizagem ao Longo da Vida, a Comissão Europeia publicou um relatório onde são definidos um conjunto de objectivos concretos que nortearão o trabalho conjunto, para os próximos dez anos, no sentido da implementação prática do preconizado no Memorando. Este trabalho conjunto deverá desenvolver-se ao nível nacional e regional, com recurso a redes de parceria com os parceiros sociais. Na Europa unida estes objectivos devem ser encarados por todos os Estados membros como comuns. Poderão ser atingidos através de uma aprendizagem mútua, num processo aberto de coordenação, em acções concertadas em termos europeus, todavia preservando a identidade de cada país. Os métodos, as estratégias, os conteúdos de educação e da formação deverão articular-se com as políticas de emprego, integração social, juventude e investigação.

No relatório "Objectivos futuros concretos dos sistemas de educação e formação"

a área chave de intervenção é a aprendizagem em todo o contexto europeu, entendida como meio de promover os cidadãos europeus e a sociedade europeia no século XXI.

Neste relatório ressalta:

- Elevação dos padrões de aprendizagem na Europa;
- Facilitar o acesso à aprendizagem e alargá-la a todos os tempos de vida;
- Actualizar a definição das competências básicas para a Sociedade do Conhecimento;
- Alargar a educação e a formação ao meio envolvente, à Europa e ao Mundo;
- Fazer melhor uso dos recursos;
- Desenvolver uma nova parceria com as escolas

Uma sociedade mais dinâmica e competitiva, onde os cidadãos desenvolvam todo o seu potencial individual e colectivo, pressupõe uma melhoria da formação contínua, uma diminuição dos níveis de iliteracia, numeracia e de infoexclusão. As fontes de aprendizagem e conhecimento encontram-se em contextos e espaços formais, não formais e informais. Os espaços e contextos formais terão de se tornar mais abertos e flexíveis, de se adaptar e alargar os seus sistemas encarando a aprendizagem como elemento característico ao longo da vida e a educação enquanto promotora da equidade e da coesão social, facultando aos aprendentes o acesso a percursos individuais de aprendizagem, consoante os seus interesses e necessidades.

3.4. Linhas orientadoras da Aprendizagem ao Longo da Vida

As competências básicas na Sociedade do Conhecimento, a actualizar constantemente, estendem-se do domínio pessoal e social (onde a capacidade de aprender, garantia da aprendizagem ao longo da vida é muito valorizada) até ao domínio técnico e profissional (as mais valorizadas são as do domínio das TIC, da matemática e das ciências naturais), no sentido de uma base segura para a vida e para o trabalho. A economia global, o aumento da mobilidade profissional e geográfica, o intercâmbio educativo, exi-

gem que a Europa reforce laços com a indústria, aposte no ensino/aprendizagem diversificado de línguas estrangeiras, no desenvolvimento de condutas empreendedoras, de âmbito empresarial. As entidades de educação/formação são encorajados a encontrar estratégias de trabalho de parceria com outros agentes sociais, que não apenas os do sistema educativo (com empresas, com as autoridades públicas e privadas).

Garantir uma educação mais transparente e eficaz para todos, tem subjacente a valorização, reorganização e melhoria dos recursos humanos e financeiros, com base na identificação de aspectos positivos e a melhorar, no intuito de responder às necessidades reais.

O conceito de aprendizagem ao longo da vida encara a aprendizagem numa perspectiva dinâmica do conhecimento, de valorização das pessoas desde o seu nascimento até à morte, que acontece em espaços, tempos e contextos diversos. A cidadania activa, o desenvolvimento individual e colectivo, profissional e pessoal, a inclusão social, a igualdade de oportunidades, a responsabilização de Estado e pessoas (principais agentes da sua formação), a colaboração mútua entre Estados membros da Comunidade Europeia, as instituições e entidades de educação/formação a evoluírem para "organizações aprendentes", são as principais linhas orientadoras da aprendizagem ao longo da vida. Linhas que Roberto Carneiro (2001) sintetiza da seguinte forma:

Aprender ao longo da vida deve, então, ser compreendido como oferecendo:

- Diversidade de itinerários no tempo, no conteúdo e nos estilos de aprendizagem;
- Oportunidades contínuas para aprender;
- Participação da comunidade, descentralização, diversificação de fontes de financiamento e de oferta, consultas democráticas sobre os fins e práticas da educação;
- Antídotos para "desaprendizagem" e para a perda de aptidões em vastos sectores das nossas sociedades;
- Novas dimensões sociais para a produção de conhecimento e para a aquisição de competências;
- Acção e medidas destinadas não só à prevenção, mas também à diminuição da desigual distribuição de inteligência nas nossas sociedades.

- Sob este amplo conceito, a aprendizagem ao longo da vida é um olhar novo lançado sobre as formas de responder às crescentes necessidades do progresso humano. Estas exigências cabem numa das três categorias primordiais:
 1. Desenvolvimento pessoal e cultural;
 2. Desenvolvimento social e comunitário;
 3. Desenvolvimento profissional e empregabilidade sustentável. (p. 49)

3.5. Síntese

Ao longo deste capítulo clarificámos, com recurso à análise de estudos e documentos publicados pela Comissão Europeia, sobre o que está subjacente ao conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida, de acordo com a problemática da investigação em curso. O âmbito da mesma insere-se nos aspectos não formal e informal desenvolvidos pelas iniciativas socioculturais das associações (que consideramos com fonte de aprendizagem e de construção de competências), o que nos leva, a partir daqui, a uma abordagem específica do tipo de aprendizagens para as pessoas adultas, que emergem destes tempos, espaços e contextos, as quais acreditamos impulsionam e complementam as aprendizagens formais, uma vez que, lhes reconhecemos um valor pessoal, formativo, profissional, social e económico. Aprendizagens que são um desafio aos sistemas de educação e formação, que exigem um caminho concertado entre todos os parceiros sociais, ao nível local, nacional e europeu, no sentido de que as mesmas sejam reconhecidas e valorizadas pois escapam, pela sua natureza experiencial, aos referenciais certificados pelo sistema formal. Não está no cenário deste estudo a elaboração de propostas ou sistemas de reconhecimento, validação e certificação, mas sim a identificação das aprendizagens e competências decorrentes dos contextos não formal e informal, em consonância com os percursos pessoais, sociais e culturais dos adultos em função das iniciativas socioculturais das associações.

Capítulo 4. Processos de aprendizagem dos Adultos

Tratando-se de uma investigação direcionada para a aprendizagem dos adultos, a abordagem neste capítulo far-se-á em concomitância com conceitos chave que se traduzem em linhas de pensamento, pressupostos conceptuais de autores de referência para um conceito de aprendizagem de adultos, com base nos percursos de vida, onde a experiência, a reflexividade, o sentido crítico se articulam num processo dinâmico, integrativo e integrador, que promove o desenvolvimento e a aprendizagem para além dos sistemas formais. A opção pela sequência apresentada nas concepções dos autores resultou do entendimento evolutivo de que fazemos das mesmas. Consideramos que em todas elas é visível uma complementaridade e um avanço na teoria da educação de adultos. Iniciaremos o capítulo com uma abordagem geral à histórica da educação de adultos.

A educação de adultos é uma prática antiga, porém remontam ao século passado os principais estudos impulsionadores daquilo que hoje é. Desde sempre, organismos internacionais, como a UNESCO, têm trabalhado em parceria com instituições nacionais e Organizações Não Governamentais, no sentido da formulação de programas educativos destinados à população adulta. Já na Grécia antiga, com Aristóteles, Sócrates e Platão, ou na Roma de outros tempos, com Cícero, Evelid e Quintilian, para referir ainda Confúcio e Lao Tse na China, a educação de adultos era prática comum na praça pública. Porém a história demonstra que as suas raízes se encontram na Pedagogia.

A industrialização veio impulsionar um consenso mundial acerca da necessidade de encontrar mecanismos de resposta na educação de pessoas na idade adulta, encarada como educação permanente. O período pós Primeira Guerra Mundial provocou na Europa e nos Estados Unidos o aparecimento de diferentes concepções acerca das carac-

terísticas do indivíduo adulto. No século XIX e na primeira metade do século XX emergiram iniciativas estatais de combate ao analfabetismo, cujo intuito se relacionou com a formação profissional e educação política (exercício do direito de voto). Estudos no âmbito da Psicologia sobre a pessoa associados à necessidade de educação das massas e à criação de um quadro de paz internacional desencadearam, a seguir à Segunda Guerra Mundial, uma série de conferências internacionais e iniciativas concretas sobre o tema. A consciencialização de que o desenvolvimento socioeconómico de um país e sua importância para o crescimento individual e social passa pela educação da população adulta estendeu aos países do Terceiro Mundo procedimentos no mesmo domínio ficando, a partir daqui, a educação de adultos associada ao desenvolvimento económico ao nível nacional e internacional.

O alargamento da educação de adultos verificou-se na complexificação em três domínios – práticas educativas, instituições envolvidas, perfil do educador ou formador de adultos. No que se refere às práticas, a oferta verificou-se ao nível do combate ao analfabetismo, à formação profissional e ao desenvolvimento local. O combate ao analfabetismo surgiu em consequência da conferência internacional que se realizou em 1960, Montreal. Na prática traduziu-se em iniciativas de oferta educativa de segunda oportunidade, com especificidades consoante os diferentes contextos nacionais, dirigida a adultos com pouca ou sem frequência no modelo escolar tradicional, principalmente de países do Terceiro Mundo (e.g. projectos de alfabetização na África, na Ásia, na América Latina, aprovados pela UNESCO em 1964). A formação profissional contínua (muito em moda no nosso século) espelha o conceito de educação permanente (emergente em França no período do Iluminismo) e orientou as práticas de formação de adultos no sentido da qualificação e requalificação da mão-de-obra, adequando-a às evoluções sociais e tecnológicas, com vista à competitividade e ao desenvolvimento económico do país.

Ao nível local, processos de educação de adultos orientados para o desenvolvimento comunitário, onde a participação directa dos adultos nos aspectos desenvolvimentistas da própria comunidade foram e são ainda implementados no intuito da responsabilização dos actores locais pela valorização das características endógenas locais na melhoria da qualidade da vida. Neste sentido, práticas de animação sociocultural, que se manifestaram mais significativamente a partir dos anos sessenta, vieram questionar as práticas educativas tradicionais e revelar a necessidade do reconhecimento de aprendizagens que se verificam ao nível do não formal e do informal.

No domínio das instituições e fruto do reconhecimento da experiência como recurso primordial na educação de adultos, a escola deixa de ter o monopólio da educação. Em diferentes contextos sociais (e.g. associações locais, empresas, organizações sociais) reconhece-se um carácter educativo, embora muitas vezes não explícito. Daqui decorre o terceiro domínio da evolução da educação de adultos – o educador ou formador. Se se assume que a educação ocorre para além do tradicional sistema escolar, todo aquele que vive em sociedade é de algum modo um educador, na medida em que se relaciona e dessas interacções resultam aprendizagens. Mas o educador ou o formador de adultos a que a história se reporta é aquele que realiza um trabalho de formação direccionado para adultos, socialmente reconhecido como tal, independentemente da sua formação académica, do estatuto profissional, das suas origens.

Estudos e teorias de alguns pensadores de referência, que apresentaremos de seguida, deram o suporte para que em 1968, formulado por Malcolm Knowels, surgisse o conceito de Andragogia (do grego: andros – adulto e gogos – educar). Conceito este que marcou definitivamente a diferenciação entre a educação de pessoas adultas das crianças e jovens.

4.1. Pensamento reflexivo – John Dewey (1859-1952)

Considerado filósofo da educação, John Dewey, não se debruçou especificamente sobre a educação dos adultos, mas o seu contributo é importante para os processos de aprendizagem deste tipo de população. Marcou nos anos vinte do século passado o processo educativo ao propor uma abordagem do mesmo através de uma melhor articulação entre a educação, a sociedade e a vida. Uma educação progressista que integrava a dimensão política, pedagógica e epistemológica e visava num continuum reconstruir a experiência. A experiência deveria ser considerada como muito significativa na aprendizagem, uma vez que para este autor, a educação consistia numa experiência contínua de transacções entre o ser humano e o meio, ao longo da vida, marcada por continuidades e descontinuidades, através das quais se alargam e aprofundam os conteúdos sociais e o sujeito adquire o domínio dos métodos implicados (domínio de si próprio, uso pleno de todas as capacidades pessoais), promovendo o crescimento e o desenvolvimento físico, intelectual e moral (crescimento ao nível individual e da sociedade).

A vivência democrática fomenta qualidade, tornando a experiência humana mais acessível e gratificante. Dewey considerava a mudança e o crescimento como a efectiva natureza das coisas. A base de uma comunidade democrática encontrava-se no desenvolvimento de métodos de inteligência, que dotassem os sujeitos sociais com a capacidade de uma rigorosa investigação reflexiva. Capacidade a ser estimulada pela educação (considerada a própria vida) permitiria um desenvolvimento intelectual e consequentemente o progresso social. As experiências individuais, as dinâmicas pessoais e a autonomia dos indivíduos no processo de aprendizagem desencadearão processos educativos genuínos, se as mesmas forem genuínas e educativas, pois nem todas as experiências têm estas características. Um trabalho cognitivo de reflexão da experiência, da percepção das relações e das continuidades é a descoberta do sentido da mesma. Deste traba-

lho de reflexão (uma das finalidades da educação) identificam-se dois tipos de experiência: uma consequência de situações de tentativa e erro onde, fruto das circunstâncias, existe coerência entre a acção e a sua consequência, mas em que faltam os detalhes ligação. A outra é a experiência reflexiva, um acto em cadeia que depende de um esforço consciente e voluntário, consiste num estado de perplexidade perante uma situação, elaboração racional de tentativas de resposta (cuja fonte são experiências passadas), análise, interpretação dos elementos constituintes, experimentação das conjecturas elaboradas – reelaboração da experiência, que torna possível identificar as articulações entre causa e efeito, entre a actividade e a sua consequência, valorizar o papel da experiência na aprendizagem e a sua articulação com a teoria. O pensamento reflexivo impele à indagação e visa uma conclusão, i.e., abrange um estado de dúvida e um acto de pesquisa, uma vez que envolve a necessidade de encontrar uma forma de resolver a dúvida. Para desenvolver este tipo de pensamento são necessários recursos e atitudes. Dewey identifica como recursos a curiosidade, a sugestão e a ordem. A curiosidade, especialmente evidenciada na fase da infância, constitui-se na tendência exploratória e apresenta três níveis: curiosidade orgânica – contínua actividade de exploração e de verificação, com reduzida actividade intelectual; curiosidade social, que se desenvolve a partir de estímulos sociais que provocam necessidade de aumentar a experiência, onde a linguagem constitui um instrumento importante. O terceiro nível, a curiosidade intelectual que surge quando, através do pensamento, o indivíduo conscientemente questiona no intuito de aperfeiçoar, dar sentido às coisas, antecipa consequências de acções provocando-as ou evitando-as. No que concerne às atitudes, Dewey defende três importantes que devem ser cultivadas: espírito aberto, que consiste em posicionar-se numa atitude de disponibilidade para considerar novas ideias; de todo o coração – envolve uma relação emocional, afectiva diante de um desafio, entusiasmo, perseverança face às situações; responsabili-

dade – atitude necessária na análise de novas perspectivas, uma vez que examina as consequências das escolhas e decisões tomadas, assumindo-as com responsabilidade.

O pensamento reflexivo envolve uma situação pré reflexiva, que corresponde ao início do problema e uma situação pós reflexiva, que representa o seu solucionamento. Contempla cinco fases que não são fixas e se encontram interligadas:

1. Sugestões – ideia ou ideias que ocorrem espontaneamente para uma possível resolução do problema. São originárias de experiências passadas e possuem uma diversidade de aspectos ou dimensões – facilidade ou prontidão, i.e., a espontaneidade com que surgem; extensão ou variedade (relaciona-se com o número de sugestões apresentadas); altura ou profundidade, que diz respeito à qualidade do pensamento humano, que quando mais profundo penetra até ao âmago do problema.

2. Intelectualização da perplexidade – o uso que fazemos da ideia ou ideias;

3. Ideia guia ou hipótese, que orienta na busca de mais observações, novos factos, para saber se o novo material é o que a hipótese pretende que seja;

4. Raciocínio, que é a análise mais complexa da sugestão, ajuda a ampliar o conhecimento;

5. Verificação da hipótese pela acção, o testar prático, a verificação experimental da conjuntura.

Para Dewey a educação e a democracia encontram-se estreitamente interligadas, o que implica uma maior igualdade e interactividade na relação entre aquele que aprende e o que ensina. Alunos e professor são detentores de experiências próprias, que devem ser aproveitadas no processo educativo. O professor possui uma visão sintética dos conteúdos, os alunos uma visão sincrética, o que torna a experiência um ponto central na formação do conhecimento, mais do que os conteúdos formais. Ao nível dos conteúdos educativos defendia a articulação entre a cultura e a educação profissional. A concepção

do processo educativo deveria ser equacionada de uma forma retrospectiva e prospectiva, i.e., a adequação do futuro no passado e encarar o passado como recurso do futuro em desenvolvimento.

A educação é o resultado da dialéctica entre o pensamento, a reflexão, a aprendizagem, a acção e a experimentação, devendo adaptar-se a toda a variedade de necessidades individuais. O processo educativo não tem outro fim além de si mesmo. É o processo de contínua reconstrução e transformação da vida. Dewey concebe que o espírito de iniciativa e independência levam à autonomia e ao auto governo, que são virtudes de uma sociedade realmente democrática. A educação é uma necessidade social, os indivíduos precisam ser educados para que se assegure a continuidade social, transmitindo crenças, ideias e conhecimentos. Não defendeu o ensino profissionalizante mas considerava que o processo educativo deveria estar direccionado para os reais interesses dos alunos, valorizando sua curiosidade natural de acordo com os ideais da democracia.

4.2. Indivíduo como centro de aprendizagem – Carl Rogers (1902-1987)

Marcado pela filosofia de John Dewey, da qual toma conhecimento aquando da sua frequência na Universidade de Columbia, os contributos do psicoterapeuta Carl Rogers para a educação dos adultos centraram-se na aplicação dos princípios da Psicologia Clínica à educação – aprendizagem significativa; o papel do formador como facilitador e recurso da aprendizagem; valorização da experiência; aprendizagem como processo de realização pessoal. A preocupação com a abertura a partir da experiência e da teoria, o conceito do Homem como um todo e da crença nas possibilidades da acção humana, encontram um paralelismo com a obra de Dewey.

O Homem é um ser bom e curioso por natureza. Todavia, para se desenvolver

necessita de condições que se traduzem numa filosofia de educação, numa teoria de aprendizagem, numa prática baseada em pesquisas, tecnologia educacional e uma acção política concertada, onde a educação se centra na pessoa. Só através destes agentes a educação operará uma mudança individual e social. A educação é mais do que a mera transmissão de conhecimentos, é despertar a curiosidade, é instigar o desejo de aprofundar o saber. É motivar os sujeitos para a auto confiança e auto conceito, para a descoberta da vida e para novos relacionamentos. Os objectivos da educação deveriam ser estabelecidos no sentido da actualização das competências da pessoa, do desenvolvimento da autonomia, da construção da liberdade individual.

A aprendizagem é contínua, pois o conhecimento sofre alterações às quais o sujeito tem de se adaptar. Todos sabem alguma coisa e todos aprendem algo com o outro. O próprio sujeito é agente da sua aprendizagem, que constitui um processo interno, o que implica o empenhamento global do todo que é a pessoa na interacção com o meio.

Todo o ser humano concebe naturalmente um processo de busca do seu desenvolvimento, usando os recursos disponíveis. Este processo natural, uma força motivadora, uma tendência espontânea, encontra-se no centro do organismo, que se organiza como um todo e reorganiza constantemente todas as partes, interligando-se a todos os níveis. Esta visão global do homem enfatiza os sentimentos, assim como as experiências, atribuindo-lhes um papel de destaque no desenvolvimento do ser humano. Para Rogers, indivíduos abertos à experiência, capazes de auto avaliação, criativos e independentes, são aqueles que aprenderam a aprender, que descobriram competências para aprender e encontraram os recursos necessários para a sua concretização. A aprendizagem centrada na pessoa propõe um tipo de relacionamento interpessoal propício ao desenvolvimento do ser humano e sugere que, sem essas condições, necessárias para a edificação de relações humanas positivas, possivelmente haverá uma ruptura no processo de desenvolvi-

mento.

Para o autor a aprendizagem tem de ser significativa, experiencial, que envolve a pessoa na sua totalidade. Este tipo de educação, pouco característica da educação formal, surge quando para o indivíduo as situações se apresentam como problemáticas, com elas cria uma relação de empatia (afectiva e emocional) e necessita de encontrar soluções, pois o contacto com os problemas e o seu reconhecimento é uma condição de partida para a aprendizagem significativa.

O professor é um facilitador da aprendizagem, se for capaz de aceitar o outro com as suas idiossincrasias e de se aceitar a si próprio. A evolução da pessoa, a aquisição de conhecimentos é favorecida se valorizados sentimentos e atitudes em ambiente de aprendizagem. O formador não é detentor do saber absoluto, é um recurso à disposição de quem aprende, faz parte do grupo, tem co-responsabilidade no processo de aprendizagem, pois cada pessoa é capaz de controlar o seu próprio desenvolvimento e ninguém o pode fazer por ela. As relações inter pessoais e grupais que estabelece são inibidoras ou facilitadoras da aprendizagem. A metodologia não directiva (o professor não interfere directamente no campo cognitivo e afectivo do aluno) é a preconizada. Rogers presuppõe que o professor encaminhe o estudante às suas próprias experiências, para que, a partir delas, o aluno se auto dirija.

A sensibilização, a afectividade e a motivação são factores na construção do conhecimento. A aprendizagem é uma contínua abertura à experiência e à incorporação, dentro do próprio sujeito, do processo de mudança. É mais profícua quando os professores proporcionam um clima humano e de afectividade, onde o aluno, através da experiência, se torna mais criativo e capaz de solucionar aquilo que para si é mais relevante, operando mudanças em si mesmo e no meio. A qualidade da relação pessoal entre o facilitador e o aprendiz é um enfoque primordial na aprendizagem, uma vez que é dela

que resultam transformações intensas, tanto no comportamento de ambos, como na busca do conhecimento.

Do enunciado ressaltam condições que se traduzem em atitudes essenciais que, na opinião de Rogers, facilitam a aprendizagem:

- Autenticidade do professor: o professor é também uma pessoa com características próprias. Um ser real e comum com uma história de vida, que deve estabelecer com o aluno um relacionamento de empatia, autêntico e transparente. Cria condições de interacção pessoal com os educandos, prepara o ambiente psicologicamente favorável, proporciona a pesquisa, instiga a curiosidade (característica inerente ao ser humano). A autenticidade será o principal instrumento que conduzirá o aluno à aprendizagem significativa, na medida em que, através dela, o professor conquista o respeito dos alunos;

- Aceitação e confiança: o professor deve encarar o aluno como um todo a ser considerado, capaz de empreender o seu próprio desenvolvimento – valorização do outro. O aluno é o gestor da sua aprendizagem, aprende a estabelecer critérios, a determinar objectivos e a verificar se os mesmos foram alcançados;

- Compreensão: Quando o professor tem a capacidade de compreender as reacções do aluno a partir do interior, tem a consciência da forma como o processo de ensino aprendizagem se apresenta para o aluno, desenvolvendo metodologias de aprendizagem significativa. O professor é um facilitador da aprendizagem, não o único detentor do saber, mas aquele que ajuda o outro a aprender a viver como indivíduo em processo de transformação. O aluno é instigado na procura do seu próprio conhecimento, consciente da sua constante mutação.

4.3. Andragogia – a arte e a ciência de promover a aprendizagem dos adultos

O insucesso da educação dos adultos, numa época marcada por grandes mudanças políticas, sociais, culturais (e.g. a Psicologia debruça-se sobre o estudo do adulto, reconhecendo-lhe especificidades, correntes humanistas apontam para o papel do indivíduo no seu desenvolvimento e salientam a importância da experiência), levou a que nos anos sessenta diversos autores se debruçassem na procura de uma identidade e especificidade a adoptar na educação deste público-alvo. Malcolm Knowels (1913-1997) foi o responsável pelo conceito de Andragogia que concebe a educação de adultos baseando-se em determinados pressupostos, até hoje aceites neste âmbito.

Knowels distinguiu os métodos e metodologias de ensino/aprendizagem utilizados com crianças, definidos pela Pedagogia, dos a aplicar com adultos. Crianças e adultos apresentam características diferentes, as suas especificidades devem encontrar eco na forma como uns e outros são ensinados e aprendem. Apesar da clivagem inicial defendida pelo autor entre Pedagogia e Andragogia, que tinha implícita e explicitamente uma visão crítica da forma escolar, mais tarde veio a reconhecer que há pressupostos de uma e de outra que, em determinadas circunstâncias, se podem aplicar a ambas.

A educação de crianças, preconizada pela Pedagogia, onde os processos de aprendizagem se desenvolvem com base na transmissão de conhecimentos, modelo até então aplicado à educação de adultos, tinha-se revelado inadequado. A educação na perspectiva do adulto implicava a sua adaptação à realidade e teria necessariamente de passar pelo reconhecimento e implementação de um processo de descoberta ao longo da vida, centrado no sujeito que aprende, valorizando as suas necessidades, motivações, auto direcção, experiência adquirida.

Para aprender os adultos necessitam de conhecer os benefícios da aprendizagem.

Se esta se revelar como uma mais-valia para a própria vida, o adulto estará disposto a se envolver no processo pois, na sua maioria, os adultos não aprendem por aprender, mas sim para se tornarem capazes de actuar com mais eficácia e eficiência perante obstáculos que a sua própria existência lhes coloca. Deste modo, a educação dos adultos deve ter uma orientação pragmática, para a resolução de situações práticas significativas na vida de cada um e de aplicação imediata. O que é significativo e relevante para os adultos prende-se com as suas motivações para a aprendizagem. Estas relacionam-se com factores internos (satisfação profissional, auto estima, auto conceito - desenvolvimento pessoal), embora muitas vezes desencadeados através de estímulos externos – desenvolvimento e ascensão a novos papéis sociais e profissionais. O adulto está disponível para aprender quando experimenta a necessidade de conhecer ou quando pretende uma melhoria em determinado aspecto da sua vida.

Os adultos encaram-se como indivíduos capazes de fazer as suas próprias escolhas, capazes de se auto dirigirem, i.e., são responsáveis pela sua aprendizagem e delimitam o seu percurso educativo. Querem ser reconhecidos como tal. Um modelo de aprendizagem com postulados de que um agente externo (o professor) é que sabe o que se deve aprender, quando e como, bem como o controlo sobre a realização das aprendizagens é rejeitado pelos adultos. As aprendizagens direccionadas para este grupo devem enfatizar experiências onde os actores se sintam agentes da sua própria aprendizagem, se auto dirijam.

As histórias de vida, as necessidades, motivações, interesses, evocam uma autonomia progressiva e uma diversidade de experiências nos adultos, a serem equacionadas na individualização do ensino e das estratégias de aprendizagem, na valorização da pessoa que cada adulto é. Os métodos e metodologias de ensino devem centrar-se na resolução de problemas, recorrer-se dos diferentes percursos de vida, a serem partilhados e

valorizados, e através de técnicas de vivência prática (discussões, exercícios de simulação, actividades de resolução de problemas, método dos casos, métodos de laboratório), para promover situações que se tornam, por um lado, em efectivas e significativas aprendizagens e, por outro, na construção da identidade do adulto.

Para Knowels o design de hipóteses andragógicas deve ter em atenção determinados aspectos:

- **Facilitador:** A terminologia de facilitador da aprendizagem é preferida à de professor ou formador. O facilitador deve aceitar cada adulto como uma pessoa de confiança, respeitando os seus sentimentos, interesses e ideias e que encoraja na identificação de necessidades, estabelecimento de objectivos, avaliação de resultados, é uma fonte de conteúdos. As relações que se estabelecem entre o facilitador e o aprendiz são relações horizontais, de parceria e colaboração;

- **O clima do contexto de aprendizagem – ambiente físico e ambiente psicológico.** O ambiente físico terá de ser preparado, não só no que respeita a uma decoração agradável, mas também à disposição das cadeiras (em círculo), de modo a permitir uma comunicação multidireccional. O ambiente psicológico (relação interpessoal construída e vivenciada) deve ser facilitador, i.e., o clima deve ser de respeito e confiança mútuos, de cooperação e apoio, de abertura e autenticidade, de prazer, em suma, de humanidade;

- **O programa educativo, o currículo, o levantamento das necessidades, os objectivos** devem ser elaborados com o envolvimento de todos os participantes;

- **A execução** consiste em ajudar os adultos a realizarem os seus planos de formação. A metodologia fundamenta-se em eixos de articulação da motivação e da experiência. Os adultos aprendem compartilhando conceitos que resultam na resolução de problemas, de liderança, de identidades e mudança de atitudes num espaço significativo;

- **A avaliação** deve envolver todos os participantes e visa o percurso pessoal de

cada um, mas também se destina à avaliação da qualidade do programa.

- Estes últimos aspectos traduzem-se na elaboração e assinatura de um contrato, que permitirá ao adulto nomear-se aprendiz e exercer a sua liberdade.

4.4. Paulo Reglus Neves Freire: educação crítica e conscientização

Com uma vasta obra publicada e de referência na área da educação, Paulo Freire é um dos autores mais considerados na educação de adultos. A sua preocupação com as relações entre as classes sociais (dominantes e oprimidos) e a luta pela libertação dos oprimidos, cuja principal arma, na sua opinião, é o conhecimento, na conquista pela liberdade política, cultural e económica, marcaram o seu percurso de vida, trazendo ao conhecimento contributos válidos para a compreensão e implementação de mecanismos de educação das pessoas adultas.

O marco principal do itinerário político educativo de Paulo Freire corresponde à superação das convicções iniciais que visavam a transformação interna do homem para conseguir a transformação da sociedade, através da conscientização, em direcção à proposta de uma educação (trabalho dinâmico e profundo) que contribua para a organização das classes populares, que colabore para a destruição da sociedade comandada pelo capital, baseada na exploração do trabalho e valorize a humanização dos homens.

Para este autor, a educação tradicional, por si denominada "educação bancária", visava a formatação de indivíduos, no intuito da obediência às classes dominantes. Neste formato, dificilmente os educandos se tornariam agentes da sua própria vida. Tal só seria possível com a reformulação do modelo educativo, no sentido de uma educação libertadora, i.e., uma educação que potencie a consciência crítica dos indivíduos, fortalecendo a cidadania, permitindo a emancipação social, através da auto reflexão. O despertar para a crítica constituía uma plataforma de liberdade.

Considerava que a prática educativa era bilateral, onde o educador e o educando, partindo das suas experiências culturais, estabelecem juízos teóricos impulsionadores de uma leitura crítica da realidade, que a escola deveria fomentar. Um diálogo que deverá iniciar-se ainda antes da relação entre educador e educando, na definição dos conteúdos programáticos, i.e., ainda antes do contexto de formação, deve o educador questionar-se sobre que conteúdos serão favoráveis (no sentido de úteis para a liberdade política, cultural e económica) para trabalhar com determinado grupo. Este questionamento requer um rigor metodológico e intelectual que o educador deve desenvolver em si próprio, indagando de uma forma crítica o saber que possui, orientando os educandos neste sentido, relacionando os conhecimentos adquiridos com a realidade. Mais do que propor conteúdos, é imprescindível que o educador ensine os educandos a perguntar, a problematizar, a se posicionarem de forma crítica perante o que lhe é apresentado. O educador deverá estabelecer com os educandos uma relação dialéctica e intrínseca, em que ambos estão em condições iguais (embora com conhecimentos distintos), num constante trânsito de experiências, uma troca de conhecimentos a serem postos em prática, para benefício de ambos e da sociedade.

O ensino não depende unicamente do educador, como a aprendizagem não é característica única do aluno. O processo de ensino/aprendizagem é um processo de construção de conhecimento em ambas as direcções onde o educador é também educando e o educando também educador, sujeitos da aprendizagem. Um processo de acção-reflexão-acção que, na óptica de Paulo Freire, coloca o diálogo como essencial para o desenvolvimento da sociedade e possibilita a ruptura com a educação tradicional (mais concretamente com a sua uni direccionalidade e verticalidade), permitindo a abertura à complexidade do saber popular como possibilidade de transformação. Através do diálogo o aprendiz tem possibilidade de alcançar a consciência crítica que, mais do que o

esforço de adaptação ao meio, é uma praxis humana de mudança, que permite ao educador e aos educandos tornarem-se capazes de compreender a realidade, problematizá-la e modificá-la.

A educação crítica ou libertadora traduz-se numa partilha do conhecimento e na promoção de uma vontade colectiva no exercício efectivo da democracia. Em termos práticos desenvolve-se através de seis eixos essenciais:

- **Alteridade:** A educação deve reconhecer e aceitar as diferenças e particularidades dos indivíduos, encarando-as como motores de emancipação da vida social e da sua dinâmica, pois delas e através da educação podem surgir mecanismos de cooperação, de amizade, de solidariedade;

- **Comunicação:** Promovida através do diálogo, facilita a compreensão da realidade e potencia ambientes socioculturais favoráveis ao exercício da liberdade, sem influência dominadora sobre os outros, transformando as estruturas sociais, onde o sujeito está em sintonia com o seu tempo;

- **Cultura:** Da prática humana e da sua relação com o trabalho resulta a cultura, que se revela numa multiplicidade de expressões. Através da cultura, os sujeitos exercem uma acção transformadora das condições de opressão, à medida que agem sobre o seu destino, pois o homem é um ser complexo que exerce a sua autonomia através da cultura e da sua história;

- **Ética:** respeito pelos valores e comportamentos históricos. A compreensão individual do mundo rege-se pelos referenciais de cada um. Educar requer o respeito por esses referenciais, a sua integração na aprendizagem e por todos os valores e comportamentos históricos. A educação deve ser contemporânea da sociedade, subsistindo no seu seio o histórico e o recente, o estático e o dinâmico, a possibilidade de transformação;

- **Política:** A educação libertadora é um acto político, na medida em que se insere

num determinado contexto social, histórico e político (é por eles controlada) e estimula a acção prática de emancipação - educa para a vida. Educar não é somente perceber a realidade, mas agir em benefício da sua transformação, criar uma praxis activa e reflexiva do mundo repleto de injustiças. Através da educação, os actores sociais poderão reverter as injustiças e as exclusões;

- Amor: Educar é um acto de amor porque implica a aceitação do outro como igual.

Na defesa da relatividade das interpretações e o cruzamento de diferentes perspectivas e diferentes contextos, Freire entendeu a educação como um espaço de percepções híbridas, capaz de uma transformação social emergente e possível. Neste sentido educar adultos é dar voz ao cidadão, através do desenvolvimento do diálogo, que impulsiona a leitura crítica da realidade e torna viável a sua participação democrática na sociedade. Promove o desenvolvimento integral da pessoa e desenvolve a criatividade, a curiosidade, o sentido crítico, pois o ser humano reconhece-se como ser inacabado e por isso busca o conhecimento.

A curiosidade pelo saber exige uma reflexão crítica e prática, para que o conhecimento teórico se articule com o conhecimento prático. Só desta forma a educação é eficaz, o que se traduz não na mera transmissão de conhecimentos, mas na conscientização e testemunho de vida – na humanização do sujeito. A conscientização ocorre quando o homem estabelece um diálogo autêntico com a realidade, i.e., quando compreende que as suas percepções do mundo são modeladas pelo contexto histórico e social e se opõem aos interesses pessoais. Esta consciência crítica possibilita-lhe articular dialecticamente a acção com a reflexão, tomar consciência de novas realidades, agir sobre a realidade, transformando-a, criar novas formas de humanização.

O conhecimento não é propriedade única do saber científico, preconizado no

papel do educador. Também o educando é detentor de um saber popular (aprendizagem informal), a ser valorizado, tal como o saber científico, i.e., a sua integração e discussão em relação aos conteúdos instituídos, à realidade concreta. O que implica, em termos educativos, um diálogo entre os dois saberes e um compromisso político com as classes populares. A educação da pessoa adulta dimensiona-se pela leitura crítica do mundo e da palavra. Quando chega ao ambiente educativo o adulto é detentor de uma capacidade de leitura do mundo que antecede a leitura e a escrita da palavra. Ao longo da sua vida foi aprendendo a descodificar códigos sociais e culturais, que lhe permitiram interpretar, compreender, actuar na sua realidade existencial. Ele é um ser histórico, social e cultural, preso a um contexto, do qual, através da educação se torna consciente, mas com autonomia para se mudar a si e ao contexto. Esta leitura do mundo estará sempre presente na aprendizagem da palavra impressa, na sua relação com o contexto de alfabetização, com o saber científico. Deste modo, para que aprenda (de forma significativa e crítica) o domínio da palavra escrita, é essencial que no ambiente de educação sejam trabalhados pedagogicamente e problematizados temas do quotidiano do adulto, e isto é, na opinião de Freire, um princípio ético fundamental da existência humana.

4.5. Jack Mezirow – teoria da aprendizagem transformadora

A formulação da teoria da aprendizagem transformadora por Mezirow revelou-se como um forte contributo para a aprendizagem das pessoas adultas. Em 1991 publicou uma obra intitulada "Transformative dimensions of adult learning" e é a partir desta altura que o conceito ganhou especial relevo no seio da educação de adultos.

Influenciado por pesquisadores como Habermas e Paulo Freire, o autor considera que a aprendizagem envolve a transformação dos esquemas de interpretação do adulto e neste sentido torna-se emancipatória. Ao aprender novos conhecimentos, o adulto passa

a questionar os pressupostos que têm orientado as suas acções e experimenta uma espécie de revisão dos significados atribuídos à realidade em que se insere. Este é um processo de revisão ao nível cognitivo, que permitirá a criação de novas perspectivas de aprendizagem, desencadeando um processo de reflexão crítica, de internalização de novas pressuposições específicas, de reinterpretação da experiência. Nesta perspectiva, a aprendizagem funciona num sentido auto regulador e emancipatório, que resulta do conflito entre modelos pessoais, já existentes, de interpretação do mundo e novos conhecimentos discrepantes, que impelem a novas interpretações da sociedade, de nós próprios e dos outros, através da reflexão crítica. Um empreendimento cognitivo de formação de significados com ferramentas e símbolos culturalmente desenvolvidos no exercício do actor social, que exige um conjunto de operações: capacidade de explicitar determinado aspecto da nossa relação com o meio, com os outros e connosco próprios; de a esquematizar em consonância com um quadro de referência; de dela se apropriar, aceitando-a e integrando-a em si próprio, i.e., de a memorizar, de a validar e agir em conformidade. Tal implica um processo dialéctico ao nível da interpretação – "reflexividade crítica", onde a dimensão sociocultural do meio desempenha um papel significativo, uma vez que contribui para a formação dos quadros de referência.

O indivíduo atribui significado às suas experiências através do diálogo que estabelece com os outros. Procura compreender o que é válido nas afirmações dos outros e validar as suas. Os significados podem ser reforçados mediante experiências, mas também podem ser alterados através da interpretação pessoal. Ao longo da vida e à medida que os actores sociais interagem com e no meio, os seus significados são, através de um processo de interpretação, analisados e modificados.

Mezirow faz emergir a preocupação com a capacidade de simbolização do homem, valorizando a estrutura da mente, reconhecendo a importância dos significados que os

sujeitos atribuem à realidade e da linguagem para o processo de aprendizagem. As categorias cognitivas são consideradas como fenômenos socialmente construídos e em consequência a compreensão da realidade é inerentemente social. Através da aquisição do sentido crítico, emancipatório, o indivíduo assume uma postura de crítica reflexiva em relação a si próprio e à realidade sociocultural que o envolve. Uma postura que se caracteriza pela capacidade de se questionar a si próprio e de questionar o mundo, o que implica um auto conhecimento, uma aprendizagem, liberdade. O meio pode estimular ou inibir a aprendizagem transformadora.

As perspectivas adquiridas pelos indivíduos (fruto da experiência) constituem o quadro de referência ao nível das ações individuais, da aprendizagem pessoal, da forma de estar e ver a realidade e para posteriores interpretações que o indivíduo faz da realidade que o envolve, pois há uma tendência natural no adulto para a rejeição espontânea das ideias que contrariam os seus quadros de referência. Aprendizagens anteriores, assumidas de forma não crítica, que Mezirow chama de estruturas de sentido, condicionam novas aprendizagens, i.e., as novas aprendizagens são interpretadas de acordo com as pressuposições existentes e, dependendo do grau de congruência, reforçam essas mesmas pressuposições, reforçando a sua abrangência. As estruturas de sentido, muitas delas assimiladas durante a infância através do processo de socialização e aculturação, provocam três tipos de distorções na percepção que os sujeitos têm de si próprios e da realidade:

- Distorções de ordem epistémica, que influenciam o modo de aquisição de conhecimento e a forma como o usamos;
- Distorções de ordem sociolinguística, mecanismos através dos quais a sociedade e a linguagem limitam as nossas percepções;
- Distorções psicológicas, formas de sentir e de agir que causam mau estar, por-

que se revelam incongruentes com o auto conceito e a nossa percepção de como queremos ser como adultos.

Os adultos interpretam a experiência através das estruturas de sentido e estas condicionam as expectativas face aos acontecimentos, orientando e limitando as escolhas. Nesta linha de pensamento, Mezirow defende que a aprendizagem transformadora se insere num saber do tipo emancipatório que faz parte do desenvolvimento contínuo do ser humano.

Segundo Mezirow a aprendizagem dos adultos pode ocorrer de quatro formas distintas: através dos esquemas de sentido já existentes, através da sua alteração, da construção de novos esquemas, ou da transformação das perspectivas de sentido. Para o adulto, o desenvolvimento assume uma evolução progressiva para perspectivas de sentido mais desenvolvidas que a aprendizagem transformadora proporciona pois, através da reflexão crítica, provoca a alteração das perspectivas existentes. A aprendizagem é transformadora quando o sujeito encara as perspectivas de sentido como distorcidas, deixando de ser congruentes com a realidade e as altera. É pela experiência vivida que o sujeito adquire e assimila as estruturas de sentido, é também pela experiência que provoca desorientação, que se consciencializa da inadequação dos seus quadros de referência para dar resposta à realidade. É na procura de soluções para a inadequação que, reflectindo criticamente sobre essa inadequação, se processa a aprendizagem transformadora, traduzida na alteração das perspectivas existentes. Ao se deparar com a inadequação das suas perspectivas o adulto cria possibilidades para novas aprendizagens sobre perspectivas alternativas, as quais, para que provoquem aprendizagens significativas, necessitam de uma análise crítica. O autor considera que pela auto reflexão crítica, o adulto modifica as suas perspectivas pessoais, contribuindo assim para o controle efectivo da sua vida, tornando-se cidadão activo e consciente dos seus direitos e deveres

na sociedade, neste sentido novos conhecimentos são traduzidos em aprendizagem, quando há evidências de compreensão e mudanças no modo de pensar e agir.

A abordagem que Mezirow faz da aprendizagem como o resultado da reflexão crítica sobre a experiência, contribui de forma significativa para a compreensão das aprendizagens que emergem dos contextos não-formais. Ao valorizar a dimensão sociocultural no processo de aprendizagem dos adultos, o autor enquadra as experiências emergentes destes contextos como desencadeadoras do processo de aprendizagem, pois pela reflexão crítica destas experiências são questionados e alterados quadros de referência, conduzindo à emancipação.

4.6. Síntese

Durante muitos anos a noção de aprendizagem esteve associada à transmissão de conhecimentos e conseqüentemente a uma mudança de comportamentos. Porém, ao longo da história, diversas correntes de pensamento têm vindo a identificar importantes elementos do fenómeno não contemplados naquela definição e que se tornam mais evidentes quando se fala de educação de adultos.

Os adultos processam a informação de forma diferente das crianças e jovens, a sua bagagem de conhecimento feito de experiência vivida é mais ampla, dessa forma o processo de reestruturar informações torna-se mais complexo, na medida em que, a aprendizagem implica uma aplicação prática, o que nos leva a concluir que, as metodologias de ensino deste grupo têm de diferir das que se aplicam aos restantes, e que a experiência assume um papel muito importante no processo de aprendizagem. Autores como Dewey, Rogers, Knowels, Freire, Mezirow provaram com os seus estudos esta realidade.

Dewey entendia que a aprendizagem deveria basear-se nas experiências genuínas do aprendiz e promover competências críticas de abordagem e resolução de problemas.

Pensamento e acção são processos complementares, onde a reflexão contínua é uma exigência fundamental para a aprendizagem.

Carl Rogers defendeu que o enfoque da aprendizagem é individual e o processo através do qual os indivíduos passam para a sua aquisição é mais importante que os conteúdos da aprendizagem. As experiências pessoais, as interações entre os pares, o educador/formador (considerados como facilitadores da aprendizagem) o ensino pessoal centrado na pessoa, reconhecida como capaz de tomar decisões sobre a sua aprendizagem, são enunciados como principais fontes da aprendizagem.

Para Knowels, a andragogia é a "arte e a ciência de ajudar os adultos a aprender", antítese do modelo pedagógico. Este pensamento sintetiza um conjunto de teorias e práticas que preconiza a aprendizagem auto direccionada, define o adulto como o actor principal no processo de aprendizagem e o educador como facilitador nesse processo.

Paulo Freire defendeu uma educação de adultos libertária e emancipatória, que crie situações de indagação crítica, impulsionadoras de práticas de liberdade, transformadoras da sociedade e que diminuíssem as desigualdades. O processo de reflexão é fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico que instigue à melhoria da sociedade, construída através das relações.

Mezirow contribuiu para o campo da aprendizagem dos adultos com a teoria da aprendizagem transformadora, na qual o desenvolvimento dos adultos envolve um tipo de aprendizagem que surge através das experiências de vida. A aprendizagem não pode ser encarada apenas como um acumular de novos conhecimentos, mas é um processo emancipatório através do qual os adultos se tornam mais atentos e críticos à sociedade, capazes de realizar as suas próprias interpretações, negociando valores e significados, de uma forma crítica, reflexiva e racional.

Das abordagens explicitadas sublinhamos as seguintes ideias chave:

- A aprendizagem é construída nas inter relações entre os indivíduos e entre estes e o seu meio – é uma construção social;
- A aprendizagem processa-se em contextos formais, não formais e informais;
- Os adultos assumem o controlo dos seus processos de aprendizagem (esta é uma característica inerente ao ser humano) e são responsáveis pelas consequências desses processos;
- As rápidas mudanças políticas, sociais e tecnológicas suscitam a necessidade das pessoas auto direccionarem a sua aprendizagem;
- Os adultos aprendem através da reflexão crítica na descoberta e procura de soluções para os seus problemas, i.e., através do questionamento do contexto social, cultural e político;
- Conhecimento e experiência são partes de um mesmo processo. Ambos se influenciam mutuamente;
- As experiências, apesar de individuais, são profundamente marcadas pelos processos socioculturais;
- De uma forma mais ou menos explícita, todos os autores advogam uma aprendizagem emergente das situações vividas que, por um lado, desenvolvem competências sociais promotoras de uma intervenção activa na sociedade e, por outro, quando criticamente a experiência é articulada com a educação formal desencadeia um desenvolvimento individual, que se reflecte em competências de aprendizagem ao longo da vida.

Capítulo 5. Competências e Educação não formal e informal

Nesta fase do trabalho iremos aprofundar o estudo através da clarificação dos termos competência e educação não formal e educação informal, no sentido de uma articulação entre ambos. Utilizaremos como referencial teórico e metodológico os processos de formação e desenvolvimento de conceitos propostos por Vygotsky, Le Boterf e Abraham Pain. A escolha deste referencial resulta da revisão da literatura sobre os conceitos em análise e da sua adequação ao que no presente trabalho defendemos acerca de cada um.

Antes de nos debruçarmos sobre o que entendemos ser competente e ter competências temos de fazer referência às ideias defendidas por Vygotsky, na medida em que, as mesmas nos permitem clarificar os processos subjacentes à aprendizagem e ao desenvolvimento de conceitos, que estão na base da formação das competências.

5.1. Vygotsky e o processo de formação de conceitos

No início do século XX, Lev Vygotsky (1896-1934) ao procurar entender o processo de formação de conceitos nos indivíduos reporta-se às relações entre pensamento e linguagem, à questão cultural no processo de construção de significados pelos sujeitos, ao processo de internalização e ao papel do ensino em contextos formais na aquisição de conhecimentos (diferentes dos adquiridos na experiência diária). Para o autor o ensino/aprendizagem decorre da inserção do sujeito na sociedade, da sua interação com os outros indivíduos, sendo o contexto social o lugar onde se dá a construção do conhecimento mediado.

O desenvolvimento de conceitos resulta de uma actividade complexa que envolve

operações intelectuais, todas as funções mentais e interações com o meio. O processo ocorre por meio da utilização da linguagem como forma de centrar a atenção e possibilitar a abstracção de determinados traços essenciais do objecto ou fenómeno. Os traços são sintetizados por meio de um signo – a palavra. Os conceitos adquirem-se no âmbito das interações sociais – conceitos espontâneos. Posteriormente, estes conceitos espontâneos, através do processo sistemático e intencional da aprendizagem (ensino formal), são ampliados e os sujeitos realizam graus mais abrangentes de generalizações, com predominância para as operações mentais, como a reflexão e a síntese, transformando-os em conceitos científicos. Os conceitos científicos são os verdadeiros conceitos, pois são adquiridos no âmbito da instrução, através da tomada de consciência da própria actividade mental. Apesar dos conceitos espontâneos e científicos no seu processo de formação seguirem caminhos diferentes, Vygotsky ressalta que existe conexão entre a formação espontânea e a científica, da mesma forma que existe relação entre a aprendizagem e o desenvolvimento.

Não existem conceitos isolados mentalmente, pois pela sua própria natureza eles pressupõem um sistema. Cada novo conceito construído tem como base um conceito anteriormente formulado. Cada estágio de desenvolvimento é construído sobre as generalizações do nível precedente, o que significa que os produtos da actividade intelectual das fases anteriores não se perdem, reconstroem-se. A construção de um conceito é uma construção sociocultural e histórica.

5.2. Competência – um conceito polissémico

A utilização do termo competência é muito comum nos dias de hoje. Quer ao nível individual, quer ao nível das organizações, com maior ou menor conhecimento sobre o seu significado, a sua utilização é frequente e surge associada às capacidades

para realizar alguma coisa.

Diversos campos do saber se têm debruçado sobre o conceito, desde que o linguístico Noam Chomsky o introduziu ao referir-se à capacidade genética do indivíduo para produzir e compreender uma língua. No campo da educação parece não existir ainda um consenso quanto à sua definição. Muitas enunciações generalizam atributos inerentes ao conceito científico de competência, porém não representam o conceito propriamente dito, como ressalta Vygotsky. Capacidades, potencialidades, conhecimentos, comportamentos, recursos adoptados em determinadas situações são expressões empregues. Nota-se ainda existir uma tendência de associar o termo ao mercado de trabalho e às exigências feitas pelas empresas aos seus empregados. Neste caso, a história aponta que o mesmo começou a ser elaborado sob a perspectiva do indivíduo, evoluindo no sentido de encarar competências como um conjunto de recursos e requisitos de que o ser humano deve ser portador em relação ao conjunto de tarefas do cargo ou posição que ocupa numa organização. Deste modo, a competência está associada às qualificações (classificadas e certificadas pelo sistema formal de educação) necessárias para exercer determinada função – conhecimentos, habilidades ou atitudes que justificam um alto desempenho. Porém, para fazer face às solicitações do mundo actual é imperioso que as pessoas detenham mais do que qualificações para um cargo, mas recursos, capacidades, competências transversais, que lhes permita (a si e às empresas) encontrar respostas qualitativas e inovadoras para os muitos desafios imprevistos do mundo globalizado.

A respeito da identificação das competências básicas de que todas as pessoas devem dispor para se adaptarem às mudanças sociais, económicas e tecnológicas emergentes na sociedade actual, realizou-se em Fevereiro de 2002, em Genebra, sob a égide da OCDE um simpósio internacional – "Symposium international sur la définition et la sélection des compétences clés". Do qual resultou um programa internacional de pes-

quisa – Definition and Selection of Competencies – DeSeCo, que visa a identificação das competências-chave para pessoas e para a sociedade e indicadores internacionalmente comparáveis que possam validar o alcance das competências-chave estabelecidas. Em relação aos indivíduos as competências visam a produtividade, a empregabilidade, a capacidade de inovação, a participação qualitativa no processo político, nas relações sociais e interpessoais. No que concerne à sociedade, o facto de ter uma população competente vai permitir a existência de uma economia competitiva.

5.3. Le Boterf – ter competências e ser competente

Para o autor francês Le Boterf, onde se identifica o conceito de competência individual, operacionalizado, avaliado e desenvolvido no contexto específico onde o sujeito se situa (e.g. contexto organizacional) a competência não se reduz a um conhecimento específico (*know how*). Competência é um conjunto dinâmico e complexo de aprendizagens sociais e comunicacionais resultantes das interações entre três eixos – a biografia e a socialização da pessoa, a sua formação académica e a sua experiência profissional – três eixos que se adquirem pela aprendizagem, pela formação e pelo sistema de avaliações. Um saber agir responsável reconhecido pelos outros, que implica mobilizar, integrar recursos e transferir conhecimentos, num contexto profissional determinado. Le Boterf considera que é frequente conceber a competência como uma capacidade de mobilizar todos os tipos de recursos, cognitivos ou não, i.e., informações, saberes pessoais, saberes académicos, saberes do senso comum, saberes experienciais, saberes adquiridos em contextos de formação, saberes teóricos baseados na pesquisa. Todavia, ter saber e saber-fazer não significa que se é competente, pois ser competente exige conseguir mobilizar o saber e o saber fazer numa determinada situação. Ser competente é verificável através da acção que o indivíduo executa em dada circunstância, dos recur-

sof pessoais e do meio ambiente que mobiliza e combina para resolver uma situação.

Na perspectiva deste autor os saberes que se manifestam na competência, referem-se a saberes teóricos, saberes do meio, saberes procedimentais, saberes-fazer de natureza operacional, experimental, relacional e cognitiva. Os primeiros adquiridos em contextos formais são saberes teóricos, heurísticos que facilitam a compreensão, a interpretação dos fenómenos, a construção de representações operatórias, a formulação de hipóteses, a orientação da acção. Nos saberes do meio enquadram-se todos os conhecimentos do contexto no qual o indivíduo se insere (aspectos sociais, equipamentos, regras e cultura organizacional, etc.). Os saberes-fazer de natureza procedimental são saberes operativos, adquiridos em contextos formais de educação e formação, que definem os métodos que os indivíduos devem realizar para efectuar determinada tarefa. Os saberes-fazer de natureza experimental referem-se à aplicação prática dos anteriores, i.e., à experimentação, ao treino em contexto real das aprendizagens adquiridas em contexto formal de educação e formação. Os saberes-fazer experienciais ou empíricos não são escolarizáveis, resultam da experiência empírica na acção. São aprendizagens inconscientes, espontâneas e intuitivas que o ser humano realiza e não é capaz de explicar durante a acção e que se tornam em saber-fazer sobre a acção⁶. Os saberes-fazer relacionais são incorporados ao nível da própria personalidade do sujeito e adquiridos através da socialização que acontece, por um lado, no contexto sociocultural e por outro, no contexto profissional. Por último, os saberes-fazer cognitivos referem-se ao saber raciocinar e tratar a informação. A sua aquisição dá-se na educação formal, na formação inicial e contínua, na experiência social e profissional analisada.

Ter competências é um acto em si que permite orientar a acção. Tal significa, por exemplo, que o domínio das regras gramaticais, da palavra escrita, não quer necessa-

⁶ Sobre a aprendizagem na acção e sobre a acção consultar Schon, D. (1983). *The Reflective Practitioner: how professionals think in Action*. Basic Books: London.

riamente dizer que o sujeito seja capaz de redigir um relatório ou compreender e interpretar um texto. Neste sentido, o indivíduo ao qual é reconhecida competência é aquele que sabe utilizar na acção que realiza e dos resultados que ela produz, conhecimentos, saber-fazer adquirido fora e pela experiência, capacidades cognitivas, competências comportamentais, recursos emocionais, recursos do meio envolvente (rede ou redes à qual o indivíduo pertence), requisitos da função que desempenha.

Le Boterf fala ainda da importância do distanciamento ou reflexividade para se ser competente, que se refere à capacidade de distanciamento, de análise das práticas, através da compreensão sobre a qual se intervém e a forma como se processa essa intervenção. É a tomada de consciência sobre as razões implícitas na prática e sobre a prática em si mesma. Uma reconstrução da realidade da acção, mas também da realidade de esquemas operatórios, de modelos cognitivos.

A abordagem sistémica que Le Boterf faz de competência evidencia uma articulação entre o sujeito e o seu contexto, onde a motivação, a intencionalidade do indivíduo, a auto imagem interagem na construção de uma situação significativa.

5.4. Abraham Pain e a dialéctica da educação formal e não formal

Abraham Pain é um dos teóricos de referência na dialéctica da aprendizagem na educação formal e educação não formal. A valorização dos efeitos educativos em detrimento da intencionalidade é o enfoque que o autor sublinha para a definição das situações educativas. Considera que efeitos educativos correspondem a alterações de comportamentos e atitudes que perduram no tempo, decorrentes da aquisição de saberes pela experiência na acção e da consolidação de experiências individuais e colectivas.

Para o autor, a experiência quotidiana (educação informal), independentemente da sua intencionalidade educativa, apresenta um conjunto de características que se revelam

em forte potencial educativo, tanto no plano individual como no plano colectivo, na medida em que provoca mudanças comportamentais e atitudinais.

Os meios educativos ao dispor dos indivíduos são diversos. Os media, as actividades quotidianas de todas as idades, ligadas às acções e interacções em meio familiar, sociocultural, com mensagens implícitas e explícitas, com ou sem intencionalidade educativa, são situações em que os sujeitos fazem selecções a partir dos seus interesses, que permitem renovações na maneira de pensar, sentir e agir. Tais renovações constituem-se em aprendizagem se o actor social estiver motivado, dominar instrumentos de aprendizagem autónoma (instrumentos de recolha, selecção e tratamento da informação), for detentor de um conjunto de competências fundamentais (pesquisar, trabalhar em grupo, negociar, comunicar, etc.).

Pain é apologista de que os Estados devem definir as suas políticas educativas no sentido de que as mesmas se desenvolvam na realidade onde as pessoas estão inseridas. A estratégia prioritária deve ser a educação não formal, sendo a educação formal um complemento da anterior. Esta é uma ideia que tem tido eco nas muitas políticas de educação de adultos implementadas no espaço europeu. Neste âmbito realizou-se em Lisboa, no final de Novembro de 2007 a conferência "Valorizar a Aprendizagem: Práticas europeias de validação de aprendizagens não formais e informais", que contou com a presença de um vasto grupo de peritos e profissionais dos Estados-membros da UE e dos países candidatos. Nela foi apresentado oficialmente o Quadro Europeu para a Aprendizagem ao longo da vida, proposto pela Comissão Europeia em Setembro de 2006 e aprovado pelo Parlamento Europeu em Outubro e pelo Conselho em Novembro de 2007. O documento apresentado visa promover a mobilidade entre os países e facilitar a aprendizagem ao longo da vida e prevê a valorização dos resultados de aprendizagens não formais e informais realizadas ao longo e em todos os contextos da vida.

Constitui-se numa grelha de equivalências de qualificações a nível europeu, que se baseia em oito níveis de referência, das qualificações mais básicas para as mais avançadas. Especificamente em Portugal, destaca-se a iniciativa Novas Oportunidades que pretende a qualificação de um milhão de portugueses até 2010; a expansão da rede de Centros de RVCC que reconhecem, validam e certificam competências adquiridas em contextos não formais e informais, entre outras.

5.5. Os contextos não formal e informal e a emergência de competências

Como referimos anteriormente, no período pós Segunda Guerra verificou-se a expansão das ofertas educativas, com políticas orientadas para o desenvolvimento, educação/formação das pessoas e das sociedades. A educação, como movimento de educação permanente, passa a encarar a pessoa como centro do processo de aprendizagem, o que se reflecte no reconhecimento de que a aprendizagem é um processo sistémico, global e contínuo, que ocorre em todos os tempos e espaços – ao longo da vida e em contextos formais, não formais e informais, que se complementam para a totalidade do desenvolvimento da pessoa (saber saber, saber fazer, saber ser, saber estar).

Os contextos formais estão protagonizados na figura da escola, enquanto os restantes se reportam a processos educativos mais flexíveis, estruturados ou não, com carácter voluntário, sem preocupações de certificação, que ocorrem no seio dos mais diversos grupos (e.g. organizações, associações locais, clubes) e nas interações entre os parceiros sociais. Por um lado, é um tipo de aprendizagem, mais ou menos espontânea que se processa pelo contacto directo ou indirecto, entre pessoas, nos livros que se lê, através dos media, na multiplicidade de experiências vivenciais de cada indivíduo integrado numa dada realidade social, que se confunde com a socialização – educação

informal. Por outro, é um tipo de aprendizagem que ocorre em situações de trabalho, em movimentos associativos, com formatos diferenciados (e.g. seminários, workshops, etc.) no que se refere à durabilidade, ao espaço, ao tipo e número de participantes (formadores e formandos), aos métodos e metodologias, à avaliação (esta é inerente ao processo de aprendizagem, assume diversas formas, é partilhada por todos os intervenientes e visa aferir o desenvolvimento do processo de aprendizagem e identificar necessidades) – educação não formal.

A aprendizagem que se processa nos contextos não formais e informais reflecte-se, essencialmente, na construção do saber ser e saber estar, na medida em que, o enfoque frequente é a criação de espaços de inclusão, de partilha, de cidadania, de participação e cooperação e tem subjacente a ideia de que se aprende com e através da experiência e que não faz sentido ensinar às pessoas aquilo que elas já sabem. Porém, quando intencional, estruturada e orientada por objectivos e princípios específicos, a aprendizagem não formal permite a construção ou consolidação de um novo saber saber e um novo saber fazer. Do que se evidencia que o desenvolvimento de competências é um processo que ocorre de forma progressiva, através da dialéctica entre a acção e o pensamento, entre a actividade e a sua teorização, nos diferentes cenários (espaços de interacção da pessoa consigo mesma, com os outros, com as coisas, com a vida) em que o ser humano está integrado. Competências pessoais e sociais impulsionadoras do desenvolvimento do Eu individual e do Eu Colectivo.

Nos dias de hoje, parece-nos difícil encontrar modelos puros de educação onde o formal, o não formal e o informal não se entrelaça. Os domínios, as metodologias, os métodos que caracterizam cada um dos tipos de educação são cada vez mais partilhados de forma associada e complementar. A este respeito queremos ainda sublinhar que, nos espaços e tempos da educação formal ocorrem aprendizagens comumente denomina-

das de informais. Falamos, por exemplo, das interacções que ocorrem nos cafés, que proporcionam, entre outras, competências relacionais e sociais.

5.6. Síntese

De acordo com Le Boterf consideramos que a dimensão sociocultural influencia o ser humano, na medida em que o seu sistema de valores e de significados, a imagem que tem de si, a confiança e auto avaliação das suas capacidades e no seu potencial são orientados, construídos e reconstruídos nas interacções sociais, quer no domínio pessoal como profissional e reflectem-se nas actividades que realiza.

Ter competências não significa ser competente. Ser competente implica mobilizar conhecimentos ou capacidades (saber específico da situação, saber-fazer - prática, e saber-ser - atitudes, valores) para identificar uma situação, reorganizá-los e operacionalizá-los em função da situação. É ser capaz de se executar uma série de acções perante uma realidade – ultrapassar os limites de um determinado contexto e inovar para outro, em direcção a uma maior eficiência e eficácia, o que requer um tempo de aprendizagem. Pois, as competências necessitam de um tempo para serem desenvolvidas e mobilizadas.

Salientamos ainda que, perante um problema ou uma situação várias formas de pensar e agir são possíveis, o que significa que existem diferentes maneiras de se ser competente. A actividade competente requer também um conjunto de condições colectivas que não dependem unicamente do sujeito. No contexto profissional a inexistência de recursos, de estratégias inovadoras, de uma responsabilização mútua entre os intervenientes pode inibir o desempenho competente, mesmo que as condições individuais estejam reunidas.

Neste sentido evidenciam-se os diferentes aspectos que Le Boterf defende como abordagem sistémica do conceito:

- A competência é um processo de mobilização de recursos incorporados (os pessoais) e recursos objectivados (os do meio), saberes de diversa natureza, que se estruturam e reestruturam, numa aprendizagem e adaptação, que possibilita a transferência e se verifica na acção;

- A competência assemelha-se a um acto de comunicação verbal, i.e., para a sua compreensão é necessário entender a enunciação do sujeito – as suas intenções e identidade (aspecto interno, subjectivo do indivíduo), o momento e o contexto no qual se situa (aspecto externo);

- A competência responsabiliza o sujeito, na medida em que o envolve na sua totalidade (nível cognitivo e social) e em simultâneo o implica na acção.

Do que temos vindo a explicitar, é para nós evidente que o conceito de educação não formal que adoptamos neste estudo é um conceito abrangente que engloba o conceito de educação não formal e educação informal. Refere-se às aprendizagens não formais e informais (no nosso entender difícil de definir fronteiras entre umas e outras) que se distinguem e demarcam do formato escolar. Traduzem-se essencialmente em competências do saber ser e saber estar e processam-se nas iniciativas das associações locais. A valorização da vivência experiencial e dos seus efeitos como situações educativas, encarando-a como o recurso mais significativo para a realização de novas aprendizagens nos adultos, e o processo de aprendizagem como holístico, que se realiza ao longo de toda a existência humana e promove a socialização é o que defendemos, neste trabalho, sobre a educação de adultos. Não descuramos as aprendizagens formais da educação de adultos, porém, as mesmas não são alvo de reflexão nesta pesquisa.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 6. Opções metodológicas

Ao longo deste capítulo iremos clarificar os procedimentos empíricos levados a efeito na contextualização prática do objecto de estudo em análise – Aprendizagem ao longo da vida: dinâmicas socioculturais e associativismo.

6.1. Justificação do estudo

O interesse na pesquisa de determinado tema deriva das muitas circunstâncias vivenciais do percurso do investigador. O caso específico deste trabalho não é alheio a tal facto.

Ao longo de oito anos a desenvolver a sua actividade profissional no concelho de Ourique, a investigadora foi criando relações com os actores locais, que desencadearam um interesse em aprofundar os muitos questionamentos que foram surgindo pelo contacto directo com pessoas, situações, acontecimentos. Paralelamente a estes questionamentos, juntou-se o desejo de participar de forma activa na comunidade em que trabalha e compreender essa mesma comunidade, resultante de um interesse pessoal e profissional. Como educadora de infância a sua actividade pauta-se pelo contacto directo com crianças e adultos. Adultos, pais e encarregados de educação dos seus discentes, mas também, demais elementos da comunidade que, directa ou indirectamente, impelem um

dinamismo parceiro na realidade profissional.

O desafio de integrar o movimento associativo, através da criação de uma associação em Ourique, em concomitância com o desejo de compreender as dinâmicas locais ao nível da educação de adultos, entre outros aspectos, culminou na matrícula do curso de mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Educação e Formação de Adultos, promovido pela Universidade do Algarve em parceria com o Instituto Politécnico de Beja. Neste sentido, a pesquisa teórica de aplicação empírica para a conclusão do referido mestrado, levou à presente investigação.

O facto de a investigadora ter uma presença prolongada no contexto social em estudo, ser um dos actores sociais desse mesmo contexto, com interacções com os demais actores, com uma observação continuada dessas interacções, de pretender explicar, interpretar, analisar as ocorrências e as ideias dos actores locais (singularidades do terreno de pesquisa) e a partir daí produzir um conhecimento mais aprofundado da realidade complexa, onde a aprendizagem ao longo da vida, a educação de adultos e o sociocultural se interligam, e ainda, integrar uma das associações em análise (logo também participante e objecto de estudo), levou à opção por um tipo de método de pesquisa, orientado por objectivos de natureza descritivo interpretativa e inspirado na sociologia compreensiva, numa abordagem qualitativa e quantitativa.

6.2. Delimitação do campo de observação

A compreensão, interpretação e análise científica da comunidade de Ourique, as dinâmicas associativas locais e a sua contribuição para a aprendizagem ao longo da vida, no âmbito da educação de adultos constitui o cenário desta investigação. Porém um cenário de análise demasiado alargado que devido à sua dimensão poderia sofrer distorções e tornaria impraticável a investigação no âmbito de uma tese de mestrado. Decor-

rente desta acepção, focalizou-se o estudo para as associações locais sedeadas no concelho de Ourique e que desenvolvem iniciativas socioculturais destinadas à população adulta, no intuito de analisar as intencionalidades educativas, implícitas e explícitas, e efeitos que interagem e orientam as iniciativas dessas associações, num conceito de aprendizagem ao longo da vida, direccionado para a educação de adultos.

6.3. Objectivos gerais

O paradigma compreensivo interpretativo, segundo Jackes Herman (1983) e Michelle Lessard (1994) tem como principais linhas a subjectividade, o meio social como local de produção de sentido e a sua valorização e da cultura como objectivação do espírito. É o indivíduo que constitui a origem das concepções válidas sobre o social e não o conceito. A transformação histórica do interesse das metodologias pelo quotidiano do Homem é descrita no sentido de uma passagem de interesse a três níveis: sobre as pessoas de alures para as pessoas de aqui; sobre a (s) cultura (s) de alures para a (s) cultura (s) de aqui; sobre a sociedade como um todo para grupos sociais. Neste sentido, este estudo tem em vista, grosso modo, a análise das singularidades emergentes das iniciativas socioculturais das associações locais, em articulação com a aprendizagem ao longo da vida e a educação de adultos. Advoga a interdependência do sujeito e do objecto, através da interacção entre o investigador e os restantes actores sociais do concelho de Ourique e tem como objectivos gerais:

Clarificar os conceitos de:

- Sociocultural e Associativismo;
- Aprendizagem ao longo da vida;
- Aprendizagem dos adultos;
- Educação não formal e Educação informal;

- Contribuir para o aprofundamento da compreensão e valorização da educação não formal e educação informal;

- Conhecer as intencionalidades educativas, implícitas e explícitas que, em função do contexto local, orientam as iniciativas socioculturais desenvolvidas pelas associações locais;

- Identificar os efeitos educativos na aprendizagem dos adultos, das iniciativas socioculturais desenvolvidas pelas associações locais.

6.3.1. Objectivos específicos

Decorrentes dos objectivos gerais foram definidos como objectivos específicos:

- Caracterizar o movimento associativo do concelho de Ourique:

- ✓ Identificar a participação da população em geral no movimento associativo

- Identificar as características de um dirigente associativo

- Recolher dados acerca das associações locais:

- ✓ Identificar as associações locais sedeadas no concelho de Ourique;

- ✓ Compreender como são geridas as associações;

- ✓ Caracterizar a participação dos associados;

- ✓ Identificar as iniciativas socioculturais das associações;

- ✓ Caracterizar o marketing de divulgação das iniciativas;

- ✓ Identificar o público-alvo das iniciativas;

- ✓ Averiguar o trabalho de parceria realizado pelas associações e a sua importância;

- ✓ Compreender as perspectivas futuras das associações no movimento associativo, ao nível das iniciativas e da formação;

- Recolher indicadores sobre os efeitos das iniciativas desenvolvidas na aprendi-

zagem dos adultos e na aprendizagem ao longo da vida;

- Identificar o reconhecimento da existência ou não de transversalidade das competências adquiridas em contextos não formais e informais;

- Caracterizar a formação que se destina à população adulta.

6.4. Questões de pesquisa

Os objectivos definiram todo o fio condutor do trabalho e foram o ponto de partida para a formulação das principais questões de pesquisa:

- Como se caracteriza o movimento associativo num concelho do Baixo Alentejo – Ourique?

- Que lógicas de acção orientam as iniciativas socioculturais das associações locais?

- Que efeitos são reconhecidos na aprendizagem dos adultos em consequência das iniciativas socioculturais desenvolvidas pelas associações locais?

6.5. Técnicas, instrumentos de recolha, análise e tratamento de dados

No sentido de uma validação e triangulação, os dados desta investigação foram recolhidos através da:

- Observação participante;
- Investigação documental recolhida nos estatutos das associações;
- Inquérito por entrevista semi estruturada, a aplicar aos presidentes das associações e aos formadores;
- Inquérito por questionário aos actores sociais adultos, participantes nas iniciativas das associações.

6.5.1. Observação participante e Investigação documental

A observação participante ocorreu nos diversos momentos em que a investigadora esteve envolvida como elemento de uma das associações em análise, concretamente em reuniões de planificação, estruturação e avaliação das iniciativas a realizar e realizadas. Nas trocas informais do dia-a-dia com os muitos adultos que usufruem e usufruíram das actividades propostas. Nos encontros formais e informais organizados com outras associações no intuito de criar parcerias na realização de determinadas iniciativas. Durante estes momentos procurou a investigadora ter uma atitude de escuta, mas também de participante activa, dando opiniões, fazendo sugestões, "provocando" os restantes intervenientes no sentido de uma análise e reflexão críticas.

A investigação documental baseou-se na análise dos estatutos das associações locais. O seu conteúdo foi sujeito a variadas leituras que permitiram uma abordagem crítica conducente à metacognição do seu conteúdo.

6.5.2. Inquérito por entrevista semi estruturada

Até à realização das entrevistas, a recolha de dados efectuou-se em diversas fases:

1. Recolha junto da Câmara Municipal de Ourique, das Juntas de Freguesia e do conhecimento no terreno das associações sedeadas no concelho;
2. Construção de uma Grelha de Levantamento do número de associações sedeadas no concelho – trinta e oito (Anexo 1), com a atribuição aleatória a cada associação de um número de ordem, identificação nominal e localização;
3. Contacto informal, via telefone, com as associações para apresentação do estudo e confirmação dos destinatários das iniciativas que promovem. Das trinta e oito associações contactadas, catorze mostraram-se disponíveis para participar no estudo;
4. Selecção das associações a integrar no estudo (doze associações). Nesta fase foi

feita a primeira selecção das associações, com base nas informações recebidas via telefone. Esta selecção teve como critério associações que realizam iniciativas direccionadas para a população geral, onde se inclui a população adulta. Neste âmbito, as associações cujas iniciativas se destinavam apenas à população infantil e população Jovem (duas) foram excluídas. Nesta selecção existiu ainda o cuidado de que todas as freguesias do concelho com associações, que se mostraram disponíveis, fossem representadas;

5. Construção de uma Grelha de Levantamento e Categorização das associações a integrar no estudo (Anexo 2), com a atribuição aleatória de um nº conjugado com a letra A, identificação nominal, freguesia de localização, data de fundação e destinatários das iniciativas. Das doze associações seleccionadas por conveniência, 10% foram utilizadas para efectuar o pré teste ao Guião de entrevista;

6. Contacto via telefone com os presidentes das associações seleccionadas para marcação da entrevista, assinatura do protocolo de colaboração (Anexo 3), recolha dos estatutos e definição dos procedimentos para contacto com os formadores;

7. Contacto presencial com os formadores das associações para apresentação do estudo, marcação de entrevistas e assinatura do protocolo de colaboração (Anexo 4). Nas entrevistas aplicadas aos formadores há a referir que três dos entrevistados não residem no concelho. Porém, como exercem a sua actividade formativa nas associações sedeadas em Ourique, foram considerados para o estudo.

Com a realização das entrevistas semi estruturadas pretendeu-se obter dos presidentes das associações ou dos seus representantes, através de conversas colaborativas, marcadas pela escuta, reflexividade e justificação, informações relevantes sobre o movimento associativo no concelho, sobre as iniciativas específicas das associações, toda a estrutura organizativa subjacente e dados relativos à aprendizagem ao longo da vida, aprendizagem da população adulta e transversalidade de competências. Com a

devida autorização dos entrevistados, as entrevistas foram registadas em suporte áudio e posteriormente, transcritas para papel. No caso das entrevistas aos formadores das associações, as mesmas decorreram com procedimentos iguais às efectuadas aos presidentes, com excepção para o guião de entrevista, onde foram operadas algumas alterações que se relacionam com a história e logística das associações.

6.5.2.1. Guiões de entrevista

Os guiões de entrevista (Anexos 7 e 8) para os dois grupos continham algumas perguntas comuns. Foram constituídos por nove blocos temáticos (Guião de entrevista dos formadores) e dez blocos temáticos (Guião de entrevista dos presidentes), identificação dos objectivos, indicadores, perguntas e tipo de análise a efectuar para cada bloco. Em cada um dos guiões, os dois primeiros blocos direccionaram-se para questões de ética metodológica e de caracterização dos entrevistados. Nos restantes blocos a orientação das perguntas obedeceu a uma ordem crescente de aprofundamento do tema.

Ao encaminhar as entrevistas a partir de questões mais generalistas para perguntas mais específicas, pretendeu-se facilitar o discurso do entrevistado e na óptica do investigador, aprofundar a informação recolhida e evitar enviesamentos às respostas mais globais. Ambos os guiões terminaram com um complemento que deu liberdade aos respondentes para acrescentarem algum aspecto que não tenha sido abordado e que quisessem referir. De salientar que de acordo com a dinâmica de cada entrevista, com as características dos entrevistados e o fluir da conversação, o guião constituiu uma orientação que foi alterada na sequencialidade de aplicação das perguntas. Todavia, a transcrição do discurso oral para o texto escrito obedeceu à estrutura do guião, no sentido de facilitar a análise dos dados.

6.5.3. Inquérito por questionário

O inquérito por questionário foi aplicado à população adulta com idade a partir dos dezoito anos. No caso do concelho de Ourique, de acordo com dados estatísticos recolhidos junto da Câmara Municipal, do Centro de Saúde e do Agrupamento Vertical, o número total de indivíduos que constitui a população adulta (cerca de 2666) e pode usufruir das iniciativas das associações, revelou-se muito extenso. Seleccionámos então uma amostra por conveniência de 10% do total do universo – 267 casos. Através das escolas do concelho entregámos e recolhemos os inquéritos. Com o objectivo de seleccionar o conjunto de perguntas que melhor se adequariam aos objectivos da investigação, foi elaborada uma primeira versão do inquérito e efectuados os procedimentos de preparação para a composição de três bases de dados a utilizar na análise quantitativa. Uma referente ao inquérito por questionário e duas para os dados das questões das entrevistas a serem tratadas quantitativamente e cruzados com os do inquérito por questionário (uma para os presidentes e outra para os formadores). Nesta fase foi construído o Quadro síntese das bases de dados (Anexo 5), onde estão identificadas as variáveis do inquérito por questionário e inquérito por entrevista a serem cruzadas e a escala de medida e gama de valores a utilizar na sua análise.

À primeira versão do inquérito por questionário foi efectuado um pré-teste a 25% da amostra. Dos 67 inquéritos distribuídos em mão, para efectuar o pré-teste, foram devolvidos 40, o que corresponde a uma taxa de retorno de aproximadamente 59,7%. Estes 40 inquéritos foram analisados e de acordo com a percentagem de respostas mais elevada para cada uma das variáveis, foram efectuadas pequenas alterações às questões iniciais. Chegámos assim à versão final do inquérito por questionário (Anexo 6).

6.5.4. Tratamento de dados

Os dados recolhidos foram tratados através de uma abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem de natureza qualitativa verificou-se na análise de conteúdo dos estatutos e de alguns aspectos das entrevistas. A abordagem quantitativa foi efectuada com recurso ao software de tratamento de dados estatísticos, SPSS, para analisar os dados do inquérito por questionário e no cruzamento de dados com alguns aspectos do inquérito por entrevista.

Capítulo 7. Apresentação e Interpretação de dados

7.1. Caracterização do concelho de Ourique

7.1.1. História

A fundação de Ourique é tradicionalmente datada de 711, ano da entrada dos muçulmanos na Península Ibérica. Contudo, vários factos apontam para uma existência mais recuada. Dever-se-á aos muçulmanos a edificação do seu castelo que com toda a probabilidade várias vezes terá alternado entre o Crescente e a Cruz, consoante a sorte das armas.

A Vila de Ourique constituiu-se como uma das componentes centrais na reconquista do território aos muçulmanos, tendo sido testemunha da polémica Batalha de Ourique em 1139, além de toda a sua área geográfica ter sido o caminho, primeiro, da Ordem de Santiago e depois das Ordens de Santiago, Hospital e Calatrava até à definitiva conquista do Algarve.

À importância geográfica (estratégica) vem-se juntar a relevância administrativa. Vilas como Ourique e Garvão desempenharam há muito um papel militar e comercial, no que ao sul se refere, estabelecendo ligação com o vale do Sado e com a serra algarvia.

Em 8 de Janeiro de 1290, Ourique obtém carta de foral, concedida em Beja por D. Dinis e torna-se cabeça de comarca, tendo a jurisdição de muitos concelhos limítrofes. Ourique gozava de voto em Cortes com assento no banco 15º, o que demonstra a sua importância política, fazendo-se representar por procuradores eleitos pela câmara. D. Manuel I, aquando da criação dos forais novos, confirma em Santarém, a 20 de Setembro de 1510, os privilégios do foral dado por D. Dinis.

7.1.2. Localização e descrição Física

O concelho de Ourique é um dos catorze concelhos do distrito de Beja, situado na sua região sudoeste, numa zona de transição entre a planície alentejana e a serra algarvia. Separado do litoral pelo concelho de Odemira, é ainda limitado a norte pelo concelho de Aljustrel, a noroeste pelo concelho de Santiago do Cacém, a oeste pelo concelho de Odemira, a nordeste pelo concelho de Castro Verde, a este pelo concelho de Almodôvar e a sul pelo concelho de Silves. Com uma área de cerca de 664,5 Km² (corresponde a 5% da superfície do Baixo Alentejo), integra administrativamente a NUT III, Sub – Região do Baixo Alentejo. É constituído por seis freguesias, que de acordo com a área que abrangem, de forma crescente, são Ourique, que ocupa uma área de 249,5 km²; Santana da Serra, com uma área de 190,8 km²; Panóias, que ocupa uma área de 110,4 km²; Garvão, com 42,5 km²; Santa Luzia, com 34,9 km²; Conceição, que ocupa 32,1 km².

Figura 1 – Mapa de localização geográfica do concelho de Ourique em Portugal continental



Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março 2008

Figura 2 – Mapa de localização geográfica do concelho de Ourique no distrito de Beja



Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

Nas freguesias mais a norte (Panóias, Conceição, Santa Luzia e Garvão) predomina a planície, com pouco relevo, que se vai acentuando para sul à medida que o Algarve se aproxima.

A sede do concelho situa-se a 60 km da sede de distrito, a 190 km de Lisboa, junto do entroncamento do IC1 e do IP2 (Sines – Beja) e a cerca de 5 km do nó da auto-estrada. O IC1, a IP2, a EN123, a EN261 e a auto-estrada do sul são as principais vias de acesso.

A rede rodoviária de transportes públicos é constituída por:

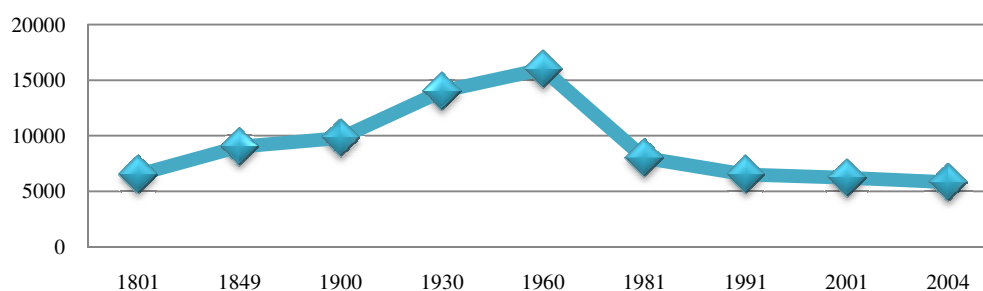
- Transportes públicos do tipo regional, que circulam diariamente em todas as freguesias;
- Rede nacional (serve Ourique diariamente) e Internacional de expressos (Ourique em determinados dias).

A rede ferroviária inclui o comboio Inter cidades, que serve diariamente a freguesia de Garvão.

7.1.3. Aspectos demográficos

A população total do concelho é de 6199 habitantes, sendo que na década de 1991/2001 se registou um abrandamento da diminuição populacional (-6%) em comparação com o período de 1960 a 1991, cuja diminuição se registou nos 58,7%.

Gráfico 1 – Evolução da população residente no concelho de Ourique



Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

Tabela 1 – População residente no Baixo Alentejo e concelhos 1991 e 2001

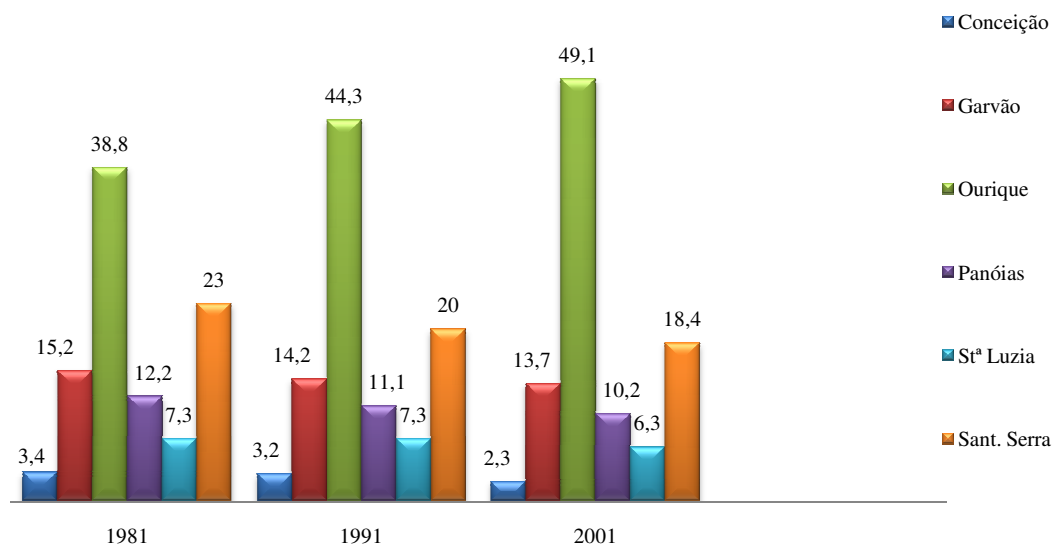
Zona	1991	2001	Variação %
Alentejo	782331	776585	-0,7
Baixo Alentejo	143020	135105	-5,5
Aljustrel	11990	10567	-11,9
Almodôvar	8999	8145	-9,5
Alvito	2650	2688	1,4
Barrancos	2052	1924	-6,2
Beja	35827	35762	-0,2
Castro Verde	7762	7603	-2,0
Cuba	5494	4994	-9,1
Ferreira do Alentejo	10075	9010	-10,6
Mértola	9805	8712	-11,1
Moura	17549	16590	-5,5
Odemira	264118	26106	-1,2
Ourique	6597	6199	-6,0
Serpa	17915	16723	-6,7
Vidigueira	6305	6188	-1,9

Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

A variação populacional de Ourique situa-se em níveis intermédios de variação negativa em comparação com a variação populacional dos restantes concelhos do Baixo Alentejo. A densidade populacional é de cerca de 9,4 habitantes por Km². A freguesia

de Ourique congrega 49,1% do total da população do concelho, seguindo-se Santana da Serra com 18,4%, Garvão com 13,7%, Panóias com 10,2%, Santa Luzia com 6,3% e a freguesia da Conceição com 2,3% do total da população residente no concelho.

Gráfico 2 – Distribuição da população residente por freguesia



Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

Há ainda a salientar que os 49,1% dos habitantes correspondentes à população residente na freguesia de Ourique vivem numa área medianamente urbana, enquanto nas restantes cinco freguesias do concelho, a população reside em áreas predominantemente rurais, correspondendo, estas últimas, a 50,9% da população do concelho.

O povoamento distribui-se por pequenas aldeias e montes isolados. Tem-se assistido à migração das populações dos lugares mais pequenos e de montes isolados para as sedes de freguesia, fugindo ao isolamento e às suas consequências mais diversas das quais se destaca a dificuldade de acessos e transportes e ultimamente, o sentimento de insegurança que reina, sobretudo na população residente na serra de Santana.

Outra das características do concelho de Ourique é o aumento progressivo e acentuado do número de idosos e redução do número de jovens. Os indivíduos da faixa etá-

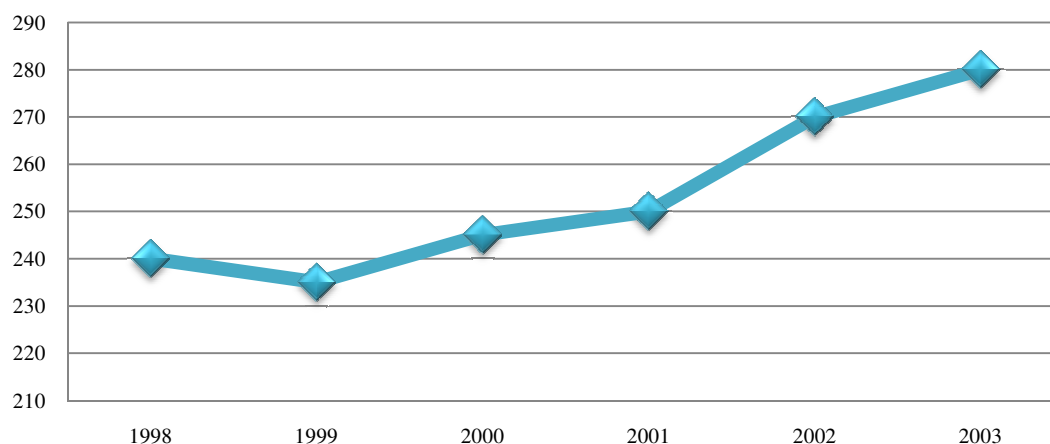
ria dos 15 aos 64 anos, em 2001, representavam aproximadamente 59% da população, os idosos, aproximadamente 30% e os Jovens cerca de 11% do total da população.

Tabela 2 – Indicadores da população residente segundo a idade, sexo e densidade populacional

Indicador	Total	
População Residente	6199 Habitantes	
Densidade populacional	9,4 Habitantes por km2	
População Residente Segundo sexo	Sexo Masculino	3133
	Sexo Feminino	3066
População Residente Segundo a Idade	0-14 Anos: 656	15-24 Anos: 679
	25-64 Anos: 2978	≥ 65 Anos: 1886

Fonte: Projecto Educativo do Agrupamento Vertical de Ourique

Gráfico 3 – Índice de envelhecimento no concelho de Ourique (1998-2003)



Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

A distribuição da população idosa pelas seis freguesias do concelho é a seguinte:

Tabela 3 – Distribuição da população idosa por freguesia

Freguesia	População com mais de 65 anos
Conceição	45
Garvão	291
Ourique	810
Panóias	182
Santa Luzia	112
Santana da Serra	445

Fonte: Centro de Saúde de Ourique, em Março de 2008

7.1.4. Aspectos económicos e recursos naturais

O concelho de Ourique apresenta cerca de 9% de solos com potencialidades agrícolas, principalmente os localizados na zona norte do concelho, freguesias de Garvão (52,4%), Santa Luzia (46%) e Panóias (45%). Os restantes 91% do concelho são caracterizados por solos de baixa capacidade de cultivo que estão aptos para utilizações florestais, silvo pastoris e conservação da vegetação natural. Ocupam principalmente, a zona sul do concelho, nomeadamente Santana da Serra com 98,3% e Ourique com 88,5%. Predomina a ocupação agrícola do solo em aproximadamente 15129 ha, com culturas extensivas de sequeiro (cereais). Contudo, perspectivam-se transformações na ocupação do solo devido à maior aptidão destes para a ocupação florestal (actualmente com 9200 ha).

Na exploração de recursos energéticos já existem algumas iniciativas no âmbito das energias alternativas, mais concretamente, a energia eólica e a energia foto voltaica para abastecer lugares isolados da freguesia de Santana da Serra. Verifica-se ainda a possibilidade de exploração de energia da bio massa associada à gestão do espaço florestal.

A área do concelho de Ourique é drenada por três bacias hidrográficas: rio Guadiana a este, rio Mira a oeste e rio Sado a norte. De um modo geral, é junto destas linhas de água que se encontram os solos com mais potencialidades para a exploração agrícola.

As barragens do Monte da Rocha e de Santa Clara são aproveitadas para consumo agrícola e abastecimento da rede pública. O potencial aproveitamento turístico ocorre, especialmente, na barragem de Santa Clara onde existe uma pousada e onde se realizam competições de pesca desportiva.

A agricultura detém um peso significativo na actividade económica do concelho. A população activa empregada no sector primário é de cerca de 16,2%, de 24% no sec-

tor secundário e de 59,8% no sector terciário. Neste último sector os activos distribuem-se por serviços predominantemente ligados à administração pública, educação, saúde, serviços sociais e comércio.

Na análise da tabela seguinte verifica-se que nas freguesias de Santana da Serra e Conceição existe uma percentagem mais elevada da população residente a trabalhar no sector primário (63% em Santana e 41% na Conceição). Ourique e Garvão são as freguesias com menos população a exercer actividade neste sector (17%).

Tabela 4 – Distribuição da população empregada no sector agrícola por freguesia (2001)

Freguesia	Superfície agrícola utilizada	População agrícola	População residente
Conceição	1481	58	141
Garvão	3433	148	851
Ourique	20703	517	3041
Panóias	8029	155	634
Stª Luzia	2406	90	393
Santana da Serra	1139	721	1139

Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

Trata-se de um concelho pobre com fraca actividade económica e empresarial. A maior parte das empresas e sociedades sedeadas a nível concelhio, no final de 2003, era de 63,8%.

Tabela 5 – Sociedades e Empresas sedeadas em Ourique e pessoal ao serviço (2003)

	Primário	Secundário	Terciário
Sociedades sedeadas	29,9	17,4	52,6
Empresas sedeadas (em nome individual e Sociedades em actividade)	24,4	21,1	54,5
Pessoal ao serviço em empresas	11,1	21,6	63,8

Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

Sendo um concelho rural, a actividade agrícola é pouco produtiva e encontra-se em declínio, como se pode verificar pela baixa taxa de ocupação da população activa no

sector primário (16,2%). A tentativa de reanimação e reorganização do sector deve-se, em grande parte, ao espaço da Associação de Criadores de Porco Alentejano (ACPA), sediada em Ourique. Destaca-se que o Concelho de Ourique é o maior exportador, a nível nacional, de carne de porco preto.

A economia local pode caracterizar-se do seguinte modo:

- Estrutura produtiva agrícola marcadamente extensiva, geradora de pouco emprego;
- Predominância de actividades ligadas à exploração e transformação dos recursos naturais, nomeadamente, a exploração florestal e pecuária, a caça e algum artesanato;
- O sector do comércio e dos serviços embora débil e baseado numa economia familiar representa no seu conjunto a principal actividade económica.

Como se pode verificar na Tabela nº6, a taxa de desemprego é de 10,5%, dos quais 19,7% corresponde à população feminina e 4,2% à masculina.

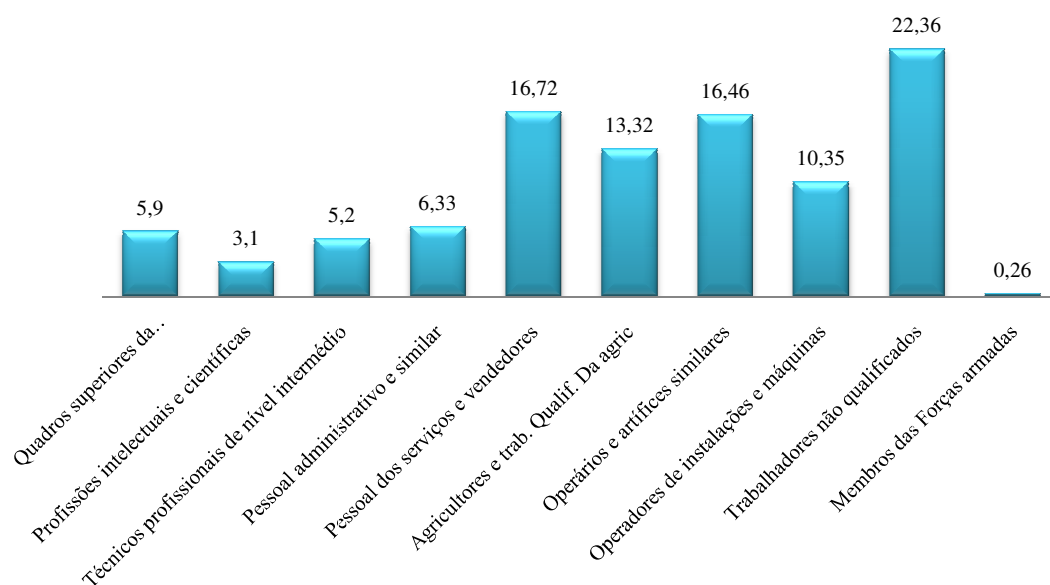
Tabela 6 – Taxa de desemprego por sexos (2001)

	2001		
	HM	H	M
Taxa de Desemprego	10,5	4,2	19,7
Taxa de Actividade	41,3	48,5	33,9

Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

Em 2001, do total de activos, 74% trabalhava por conta de outrem, 12% por conta própria, 0,3% em actividades domésticas.

Gráfico 4 – Distribuição da população segundo a profissão



Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

No que concerne à distribuição de serviços públicos, com excepção para o comércio de bens de primeira necessidade e de restauração (que existe em todas as freguesias) e o posto da GNR (que existe também em Garvão), apenas a sede do concelho tem um Tribunal, uma Repartição de Finanças, um Cartório Notarial, uma Conservatória do Registo Civil e uma do Registo Predial, uma corporação de Bombeiros, e um posto da GNR. A população das restantes freguesias tem de se deslocar cerca de 19Km para ter acesso a estes serviços.

Todas as freguesias dispõem de equipamentos e serviços de distribuição de água e luz, saneamento, recolha de lixo ou correio e telefone público.

7.1.5. Educação

A oferta de ensino no concelho de Ourique abrange o subsistema de ensino público, ao nível da educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário regular, e o subsistema particular e cooperativo, no caso da educação pré-escolar, todos a funcionar em regime normal. A oferta ao nível do ensino superior (universitário e politécnico) mais próxima localiza-se no concelho de Beja (cerca de 60Km) e Faro (103km). No que concerne ao ensino profissional, a oferta é proporcionada pela escola E.B.2/3S de Ourique e pela Agência para o Desenvolvimento Local para o Alentejo Sudoeste, CRL (ESDIME), com sede no concelho de Aljustrel, mas com intervenção em vários concelhos. A área da educação especial e apoio à pessoa com deficiência é assegurada pela CERCICOA (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Almodôvar, Castro Verde e Ourique), localizada em Almodôvar; CERCIBEJA (Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Beja) e Centro de Paralisia Cerebral de Beja.

Os ensinos Pré-escolar e ensino Básico (1º ciclo) existem em todas as freguesias, com excepção da freguesia da Conceição. A freguesia de Ourique apresenta um total de quatro turmas de educação pré-escolar (duas no ensino Particular e Cooperativo) e cinco turmas do 1º ciclo. Nas restantes freguesias existe apenas um turma no ensino Pré-escolar e uma no 1º ciclo, que integra os quatro anos.

O ensino Básico do segundo e terceiro ciclos e o ensino Secundário são ministrados na escola E.B.2/3S de Ourique, em regime normal, num total de dezassete turmas.

As escolas estão agrupadas no Agrupamento Vertical de Ourique, cuja sede é na escola E.B.2/3S de Ourique. O corpo docente é, desde o ano lectivo 2006/2007, estável, situação decorrente do novo sistema de colocação de professores.

O pessoal não docente é, na sua maioria, colocado pela Câmara Municipal ou

pelas Juntas de Freguesia.

Apesar do grande investimento feito pela Câmara Municipal de Ourique em todos os estabelecimentos, com excepção da escola sede, apresentam alguma degradação e condições deficitárias ao nível do aquecimento e equipamento. Todas as salas dispõem de pelo menos um computador com ligação à Internet, sendo que o Jardim-de-infância de Ourique, constituído por duas salas, dispõe de sete computadores (seis resultantes do esforço das educadoras e dos pais e encarregados de educação), dos quais dois têm ligação à Internet, e a escola E.B.2/3S de cento e vinte e cinco computadores (setenta e cinco sem ligação à Internet). Em todas as escolas do concelho está assegurado, pela Câmara Municipal de Ourique, o serviço de refeições, actividades de Enriquecimento Curricular, actividades de Animação e apoio à família.

Tabela 7 – Estabelecimentos escolares do concelho de Ourique (2008)

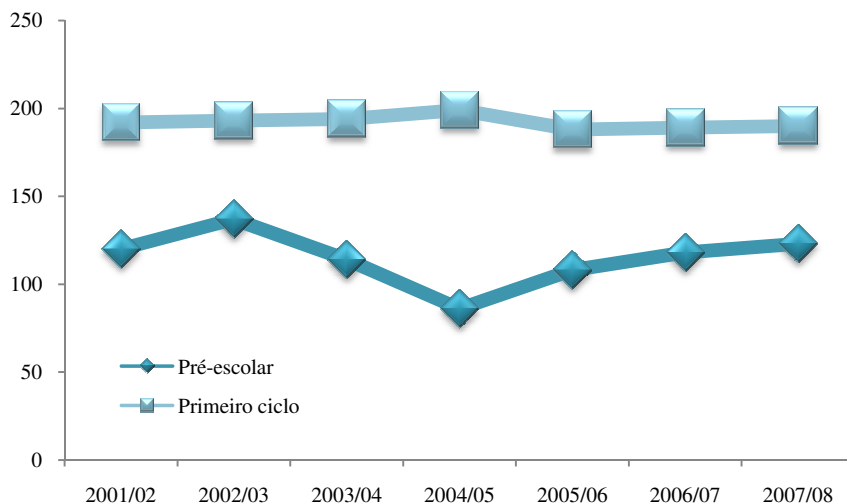
2008		
Tipo de estabelecimento	Localização	Total
Jardim-de-infância	Garvão	1
Escola EB1	Garvão	1
	Panóias	1
	Aldeia de Palheiros	1
Escola EB1/Jardim-de-infância	Santana da Serra	1
	S ^{ta} Luzia	1
	Ourique	1
Escola E.B.2/3S	Ourique	1
Total		11

Fonte: Agrupamento Vertical de Ourique, em Março de 2008

No ensino Secundário, paralelamente à oferta regular (10^o, 11^o e 12^o anos) existem ainda Cursos Científico Humanísticos (Ciências Sociais e Humanas e Ciências e Tecnologias), com a duração de três anos, vocacionados para o prosseguimento de estudos; Cursos Gerais de ensino Recorrente, por unidades capitalizáveis; Curso de Serviço de

Mesa – curso de Educação e Formação, tipo 2, com certificação escolar do 9º ano e qualificação profissional de nível 2.

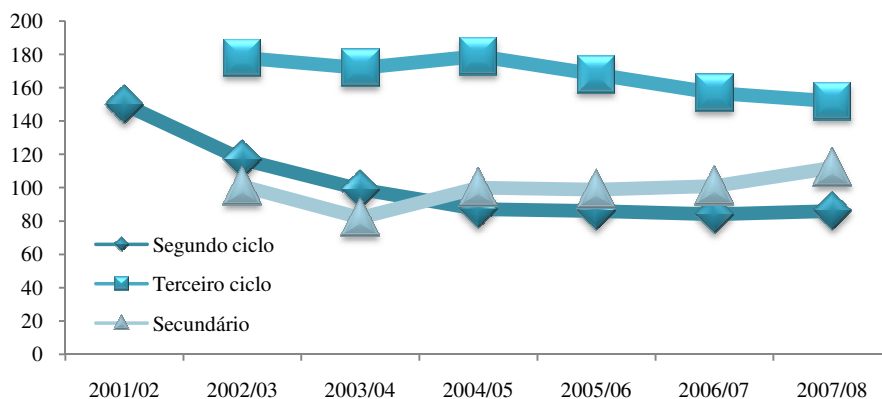
Gráfico 5 – Evolução das crianças matriculadas nos ensinos Pré-escolar e Básico (1ºCiclo)



Fonte: Agrupamento Vertical de Ourique, em Março de 2008

Pela análise do Gráfico 5 pode observar-se que na educação Pré-escolar se verificou uma redução acentuada do número de crianças matriculadas no ano lectivo 2004/05 e um aumento gradual nos anos seguintes. Tal facto muito se deve ao esforço da Câmara Municipal de Ourique e das Juntas de freguesia no transporte das crianças. No caso do 1º ciclo há uma tendência mais regular na evolução das crianças matriculadas.

Gráfico 6 – Evolução dos discentes matriculados no 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário

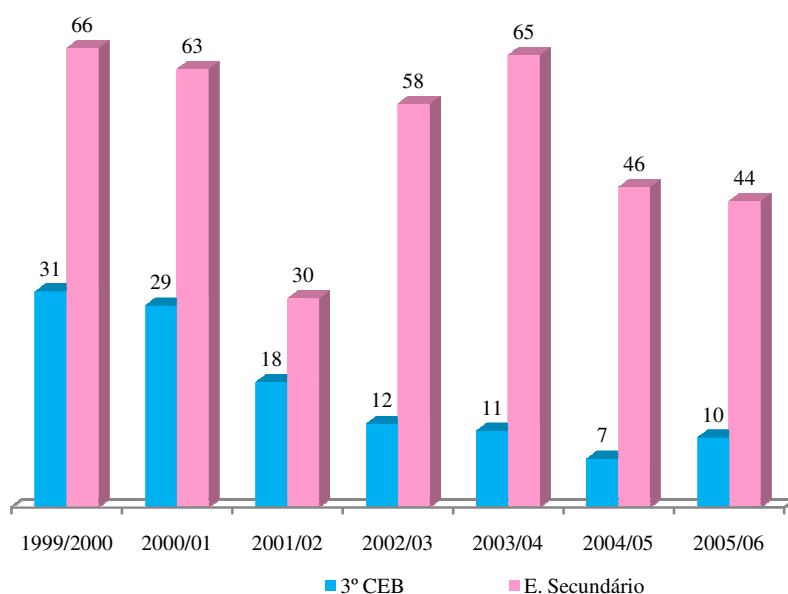


Fonte: Agrupamento Vertical de Ourique, em Março de 2008

Em relação ao segundo e terceiro ciclos, observa-se um decréscimo do número de discentes matriculados. A situação inversa verifica-se no caso do ensino Secundário, em muito resultante do número diversificado de ofertas (cursos para prosseguimento de estudos e cursos profissionais).

A educação de adultos é assegurada por diferentes entidades, com acções ao nível do ensino Secundário Recorrente, do ensino Básico, acções de educação extra-escolar e acções de formação contínua: Agrupamento Vertical de Ourique, com cursos de ensino Secundário Recorrente e cursos de língua portuguesa para cidadãos estrangeiros; Centro de Formação de Professores "Terras do Montado" com acções de formação contínua para pessoal docente e não docente; ESDIME, Curso de Horticultura e Fruticultura Biológicas – curso de educação e formação de adultos, do tipo B3, com certificação escolar ao 9º ano e qualificação profissional de nível 2; modalidade de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e Casa do S@ber+; Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de Aljustrel; Instituto de Emprego e Formação Profissional de Ourique.

Gráfico 7 – Número de adultos que frequentam o Ensino Recorrente



Fonte: Agrupamento Vertical de Ourique, em Março de 2008

A frequência de adultos no ensino Recorrente tem vindo a diminuir, totalizando pouco mais de metade, no caso do ensino Secundário, em comparação com o ano lectivo 1999/00. As maiores quebras verificam-se a partir do ano de 2001/02.

Em relação à educação extra-escolar e ao sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências não é possível apresentar dados, uma vez que, os organismos consultados (Agrupamento Vertical de Ourique, Câmara Municipal e Instituto de Emprego e Formação Profissional de Ourique) ainda não dispõem de valores concretos.

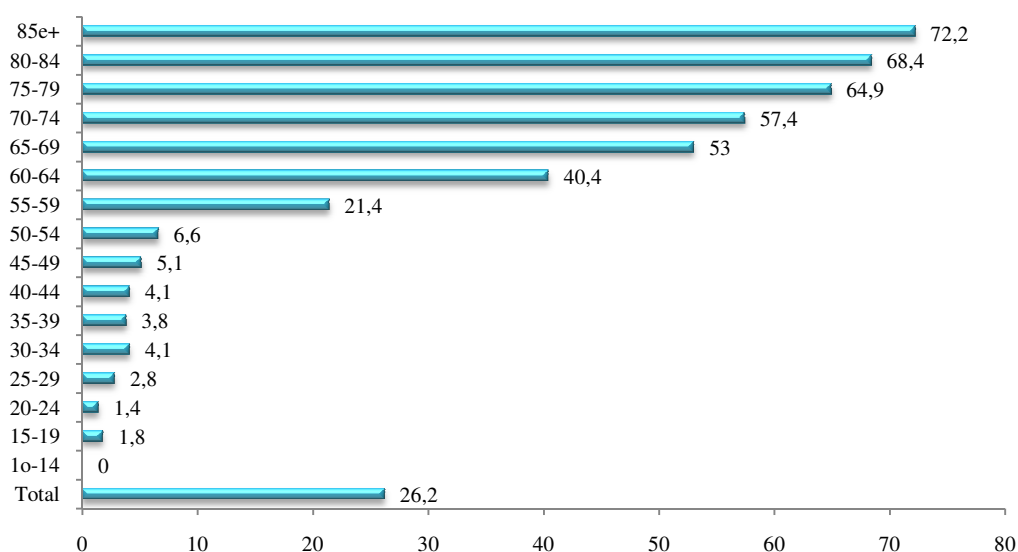
Tabela 8 – População residente segundo o nível de instrução (%)

	2001
Taxa de Analfabetismo	29
Taxa de escolarização não obrigatória	5,1
Ensino Básico	57,8
1º Ciclo	37,6
2º Ciclo	10,8
3º Ciclo	9,4
Ensino Secundário (a frequentar, grau completo e incompleto)	9,6
Ensino Médio/Superior (a frequentar, grau completo e incompleto)	4,1

Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

A população do concelho apresenta um nível de escolarização baixo. Metade dos habitantes possui uma instrução de quatro a seis anos. A população com o terceiro ciclo tem vindo a aumentar. A percentagem de população com o ensino Superior é de cerca de 2,4%, o que se revela numa percentagem muito baixa em relação à média nacional. Os níveis de analfabetismo atingiam valores, em 2001, de 29% (a média nacional em 2001 era de 11%).

Gráfico 8 – Taxa de analfabetismo por grupo etário



Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

A partir dos 55 anos a população apresenta habilitações mais baixas ou a ausência delas. Os sujeitos dos grupos etários mais jovens encontram-se maioritariamente inseridos no sistema de ensino. São as mulheres a partir dos 75 anos que apresentam um índice de analfabetismo mais elevado, ao contrário do que se verifica nos grupos etários mais jovens.

7.1.6. Aspectos Socioculturais

Como se pode verificar pelos dados até aqui apresentados, o concelho de Ourique apresenta valores de desertificação e elevado envelhecimento populacional.

No que concerne aos apoios à infância e à terceira idade, somente as freguesias de Ourique, Santa Luzia, Santana da Serra e Panóias detêm equipamentos e infra estruturas de resposta, através da Santa Casa da Misericórdia de Ourique com valência de lar (em Ourique, Santana da Serra e Santa Luzia) e Creche e Jardim-de-infância (Ourique); Casa do Povo de Santana da Serra e Panóias. Nas restantes freguesias funcionam Cen-

tros de Dia e Apoio Domiciliário (da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia), Jardins-de-infância da rede pública e escolas do 1º Ciclo (com exceção para a freguesia da Conceição) e A.T.L. (sob a tutela da autarquia).

Tabela 9 – Indicadores de saúde (2005/2006)

Nº de Médicos de família	4
Nº de Delegados de Saúde	1
Nº de Enfermeiros	10
Total de Utentes	6219
Total de utentes por médico de família (está de acordo com o ratio estabelecido de 1500 utentes/médico)	1556
Nº de Utentes por Enfermeiro	620
Total de consultas	19594
Total de consultas no domicílio	277
Total de atendimentos de enfermagem em ambulatório	18245
Total de atendimentos de enfermagem no domicílio	1079
Total de consultas de recurso/Sap	12268
Taxa de cobertura de saúde materna	92,7%
Taxa de partos com assistência qualificada	100%
Taxa de cobertura em saúde infantil	100%
Taxa de cobertura de vacinação em crianças e jovens	100%
Taxa de cobertura médica	71%
% Idosos avaliados em relação à sua independência com idade igual ou superior a 75 anos	99,7%

Fonte: Centro de Saúde de Ourique, em Março de 2008

Relativamente aos serviços de saúde, de acordo com os dados fornecidos pelo Centro de Saúde de Ourique, relativos aos anos de 2005 e 2006, registados na Tabela nº 9, a realidade concelhia apresenta um número de técnicos, entre médicos de família, enfermeiros e demais pessoal, e equipamentos que têm permitido uma resposta adequada às necessidades da população. As taxas de cobertura de saúde materno infantil, vacinação, consultas médicas e de enfermagem e de domicílios são bastante razoáveis. O serviço de internamento, apesar da existência de apenas nove camas, tem permitido uma filosofia de cuidados continuados, com uma taxa de ocupação em 95% (2005), com uma média de 14,7 dias de internamento por utente.

Tabela 10 – Infra-estruturas culturais

Equipamento	Localização	Estado
Cine teatro Sousa Teles Fórum Municipal Pavilhão Multiusos	Ourique	Em construção
Biblioteca Municipal Centro de Exposições e Museu Municipal	Ourique	
Centro de Convívio	Ourique Panóias Grandaços	
Centro Cultural e Recreativo	Panóias	

Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

Tabela 11 – Infra-estruturas de desporto

Tipo	Localização	Proprietário	Gestão	Data
Pavilhão Gimnodesportivo	Ourique	Ministério da Educação	Escola EB23S	1998
	Aldeia Palheiros	Junta Freguesia de Ourique	Proprietário	1972
	Garvão	Centro Social, Cultura e Recreio de Garvão	Proprietário	1967
	Panóias	Câmara Municipal de Ourique	Clube desportivo Panóias	1988
	Ourique	Câmara Municipal de Ourique	Proprietário	1977
Campo de futebol	Aldeia Palheiros	Associação Cultural e Juvenil Palheirense	Proprietário	1991
	Garvão	Câmara Municipal de Ourique	Centro Social, Cultura e Recreio de Garvão	1991
	Panóias	Câmara Municipal de Ourique	Clube desportivo Panóias	1984
	Santa Luzia	Casa do Povo	Clube Desportivo StªLuzia	1976
	Santana da Serra	Junta Freguesia	Proprietário	1984
	Ourique	Câmara Municipal	Ourique Desportos Clube	1970
Piscina coberta	Ourique	Câmara Municipal	Proprietário	2000

Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Carta Educativa, em Março de 2008

No que se refere às infra-estruturas de cultura, desporto e lazer, o concelho reflecte os dados que se apresentam nas Tabelas 10 e 11. De salientar que a principal oferta se verifica na sede do concelho, embora existam alguns equipamentos nas restantes freguesias.

No que concerne ao universo associativo a oferta em Ourique revela-se num total de trinta e oito entidades (ver Anexo1). São estes grupos organizados que dinamizam, em parceria com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia as iniciati-

vas/eventos culturais na região. Entre eles, os de cariz consuetudinário, são os seguintes:

- Romaria da Nossa Senhora da Cola;
- Festa dos Sabores de Santana da Serra;
- Exposição de Artesanato de Panóias;
- Feira de Garvão;
- Festas tradicionais nas freguesias do concelho;
- Sessões de Cinema no Fórum Municipal de Ourique (edifício provisório);
- Espectáculos musicais, teatro; animação de rua, Stand up Comedy, poesia;
- Exposições;
- Passeios de BTT;
- Jogos Municipais;
- Torneio de malha em Santana da Serra;
- Actividades Desportivas nas escolas do 1º Ciclo;
- Actividades Desportivas nas IPSS;
- Feira do Porco Alentejano

7.2. Análise e Interpretação de dados

Tal como referimos anteriormente os dados foram objecto de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Porém, no sentido de permitir uma leitura mais objectiva da interpretação de dados, as duas análises são apresentadas de forma complementar.

O corpus da análise de conteúdo foi constituído por dez estatutos de associações locais, dez entrevistas aos presidentes ou representantes das associações e seis entrevistas aplicadas a formadores.

Todo o material foi sujeito a diversas leituras flutuantes, no sentido de encontrar significação e pontos de semelhança ou divergência entre o referido pelos entrevistados

e os estatutos das associações. Após estas leituras efectuou-se uma leitura mais profunda e rigorosa que permitiu a:

- Selecção dos fragmentos dos textos relevantes para os objectivos da investigação;
- Pré-categorização das entrevistas, com a identificação das categorias, subcategorias (definidas de acordo com os tópicos chave das perguntas) e referenciação das unidades de sentido presentes nas entrevistas (Anexos 9 e 10). Considerámos como unidades de sentido frases ou excertos delas pronunciadas pelos respondentes que exprimem as opiniões acerca do tema;
- Elaboração de uma Grelha de Categorização de dados das entrevistas aplicadas aos presidentes (Anexo 11) e uma Grelha de Categorização de dados das entrevistas aplicadas aos formadores (Anexo 12) onde se verifica a adequação dos dados às categorias, subcategorias e indicadores;
- Construção de uma Grelha de Análise de conteúdo dos estatutos (Anexo 13), com a adequação dos dados às categorias, subcategorias e indicadores;
- Elaboração de um Quadro geral de comparação de dados das entrevistas e dos estatutos (Anexo 14). Este quadro permite identificar:
 - ✓ As categorias e subcategorias a comparar;
 - ✓ Os documentos em análise e o seu total;
 - ✓ O número total de referências feito para categoria e subcategoria presente em todos os documentos.

O corpus de análise quantitativa é constituído por dez estatutos de associações, cento e setenta e um inquéritos por questionário aplicados à população adulta, aspectos das dez entrevistas aos presidentes ou representantes das associações e das seis entrevistas feitas aos formadores. No sentido de tornar os dados das entrevistas quantitativa-

mente mensuráveis a fim de serem comparados com os dados do inquérito por questionário, os mesmos foram codificados, usando-se a mesma codificação utilizada nos inquéritos por questionário.

7.2.1. Caracterização da amostra – associações, presidentes, formadores, população

No que se refere às Associações, a amostra foi constituída por dez estatutos de dez associações. Em representação das mesmas foram aplicadas a dez Presidentes entrevistadas semi directivas. Foram ainda entrevistados seis Formadores de algumas das associações. Para facilitar a identificação das associações, dos presidentes ou representantes e dos formadores (uma vez que os seus nomes não são significativos para a investigação), optou-se por atribuir, de forma aleatória, um nº conjugado com a letra **A**, **P** ou **F** (**A** para associações; **P** para presidentes ou representantes das associações e **F** para formadores) como identificação. Deste modo, sempre que nos referirmos às associações, elas são identificadas por:

- **A1** – Associação para o Desenvolvimento Local Castro da Cola;
- **A2** – Associação Cultural Recreativa da Aldeia das Alcarias;
- **A3** – Associação Grupo Desportivo e Cultural de Panóias;
- **A4** – Associação Ourique Desportos Clube;
- **A5** – Associação de Danças de Ourique;
- **A6** – Associação Cultura e Recreio "A Noiva";
- **A7** – Associação Centro Social Cultura e Recreio Casa do Povo de Garvão;
- **A8** – Associação de Criadores do Porco Alentejano;
- **A9** – Associação Centro Cultural e Recreativo de Santana da Serra;
- **A10** – Associação Futuro de Garvão

Relativamente aos responsáveis pelas associações, oito são presidentes e dois são representantes indicados pelos presidentes para efectuarem a entrevista. Sempre que a eles nos referirmos serão identificados por:

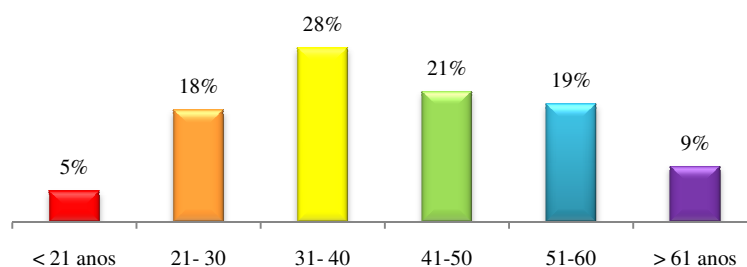
- **P1** – Presidente da A1;
- **P2** – Representante da A2;
- **P3** – Presidente da A3;
- **P4** – Presidente da A4;
- **P5** – Presidente da A5;
- **P6** – Presidente da A6;
- **P7** – Presidente da A7;
- **P8** – Presidente da A8;
- **P9** – Presidente da A9;
- **P10** – Representante da A10

Os formadores (6) que se disponibilizaram a ser entrevistados são formadores de duas associações da freguesia de Ourique, identificados por:

- **F1; F2; F3; F4** – Formadores da A5;
- **F5; F6** – Formador da A8

No que se refere ao inquérito por questionário aplicado à população adulta, a amostra foi constituída por 170 casos resultantes dos 200 inquéritos distribuídos em mão, dos quais foram devolvidos 170, o que corresponde a uma taxa de retorno de 85%.

Gráfico 9 – Distribuição da amostra por idade – população



Observamos que no que concerne à idade, Gráfico 9, todos os inquiridos se encontram na faixa etária considerada por população adulta, sendo que a maioria tem entre 31 e 40 anos (28%).

Tabela 12 – Distribuição das associações pelas freguesias do concelho

Localização	Associação
Ourique	A4; A5; A8
Conceição	A2
Garvão	A7; A10
Panóias	A3; A6
Santana da Serra	A1; A9

A distribuição geográfica das associações, todas elas sem fins lucrativos, localizou-se em cinco das seis freguesias do concelho de Ourique, como se pôde observar na Tabela 12.

Gráfico 10 – Tempo de residência no concelho

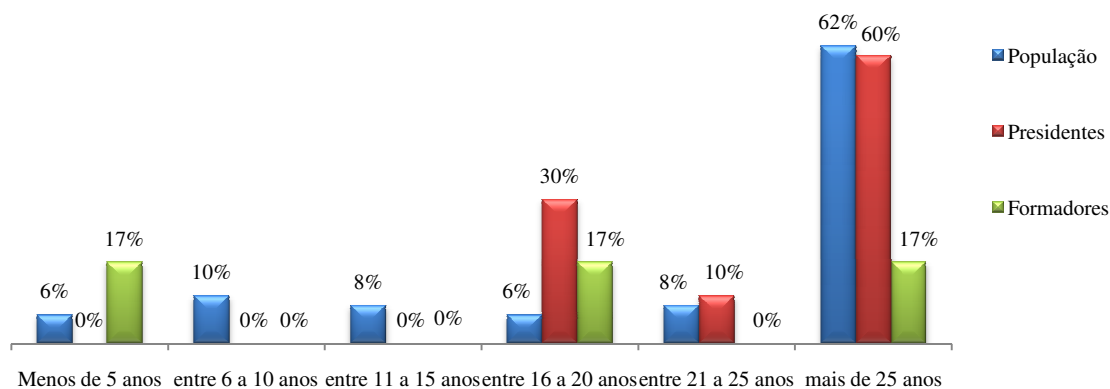


Tabela 13 – Freguesia de residência

	População	Presidentes	Formadores
Ourique (freguesia sede de concelho)	117	5	3
Ourique/Aldeia de Palheiros	10	1	0
Conceição	3	1	0
Panóias	13	1	0
Garvão	11	1	0
Santana da Serra	9	1	0
Stª Luzia	7	0	0
Olhão	0	0	2
Albufeira	0	0	1
Total	170	10	6

Em relação ao tempo de residência e à freguesia de domicílio, o Gráfico 10 e a Tabela 13 mostram que a maioria dos três grupos reside no concelho e na freguesia sede. Dos 170 inquiridos por questionário, 105 (62%) residem há mais de vinte e cinco anos no concelho em Ourique; 127 (117 na vila de Ourique e 10 na Aldeia de Palheiros, que pertence à mesma freguesia e dista aproximadamente 5 Km da vila) habitam na vila sede. Nas palavras dos presidentes (10) identifica-se que a maioria (7) nasceu numa das freguesias do concelho, seis residem há mais de 25 anos e cinco têm o seu domicílio em Ourique. Dos seis formadores entrevistados, três residem no Algarve e três na freguesia de Ourique, dos quais dois habitam em Ourique há uma média de 27,5 anos.

Tabela 14 – Conhecimento do movimento associativo – população

	Frequência	%
Sim	169	99,4
Não	1	0,6
Total	170	100,0

Tabela 15 – Conhecimento das associações - população

	Frequência	%
Sim	160	94,1
Não	10	5,9
Total	170	100,0

Na análise da Tabela 14 observamos que, no que diz respeito ao conhecimento do movimento associativo, só um respondente do inquérito por questionário referiu desconhecer a sua existência, os restantes 99,4% afirmaram ter conhecimento. Porém, quando questionados acerca das associações existentes no concelho, 5,9% (valor absoluto de 10) responderam que não conhecem nenhuma associação (Tabela 15). Este dado é susceptível de várias interpretações, entre as quais, podemos considerar que dos 169 que referem conhecer o movimento associativo, alguns (possivelmente 10) não sabem, não se lembram ou não quiseram indicar nenhuma associação. Ainda, de acordo com a Tabela 15, era espectável que apenas um inquirido respondesse desconhecer as associações do concelho. Quando na mesma questão é pedido que apontem *qual ou quais* conhece, a associação mais referida, em termos de recordação espontânea, foi a Associação dos Bombeiros Voluntários de Ourique, com 58,1%.

Seis presidentes, ao falarem do seu envolvimento no movimento associativo, referem estar envolvidos há muito tempo "Desde pequeno que estive e estou ligado a este tipo de movimento, directa ou indirectamente." – [P7] Quatro apontam uma temporalidade mais recente para o seu envolvimento. Temporalidade essa que, no caso de P8 e P9 coincide com o aparecimento das associações a que presidem. P1 considera que o anterior envolvimento em outra associação lhe deu "algumas bases" para criar a associação a que preside. P5 caracteriza o seu envolvimento como recente, porém sempre dinamizou actividades com a população local. No referente aos formadores, a maioria (5)

aponta o seu envolvimento pelo trabalho que realizam nas associações que integram. F6 postula que "desde sempre" esteve envolvido.

Relativamente ao futuro dos presidentes nas associações, evidencia-se que mostram disponibilidade para continuar, exercendo os mesmos cargos ou dando resposta às solicitações que lhes forem feitas. Há três presidentes que referem alguma incerteza quanto ao futuro. P5 porque está "em vias" de sair do concelho. P3 continua "com vontade", mas "só Deus é que sabe". P8 porque está "muito cansado". De salientar o desejo deste último em "apostar grandemente em encontrar pessoas que possam continuar" e P9 de que surjam "pessoas com vontade, com motivação". A disponibilidade, embora condicionada para alguns, está também patente nas palavras dos formadores. Os não residentes no concelho defendem que o seu futuro no movimento associativo de Ourique acontecerá enquanto estiverem a trabalhar com a associação que integram. Os que residem manifestam vontade, independentemente da sua ligação a determinada associação, como se pode verificar na afirmação de F6 "sempre estive envolvido e acho que dificilmente deixarei de estar."

Gráfico 11 – Actividades realizadas pelas associações por recordação espontânea – população

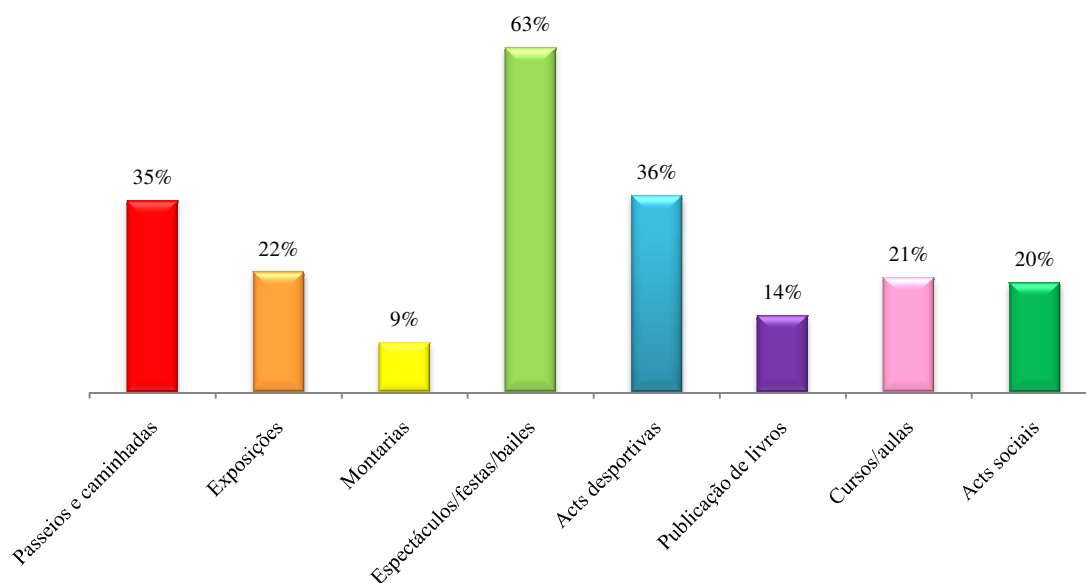


Tabela 16 – Participação nas iniciativas das associações – população

	Frequência	%
Sim	131	77,1
Não	39	22,9
Total	170	100,0

Tabela 17 – Actividades mais participadas - população

	Frequência	%
Espectáculos/festas/bailes	78	59,5
Passeios e caminhadas	25	19,1
Actividades desportivas	15	11,5
Actividades sociais	14	10,7
Publicação de livros	6	4,6
Exposições	5	3,8
Cursos/aulas	4	3,1
Montarias	3	2,3

Os 170 inquiridos por questionário referem conhecer actividades realizadas pelas associações, sendo que 77,1% admitem participar ou já ter participado nas actividades (Tabela 16). Os espectáculos, festas e bailes são a iniciativa mais referida por recordação espontânea, com 63% (Gráfico 11) e mais participada, 59,5% (Tabela 17). As montarias são apontadas como as menos conhecidas (9%) e as menos participadas (2,3%).

Em relação ao desempenho de cargos, as afirmações dos presidentes sugerem-nos que não há grandes apegos aos lugares "o cargo não é relevante, não é fundamental." – [P4], mas sim o desejo e a motivação de que as associações progridam porque consideram "um trabalho muito bonito" – [P10] e querem "conseguir fazer mais pela terra" – [P7].

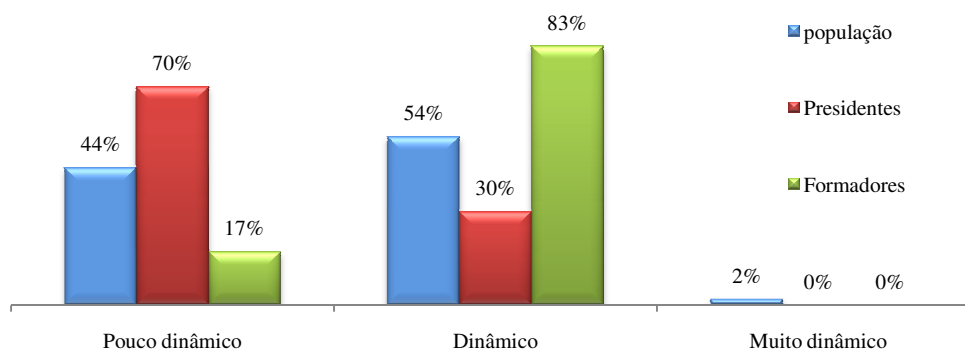
O facto de nenhum dos inquiridos por questionário desempenhar cargos e um dos grupos do inquérito por entrevista (formadores) também não, leva-nos a afirmar que não

há simultaneidade de dados quando comparamos os do inquérito por questionário com os das entrevistas aos presidentes, uma vez que para integrarem a amostra das entrevistas (no caso dos representantes das associações), os indivíduos tinham de fazer parte dos órgãos da associação.

Do enunciado acerca do conhecimento, envolvimento e participação no movimento associativo, salienta-se que a pluralidade dos três grupos inquiridos apresenta características que lhes permitem falar com conhecimento efectivo do movimento associativo e em particular das iniciativas promovidas pelas associações locais.

7.2.2. Caracterização do movimento associativo

Gráfico 12 – Movimento associativo caracterizado pelos três grupos



No Gráfico 12 observa-se que, quanto à caracterização do movimento associativo, um dos três grupos em análise tem uma perspectiva diferente. Enquanto para a maioria dos presidentes ele é pouco dinâmico (7 valor absoluto/70%), para a maioria dos formadores e para a população inquirida (170 indivíduos), na qual se verificaram duas não respostas, o movimento associativo no concelho é essencialmente dinâmico (formadores: 5/83%; população: 91/54%). Os restantes formadores (1/17% - residente fora do concelho) e parte da população (74/44%) consideram-no pouco dinâmico. Para 30% dos presidentes das associações (3) ele é dinâmico. Nenhuma percentagem de presidentes e formadores aponta o movimento associativo como muito dinâmico, ao contrário de 2%

da população (3 inquiridos residentes há mais de 25 anos na freguesia de Ourique).

Tabela 18 – Movimento associativo pouco dinâmico – razões apontadas

	Realizam várias activi- dades	Falta de motivação	Falta de apoios	Falta de tempo	Falta de recursos	Razões políticas	Não resposta
População (n=74)	4	26	25	13	25	21	2
Presidentes (n=7)	2	3	1	1	1	1	0
Formadores (n=1)	0	1	0	0	0	0	0

Na análise da Tabela 18 conclui-se que, para todos os grupos, a principal razão apontada para a caracterização do movimento associativo como pouco dinâmico é a falta de motivação das pessoas. No caso da população, dos 74 indivíduos que caracterizaram o movimento como pouco dinâmico, a razão mais referida (alguns apontam mais do que uma razão e dois não indicam nenhuma), difere apenas de mais um em relação às justificações, falta de apoios e falta de recursos. Nas respostas dadas pelos presidentes a esta questão ressalta o facto de nos estarmos a referir a um movimento reconhecido por todos como existente há "muito tempo", "embora mais ligado ao futebol" (segundo P9) mas, "com um olhar sobre o social, tem havido sempre" acrescenta P8. Dos sete que falam do movimento associativo como pouco dinâmico existem três que mencionam instabilidade no ciclo de vida das associações que integram e falta de tempo por parte das pessoas para a ele se dedicar.

Desde que estou assim mais desperto para ele, acho que tem havido uma reactivação ou activação das associações e a criação de novas associações nestes últimos 2 a 3 anos. Associações criadas de raiz e outras que já existiam e que estavam um pouco adormecidas e que têm mostrado alguma vitalidade. – [P4]; Há movimento associativo. É mais ou menos dinâmico. Podia ser mais eficaz, mas as pessoas têm os seus trabalhos e é complicado. – [P6]

P2, P3 e P10 ao caracterizarem o movimento como pouco dinâmico dão como explicação alguma desmotivação local associada a outros factores. O primeiro defende que subjacente a algumas associações há um interesse político, enquanto P3 aponta a falta de inovação como causa. Na opinião de P10 o pouco dinamismo constitui uma característica autóctone da população ouriquense que "Começam com muita força e depois desmotivam."

Igualmente na Tabela 18 questionamos o facto de dois presidentes, dos sete que caracterizaram o movimento associativo como pouco dinâmico (à semelhança de quatro dos inquiridos por questionário) referirem a realização de várias actividades como indicador do pouco dinamismo. Esta justificação pode levantar algumas dúvidas. Todavia, as palavras dos entrevistados são esclarecedoras. P5 fala de um movimento que é pouco dinâmico, mas que actualmente tem muitas actividades porque "as pessoas que estão à frente das associações são pessoas mais jovens, mais dinâmicas e fazem actividades que são mais visíveis para a população". Sugere algum optimismo através do reconhecimento de uma maior abertura das associações à comunidade – "Agora há um trabalho mais aberto para a comunidade (...) Antes era mais fechado, dentro da própria associação". P9 fala do pouco dinamismo, mas aponta uma mudança justificada pelo maior apoio da autarquia local que "estimula o trabalho das associações, o que permite a realização de mais actividades".

Quanto ao formador (residente no concelho), à semelhança de alguns presidentes, aponta "uma certa inércia e falta de motivação por parte das pessoas" como justificativo para o pouco dinamismo.

Tabela 19 – Movimento associativo dinâmico – razões apontadas

	Realizam várias activi- dades	Falta de motivação	Falta de apoios	Falta de tempo	Falta de recursos	Razões políticas	Não resposta
População (n=91)	67	15	0	0	5	3	1
Presidentes (n=3)	3	0	0	0	0	0	0
Formadores (n=5)	5	0	0	0	0	0	0

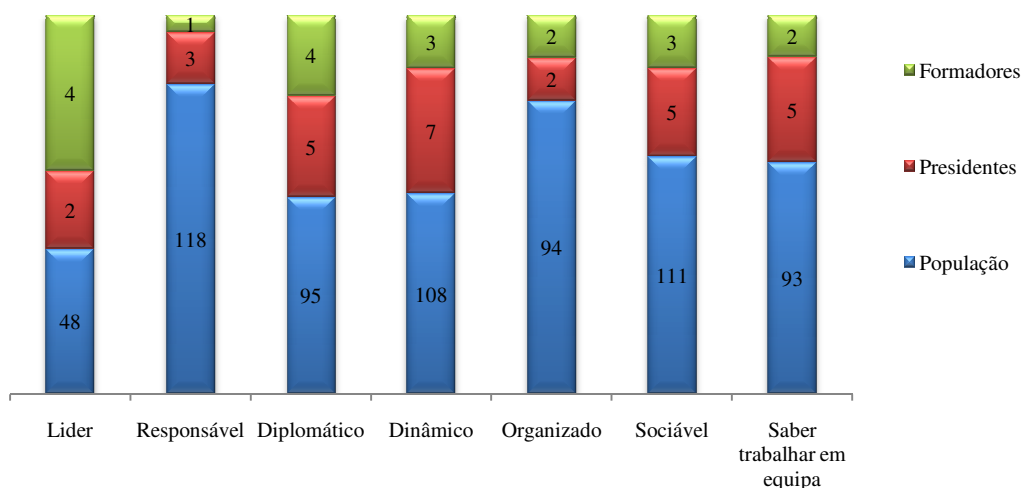
Na tabela anterior é explícito que para os três grupos, a justificação para o movimento associativo considerado como dinâmico remete para a realização de várias actividades. No entanto, dos 91 inquiridos por questionário (um não fundamenta), surgem quinze que consideram existir falta de motivação, cinco falta de recursos e três razões políticas. Contudo, estes motivos não são suficientes para caracterizarem o movimento associativo como pouco dinâmico. Na opinião dos presidentes, actualmente assiste-se a uma revitalização do movimento associativo resultante da intervenção directa da autarquia local (que P4 considera como "a entidade quase que reguladora das actividades do concelho.") e do dinamismo dos novos dirigentes.

Acho que também tem havido a preocupação de dar mais visibilidade às associações e tem havido a preocupação de lhes dar apoios directos. Ou seja, monetários ou outros organizativos e, etc., e depois indirectos. Quer dizer, chamando as associações a participar. Fundamentalmente por parte da autarquia. Nestes meios pequenos acaba por ser a entidade quase que reguladora das actividades do concelho. – [P4]

Dos cinco formadores que caracterizam o movimento como dinâmico, dois são residentes em Ourique e defendem que as diversas actividades que as associações realizam são indicadoras de um movimento dinâmico. Os três não residentes no concelho suportam a sua opinião "através do feedback dado pelos alunos" – [F1], defendendo a

existência de "uma dinâmica em todo o movimento associativo." – [F2].

Gráfico 13 – Características de um dirigente associativo



No respeitante às principais características de um dirigente associativo as opiniões dos três grupos não são unânimes. Para a população (170), na qual existiram duas não respostas, um dirigente associativo deve ser maioritariamente responsável, sociável e dinâmico. Para os presidentes (10) a principal característica é o dinamismo. Os formadores (6) apontam o ser líder e diplomático como as especificidades mais importantes. Na argumentação destes dois grupos é assinalável a presença da autoconfiança – "pensar que é sempre possível lá chegar" – [P1], da ambição – "Querer sempre mais" – [P4], de uma visão alargada das implicações do gerir uma associação – "Não pode ser limitado, tem de ter uma visão alargada do que é a ação de uma associação" – [P8]; "Acima de tudo tem de ter em conta que uma associação é uma entidade que visa o bem comum, o bem sociocultural da região e da população onde está inserida" – [F4], do ser moderador

Tem de se dar bem com todas as pessoas e não fazer a diferença entre elas – [P6]; (...) saiba ouvir os outros, que saiba ponderar, (...), que trabalhe com todos – [P7]; Tem de ser uma referência para a população (...) [P9]; (...) saber ouvir e trabalhar com toda a gente. – [F2]

Os resultados deste gráfico corroboram o que está patente na abordagem conceptual, Capítulo 5 – Competências e Educação não formal e informal. Gerir uma associação implica ser competente, logo ter competências, que se enquadram (na opinião dos inquiridos) principalmente no saber ser e saber estar, mas do mesmo modo (acrescentamos nós) no saber saber e saber fazer. Falamos de uma panóplia dinâmica e complexa de aprendizagens sociais e comunicacionais resultantes da história pessoal e da socialização, da formação académica e da experiência profissional, reconhecidas pelo outro e capazes de serem mobilizadas numa determinada acção. Competências que são invocadas pelos três grupos, dado que favorecem a consolidação da identidade do concelho de Ourique, pela criação (promovida pelas associações em estudo) de espaços de inclusão, de partilha, de cidadania, de participação e cooperação. Permitem ainda a emergência de novas competências e a vontade, em alguns actores sociais, de as aprofundar. As competências daqueles que estão à frente das associações e a forma como as mobilizam ao serviço da organização são significativas para o individual e colectivo. As palavras de alguns interlocutores são esclarecedoras para o que afirmarmos. P5 afirma que as competências adquiridas pela prática da dança conduziram, por um lado, ao desejo nos alunos de evoluírem e serem reconhecidas, por actores externos (no caso Federação Internacional de Professores de Dança), as suas capacidades e, por outro, à legalização do grupo enquanto associação.

(...) perante a evolução das crianças e o desejo de algumas em evoluírem na dança e se tornarem profissionais, os nossos alunos tinham de estar integrados numa escola, ou clube, ou associação reconhecida. Então resolvemos criar a Associação.

P8 acrescenta que a necessidade de alguns colaboradores de serem certificado "aquilo que sabem fazer" levou a associação a promover um curso de manipuladores de carne.

7.2.3. Gestão e organização das associações

Todas as associações foram criadas no período a seguir ao 25 de Abril, sendo que a mais antiga data de 1976 e a mais recente de Abril de 2007. Este aspecto é confirmado pelos dados recolhidos nos estatutos porém, só quatro presidentes identificaram a data da criação das associações que representam, mas todos apontam aspectos relativos à história da associação.

As palavras seguintes revelam-nos um dos indicadores do percurso de vida conturbado destas associações.

O Clube foi fundado em 76. Já tem 33 anos. Passou por uma fase complicada da sua existência, ao nível da gestão. Acabou por ficar sem direcção. Entretanto houve um grupo de pais de jovens que praticavam desporto e acabaram por se juntar e revitalizaram o Clube – [P4]

A diversidade dos ciclos de vida destas associações foi e é marcada por ciclos de instabilidade ao nível da gestão e do funcionamento. Contudo, na fase actual identifica-se entusiasmo, empenho e vontade de se criarem novos dinamismos.

O grupo entretanto acabou, mas a Associação continuou. Esteve uns anos mais parada, mas agora está outra vez mais dinâmica. – [P6]; Em 2004 viemos nós e estamos numa fase de reestruturação para ver o que isto dá. – [P9]

A história das associações indica ainda que a maioria resultou "da vontade das pessoas de formar um grupo organizado que desse resposta às necessidades" – [P5], da população e do concelho ao nível do ambiente natural, sociocultural e económico. Um trabalho desenvolvido de dentro para fora, a partir das necessidades e interesses da comunidade:

(...) era mais fácil pôr o circuito arqueológico a funcionar" – [P1]; (...) desse resposta às necessidades das pessoas que queriam praticar uma modalidade desportiva diferente – a dança. – [P5]; Havia um grupo de cantares alentejanos. Os pais juntaram-se e formaram a Associação para dinamizar o grupo – [P6]; A ACPA, (...) surgiu de necessidades que os criadores sentiam de organizar um processo produtivo ligado à produção do porco alentejano, que poderia ter

sucesso se organizado – [P8]; A Associação Futuro de Garvão surgiu para dar resposta às necessidades da freguesia. – [P10]

Tal como defendemos aquando do suporte teórico, para que as associações se revelem como promotoras do desenvolvimento individual e colectivo da comunidade em que se inserem, é imprescindível que o fluxo da sua acção seja de dentro para fora, no intuito de dar resposta aos interesses e necessidades dos actores sociais. Pois, só deste modo, se estimula o envolvimento das pessoas e se constroem redes de relações que condicionam, potenciam e promovem dinâmicas locais de desenvolvimento endógeno e aprendizagem ao longo da vida. O cerne histórico das associações em estudo aponta nesta direcção – partiram dos interesses e necessidades da população local, no sentido de aproveitar e valorizar os recursos específicos, humanos, naturais, culturais, sociais, económicos.

No que respeita à estrutura organizacional, os dados fornecidos pelos presidentes corroboram os contidos nos estatutos de todas as associações, onde está especificado e de acordo com a legislação em vigor, os órgãos que as compõem – Direcção, Assembleia-geral e Conselho Administrativo, bem como todos os aspectos relativos ao seu funcionamento.

Os objectivos destas associações, referenciados pelos presidentes e confirmado nos estatutos, referem-se a aspectos socioculturais que vão desde a preservação do património natural e cultural, construído e reconstruído – "Um dos nossos objectivos é a salvaguarda do património e do meio ambiente" – [P1]; "Fazer melhoramentos na terra" – [P2]; "tem por fim acções de solidariedade social (...) promover e desenvolver actividades de carácter cultural, desportivo recreativo" – [P7]; até à "promoção dos cuidados básicos e paliativos de saúde." – [P10]. Há duas associações que se destacam das restantes, na medida em que enquadram, para além do referido anteriormente, uma visão que

aposta e é enunciada no texto dos estatutos, no desenvolvimento individual e comunitário de carácter integrado, com a valorização dos recursos endógenos da região (naturais e culturais), como forma de impulsionar o bem-estar, através do desenvolvimento económico e da melhoria da qualidade de vida:

(...) cooperação e a solidariedade, tendo em vista a realização de iniciativas em prol da oferta cultural, da promoção dos tempos livres, da saúde e do bem-estar comum; b) Promover a cooperação com entidades públicas e privadas, visando a integração social e o desenvolvimento de estratégias adequadas à sua condição; c) Desenvolver a aptidão dos jovens para a cultura; d) Combater a discriminação e a exclusão social através da inserção e cooperação dos associados nos projectos da Associação de Danças de Ourique; (...); g) Desenvolver momentos de diálogo e convívio inter geracional; h) Desenvolver o melhoramento da auto estima; i) Desenvolver o equilíbrio, a postura e a coordenação motora; j) Confirmar a definição da própria lateralidade; l) Desenvolver a orientação espacial e a direccionalidade do movimento; m) Desenvolver a capacidade, disponibilidade e utilização do próprio corpo como elemento expressivo. (...); c) Promover a formação, tendo em vista a integração social; d) Projectar o trabalho dos associados para o exterior da Associação de Danças de Ourique, tendo em conta a interacção com o mundo; (...). – [P5] e " Revitalizar o porco alentejano da zona do Alentejo e do Algarve. Há depois objectivos de promover uma cultura de desenvolvimento local. – [P8].

Aqui é visível, uma vez mais, a defesa de um trabalho efectuado de dentro para fora. Isto é ainda reforçado pelo diálogo de P8, quando questionado acerca das iniciativas desenvolvidas, como se pode observar no seguinte excerto

Somos responsáveis por um grande número de fábricas que existem no país. Somos gestores de tudo o que há de presunto em termos de nome. Acompanhamos a produção, ajudamos a fazer projectos, candidaturas, facturação. Ajudamos e asseguramos alguns apoios no sentido da divulgação dos produtos relacionados com o porco alentejano. Há um trabalho enorme de acessória, consultadoria e tutoria aos criadores. Temos também outra actividade social que é o apoio ao mundo agrícola.

Nos testemunhos dos respondentes há ainda indicações relativas a interesses que se prendem com a projecção para o exterior das características do concelho "É promover a aldeia, a freguesia, o nome de Santana da Serra, no concelho e fora dele" – [P9]; combater algum absentismo "Queremos principalmente mexer com as pessoas e com a

terra" – [P6], "Envolver as pessoas para que se tornem mais dinâmicas" – [P9]; fomentar a identidade local associada ao conhecimento e interpretação de aspectos históricos "Há também a componente histórica. As pessoas verem que é importante preservarem e saberem a importância, a história da zona e também perceberem a simbologia do circuito" – [P1]. Mas, a principal incidência de objectivos está relacionada com actividades desportivas que, no caso da A5, conjuga preocupações com a aquisição de competências de saber saber, saber ser e saber estar "As aulas têm como objectivo a aprendizagem de novas danças, com toda uma série de aspectos relacionados com o bem-estar do corpo e da mente, como postura, respeito pelo próximo." – [P5]

Com excepção para três associações (A3; A5 e A10), todos os restantes estatutos referem os recursos das associações e a sua forma de gestão. No enunciado pelos presidentes há especificação do que efectivamente são esses recursos, sintetizados na tabela seguinte:

Tabela 20 – Recursos das associações

	Recursos				
	Assalariados	Humanos		Materiais	
		Sócios	Formadores		Tipo
A1	5	9	0	Sede/ Centro e núcleo interpretativo/computadores/email/internet	habitação familiar/propriedade da associação
A2	0	70	0	Sede/bar	espaço cedido pela Junta de Freguesia/alugado
A3	0	150	0	Sede/bar/sala de jogos/sala de televisão/campo de futebol com balneários/máquina de escrever	propriedade da associação
A4	0	300	0	Sede/bar/2 computadores	espaço cedido pela C.M.O./alugado/propriedade da associação
A5	0	56	5	Sede/email	habitação familiar
A6	0	40	0	Sede	espaço cedido pela Junta de Freguesia
A7	2	900	0	Sede/bar/sala de jogos/1 computador	propriedade da associação
A8	35	360	12	Sede/fábrica/ 1 carrinha/1 carro/computadores/email/internet	propriedade da associação
A9	0	200	0	Sede/bar/email	propriedade da associação/alugado
A10	1	?	1	Sede/espaço internet/9 computadores/email	propriedade da associação

Os principais recursos humanos e a principal forma de sustentabilidade destas associações são os sócios, que pagam quotas anuais (embora existam muitas queixas

dos presidentes quanto à regularidade dos pagamentos). Existem ainda receitas provenientes do aluguer de cafés ou bares (A2; A4; A9) ou da exploração própria por parte da associação (A7). As sedes são 50% propriedade das associações e 50% espaços cedidos pela Câmara Municipal ou Juntas de Freguesia. São referidos pelos presidentes, apoios financeiros e de logística por parte das entidades locais, como a Direcção Regional da Cultura, a empresa Somincor e principalmente, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. P3 sublinha que o facto de ser presidente da Junta de Freguesia "ajuda muito", na medida em que, a disponibilização de verbas ou outro tipo de apoio passa por si. São ainda mencionados patrocínios para a realização das iniciativas pontuais ou consuetudinárias (Ex. A5, para a realização da festa final). No entanto, P9 considera que o pedido de patrocínio é "um trabalho bastante desgastante de bater de porta em porta." P10 faz referência ao "investimento pessoal e financeiro muito grande por parte dos elementos da Direcção."

Do referido é evidente que a maioria das associações não tem formas sólidas de sustentabilidade, estando muito dependentes de terceiros (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia). Excepção para A8 que, como veremos adiante quando nos referirmos às iniciativas, a sua acção contempla actividades de auto sustentabilidade.

Apenas três associações (A1; A7; A8) indicam ter pessoal assalariado. Todo o restante pessoal, inclusive os dirigentes, são voluntários. Acerca do voluntariado os dados referidos nas entrevistas reforçam o indicador de que " O voluntariado é um factor muito importante na vida das associações. A maioria funciona com voluntários." – [P8] Porém, na opinião de um dos presidentes este facto deveria ser alterado, embora aponte alguns receios se isso acontecesse

Eu acho que as associações deveriam ter profissionais pagos. No entanto, tenho algum receio quando digo que deveriam ser pagos. Isto porque, ao profissionalizar os dirigentes associativos e dar-lhes alguma remuneração em função do

cargo, tenho receio que por comodismo ou devido ao ordenado, não venha a existir renovação e a pessoa em vez de estar pela associação, pelo associativismo, esteja por uma parte mais egoísta, que é o ordenado. Há que encontrar um equilíbrio. – [P8]

Quanto a formadores, existem em três associações (A5; A8; A10). Do total de dezoito, treze são funcionários assalariados afectos às associações A8 e A10. Cinco são formadores não assalariados, residentes fora do concelho, que se associaram à A5, uma vez que tal facilitou, junto dos organismos oficiais, a disponibilização de espaços e permitiu uma maior eficácia na mobilização de formandos para as aulas que leccionam. O facto de duas destas associações terem pessoal assalariado, o que no caso de A8 se estende também a vinte e três funcionários de uma fábrica de transformação do porco alentejano, constitui um pólo de desenvolvimento económico numa região considerada pobre e envelhecida, cujas principais entidades empregadoras (como é referido aquando da caracterização do concelho – aspectos económicos e recursos naturais) são os serviços públicos, como a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

Todos os formadores dão formação do tipo não formal, através de aulas de dança, informática ou cursos específicos (ex. transporte de animais vivos). No caso das aulas de dança, aos formandos são reconhecidas competências pela Federação Internacional de Professores de Danças de Salão. Quanto à informática e aos cursos específicos, é feita a certificação de competências básicas pelas entidades ou organismos com as quais a A8 e a A10 têm parcerias.

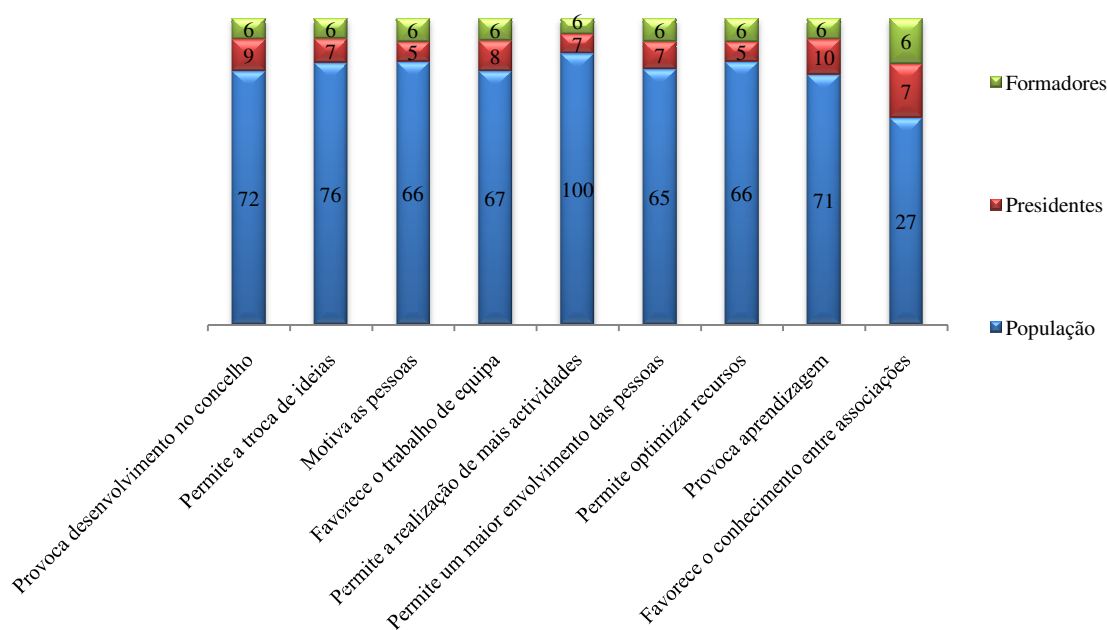
Outro aspecto que ressalta na Tabela 20 relaciona-se com o equipamento informático e a ligação à Internet. Com excepção para A10, que indica a existência de um espaço Internet, equipado com nove computadores, só mais duas associações (A1; A8) referem ter aquele tipo de equipamento. Nenhuma diz ter página electrónica e apenas cinco têm correio electrónico. Na sociedade em rede que caracteriza os nossos dias, a ausência

de equipamento informático com ligação à Internet, conjugado com a deficitária ou quase inexistente rede de parcerias (como veremos a seguir), poderão constituir restrições significativas ao trabalho das associações, nomeadamente no que se refere ao potenciar da autonomia, à abertura de novos cenários, à visibilidade das associações. A conjugação de uma rede efectiva de parcerias com recursos às TIC poderia constituir-se como motor de consciencialização, valorização e rentabilização dos recursos locais, através do cruzamento entre dinâmicas endógenas e meios exógenos, por exemplo, no aproveitamento de financiamentos e candidaturas a programas com fundos estatais ou comunitários para a criação de uma oferta educativa mais diversificada. No entanto, temos de assinalar que alguns presidentes consideram que não sentem necessidade de ligação à internet, uma vez que, para o trabalho que a associação desenvolve, utilizam as ligações das suas casas ou dos seus trabalhos – " Temos dois computadores. Não estão ligados à Internet, porque não sentimos necessidade. Todos nós nos locais de trabalho temos facilidade de acesso à Internet." – [P4] Um aspecto que nos parece bastante inovador, porque aponta para a constituição de uma rede de parcerias e a valorização e reconhecimento das potencialidades endógenas da região, é referido por P4 " Está em negociação com o Agrupamento de Ourique, de fazermos um protocolo de colaboração com a escola, de forma a que as disciplinas de tecnologia da escola nos venham a criar uma página e a mantê-la actualizada."

7.2.4. Trabalho de parceria

É unânime a opinião dos três grupos (população, presidentes e formadores) quanto à importância da existência de um trabalho de parceria entre as associações. Apenas cinco dos inquiridos por questionário não reconhecem importância na realização de actividades conjuntas entre as associações e não fundamentam o seu parecer.

Gráfico 14 – Importância do trabalho de parceria – razões apontadas pelos três grupos



A população que reconheceu ser importante o trabalho de parceria (165 indivíduos) refere como principais razões permitir a realização de mais actividades (100), a troca de ideias (76), provocar o desenvolvimento do concelho (72) e a emergência de aprendizagens (71). Os dez presidentes consideram principalmente que provoca aprendizagens, impulsiona o desenvolvimento do concelho (9) e favorece o trabalho de equipa (8). Para os seis formadores entrevistados todas as razões têm o mesmo peso quando afirmam a importância do trabalho de parceria entre as associações. Do que se conclui que todos os grupos reconhecem a importância do trabalho de parceria seja ao nível do desenvolvimento local, seja na formação de adultos, na formação ao longo da vida ou na transversalidade de competências.

Não tenho qualquer dúvida que as parcerias são de facto muito importantes. É um trabalho que é benéfico porque permite ver a realidade e actuar nela. Quando se junta mais do que uma associação com experiências diferentes, de certeza que há mais-valias que acontecem. No espaço rural isso é muito importante para que o desenvolvimento local aconteça. Se nós em conjunto tivermos a capacidade de organizar as pessoas, fazer com que reajam, com pouco pode-se fazer muito. – [P8] Sem dúvida que seria importante. Beneficiava a população.

As relações interpessoais ficariam a ganhar. Relações entre pessoas e entre instituições. A aprendizagem que daí viria seria enriquecedora para todos e durante toda a vida e certamente em momentos diferentes. – [P9] A parceria e todo o trabalho que envolva iniciativas conjuntas será sempre importante na vida de uma comunidade em geral e para os intervenientes em particular. As aprendizagens acontecerão a muitos níveis e de formas diferentes – para os que organizam, para os que participam, para os que assistem. – [F1] As parcerias são benéficas para toda a comunidade. A união faz a força e provoca aprendizagem. – [F4]

Todavia, na análise das respostas dadas o que se verifica é a existência de iniciativas pontuais entre algumas associações e um apoio logístico por parte das entidades locais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia). "Parceria... É mais entreajuda. Não é nada formalmente feito. Vai lá um ou outro dirigente de alguma associação, mas um trabalho conjunto, um projecto ainda não fizemos. Trabalhamos mais com a Câmara e a Direcção Regional da Cultura." [P1]

Quando pretendemos reflectir sobre a aprendizagem ao longo da vida, as dinâmicas socioculturais e o associativismo no concelho de Ourique, a afirmação proferida por P8, que considera que "O movimento associativo aqui no concelho de Ourique precisa que as associações se liguem, trabalhem em rede." [P8] evidencia um indicador que nos parece muito relevante (dada a sua importância para a promoção da cidadania, do trabalho cooperativo e posterior impacto na comunidade ouriquense) – a inexistência de uma rede efectiva de parcerias. Embora todos os respondentes refiram a sua importância a todos os níveis, parece ser claro que o trabalho em rede não existe. Atente-se na seguinte afirmação "ainda estamos na pré-história quando falamos em trabalho de parceria e saber trabalhar em parceria ou em rede." [P10] Na opinião de dois dos entrevistados, tal deve-se à falta de tempo.

Se bem que todos nós temos uma actividade profissional, todos fazemos isto em part time, portanto não conseguimos fazer aquilo que gostaríamos. – [P4] Sabe, não há muita abertura nesse sentido. As pessoas não têm tempo. Ainda há muito a fazer nesse sentido. - [P9]

P9 reconhece que não sabe como actuar num trabalho de parceria – "Como fazê-lo, não sei bem", e P10 identifica um défice de formação nesse âmbito – "Aqui no concelho falta muita formação a esse nível. Uma formação mais informal, ao nível das relações interpessoais." [P10]

Durante a abordagem conceptual referimos como são determinantes as redes de parceria nos benefícios da relação entre os vectores associativismo/aprendizagem ao longo da vida/educação de adultos/globalização. Parece-nos fundamental que no seio da comunidade de Ourique é basilar a emergência de estratégias que impulsionem uma efectiva rede de parcerias no associativismo local, pois são os próprios actores que postulam a necessidade e as vantagens da mesma. Vantagens que se traduzem em mais-valias individuais e colectivas, traduzidas numa lógica construtivista, de dinâmicas de maior envolvimento e motivação das pessoas, pela aquisição de aptidões relacionais e comunicacionais, de trabalho de equipa, de troca de ideias, de gestão de conflitos, de desenvolvimento local e conhecimento entre as associações.

7.2.5. Participação dos associados

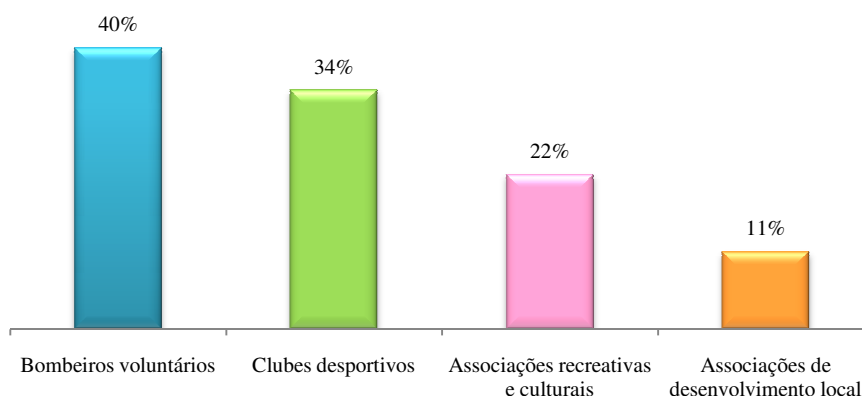
Em todos os estatutos existe um capítulo, com alguns artigos, dedicado aos associados, que podem ser do tipo individual ou colectivo (instituições ou pessoas colectivas). Nele são definidas as categorias – fundadores ou efectivos, honorários ou beneméritos (estes últimos referem-se a todos os que prestam voluntariamente algum serviço à associação, principalmente no que se refere a doações de bens); formas de admissão – proposta individual ou de outro (s) sócio (s), através do preenchimento de um formulário de admissão e em alguns casos, posterior aprovação em Assembleia-geral; direitos que, grosso modo, se referem à participação nas decisões e iniciativas da associação; deveres de onde ressalta a obrigatoriedade de pagamento anual ou mensal (consoante a associação) da quota estabelecida em Assembleia-geral; preservação e divulgação do

património, do nome e iniciativas da associação; sanções, que se relacionam essencialmente com a retirada do estatuto de sócio por incumprimento dos deveres de associado.

Tabela 21 – Sócios das associações - população

	Frequência	%
Sim	85	50,0
Não	75	44,1
Total	160	94,1
Não respondeu	10	5,9
Total	170	100,0

Gráfico 15 – Associações referidas com associados - população



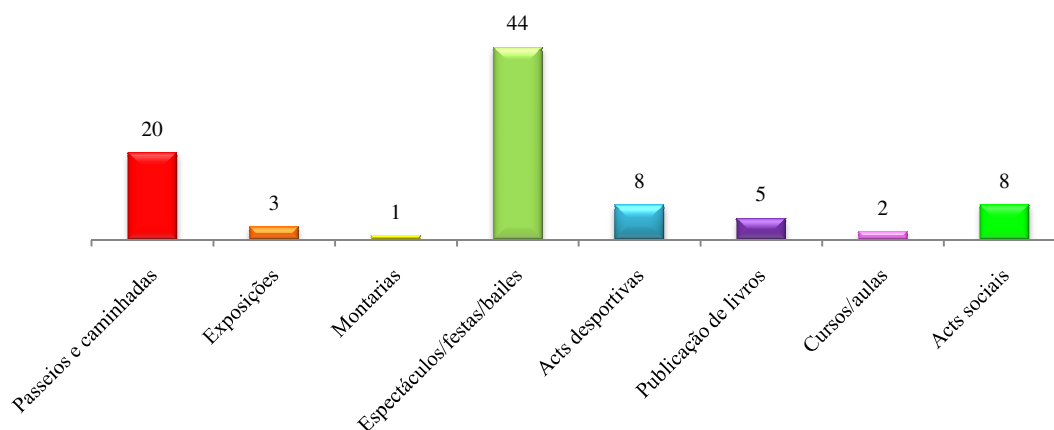
Em relação a ser sócio, observa-se na Tabela 21 que dos 170 inquiridos, 5,9% (10 valor absoluto) não responderam à pergunta, 50% (85) afirmam ser sócios de alguma associação e 44,1% (75) são não sócios. As associações com maior número de sócios de entre os entrevistados (alguns referem mais do que uma associação) - Gráfico 15, são a Associação dos Bombeiros Voluntários (34 valor absoluto/40%), os Clubes Desportivos (29/34%), Associações Recreativas e Culturais (19/22%) e as Associações de Desenvolvimento Local (9, 11%).

Os presidentes referem-se aos associados assinalando a categoria dos fundadores, que no caso das cinco associações (P1; P6; P8; P9; P10) que dizem existir elementos

desta categoria, os mesmos estão nos quadros gerentes. Todos indicam a existência de um número significativo de sócios, com excepção para P1 que afirma "Não temos muitos associados. Não nos temos preocupado muito com isso. Constituímos a Associação com nove pessoas e a partir daí não nos preocupámos muito com os associados". Neste aspecto é ainda relevante nas declarações dos interlocutores, o facto de existir, em algumas associações, sócios que não residem no concelho, de grande parte não ter as quotas actualizadas e de as Assembleias-gerais serem pouco participadas

Temos cerca de 60 a 70. A maioria dos sócios não mora lá na Aldeia. É tudo malta que nasceu lá e foi para fora – [P2] Sócios activos ... À volta de 300. As assembleias-gerais são sempre muito pouco participadas, mas temos tido a preocupação de fomentar e acolher iniciativas dos sócios, de modo a se criarem secções que não pode ser a Direcção do Clube a arcar com a estrutura organizativa das actividades. Não temos capacidade para isso. – [P4]

Gráfico 16 – Actividades mais participadas pelos sócios



Na população, dos 85 indivíduos que afirmam ser sócio de alguma associação, 88% (75) admitem ter participado nas iniciativas promovidas pelas associações locais e 12% (10) referem que nunca participaram em nenhuma actividade. As actividades mais participadas por este grupo de 85 respondentes são os espectáculos, festas e bailes (44 valor absoluto) e os passeios e caminhadas (20).

No referente à participação dos associados em toda a dinâmica das associações, embora ao longo das entrevistas a maioria dos presidentes refira a sua pouca participação, há também o testemunho de P5, que reconhece uma participação activa dos sócios através de propostas, organização, apoio e divulgação das iniciativas – "Neste momento temos 56 sócios. Pagam as quotas, a grande maioria são alunos. Participam na realização das actividades, como os espectáculos. Ajudam na organização do espaço, no apoio às crianças, na divulgação. Dão propostas de actividades nas reuniões."

7.2.6. Iniciativas

Os estatutos de três associações (A1; A9; A10) não indicam que iniciativas serão desenvolvidas para que a associação atinja os objectivos a que se propõe. Nos restantes estatutos são referidas iniciativas concretas que integram diversas áreas de intervenção (social, cultural, económica, saúde e bem estar, património natural e construído) e diferentes tipos: pontual "c) realização de sessões culturais e recreativas, como: festas, audições musicais e radiofónicas, espectáculos de teatro e cinema. " – [A2]; consuetudinário

e) criar e manter actividades consideradas de educação física, tais como ginástica, atletismo, etc.; – [A7]; 3. contribuir para a implantação de um esquema de panificação da produção suinícola abrangente da Associação propondo às entidades oficiais normas que definam uma política global que melhor sirva a economia da região; 4. acompanhar os estatutos técnicos de suinicultura, abrangendo todas as áreas envolvidas com base nas experiências científicas à escala nacional, tidos em conta os problemas, dificuldades e experiências regionais, e instruir os associados com todos os ensinamentos que contribuam para melhorar a exploração das suas instalações transmitindo-lhes informações concretas e práticas em linguagem acessível; (...); 6. Corrigir sistematicamente todos os elementos e informações que resultam de experiências e operação das explorações dos associados, analisá-los e difundir as conclusões a que chegar; 7. representar os criadores produtores associados em todos os estudos e decisões governamentais que se relacionem com a suinicultura da raça alentejana; 8. colaborar com todas as entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no domínio do seu objecto social; 9. organizar e manter actualizado o arrolamento dos efectivos das explorações dos associados; 10. contribuir por todos os meios possíveis ao seu alcance para a preservação do património genético do porco alentejano em raça pura, fomentando e desenvolvendo o registo genealó-

gico, ou criar novos livros de registo de acordo com a legislação em vigor; 11. contribuir para a demarcação da zona de produção, tipificação e denominação de origem dos produtos de salsicharia tradicional do porco alentejano, de forma a preservar a sua qualidade sui generis dos produtos transformados; 12. estudar e promover o mercado regional, nacional, comunitário e internacional para os produtos citados na alínea anterior; (...); 14. requerer junto das competentes entidades oficiais o direito de ser a Entidade Certificadora de todos os produtos de salsicharia tradicional derivados do porco alentejano, quer em pureza, quer em cruzamento – [A8]

A8, nos seus estatutos, faz referência à educação do tipo formal – "5. organizar serviços próprios para apoio aos associados no campo comercial, tecnológico de formação profissional e higiénico sanitária com vista a minimizar os riscos e otimizar os resultados das explorações". Em todos os outros estatutos, de modo menos explícito (com excepção para A5 – " Promover a formação, tendo em vista a integração social") é identificável uma educação não formal e informal:

a) promover e desenvolver acções de cooperação com as instituições de solidariedade e segurança social; b) realizar conferências e palestras, criar bibliotecas e desenvolver todas as manifestações de carácter sociocultural; c) criar e desenvolver agrupamentos artísticos, grupos de teatro, dança e música; d) promover festas, espectáculos, audições musicais, exposições artísticas e outros actos de interesse cultural; e) criar e manter actividades consideradas de educação física, tais como ginástica, atletismo, etc; f) promover e desenvolver actividades de salão como xadrez, damas, convívios e outras no âmbito desta colectividade – [A8]

Acerca deste aspecto os formadores referiram que as iniciativas devem inserir-se nos domínios contemplados pelos objectivos, numa perspectiva de desenvolvimento local e aprendizagem individual e colectiva, partindo da identificação dos interesses e necessidades locais.

As associações devem em primeiro lugar definir a sua intervenção, as necessidades, os interesses das pessoas, do meio onde está inserida. De um modo geral devem realizar um trabalho a todos os níveis, do sociocultural o mais formativo – [F6] (...) Cada vez mais há que apostar num dinamismo das terras, das gen-

tes no sentido de um desenvolvimento, de uma aprendizagem. – [F4] Julgo que isso depende dos objectivos para que são criadas. De qualquer forma, a sua acção deve estar relacionada com o desenvolvimento das populações e da localidade onde actuam. Actividades que dinamizem e envolvam a população. Actividades de valorização das mais-valias da região, dos saberes de cada um, e ainda, iniciativas que provoquem novas aprendizagens – [F1]

Em relação ao formal, informal ou não formal, estes interlocutores indicam o informal e não formal como o principal tipo que as iniciativas devem ter. Não obstante, F1 reforça esta ideia, mas acrescenta que "se as associações tiverem meios" devem avançar "também na linha da certificação". F5 é apologista de que "Devem continuar a promover uma formação de todos os tipos e a todos os níveis. Isto porque as pessoas estão em níveis diferentes e hoje em dia a aprendizagem ao longo da vida é essencial".

Os presidentes indicam que as iniciativas se destinam à " comunidade em geral" – [P10] do concelho de Ourique, embora, de acordo com P9 "Bom, depende da iniciativa, mas à partida é para todos os adultos, mais velhos ou mais novos". P5 e P6 manifestam a preocupação de promover um diálogo entre gerações" É também preocupação da associação que as gerações comuniquem e façam actividades em conjunto."; "também actividades que os mais velhos e mais novos possam participar em conjunto."

Quanto a propostas e organização das iniciativas, metade dos entrevistados (P2; P5; P6; P7 e P10) refere que as propostas são feitas pela Direcção ou por sócios, mas, de um modo geral, quase todos indicam a Direcção, com o apoio das entidades locais (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia) como os organizadores. Com excepção para a associação P8, que defende que organiza iniciativas do tipo formal "Organizamos cursos de formação, com certificação específica, conforme o curso, as restantes iniciativas são do tipo não formal "Contactamos outras associações para participarmos em workshops de dança." – [P5] e do tipo informal, com carácter pontual "Fazemos festas no pavilhão da Junta de Freguesia, como bailes. Realizamos provas de BTT, de paintball,

de todo o terreno" – [P9], e consuetudinário "Fazemos a festa anual" – [P2]. O marketing de divulgação das iniciativas é feito essencialmente "através da conversa entre as pessoas" – [P6], mas também por cartazes colocados pelo concelho, revistas e rádio de um concelho limítrofe e ainda por e-mail entre associados. P1 considera que a divulgação é escassa devido à falta de recursos financeiros. Porém, consideramos que este argumento parece não fazer muito sentido, na medida em que, é unânime na opinião de todos os entrevistados, de que "A comunidade participa muito e está sempre desejosa de novas actividades." – [P10] Das diversas opiniões concomitantes com esta ideia, parece-nos evidente que a dinâmica de marketing e a publicidade de divulgação das iniciativas está a surtir o efeito pretendido – a participação da comunidade nas iniciativas promovidas.

Para o futuro está patente nas declarações dos presidentes o desejo de manter a intervenção local ao nível económico, social e cultural, através do incentivo à participação mais activa dos sócios, da criação de uma rede efectiva de parcerias, de utilização e recurso às tecnologias de informação e comunicação e da valorização dos recursos naturais:

Queremos arranjar um jipe para ir ao circuito. Mais visitas guiadas a pé. Levar a palavra preservação do ambiente ao extremo. Tentar arranjar campanhas de sensibilização para o meio ambiente. Temos vontade de começar a trabalhar com outras associações. Futuramente estamos a pensar editar um livro com fotografias antigas e ir buscar o know how de outra associação que publicou os cadernos culturais de Ourique, para nos ajudar a fazer o livro e ter sucesso. Há poucos dias foi assinado um protocolo com a Câmara Municipal e a Direcção Regional para fazermos um dia por ano um encontro de cante ao baldão e ficar o Castro da Cola como a zona onde o cante ao baldão fique enraizado, quase a capital do baldão. Queremos ir buscar pessoas de outras freguesias, incentivar mais pessoal do concelho para as actividades. Queremos também trabalhar com jovens, com desportos radicais, organizar mais passeios. Temos de começar a ser mais ferozes na publicidade das iniciativas. Queríamos fazer uma página na internet. Talvez com a escola de Ourique e com o grupo de informática possamos fazer isso – [P1] (...) garantidamente a ACPA tem um espaço de intervenção, vai manter a actividade. Tem todo o sentido de continuar a existir. Pretendemos modificar o Alentejo. Fazer disto uma força económica. Criar um social

e renovar a vida das populações nas freguesias, promover a aprendizagem de cada um, promover o turismo rural. Gostava que pudéssemos criar desenvolvimento, aprendizagens. Manter a saúde mental das pessoas no sentido de valorizarem os produtos autóctones, a zona onde vivem, as tradições. Que as pessoas valorizem e reconheçam uma identidade cultural e local e tenham orgulho nela e a preservem – [P8]

Consideramos que se identifica nestas afirmações uma visão integrada do desenvolvimento e da aprendizagem, pela aposta na promoção e divulgação do património local (como o circuito do Castro da Cola e o cante ao baldão) e a possibilidade do trabalho de parceria com outras associações e com a escola. A aprendizagem e o desenvolvimento futuro de que fala P8 tem necessariamente de enquadrar o passado conhecido e interpretado que se manifesta na memória social local e se revela na coesão promovida pela identidade local de Ourique. As associações são agentes importantes na construção das identidades locais e, consoante as suas iniciativas, funcionarão como motor educativo e cultural – motor de desenvolvimento e aprendizagem.

No referente às perspectivas futuras de formação, três presidentes não apontam desejo de que as associações que representam enveredem pelo caminho da formação do tipo formal. P1 afirma que os elementos da Direcção fazem formação deste tipo fora do âmbito da associação. P7 e P9 indicam a falta de meios como justificação para a não aposta na formação do tipo formal "Ao nível da formação mais formal, não é nosso objectivo. Não temos meios para o fazer. Agora formação não formal ou informal continuaremos a fazer." – [P9] P4 manifesta ambições nesse sentido, porém "não temos, neste momento, muitas capacidades de ir muito além daquilo que estamos a fazer. Eventualmente como entidade promotora, porque não temos a massa crítica interna para o fazer." Os presidentes, P2 e P3 defendem que, pelo facto da população ser, na sua maioria uma população envelhecida, não reúne condições para que as associações que integram promovam formações do tipo formal. Apontam a Câmara Municipal como a res-

ponsável por este aspecto "Formação... Não. Não temos massa humana cá na terra. A população está envelhecida. A Câmara é que trata disso." – [P3] P5 é apologista de que com a evolução técnica dos jovens que frequentam as aulas de dança, a associação terá de evoluir nesse sentido. O presidente de A6 anseia que no futuro a associação que representa possa recorrer-se dos saberes na área das Tecnologias de Informação e Comunicação que os seus associados mais jovens detêm, para promover uma formação do tipo não formal para a população mais idosa. Deste grupo de entrevistados, P8 é preponderante ao afirmar "Continuaremos a apostar na formação contínua, seja ao nível formal, não formal ou informal."

7.2.7. Aprendizagem provocada pelas iniciativas das associações

Os três grupos partilham da opinião de que as iniciativas que as associações promovem, provocam aprendizagens a diferentes níveis – "Desde o informal ao mais formal. (...) Permitem um aumento de conhecimentos, de competências, através do conhecimento de novas coisas ou do aperfeiçoamento daquilo que já sabem." – [F4]. Sete (4%) dos 170 inquiridos por questionário, respondeu que não existe aprendizagem provocada pelas iniciativas. Os restantes 96% assinalaram mais do que uma forma de aprendizagem.

Os presidentes defendem que "não é fácil medir" - [P1] essas aprendizagens e que as mesmas são perceptíveis a longo prazo. Os formadores reforçam uma ideia que defendemos anteriormente ao referirem que são aprendizagens "tão importantes como as formais, até porque muitas delas são o mote para o querer saber mais formal" - [F6] e que acontecem de forma espontânea – "um sem número de aprendizagens que acontecem sem que se dê conta." – [F4]

Tabela 22 – Tipo de aprendizagem provocada pelas iniciativas

	População (n=163)	Presidentes (n=10)	Formadores (n=6)
Conhecer a terra	141	4	3
Preservar tradições	153	4	4
Conhecer novas coisas	97	6	5
Conhecer pessoas	57	7	6
Aceitar novas ideias	127	7	6
Fortalece as relações interpessoais	110	9	6
Ensina a respeitar os outros	110	10	6
Melhora a auto estima e o auto conceito	125	8	6
Estimula a criatividade	103	3	5
Melhora o sentido crítico	59	6	5
Responsabiliza	105	5	6
Aspectos específicos	69	5	6
Ensina a trabalhar em equipa	129	8	5
Ensina a organizar	81	4	5

Quando questionámos os três grupos acerca do que se aprende, verificamos nos resultados da Tabela 22 que para 163 (96%) respondentes da população que consideram que existe aprendizagem, a preservação das tradições (153), o conhecimento do concelho (141) e o ensinar a trabalhar em equipa (129) são as aprendizagens mais apontadas. O aceitar novas ideias (127), a melhoria da auto estima e auto conceito (125), o fortalecimento das relações interpessoais e o respeito pelos outros (110), são também das mais referidas. Para os presidentes, conquanto mencionem que "Há também aquela aprendizagem em relação às coisas características da zona, em que as pessoas aprendem a valorizar aquilo que faz parte da identidade local e cultural" – [P8] e que "Fazendo coisas as pessoas adquirem conhecimentos em todas as áreas" – [P10], as aprendizagens indicadas são principalmente, o respeito pelos outros (10), o fortalecimento das relações interpessoais (9), a melhoria da auto estima e auto conceito (8). P4 volta a mencionar o tra-

balho de parceria e quanto o mesmo é significativo no aumento das competências pessoais e de grupo e no conhecimento e respeito entre pares e organizações

(...) Fundamentalmente quando as iniciativas são feitas em conjunto. Isso obriga a que os adultos tenham de negociar. Negociar a sua própria posição dentro do evento, o que podem dar, o que podem receber, terem a noção de que a limitação dos outros também existe para si próprio, portanto deverá aceitar as limitações das associações e das outras pessoas.

Para os formadores, as aprendizagens mais referenciadas e que diferem das apontadas pelos grupos anteriores, são o conhecer pessoas, o ser responsável e aspectos específicos consoante de que iniciativa se trate.

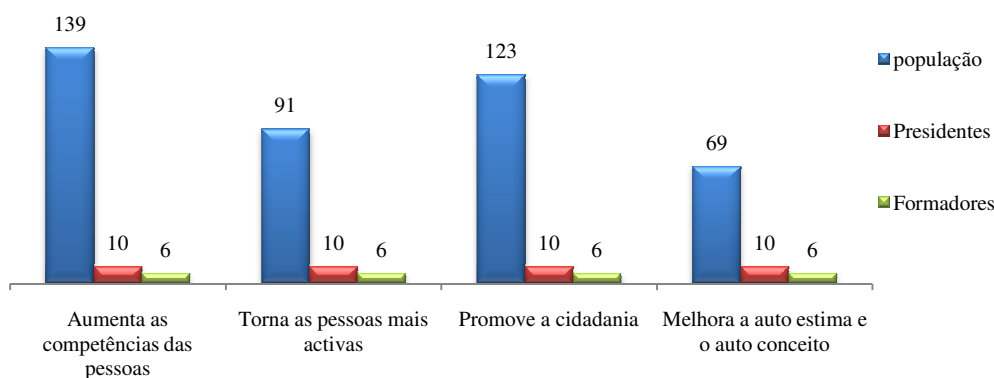
Parece-nos evidente que os três grupos indicam aprendizagens de competências em todos os domínios do saber – saber saber, saber fazer, saber ser e saber estar. Todavia, com maior prevalência de competências do saber ser e saber estar, numa perspectiva de aprendizagem individual (melhora a auto estima e o auto conceito) e colectiva (fortalece as relações interpessoais, ensina a respeitar os outros), onde a preservação da identidade local é salientada pela população. Atitudes e valores, ferramentas de pensar e agir, que permitam a formação de actores sociais capazes de actuar com reflexividade crítica perante um mundo cada vez mais complexo e mutante. É similarmente pelas aprendizagens decorrentes dos contextos não formais e informais (como as emergentes das iniciativas das associações e reconhecidas pelos agentes sociais que delas usufruem), associadas à experiência pessoal e social e do processo reflexivo de reconstrução e reorganização da experiência, que outros saberes mais formais adquirem textura social e provocam alterações qualitativas no Eu individual e colectivo.

7.2.8. Iniciativas/Aprendizagem ao longo da vida/Transversalidade de competências

Dos três grupos, apenas 3% da população (os mesmos que referiram que não há aprendizagem nas iniciativas das associações. Uma não resposta) não considera que as aprendizagens que resultam das iniciativas das associações são importantes ao longo da vida ou transferíveis para outros contextos.

Os presidentes e os formadores voltam a reforçar a ideia de que "não é fácil medir" – [P1] mas "há aprendizagens que ficam para toda a vida. (...) e que as pessoas irão recorrer ainda que sem pensarem, em outras situações da sua vida." - [P5] Quer a nível pessoal como profissional "Há sempre a possibilidade de se fazer uma transposição (...) de uma forma consciente, mas fundamentalmente, de modo inconsciente." – [F4] P8 acrescenta que as associações, pelas iniciativas que desenvolvem, devem direccionar a aprendizagem no sentido de um "desenvolvimento sustentável e por aí viabilizar a zona e provocar aprendizagens", na medida em que essa acção "permite uma aprendizagem no sentido desenvolvimentista das pessoas e em relação às potencialidades da região."

Gráfico 17 – Justificação para a importância das aprendizagens ao longo da vida e transversalidade de competências

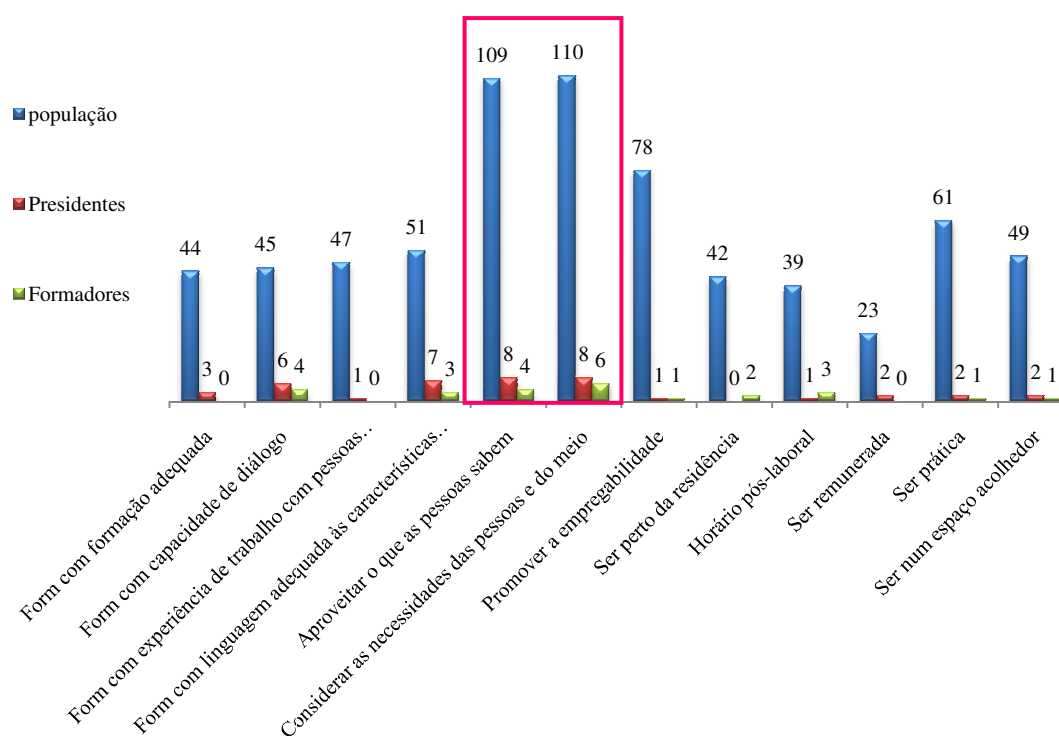


Para 139 indivíduos da população inquirida, a principal razão porque as aprendizagens são importantes ao longo da vida e podem ser utilizadas em outras circunstâncias, é porque aumentam as competências das pessoas e promovem a cidadania. Os resultados do Gráfico 17 remetem-nos para alguns dos aspectos do que oficialmente é reconhecido como aprendizagem ao longo da vida – um processo contínuo e ininterrupto de permanente renovação e criação de saberes e competências em todos os domínios do saber, essenciais para o desenvolvimento e sucesso do Eu individual e colectivo. A aprendizagem ao longo da vida é um imperativo que "tem de marcar, dada a sociedade em que vivemos, o dia-a-dia de todos nós" – [F1]. É possível em todas as idades, acontece mesmo naqueles tempos, espaços ou contextos, onde não existem situações intencionalmente organizadas e estruturadas para a aprendizagem, o que implica alterações nas relações interpessoais e organizacionais de modo a prevenir ou atenuar a exclusão social e promover a coesão social. O que em sentido prático apela que "As associações, as entidades têm de trabalhar em rede, valorizando e dando alguma protecção à identidade local. Neste sentido, a aprendizagem ao longo da vida sentir-se-á através do desenvolvimento local, social, das pessoas, da sua aprendizagem" – [P8] O reconhecimento, a complementaridade das aprendizagens formais, não formais e informais e a possibilidade destas últimas desencadearem processos educativos formais, é também visível nas palavras dos presidentes e dos formadores quando postulam que

(...) Quando vão às aulas já trazem aprendizagens" – [P5], " (...) Não é por acaso que se diz que se aprende com a vida. As pessoas que não têm um saber escolástico, por exemplo, ao nível da matemática ou da leitura e da escrita, são autónomas no quotidiano dos seus dias. (...) O somatório das aprendizagens não formais ou informais pode dar origem a aprendizagens formais – [F4]

7.2.9. Educação de Adultos: características da formação

Gráfico 18 – Características da formação destinada à população adulta



Há unanimidade de opinião entre os três grupos acerca de quais devem ser as principais características da formação destinada à população adulta – considerar as necessidades das pessoas e do meio e aproveitar o que as pessoas sabem. Presidentes e dos formadores defendem que "Ensinar pessoas adultas não é tarefa fácil" – [P7], "Com os adultos tem de haver uma maior partilha" – [F1], uma negociação, no sentido de "ajustar conteúdos, métodos, metodologias, tempo e espaço às necessidades e interesses" – [F6] "individuais e do meio" – [P7]. A formação tem necessariamente de ser "muito bem pensada" – [P4], "saber encontrar o equilíbrio entre a teoria e a prática" – [F3], porque "os adultos não aprendem como os mais novos" – [P1] "o público é mais exigente" – [P8], "as pessoas trazem aprendizagens de outros contextos que também são transferidas para o contexto da formação" – [F1]. Para que seja significativa tem de ter uma utilidade prática, ser útil a nível pessoal ou profissional.

A utilização de uma linguagem adequada e a capacidade de diálogo dos formadores são factores muito preponderantes para motivar, despertar o interesse, tornar a formação significativa porque "há muitos casos em que as pessoas estão ali depois de um dia de trabalho, cansadas, sem interesse, ou já têm uma idade em que não entendem a importância daquilo" – [F6]. Segundo F3, os formadores devem ser flexíveis, "mas com rigor" e, na opinião de F5 "preferencialmente com formadores da zona" porque "aproxima as pessoas". Os conteúdos devem ser veiculados "de uma forma dinâmica, em que cada um possa de facto aprender" – [F4]. Uma aprendizagem que se estende a formandos e formadores.

A utilização de diferentes recursos, "espaços de convívio" – [F5] são referenciados por F4 e F5, como princípios que estimulam o interesse e motivação dos formandos e a coesão de grupo. O formador que trabalha com pessoas adultas não se pode limitar "às salas de aula ou aos livros. A internet, as bibliotecas são preciosos recursos" – [F4]. A valorização de uma avaliação prática "com trabalhos individuais e de grupo", é sublinhada por F5, dado que, na sua opinião, a avaliação que se baseia em testes e provas escritas, "não motivam e não avaliam efectivamente o que as pessoas sabem". Os trabalhos individuais e de grupo são mais enriquecedores porque implicam pesquisa e reflexões, que aprofundam o conhecimento. O interesse da utilidade prática, da experiência, da relação biunívoca entre quem ensina e quem aprende, da reflexividade crítica é sublinhada a todos os níveis, porque "a aprendizagem faz-se pelo diálogo, pela troca entre todos, apela a que as experiências de vida de cada um sejam pensadas. Que haja crítica da forma como se costuma fazer qualquer coisa e de como se pode agir melhor" – [P1]. P10 acrescenta que os formandos devem ser ouvidos quando se pensa a formação para pessoas adultas pois "só assim será proveitosa para formadores e formandos"

A promoção da empregabilidade é a terceira característica mais referida pela

população (78 dos inquiridos). P5 valoriza este factor numa perspectiva individual e colectiva – "essa formação possa dar frutos ao nível do emprego, da qualidade de vida, da sustentabilidade da região, da identidade local."

O factor económico (ser remunerada) não é muito expressivo para os três grupos. F5 defende que não deve ser remunerada porque "a formação fica banalizada", mas "deve haver um apoio" F6 tem dúvidas, embora no caso dos desempregados a equacione, dado que "a sua ocupação principal é a formação". Sublinha que a formação deve promover a empregabilidade, correndo-se o risco, se tal não acontecer, serem muitos os "clientes que passam de formação para formação"

Quanto ao espaço e tempo, a tónica é colocada no "ser acolhedor, porque as pessoas adultas aborrecem-se" – [F4], e "o pós-laboral é na minha opinião o mais indicado" – [P3], aspectos igualmente considerados por alguns dos inquiridos por questionário. O ser próximo da residência é referido por F4, uma vez que os acessos e a deslocação de bens e pessoas nos meios rurais (na caracterização que fizemos do concelho este factor é evidente) tem condicionantes, atenuados pela acção das autarquias e Juntas de freguesia – "O não implicar transporte parece-me um aspecto crucial nestes meios rurais onde grande parte da população está dependente das autarquias para se deslocar das freguesias para a sede." – [F4]

CONCLUSÕES

Ao realizarmos um trabalho de pesquisa direccionado para a compreensão e valorização da educação não formal e informal, através da identificação das intencionalidades e dos efeitos educativos das acções desenvolvidas pelas associações locais, no âmbito da aprendizagem ao longo da vida e da educação de adultos, percorremos um caminho de investigação que deu lugar a novos questionamentos e fez eclodir aspectos pertinentes para o entendimento da problemática em estudo. Consideramos que o percurso de aprofundamento futuro desta pesquisa poderá direccionar-se para a análise das mudanças das linhas de orientação educativa e intervenção das associações (algumas indicadas no conteúdo que se segue, resultantes das fragilidades detectadas) em consequência de mecanismos nacionais e internacionais de maior valorização da educação não formal e informal e dos seus efeitos na evolução da sociedade.

É a sistematização dos elementos que mais se evidenciaram e que não constituem respostas fechadas, mas um contributo para o cenário interpretativo do tema em análise, que nos iremos debruçar nesta fase do trabalho. Fá-lo-emos através de um conjunto de reflexões, que constituem uma leitura compreensiva e problematizante que reflecte a complexidade inerente à autenticação dos propósitos educativos intrínsecos à educação não formal e informal. Sublinhamos que são variadas as limitações que os diversos leitores que a este estudo acederem, podem identificar. Ressaltamos o facto de ser necessário algum cuidado quando se pretende extrapolar as conclusões para o todo alargado que é a educação de adultos e a aprendizagem ao longo da vida, dado que o mesmo foi enquadrado na realidade específica que constitui este concelho do Baixo Alentejo, que reveste as suas características e as suas gentes de particularidades, que se distinguem

das muitas espalhadas por todo o país. Cada contexto sociocultural conjugado com as especificidades do todo colectivo e de cada um em particular influencia as dinâmicas de aprendizagem e desenvolvimento.

Reconhecido por todos os actores locais questionados como presença constante na história do concelho, o movimento associativo de Ourique tem sido marcado por ciclos descontínuos de dinâmica activa/passiva, resultante de interferências políticas, desmotivações pessoais e falta de tempo. Porém, instituído em cerca de trinta e oito grupos organizados, reconhecidos legalmente como associações locais. Actualmente apresenta uma revitalização, fruto da intervenção directa da autarquia local, através de incentivos monetários e apoio logístico e do dinamismo dos novos dirigentes, pela organização e realização de várias actividades, dirigidas a todos os públicos.

Grosso modo, nos seus anais, suportados pela história das associações, encontram-se no período de criação propósitos desportivos, ligados à prática do futebol ou à caça e pesca, direccionados para a população masculina e progressivamente intenções de resposta às necessidades e interesses da comunidade, de valorização das características endógenas, do património natural, construído e reconstruído, de vitalização e revitalização da economia local e do turismo, no sentido de evitar o despovoamento, de combater o isolamento e de dar maior visibilidade ao concelho. Esta linha de orientação insere-se numa visão promotora do desenvolvimento individual e colectivo da comunidade local, em que o fluxo da acção surge de dentro para fora, potenciador do envolvimento das pessoas, da aprendizagem ao longo da vida, da construção de redes de relações cooperativas. Constatamos também que é evidente a necessidade de que os actores sociais valorizem e se consciencializem da sua identidade local, reconhecendo-a como potenciadora de qualidade de vida individual e colectiva.

Embora numa fase inicial, identificamos ainda o surgir de perspectivas mais

abrangentes, que encaram o local como um universo compósito, onde se articulam dimensões que extrapolam os limites do concelho, com orientações expressas num quadro regulador social, cultural, político e jurídico ao nível regional, nacional e europeu. Dimensões que chegam através dos que saem para estudar ou trabalhar, dos que regres- sam ao fim de semana ou permanecem no período de férias, dos diversos estrangeiros que se começam a fixar na região, das novas exigências e desafios, frutos da sociedade global, do acesso mais rápido e em tempo real à informação, que evidencia que o local é transposto e modelado por influências muito distantes.

Os corpos dirigentes são os principais responsáveis, apoiados por sócios mais activos, pela organização e realização das iniciativas. Estes dirigentes apresentam caracte- rísticas intrínsecas, resultantes de aprendizagens sociais, que ao longo da sua história individual se foram consolidando através de processos de socialização, em diversos sis- temas e permitiram a aquisição de competências nos diferentes domínios. Competências relacionais e de gestão, reconhecidas pelos actores locais e recrutadas espontaneamente, de modo mais ou menos activo, para a gestão das associações e de forma mais ou menos explícita, para a efectivação das actividades.

O voluntariado surge como uma característica marcante dos muitos que intervêm directamente nas iniciativas organizadas e realizadas pelas associações, assumido, na maioria dos casos, como responsabilidade social de cidadania activa e também como forma de projecção e reconhecimento ou plataforma de lançamento para futuros cargos políticos. A ambição de alguma projecção social ou política leva-nos a considerar que, ao nível da gestão e do trabalho organizativo que envolve a realização das iniciativas, estas associações ainda têm de efectuar um percurso qualitativo na direcção de definir estratégias eficazes de motivação dos sócios que se traduza numa maior responsabiliza- ção e num trabalho mais partilhado, uma vez que a durabilidade de algumas associações

está quase directamente dependente da continuidade ou não dos seus actuais dirigentes, que expressam desejo de continuar, apesar de algum cansaço e desmotivação, devida à fraca participação dos sócios na manutenção quotidiana das associações.

As associações apresentam formas precárias de auto sustentabilidade, estando quase totalmente dependentes do poder local e com poucas iniciativas empreendedoras de recurso a estratégias mais globais de apoios ou de trabalho de parceria. Este é outro factor que consideramos necessitar de uma reformulação, no sentido da valorização e rentabilização dos recursos locais, como meio de superar constrangimentos e elevar os padrões de qualidade de vida na região. A consolidação de estratégias de efectivação de uma rede de parcerias entre as associações locais e entre estas e outras organizações para além do âmbito local poderia impulsionar, entre outros aspectos, dinâmicas de maior envolvimento e motivação, o desenvolvimento local, um maior conhecimento entre as associações ou a candidatura e o financiamento a programas de fundos nacionais ou comunitários.

No caso concreto em estudo, as iniciativas inserem-se, essencialmente no âmbito da educação não formal e informal, do saber ser e saber estar, que decorre nas interacções e interrelações do dia-a-dia, mas igualmente em competências do saber saber e saber fazer, consequentes do desejo de alguns indivíduos em aprofundar conhecimentos experienciais resultantes das iniciativas promovidas pelas associações. Neste sentido, podemos afirmar que as iniciativas desenvolvidas pelas associações locais têm associado ao prazer da diversão, desafios de maior qualidade de vida, processos reflexivos que se transformam em aprendizagens variadas e em necessidades de formação. Favorecem a consolidação da identidade local, o fortalecimento do tecido social, pela criação de espaços de inclusão, de partilha, de cidadania, de participação e cooperação. Potenciam as capacidades humanas de relação, convivência e entreaajuda, pela procura de um reno-

vado bem-estar social ao nível do desenvolvimento individual e comunitário. Impulsionam a aprendizagem ao longo da vida, pela emergência de novas competências, novos saberes.

As experiências vividas pelos adultos em todo o processo que envolve a realização das iniciativas, desde que são pensadas até à sua concretização resultam em aprendizagens (reconhecidas por todos os actores intervenientes na investigação) que promovem o desenvolvimento global e integral da pessoa e dos locais. Adquirem uma dimensão transformadora dos sujeitos e dos contextos ao desencadear novas interpretações individuais, dos outros, da sociedade. O que se revela em práticas de cidadania plena que incitam os adultos a intervir, a dar significado, a reconhecer a necessidade e importância do novo, sem rupturas bruscas e profundas, na construção e reconstrução do seu dia-a-dia. A consciencialização de que no mundo actual nada pode ser considerado como definitivo e o binómio informação/formação é a chave da evolução das sociedades e das pessoas.

Embora sem iniciativas relevantes no espaço da educação formal, os que das associações se dedicam à educação e formação de adultos preocupam-se em encarar as experiências de vida como recursos-chave da aprendizagem dos adultos, envolvendo-os, directa ou indirectamente, em todas as fases da formação.

Nos procedimentos destas associações, ainda que numa fase embrionária, começa a identificar-se o conceito de que as sociedades são realidades contingentes, construídas e reconstruídas progressivamente pelos actores sociais que nelas se movimentam, decorrentes dos resultados sempre parcialmente imprevisíveis, do relacionamento recíproco que estes agentes sociais vão estabelecendo entre si. Esta construção progressiva tem na reflexividade social e no sentido crítico (de si próprio e da realidade que o rodeia) um motor de desenvolvimento do Eu individual e do Eu colectivo. Permite a conscienciali-

zação dos constrangimentos pessoais e sociais e a possibilidade de os alterar e a percepção de que para se usufruir em pleno das oportunidades do universo global, implica ser capaz de decidir, processar, seleccionar informação, o que exige uma postura crítica perante as situações e os objectos, um espírito empreendedor, diversidade de estratégias, novas capacidades e competências em diferentes áreas, que são mobilizadas em diferentes contextos. Um aperfeiçoamento contínuo, interdependente, dialéctico, centrado no indivíduo conseguido pela aprendizagem ao longo da vida, o que significa oportunidades de conduta alternativa e inovadora, redes de interacção mais complexas, a emancipação pessoal e social, o melhor uso da cidadania, a aprendizagem efectiva. Em suma, a capacidade de autonomização dos indivíduos e dos locais.

BIBLIOGRAFIA

- Agrupamento Vertical de Ourique (2005). *Projecto Educativo 2005-2008*. Documento não publicado.
- Alarcão, I. (org.) (1996). *Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora.
- Alves, R. (2002). *Estórias maravilhosas de quem gosta de ensinar*. Porto: Edições ASA.
- Alves, R. (2004). *Gaiolas ou asas: a arte do voo ou a busca de aprender*. Porto Edições ASA.
- Alves, R. (2003). *A alegria de ensinar*. Porto: Edições ASA.
- Amaral, D. F., et al. (2005). *Código do Procedimento Administrativo Anotado – Com Legislação Complementar*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Ander-Egg, E. (1992). *La animación y los animadores*. Madrid: Narcea, S. A. de ediciones.
- Ander-Egg, E. (1996). *Metodologiaa y Pratica de la animación socio cultural*. Buenos Aires: Humanitas.
- Azevedo, M. (2004). *Teses, relatórios e trabalhos escolares: sugestões para estruturação da escrita*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Berger, P. e Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Berger, S. (2007). *A competitividade e as novas fronteiras da economia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bessa, N. e Fontaine, A. M. (2002). *Cooperar para aprender: uma introdução à aprendizagem cooperativa*. Porto: Edições ASA.
- Bloom, A. (2001). *A cultura inculta: ensaio sobre o declínio da cultura geral*. Mem Martins: Publicações Europa América, LDA.

- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1984). *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1996). *Lição sobre a lição*. V. N. de Gaia: Estratégias Criativas.
- Braga da Cruz, M. (1995). *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Cabrito, B. G. (1994). *Formações em alternância: conceitos e práticas*. Lisboa: Educa.
- Câmara Municipal de Ourique (2008). *Caracterização do concelho*. Consultado em 2 de Abril de 2008: www.cm-ourique.pt/uploads/documentos/documento_1200053238_9923.pdf
- Câmara Municipal de Ourique (2008). *Caracterização do concelho*. Consultado em 3 de Abril de 2008: www.cm-ourique.pt/uploads/documentos/documento_1200053216_8665.pdf
- Câmara Municipal de Ourique (2008). *Caracterização do concelho*. Consultado em 23 de Março de 2008: <http://www.cm-ourique.pt/cms/view/id/1/>
- Câmara Municipal de Ourique (2008). *Carta Educativa do município de Ourique*. Consultado em 24 de Março de 2008: <http://www.cm-ourique.pt/cms/view/id/87/>
- Canário, R. (1999). *Educação de adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. e Cabrito, B. (2005). *Educação e formação de adultos: mutações e convergências*. Lisboa: Educa.
- Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da educação e da aprendizagem: 21 ensaios para o século 21*. Lisboa: Fundação Manuel Leão.
- Carreira, T. e Ferreira, J. (2006). *Educação e Formação de Adultos. Ética e Moral*. In Carreira T. e Tomé A., *Champs*

Sociologiques et Éducatifs. Enjeux au-delà des Frontières. Col. Le Travail du Social. Paris: L'Harmattan.

Carreira, T. e Sequeira, B. (2005). *Formação, aprendizagem e organizações aprendentes.* In Carreira T. e Tomé A. (org.), *Ensino, formação e arte.* Col. Educação e Ciências da Educação. Lisboa: Editorial Minerva.

Carreira, T. e Sequeira, B. (2006). *Conhecimento, uma alavanca para a competitividade e a interacção social.* In Carreira T. e Tomé A., *Champs Sociologiques et Éducatifs. Enjeux au-delà des Frontières.* Col. Le Travail du Social. Paris: L'Harmattan.

Carreira, T. (2008). *Educatio – Novos Desafios, Sociologia da Escola.* Col. Educação e Ciências da Educação. Lisboa: Editorial Minerva.

Cavaco, C. (2002). *Aprender fora da escola: percursos de formação experimental.* Lisboa: Educa.

Ceballos, P. L. (1998). *Un método para la investigación-acción participativa.* Madrid: Editorial Popular.

CIDEC (2004). *O impacto do reconhecimento e certificação de competências adquiridas ao longo da vida: uma mais valia para uma vida com mais valor.* Lisboa: Direcção Geral de Formação Vocacional, Ministério da Educação.

Comissão Europeia. (1995). *Livro Branco sobre a Educação e a Formação – Ensinar e Aprender Ruma à Sociedade Cognitiva.* Consultado em 10 de Dezembro de 2007: <http://www.projectoene.com/ene/empreendedorismo/Livro%20Branco%20sobre%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Comissão Europeia. (2000). *Memorando sobre a aprendizagem ao longo da vida.* Consultado em 10 de Fevereiro 2008: <http://www.ec.europa.eu/education/policies/III/life/memopt.pdf>

Comissão Europeia. (2001). *The concrete future objectives of education systems.* Consultado em 10 de Fevereiro de 2008: http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/concrete-future-objectiv_en.pdf

Conselho da Europa (1986). *Relatório final do Projecto 7 "A Educação e o desenvolvimento cultural dos migrantes".* Consultado em 10 de Março de 2008: http://europa.eu/european-council/index_pt.htm

- Correia, A. e Cabete, D. (2002). O valor do que aprendemos ao longo da nossa vida. *Anefa: revista para o desenvolvimento da educação e formação de adultos*, 13, 42-48.
- Costa, A. F., Marques, F. e Pontinha, A. (2002). O que se aprende na vida pode ter diploma. *Anefa: revista para o desenvolvimento da educação e formação de adultos*, 13, 35-37.
- Couceiro, M. L. P. (2002). O reconhecimento de competências. *Anefa: revista para o desenvolvimento da educação e formação de adultos*, 13, 30-32.
- Crespi, F. (1997). *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim do Século Edições Lda.
- Deledalle, G. (1995). *Jonh Dewey*. Paris: PUF.
- Delors, J. (Coord.) (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. Porto: Edições Asa.
- Dicionário Houasis da língua portuguesa (2003-Tomo IV). Lisboa: Ed. Círculo de Leitores.
- Dubar, C. (1997). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Durkheim, E. (1984). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Eco, U. (2007). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Estrela, A. (1990). *Teoria e prática de observação de classes: uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora.
- Ferreira, F. I. (2005). *O local em educação: animação, gestão e parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, P. T. (2007). *Guia do animador na formação de adultos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Figueiredo, I. (2001). *Educar para a cidadania*. Porto: Edições ASA.
- Finger, M. e Asún, J. M. (2003). *A educação de adultos numa*

- encruzilhada: aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor – Projectos e Edições, Lda.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A.
- Freire, P. (1977). *Educação política e conscientização*. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa.
- Friedman, J. (1996). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Lisboa: Celta Editora.
- Friedman, T. L. (2006). *O mundo é plano: uma história breve do século XXI*. Lisboa: Actual Editora.
- Garcia, C. M. (1999). *Formação de Professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora.
- Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (2001). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (1990). *Social theory and modern sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (1996). *As novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gradiva.
- Goffman, E. (1993). *A Apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Goleman, D. (2006). *Inteligência social: a nova ciência do relacionamento humano*. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, Lda.
- Gomes, L. (2000). *Animação: palavra-chave*. Gouveia: GAF.
- Governo Português (2008). *Associação na hora*. Consultado em 22 de Março de 2008:
http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MJ/Comunicacao/Intervencoes/20070329_MJ_Int_SEJ_Associacao_Hora.htm
- Guerra, M. A. S. (2003). *No coração da escola: estórias sobre a educação*. St^a Iria da Azóia: Criap ASA.
- Herman, J. (1983). *Les langages de la sociologie*. Paris: PUF.

- Hill, M. M. e Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Jares, X. R. (2002). *Educação e conflito: guia de educação para a convivência*. Porto: Edições ASA.
- Jensen, E. (2002). *O cérebro : a bioquímica e as aprendizagens. Um guia para pais e educadores*. Porto: Edições Asa.
- Ketele, J. M., Chastrette, M. et al (1994). *Guia do formador*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Le Boterf, G. (2005). *Construir as Competências Individuais e Colectivas*. Porto: Edições ASA.
- Lessard, M., e tal. (1994). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, L. C. e Afonso, A. J. (2002). *Reformas da educação pública: democratização, modernização, neoliberalismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lipovetsky, G. (1994). *O crepúsculo do dever*. Lisboa: Dom Quixote.
- Maffesoli, M. (2003). *L'instant éternel: le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Paris : La Table Ronde.
- Malglaive, G. (1995). *Ensinar adultos*. Porto: Porto Editora.
- Marchioni, M. (1997). *Planificación Social y Organización de la Comunidad. Alternativas avanzadas a la crisis*. Madrid: Editorial Popular.
- Marx, K. (1969). *Misère de la philosophie: réponse à la philosophie de la M. Proudhon*. In *Œuvres*. Paris: Gallimard.
- Mcgee, R. J. e Warms, R. L. (1996). *Anthropological theory: an introductory history*. London: Mayfield Pub.
- Meignant, A. (2003). *A gestão da formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Mendes, V., Ferreira, G. (2004). *Legislação sobre Associações*. Porto: Legis Editora.
- Mezirow, J. (1991) *Transformative dimensions of adult learning*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Mezirow, J. (1991). *Transformative dimensions of adult learning*

- ing. Jossey-Bass Publishers: San Francisco.
- Missão para a Sociedade da Informação. *O Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Consultado em 4 de Janeiro de 2008: <http://purl.pt/239/1>
- Moya, M., Pérez, J. A. et al. (1999). *Psicologia social*. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana de España.
- Oliveira, T. (2005). *Teses e dissertações: recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. Lisboa: Rh Editora.
- Pain, A. (1990). *Education informelle : les effets formateurs dans le quotidien*. Paris: L'Harmattan.
- Paquay, L., Perrenoud, P. et al (2001). *Formando professores profissionais: quais estratégias?; quais competências?*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Parkin, F. (1986). *Max Weber*. Oeiras: Celta Editora.
- Pedroso, P. (1998). *Formação e desenvolvimento rural*. Oeiras: Celta Editora.
- Pereira, A. (2004). *SPSS: Guia prático de utilização, análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pereira, A. e Poupa, C. (2004). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Phillips, E. e Pugh, D. S. (1998). *Como preparar um mestrado ou doutoramento: um manual prático para estudantes e seus orientadores*. Mem Martins: Lyon Edições.
- Quintana, J. M. (1992). *Fundamentos de animación sociocultural*. Madrid: Narcea, S. A. de ediciones.
- Quintanilha, A., Costa, A. et al (2002). *Cruzamento de saberes: aprendizagens sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Quivy, R. e Campnhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Relatório Mundial sobre a Educação (2000). *O direito à educação: uma educação para todos durante toda a vida*. Porto: Edições ASA.
- Robbins, Stephen P. (2000). *Administração: mudanças e pers-*

- pectivas*. São Paulo: Saraiva.
- Rocher, G. (1999). *Sociologia geral: a acção social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rodrigues, F., Stoer, S. R. (1993). *Acção Local e Mudança Social Em Portugal*. Lisboa: Fim de Século Edições Lda.
- Rodrigues, M. e Ferrão, L. (2006). *Formação pedagógica de formadores*. Lisboa: LIDEL.
- Rogers, C. (1983-a). *Tornar-se pessoa*. Lisboa: Moraes Edições.
- Ruivo, F. (2002). *Poder local e exclusão social: dois estudos de caso de organização local da luta contra a pobreza*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Russ, J. (1995). *A aventura do pensamento europeu: uma história das ideias ocidentais*. Lisboa: Terra Mar.
- Schon, D. (1983). *The Reflective Practitioner: how professionals think in Action*. London: Basic Books.
- Schön, D. A. (2000). *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem*. Porto Alegre: ARTMED Editora.
- Schwanitz, D. (2005). *Cultura: tudo o que é preciso saber*. Lisboa: Dom Quixote.
- Silva, A. S. (1988). *Entre a razão e o sentido*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. S. e Pinto, J. M. (2005). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, S. (2002). Construir o currículo a partir do vivido. *Anefa: revista para o desenvolvimento da educação e formação de adultos*, 13, 50-52.
- Simão, J. V., Costa, A. et al. (1996-1997). *Carta magna sobre educação e formação ao longo da vida*. Lisboa: Gradiva.
- Simão, J. V., Santos, S. M. dos e Costa, A. A. (1998). *Ensino superior: uma visão para a próxima década*. Lisboa: Gradiva.
- Simões, H. (2006). *Animação cultural: três andamentos de compreensão*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Sousa, A. B. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Stoer, S. R. e Magalhães, A. (2005). *A diferença somos nós: a gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Tavares, M. V. (1998). *O insucesso escolar e as minorias étnicas em Portugal: uma abordagem antropológica da educação*. Lisboa: Piaget Editora.
- Teixeira, N. S., Rodrigues, J. C. e Nunes, I. F. (2000). *O interesse nacional e a globalização*. Lisboa: Edições Cosmo, Instituto de Defesa Nacional.
- Tomlison, C. A. e Allan, S. D. (2002). *Liderar projectos de diferenciação pedagógica*. Porto: Edições ASA.
- Trilla, J. (Coord.) (2004). *Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Piaget Editora.
- Veiga, J. F. F. da (2005). *Território e desenvolvimento local*. Oeiras: Celta Editora.

ANEXOS

ANEXO 1

Grelha de Levantamento das associações sedeadas em Ourique

Nº de Ordem *	Identificação	Localização
1	Associação “A Noiva”	Panóias
2	Associação “Futuro de Garvão”	Garvão
3	Associação Canil e Gatil “Os Rafeiros do Alentejo”	Ourique
4	Associação Clube de Caçadores da Freguesia de Garvão	Garvão
5	Associação Cultural e Juvenil Palheirense	Aldeia de Palheiros
6	Associação Cultural e Recreativa da Aldeia de Alcarias	Alcarias
7	Associação de Bombeiros Voluntários de Ourique	Ourique
8	Associação de Caçadores “Os filhos da Serra”	Santana da Serra
9	Associação de Caçadores de Panóias	Panóias
10	Associação de Caçadores de Santa Luzia	Santa Luzia
11	Associação de Caçadores do Monte do Estieiro	Monte do Estieiro
12	Associação de Caçadores e Amigos de Santana da Serra	Santana da Serra
13	Associação de Caçadores e Pescadores da Aldeia Nova da Favela	Favela
14	Associação de Caçadores e Pescadores da freguesia de Ourique	Ourique
15	Associação de Caçadores e Pescadores da Freguesia de Santana da Serra	Santana da Serra
16	Associação de Caçadores e Pescadores do Monte do Carniceiro	Monte do Carniceiro
17	Associação de Caçadores, Vizinhos e Amigos	Ourique
18	Associação de Criadores do Porco Alentejano	Ourique
19	Associação de Danças de Ourique	Ourique
20	Associação de Festas e Romarias de Garvão	Garvão
21	Centro Cultural e recreativo de Santana da Serra	Santana da Serra
22	Centro Recreativo e Cultural Favelense	Paiola Nova
23	Centro Social de Cultura e Recreio da Casa do Povo de Garvão	Garvão
24	Clube Desportivo e Cultural de Panóias	Panóias
25	Grupo Coral “Alma Alentejana”	Garvão
26	Grupo Coral “Ecos do Sul”	Panóias
27	Grupo Coral “Flores de Maio”	Garvão

28	Grupo Coral de Ourique	Ourique
29	Grupo de Dadores de sangue de Garvão	Garvão
30	Grupo de Escuteiros de Ourique	Ourique
31	Grupo Desportivo de Santa Luzia	Santa Luzia
32	KSD – Grupo de Jovens de Santana da Serra	Santana da Serra
33	ORIK – Associação de defesa do património de Ourique	Ourique
34	Ourique Desportos Clube	Ourique
35	Sociedade Columbófila Ouriquense	Ourique
36	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva da Conceição	Conceição
37	Associação de Desenvolvimento Local Castro da Cola	Castro da Cola
38	Associação Futuro de Garvão	Garvão

Grelha de Levantamento e Categorização das Associações a integrar no estudo

Para identificação de cada associação foi atribuída, de forma aleatória, um nº conjugado com a letra A

Nº de Ordem	Identificação	Freguesia de localização	Data da Fundação	Destinatários das iniciativas (de acordo com a indicação fornecida, via telefone, pelos presidentes)
A1	Associação para o Desenvolvimento Local Castro da Cola;	Ourique	2001	População em geral
A2	Associação Cultural Recreativa Aldeia das Alcarias	Conceição	1999	População em geral
A3	Associação Grupo Desportivo e Cultural de Panóias	Panóias	1979	População em geral
A4	Associação Ourique Desportos Clube	Ourique	1976	<i>População em geral</i>
A5	Associação de Danças de Ourique	Ourique	2007	<i>População em geral</i>
A6	Associação Cultura e Recreio "A Noiva"	Panóias	2001	<i>População em geral</i>
A7	Associação Centro Social Cultura e Recreio Casa do Povo de Garvão	Garvão	1992	<i>População em geral</i>
A8	Associação de Criadores do Porco Alentejano	Ourique	1988	<i>População em geral</i>
A9	Associação Centro Cultural e Recreativo de Santana da Serra;	Santana da Serra	2000	<i>População em geral</i>
A10	Associação Futuro de Garvão	Garvão	2007	<i>População em geral</i>
A11	Associação de Defesa do Património de Ourique	Ourique	2001	População em geral
A12	Associação de Festas e Romarias de Garvão	Garvão	2004	População em geral

ANEXO 3 – Protocolo de Colaboração com os Presidentes das Associações



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Carla Maria de Sousa Malta, aluna do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, especialidade de Educação e Formação de Adultos, está a desenvolver, no concelho de Ourique, uma investigação acerca do tema Aprendizagem ao Longo da Vida: dinâmicas socioculturais e associativismo. Estudo este direccionado para a análise e interpretação das iniciativas promovidas pelas associações com sede em Ourique. A Associação que Vossa Ex^a preside integra os requisitos do estudo. Neste sentido, gostaria de solicitar a vossa colaboração para a realização do mesmo. Colaboração esta que pode ser interrompida a partir do momento que o desejar. Numa primeira fase, para a disponibilização dos estatutos da associação, posteriormente para a realização de uma entrevista e aplicação de inquéritos. Os dados recolhidos pela documentação solicitada serão exclusivamente utilizados na realização do estudo, comprometendo-se a investigadora à não divulgação dos mesmos junto de outras entidades externas ou pessoas individuais, à investigação. Assume ainda o compromisso de disponibilizar (se as associações assim o quiserem) o documento final, após a conclusão do estudo.

Disponível para qualquer esclarecimento, tel. 966349561.

Certa da vossa disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

/Carla Maria Sousa Malta

.....
Declaração de aceitabilidade por parte da Associação:

Representada pelo Presidente:

Ourique, Maio de 2008

ANEXO 4 – Protocolo de Colaboração com os Formadores das Associações



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Carla Maria de Sousa Malta, aluna do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, especialidade de Educação e Formação de Adultos, está a desenvolver, no concelho de Ourique, uma investigação acerca do tema Aprendizagem ao Longo da Vida: dinâmicas socioculturais e associativismo. Estudo este direccionado para a análise e interpretação das iniciativas promovidas pelas associações com sede em Ourique.

A Associação onde Vossa Ex^a desenvolve a sua actividade como formador integra os requisitos do estudo. Neste sentido, gostaria de solicitar a sua colaboração para a realização de uma entrevista. Colaboração esta que pode ser interrompida a partir do momento que o desejar. Os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados na realização do estudo, comprometendo-se a investigadora à não divulgação dos mesmos junto de outras entidades externas ou pessoas individuais, à investigação. Assume ainda o compromisso de disponibilizar (se assim o desejar) o documento final, após a conclusão do estudo.

Disponível para qualquer esclarecimento, tel. 966349561.

Certa da vossa disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

/Carla Maria Sousa Malta

.....
Declaração de aceitabilidade por parte do formador da associação:

Assinatura:

Ourique, Maio de 2008

Quadro síntese das bases de dados

As linhas que se encontram a sombreado referem-se às variáveis que vão ser cruzadas nos inquéritos por questionário com os inquéritos por entrevista

Questão	Número de variáveis	Nome da variável/ Abreviatura	Escala de medida e gama de valores 0: Código para não resposta
1	1	Idade/idade	Rácio
2	1	Tempo de residência/tpreside	Ordinal 1 – Menos de 5 anos; 2 – Entre 6 e 10 anos; 3 – Entre 11 a 15 anos; 4 – Entre 16 a 20 anos; 5 – Entre 21 a 25 anos; 6 – Mais de 25 anos
3	1	Freguesia de residência/freguesi	Nominal 1 – Ourique; 2 – Ourique/Aldeia de Palheiros; 3 – Garvão; 4 – Santana da Serra; 5 – Conceição; 6 – Panoias; 7 – St ^a Luzia
4	1	Conhecimento do movimento associativo/cnhexmova	Nominal 1 – Sim; 2 – Não
4.1.	1	Caracterização do movimento associativo/czmovass	Ordinal 1 - Pouco dinâmico; 2 – Dinâmico; 3 - Muito dinâmico; 99 - Não se aplica

4.2.	6	Realizam várias actividades/rzváract	Nominal 1 – Sim; 2 – Não referiu	
		Falta de motivação/faltnotv		
		Falta de apoios/faltaapoi		
		Falta de tempo/faltemp		
		Falta de recursos/faltrecu		
		Razões políticas/rzpoliti		
5	12	Conhecimento das associações/cnhassoc	Nominal 1 – Sim; 2 - Não	
		Associação Canil e Gatil/ACG	Nominal 1 – Sim; 2 – Não referiu; 99 – Não se aplica	
		Associações de caçadores/AÇ		
		Associações de caçadores e pescadores/AÇP		
		Associações culturais e juvenis/ACJ		
		Associações culturais e recreativas/ACR		
		Associação dos bombeiros voluntários/ABV		
		Grupos corais/GC		
		Clubes desportivos/CD		
		Associação de dadores de sangue/ADS		
		Associação columbófila/AC		
		Associações de desenvolvimento local/ADL		
		Sócio/sócio		Nominal 1 – Sim; 2 - Não
		Associação Canil e Gatil/ACG1		Nominal 1 – Sim; 2 – Não referiu; 99 – Não se aplica
Associações de caçadores/AÇ1				
Associações de caçadores e pescadores/AÇP1				
Associações culturais e juvenis/ACJ1				
Associações culturais e recreativas/ACR1				
Associação dos bombeiros voluntários/ABV1				
Grupos corais/GC1				
Clubes desportivos/CD1				
Associação de dadores de sangue/ADS1				
Associação columbófila/AC1				
Associações de desenvolvimento local/ADL1				
6.1.	2	Cargo/cargo	Nominal	

			<p>1 – Sim;</p> <p>2 – Não;</p> <p>99 – Não se aplica</p>
		Tipo de cargo/tipocargo	<p>Nominal</p> <p>1 – Presidente;</p> <p>2 – Vice-presidente;</p> <p>3 – Tesoureiro;</p> <p>4 – Vice-tesoureiro;</p> <p>5 – Secretário;</p> <p>99 – Não se aplica</p>
7	7	Líder/líder	<p>Nominal</p> <p>1 – Sim;</p> <p>2 – Não referiu</p>
		Responsável/responsá	
		Diplomático/diplomát	
		Dinâmico/dinâmico	
		Organizado/organizd	
		Sociável/sociável	
		Saber trabalhar em equipa/swequipa	
8	9	Conhecimento das actividades realizadas pelas associações/cnhactss	<p>Nominal</p> <p>1 – Sim;</p> <p>2 - Não</p>
		Passeios e caminhadas/passcam	<p>Nominal</p> <p>1 – Sim;</p> <p>2 – Não referiu;</p> <p>99 – Não se aplica</p>
		Exposições/exposiç	
		Montarias/montaria	
		Espectáculos, festas e bailes/espfesba	
		Actividades desportivas/ actsdesp	
		Publicação de livros/publivro	
		Cursos ou aulas/cursaula	
		Actividades sociais/actasoci	
9	10	Importância do trabalho de parceria entre associações/parceria	<p>Nominal</p> <p>1 – Sim;</p> <p>2 – Não</p>
		Provoca desenvolvimento no concelho/dsvtconc	Nominal
		Permite troca de ideias/trocidei	1 – Sim;
		Motiva as pessoas/motvpress	2 – Não referiu;
		Favorece o trabalho de equipa/fwequipa	99 – Não se aplica

		Permite a realização de mais actividades/przmacts	
		Permite um maior envolvimento das pessoas/pmenvpes	
		Permite otimizar recursos/poptrecu	
		Provoca aprendizagens/provoapr	
		Favorece o conhecimento entre associações/fvcnhass	
10	9	Participação nas actividades das associações/	Nominal 1 – Sim; 2 - Não
		Passeios e caminhadas/passcam1	
		Exposições/exposiç1	
		Montarias/montaria1	Nominal
		Espectáculos, festas e bailes/espfesba1	1 – Sim;
		Actividades desportivas/ actsdesp1	2 – Não referiu;
		Publicação de livros/publivro1	99 – Não se aplica
		Cursos ou aulas/cursaula1	
		Actividades sociais/actasoci1	
11	16	Aprendizagem provocada pelas iniciativas das associações/apreacts	Nominal 1 – Sim; 2 - Não
		Conhecer a terra/cnhterra	
		Preservar as tradições/ptradiç	
		Conhecer novas coisas/cnhvcoi	
		Aspectos específicos/aespacts	
		Fortalece as relações interpessoais/frelintp	
		Estimula a criatividade/ecriativ	
		Ser responsável/srespons	Nominal
		Melhora a auto estima/mlhautest	1 – Sim;
		Melhora o auto conceito/mlhauconc	2 – Não referiu;
		Aceitar novas ideias/anvideia	99 – Não se aplica
		Conhecer pessoas/cnhpesso	
		Respeitar os outros/routros	
		Melhora o sentido crítico/mlhscriti	
Saber trabalhar em equipa/swequipa			
Saber organizar/sorganiz			
12	7	Importância das iniciativas na aprendizagem ao longo da vida/impactlv	Nominal 1 – Sim;

			2 - Não
		Aumenta a competência das pessoas/acompress	Nominal 1 - Sim; 2 - Não referiu; 99 - Não se aplica
		Torna as pessoas mais activas/tpesmact	
		Promove a cidadania/pcidadan	
		Melhora a auto estima e o auto conceito/mlhaesc	
		Permite a transferência de competências/tranfcomp	
13	13	Aproveitar o que as pessoas sabem/aprpesab	Nominal 1 - Sim; 2 - Não referiu
		Considerar as necessidades das pessoas e do meio/cnecpeme	
		Formadores com formação adequada/ffadequa	
		Formadores com capacidade de diálogo/fcdiálog	
		Formadores devem utilizar uma linguagem adequada às características dos formandos/fladeform	
		Formadores devem ter experiência de trabalho com pessoas adultas/fexpwpad	
		Promover a empregabilidade/pemprega	
		Perto da residência/presidên	
		Horário pós laboral/hpóslabo	
		Ser remunerada/sremunera	
		Ser prática/sprática	
		Espaço acolhedor/eacolhed	



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O inquérito que a seguir se apresenta tem por objectivo efectuar um **estudo no concelho de Ourique** acerca dos **efeitos, na aprendizagem dos adultos, das iniciativas desenvolvidas pelas associações locais.**

A sua **opinião é de extrema importância**, porque habita no concelho de Ourique e tem uma opinião acerca das actividades realizadas pelas associações locais. Pedimos-lhe que **responda** ao seguinte inquérito, **de forma sincera e o devolva, até ao final da semana, no local onde o mesmo lhe foi entregue.**

As suas **respostas** são absolutamente **confidenciais** e, portanto, **não escreva o seu nome.**

Certos de que podemos contar com a sua colaboração

Muito Obrigada

Responda às seguintes questões assinalando a sua resposta com uma

ou escreva nos espaços _____ a sua opinião.

1. Idade _____ anos.

2. Há quanto tempo mora no concelho de Ourique?

1. Menos de 5 anos

2. Entre 6 a 10 anos ..

3. Entre 11 a 15 anos

4. Entre 16 a 20 anos

5. Entre 21 a 25 anos

6. Mais de 25 anos ...

3. Reside em que freguesia?

1. Ourique

2. Ourique/A. Palheiros

3. Garvão

4. Santana da Serra

5. Conceição

6. Panóias

7. St^a Luzia

4. Tem conhecimento da existência de um movimento associativo (associações ou grupos organizados) no concelho de Ourique?

1. Sim

2. Não

4.1. Se respondeu sim na questão anterior, Como caracteriza esse movimento?

1. Pouco dinâmico

2. Dinâmico

3. Muito dinâmico

4.2. De acordo com a resposta que deu na questão anterior, na

sua opinião, diga qual ou quais as razões

5. Conhece alguma das associações do concelho de Ourique?

1.Sim

2.Não

Qual ou quais

6. É sócio de alguma associação?

1.Sim

2.Não

Qual ou quais

6.1. Se respondeu sim na questão 6., diga se desempenha algum cargo?

1.Sim ...

2.Não ...

Qual

7. Na sua opinião, qual ou quais devem ser as características de um dirigente associativo

8. Tem conhecimento de alguma(s) actividade(s) realizadas pelas associações do concelho de Ourique?

1.Sim ...

2.Não ...

Qual ou quais

9. Na sua opinião é importante que as associações realizem actividades em conjunto?

1.Sim ...

2.Não ...

Porque

10. Já participou em alguma(s) actividade(s) realizadas pelas associações do concelho de Ourique?

1.Sim ...

2.Não ...

Qual ou quais

11. Na sua opinião considera que se aprende alguma coisa com as actividades das associações?

1.Sim ...

2.Não ...

11.1. Se respondeu **Sim** na questão anterior, assinale o que se aprende

Conhecer a terra

Melhorar a auto estima ...

Preservar as tradições ..

Melhorar a imagem que temos de nós próprios

Conhecer novas coisas .

Aceitar novas ideias

Conhecer as pessoas Respeitar os outros

Aspectos específicos relacionados com diferentes actividades.....

Fortaleçe as relações interpessoais Melhorar o sentido crítico

Estimular a criatividade Saber trabalhar em equipa .

Ser responsável Saber organizar

Outro

Diga qual

12. Considera que as aprendizagens que resultam das iniciativas das associações são importantes ao longo da vida e podem ser utilizadas em outras situações?

1.Sim ...

2.Não ...

Porque

13. Na sua opinião como deve ser realizada uma formação para pessoas adultas?

A sua opinião foi muito importante

**Obrigada
Carla Maria Sousa Malta**

Guião de entrevista Semi estruturada aplicada aos presidentes das associações

Blocos temáticos	Objectivos	Indicadores das questões	Questões	Tipo de análise
I. Legitimação e motivação	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimar a entrevista • Motivar o entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer o entrevistado acerca dos objectivos da investigação • Informar sobre os objectivos da entrevista • Valorizar a importância da participação do entrevistado e da associação que preside para a investigação • Assegurar a confidencialidade dos dados • Esclarecer sobre a disponibilização do documento final da investigação para os arquivos da associação • Requerer a autorização para o registo áudio da entrevista 		
II. Caracterização do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a descontração do entrevistado no intuito de lhe dar a palavra; • Aferir se os entrevistados apresentam as características do universo: representam alguma das associações sedeadas no concelho de Ourique; população adulta; população residente no concelho; • Identificar o envolvimento do entrevistado no movimento associativo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar informação sobre: <ul style="list-style-type: none"> • Tempo que reside no concelho de Ourique/na freguesia • Envolvimento no movimento associativo; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Há quanto tempo mora no concelho de Ourique? 2. Em que freguesia reside? 3. Como surgiu o seu envolvimento no movimento associativo do concelho? 	Qualitativa; Quantitativa
III. Caracterização do movimento associativo	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar o movimento associativo do concelho; • Identificar as características de um dirigente associativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Características do movimento associativo • Características de um dirigente associativo 	<ol style="list-style-type: none"> 4. Como descreve o movimento associativo do concelho de Ourique? 5. Na sua opinião qual ou quais devem ser as principais características de um dirigente associativo? 	
IV. Caracterização da associação	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher dados acerca das associações locais; • Identificar os objectivos, os órgãos, os recursos, os apoios e a massa associativa das asso- 	<ul style="list-style-type: none"> • História da associação • Estrutura organizacional • Objectivos • Recursos da associação: • Humanos; Mate- 	<ol style="list-style-type: none"> 6. Como surgiu a associação? 7. Ainda se mantêm as pessoas que a fundaram? 8. Que órgãos possui a Associação? 	Qualitativa; Quantitativa

	<p>ciações locais</p>	<p>riais; Financeiros; Apoios</p> <ul style="list-style-type: none"> • N° de associados • Participação dos associados na tomada de decisões 	<p>9. Quantas pessoas trabalham na Associação?</p> <p>10. Que funções desempenham?</p> <p>11. Alguma dessas pessoas é remunerada?</p> <p>12. Quais são os objectivos da Associação?</p> <p>13. Quantos sócios têm actualmente?</p> <p>14. Que recursos dispõe a Associação?</p> <p>15. Que apoios recebe?</p> <p>16. Como descreve a participação dos associados?</p>	
V. Conceito socio-cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender como é gerida a associação e qual filosofia que lhe está subjacente; • Identificar a massa associativa das associações locais; • Caracterizar a participação dos associados e da população em geral na vida das associações; • Identificar as iniciativas socio-culturais das associações; • Caracterizar o marketing de divulgação das iniciativas; • Identificar o público-alvo das iniciativas; • Averiguar o trabalho de parceria realizado pelas associações e a sua importância 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas desenvolvidas no âmbito da educação não formal, informal e educação formal; • Realização das iniciativas: Planificação; Definição; Responsáveis; Avaliação; Marketing de divulgação • Parcerias; • Importância do trabalho de parceria ao nível da: Formação de adultos; Formação ao longo da Vida; Transversalidade de competências 	<p>17. Que tipo de iniciativas desenvolve a Associação?</p> <p>18. Essas iniciativas destinam-se a públicos específicos?</p> <p>19. Como é organizado processo de realização de uma actividade?</p> <p>20. Como é feita a divulgação das iniciativas?</p> <p>21. Existe um trabalho de parceria com outras associações ou organizações?</p> <p>22. É um trabalho frequente?</p> <p>23. Como é organizado e desenvolvido esse trabalho de parceria?</p> <p>24. Na sua opinião qual ou quais a(s) vantagem/vantagens que podem advir das parcerias entre associações?</p>	<p>Qualitativa;</p> <p>Quantitativa</p>
VI. Educação de adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher indicadores sobre os efeitos das iniciativas desenvolvidas na aprendizagem dos adultos, na aprendizagem ao longo da vida e da transversalidade das competências adquiridas em contextos não formais e informais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios das iniciativas promovidas pela associação • Efeitos na aprendizagem dos adultos; • Efeitos na aprendizagem ao longo da vida; • Transversalidade de competências adquiridas em contextos não formais e informais 	<p>25. Considera que as iniciativas que a associação realiza trazem algum tipo de aprendizagem para os adultos?</p> <p>26. Na sua opinião essas aprendizagens são susceptíveis de ser aplicadas a outros contextos?</p>	<p>Quantitativa</p>
VII. Aprendizagem ao longo da vida				
VIII. Educação não formal e Educação informal				

IX. Características da formação aplicada à população adulta	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar a formação que se destina à população adulta 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar: Metodologias; Métodos de ensino; Conteúdos; Duração; Horários; Características dos formadores 	27. Como deverá ser organizada a formação que se destina à população adulta?	
X. Futuro da associação e do entrevistado no movimento associativo	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as perspectivas futuras das associações e dos entrevistados na vida da associação, ao nível das iniciativas e da formação 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas futuras; • Formação • Papel do entrevistado no futuro da associação 	28. Qual o futuro da Associação? 29. Que iniciativas pretendem realizar? 30. Está nos vossos objectivos futuros a realização de alguma formação de âmbito mais formal?	Qualitativa; Quantitativa
Complemento			31. Existe algum aspecto que não tenha sido abordado e que queira referir?	

Guião de entrevista Semi estruturada aplicada aos formadores das associações

Blocos temáticos	Objectivos	Indicadores das questões	Questões	Tipo de análise
I. Legitimação e motivação	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimar a entrevista • Motivar o entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer o entrevistado acerca dos objectivos da investigação • Informar sobre os objectivos da entrevista • Valorizar a importância da participação do entrevistado e da associação que preside para a investigação • Assegurar a confidencialidade dos dados • Esclarecer sobre a disponibilização do documento final da investigação para os arquivos da associação • Requerer a autorização para o registo áudio da entrevista 		
II. Caracterização do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a descontração do entrevistado no intuito de lhe dar a palavra; • Aferir se os entrevistados apresentam as características do universo: representam alguma das associações sedeadas no concelho de Ourique; população adulta; população residente no concelho; • Identificar o envolvimento do entrevistado no movimento associativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar informação sobre: <ul style="list-style-type: none"> • Tempo que reside no concelho de Ourique/na freguesia; • Envolvimento no movimento associativo 	<p>32. Há quanto tempo mora no concelho de Ourique?</p> <p>33. Em que freguesia reside?</p> <p>34. Como surgiu o seu envolvimento no movimento associativo do concelho?</p>	Qualitativa; Quantitativa
III. Caracterização do movimento associativo no concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar o movimento associativo do concelho; • Identificar as características de um dirigente associativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Características do movimento associativo; • Características de um dirigente associativo 	<p>35. Como descreve o movimento associativo do concelho de Ourique?</p> <p>36. Na sua opinião qual ou quais devem ser as principais características de um dirigente associativo?</p>	
IV. Conceito socio-cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender qual a opinião do entrevistado acerca da gestão das associações; • Averiguar que tipo de importância atribui o entrevistado ao trabalho de parceria 	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de intervenção a realizar pelas associações; • Parcerias; • Importância do trabalho de parceria ao nível da: Formação de adultos; Formação ao longo da Vida; Transver- 	<p>37. Na sua opinião que tipo de trabalho devem realizar as associações?</p> <p>38. Considera importante que as associações realizem um trabalho de parceria?</p>	Qualitativa; Quantitativa

	realizado pelas associações	salidade de competências	39. Na sua opinião qual ou quais a(s) vantagem/vantagens que daí podem advir?	
V. Educação de adultos	<ul style="list-style-type: none"> Recolher indicadores sobre os efeitos das iniciativas desenvolvidas na aprendizagem dos adultos, na aprendizagem ao longo da vida e da transversalidade das competências adquiridas em contextos não formais e informais; 	<ul style="list-style-type: none"> Benefícios das iniciativas promovidas pela associação Efeitos na aprendizagem dos adultos; Efeitos na aprendizagem ao longo da vida; Transversalidade de competências adquiridas em contextos não formais e informais 	40. Considera que as iniciativas que as associações realizam trazem algum tipo de aprendizagem para os adultos? 41. Na sua opinião essas aprendizagens são susceptíveis de ser aplicadas a outros contextos?	Quantitativa
VI. Aprendizagem ao longo da vida				
VII. Educação não formal e Educação informal	<ul style="list-style-type: none"> Caracterizar a formação que se destina à população adulta 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar: Metodologias; Métodos de ensino; Conteúdos; Duração; Horários; Características dos formadores 	42. Como deverá ser organizada a formação que se destina à população adulta?	
VIII. Características da formação aplicada à população adulta				
IX. Futuro da associação e do entrevistado no movimento associativo	<ul style="list-style-type: none"> Compreender o que na opinião do entrevistado deve ser o futuro das associações ao nível das iniciativas e da formação 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas futuras; Formação; 	43. Na sua opinião como deverá evoluir o trabalho das associações? 44. Que iniciativas devem realizar? 45. Qual considera que deverá ser o seu papel no trabalho futuro a realizar pelas associações?	Qualitativa; Quantitativa
X. Complemento			46. Existe algum aspecto que não tenha sido abordado e que queira referir?	

Pré-categorização das entrevistas aos presidentes

Questões	Categorias	Subcategorias	Unidades de sentido presentes nas entrevistas
Há quanto tempo mora no concelho de Ourique? Em que freguesia reside?	Caracterização do entrevistado	Tempo de residência no concelho; Residência numa freguesia do concelho	Em todas as entrevistas existem unidades de sentido referentes às categorias e subcategorias
Como surgiu o seu envolvimento no movimento associativo do concelho?	Envolvimento pessoal do entrevistado no movimento associativo		
Como descreve o movimento associativo do concelho de Ourique?	Caracterização do movimento associativo no concelho		
Na sua opinião qual ou quais devem ser as características de um dirigente associativo?	Características de um dirigente associativo		
Como surgiu a associação? Ainda se mantêm as pessoas que a fundaram?	História da Associação		
Quais são os objectivos da associação?	Objectivos da Associação		
Que recursos dispõe	Recursos da Associação	Humanos/formadores;	

<p>a associação?</p> <p>Quantas pessoas trabalham na associação?</p> <p>Que funções desempenham?</p> <p>Alguma dessas pessoas é remunerada?</p>	<p>ção</p>	<p>Materiais;</p> <p>Outros</p>	
<p>Que órgãos possui a associação?</p>	<p>Órgãos da Associação</p>		
<p>Quantos sócios têm actualmente?</p> <p>Como descreve a participação dos associados?</p>	<p>Sócios</p>	<p>Quantidade;</p> <p>Participação</p>	
<p>Que apoios recebe?</p>	<p>Apoios da associação</p>		
<p>Que tipo de iniciativas desenvolve a associação?</p> <p>Essas iniciativas destinam-se a públicos específicos?</p> <p>Como é organizado o processo de realização de uma actividade?</p> <p>Como é feita a divulgação das iniciativas?</p>	<p>Conceito sociocultural</p>	<p>Tipo de iniciativas de âmbito não formal e informal;</p> <p>Iniciativas no âmbito da educação formal;</p> <p>Organização das iniciativas;</p> <p>Divulgação das iniciativas;</p> <p>Público-alvo das iniciativas;</p> <p>Participação do público nas iniciativas</p>	
<p>Existe algum trabalho de parceria com outras associações</p>	<p>Trabalho de parceria com outras associações</p>		

<p>ou organizações?</p> <p>É um trabalho frequente?</p> <p>Como é organizado e desenvolvido esse trabalho de parceria?</p>			
<p>Na sua opinião qual ou quais a(s) vantagem/vantagens que podem advir das parcerias entre associações?</p>	<p>Importância do trabalho de parceria ao nível da:</p>	<p>Formação de adultos; Aprendizagem ao longo da vida; Transferência de competências</p>	
<p>Considera que as iniciativas que a associação realiza trazem algum tipo de aprendizagem para os adultos?</p> <p>Na sua opinião essas aprendizagens são susceptíveis de ser aplicadas a outros contextos?</p>	<p>Educação de adultos</p>	<p>Aprendizagem na população adulta, provocada pelas iniciativas; Aprendizagem ao longo da vida; Transferência de competências</p>	
<p>Como deverá ser organizada a formação que se destina à população adulta?</p>	<p>Características da formação aplicada à população adulta</p>	<p>Metodologia; Métodos de ensino; Conteúdos; Duração; Horários; Espaço; Características dos formadores</p>	
	<p>Aprendizagem ao longo da vida</p>		
	<p>Educação não formal e Educação informal</p>		

	Transversalidade de competências		
Qual o futuro da associação? Que iniciativas pretendem realizar?	Iniciativas futuras da Associação		
Está nos vossos objectivos futuros a realização de alguma formação de âmbito mais formal?	Perspectivas futuras de formação	Para os elementos da Associação; Para o público-alvo	
Qual o seu futuro na associação?	Futuro do entrevistado na Associação		

Pré-categorização das entrevistas aos formadores

Questões	Categorias	Subcategorias	Unidades de sentido presentes nas entrevistas
Há quanto tempo mora no concelho de Ourique? Em que freguesia reside?	Caracterização do entrevistado	Tempo de residência no concelho; Residência numa freguesia do concelho	Em todas as entrevistas existem unidades de sentido referentes às categorias e subcategorias
Como surgiu o seu envolvimento no movimento associativo do concelho?	Envolvimento pessoal do entrevistado no movimento associativo		
Como descreve o movimento associativo do concelho de Ourique?	Caracterização do movimento associativo no concelho		
Na sua opinião qual ou quais devem ser as características de um dirigente associativo?	Características de um dirigente associativo		
Na sua opinião que tipo de trabalho devem realizar as associações?	Trabalho de parceria e sua importância ao nível da:	Formação de adultos; Aprendizagem ao longo da vida; Transferência de competências	
Considera importante que as associações realizem um trabalho de parceria? Porquê?			
Existe algum trabalho de parceria com outras associações ou organizações? É um trabalho frequente? Como é organizado e			

desenvolvido esse trabalho de parceria?			
Na sua opinião qual ou quais a(s) vantagem/vantagens que daí podem advir?			
<p>Considera que as iniciativas que as associações realizam trazem algum tipo de aprendizagem para os adultos?</p> <p>Na sua opinião essas aprendizagens são susceptíveis de ser aplicadas a outros contextos?</p>	Educação de adultos	<p>Aprendizagem na população adulta, provocada pelas iniciativas;</p> <p>Aprendizagem ao longo da vida;</p> <p>Transferência de competências</p>	
Como deverá ser organizada a formação que se destina à população adulta?	Características da formação aplicada à população adulta	<p>Metodologia;</p> <p>Métodos de ensino;</p> <p>Conteúdos;</p> <p>Duração;</p> <p>Horários;</p> <p>Espaço;</p> <p>Características dos formadores</p>	
<p>Na sua opinião como deverá evoluir o trabalho das associações?</p> <p>Que iniciativas devem realizar?</p>	Iniciativas futuras das associações		
Como considera que deverá ser o seu papel no trabalho futuro a realizar pelas associações?			

Grelha de categorização dos dados das entrevistas aplicadas aos presidentes

A cada entrevistado foi atribuída, de forma aleatória um nº, conjugado com a letra P, para identificação das respostas dadas

- P1** – Presidente da Associação para o Desenvolvimento Local Castro da Cola;
P2 – Representante da Associação Cultural Recreativa Aldeia das Alcarias;
P3 – Presidente da Associação Grupo Desportivo e Cultural de Panóias;
P4 – Presidente da Associação Ourique Desportos Clube;
P5 – Presidente da Associação de Danças de Ourique;
P6 – Presidente da Associação Cultura e Recreio "A Noiva";
P7 – Presidente da Associação Centro Social Cultura e Recreio Casa do Povo de Garvão;
P8 – Presidente da Associação de Criadores do Porco Alentejano;
P9 – Presidente da Associação Centro Cultural e Recreativo de Santana da Serra;
P10 – Representante da Associação Futuro de Garvão

Categorias/Subcategorias	Indicadores
1. Caracterização do entrevistado: 1.2. Tempo de residência no concelho; 1.3. Residência numa freguesia do concelho	<p>P1. Desde sempre. Há vinte e oito anos. Agora moro em Loulé, mas aos fins-de-semana vou para a casa que tenho na freguesia da Aldeia de Palheiros.</p> <p>P2. Tenho morado sempre. Moro nas Alcarias.</p> <p>P3. Desde que nasci. Há quarenta e oito anos. Moro em Ourique.</p> <p>P4. Desde 1988 que moro em Ourique.</p> <p>P5. Há vinte anos. Em Ourique há quinze anos. Morei também em Panóias.</p> <p>P6. Há dezanove anos. Sempre em Panóias.</p> <p>P7. Há trinta e nove anos. Nasci na Funcheira, quando casei mudei aqui para Garvão.</p> <p>P8. Sempre morei aqui, apesar de ter nascido fora e estudado fora. Já lá vão cinquenta e sete anos. Tenho casa em Garvão. Quando casei vim definitivamente para a sede do concelho, Ourique.</p> <p>P9. Há vinte e nove anos. Sempre em Santana da Serra.</p> <p>P10. Desde oitenta e sete. Sempre em Ourique.</p>
2. Caracterização do movimento associativo no concelho	<p>P1. Existe mais ultimamente, mas é pouco dinâmico. Há poucos apoios e falta recursos.</p>

P2. *Já existe há muito tempo. Mas o associativismo está cada vez pior, tem pouca garra. Antigamente as pessoas estavam mais motivadas. As pessoas vêem o associativismo só por interesse. Para ganhar qualquer coisa. Só vêem a parte política.*

P3. *No início havia aquela mística... mas tudo farta na vida. Não há inovação e as pessoas começam-se a fartar.*

P4. *Desde que estou assim mais desperto para ele, acho que tem havido uma reactivação ou activação das associações e a criação de novas associações nestes últimos dois a três anos. Associações criadas de raiz e outras que já existiam e que estavam um pouco adormecidas e que têm mostrado alguma vitalidade. Há outras que se mantêm. Acho que também tem havido a preocupação de dar mais visibilidade às associações e tem havido a preocupação de lhes dar apoios directos. Ou seja, monetários ou outros organizativos e, etc, e depois indirectos. Quer dizer, chamando as associações a participar. Fundamentalmente por parte da autarquia. Nestes meios pequenos acaba por ser a entidade quase que reguladora das actividades do concelho.*

P5. *Existe há muito tempo, e é pouco dinâmico. No entanto agora há muitas actividades, porque as pessoas que estão à frente das associações são pessoas mais jovens, mais dinâmicas e fazem actividades que são mais visíveis para a população. Agora há um trabalho mais aberto para a comunidade com mais actividades para a população. Antes era mais fechado, dentro da própria associação.*

P6. *Há movimento associativo. Tem é um dinamismo adormecido. Podia ser mais eficaz, mas as pessoas têm os seus trabalhos e é complicado.*

P7. *Sim, há muito movimento associativo, e tem sido sempre dinâmico, com muitas actividades.*

P8. *Sim, com um olhar sobre o social, tem havido sempre e com alguma vida. Agora com mais actividades. Acho que o movimento associativo aqui no concelho de Ourique precisa que as associações se liguem, trabalhem em rede.*

P9. *Tenho conhecido sempre um movimento associativo espalhado por todo o concelho, embora mais ligado ao futebol. Não é um movimento muito dinâmico, mas agora as coisas estão a mudar. As associações realizam mais actividades. O actual executivo camarário estimula o trabalho das associações, o que permite a realização de mais actividades.*

P10. *Sim, mais nalgumas freguesias. Não é muito dinâmico. Começa com*

	<p><i>muita força e morre depressa. Acho que tem a ver com as características das pessoas do concelho. Começam também com muita força e depois desmotivam.</i></p>
<p>3. Envolvimento pessoal do entrevistado no movimento associativo</p>	<p>P1. <i>Eu estou envolvido há cerca de seis anos. Comecei a fazer parte de uma associação em Santana da Serra. Era o grupo Recreativo e Cultural de Santana da Serra e foi isso que me deu algumas bases para criar a associação no Castro da Cola.</i></p> <p>P2. <i>Tenho estado desde sempre. Desde o tempo da escola que tenho estado metido nisto.</i></p> <p>P3. <i>Já estou nisto há muitos anos.</i></p> <p>P4. <i>Eu comecei desde que os meus filhos eram participantes. Já lá vão dez anos que sigo com alguma regularidade.</i></p> <p>P5. <i>É recente, embora tenha realizado, com o apoio da Câmara Municipal, actividades de dinamização da população. Actividades relacionadas com a ginástica rítmica e a dança. Actividades destinadas às crianças, meninas.</i></p> <p>P6. <i>Desde os catorze anos. Tenho participado nas actividades das associações. Também ajude na organização de algumas actividades não só desta Associação mas de outras, agora há um ano que fui eleita presidente aqui da Associação "A Noiva".</i></p> <p>P7. <i>Desde pequeno que estive e estou ligado a este tipo de movimento, directa ou indirectamente. O meu pai meteu-me o bichinho de colaborar.</i></p> <p>P8. <i>O meu envolvimento surgiu com esta Associação.</i></p> <p>P9. <i>Só há quatro anos. Surgiu com esta Associação.</i></p> <p>P10. <i>Desde sempre, como sócia de algumas associações.</i></p>
<p>4. Características de um dirigente associativo</p>	<p>P1. <i>Uma delas é a capacidade de persistência, o amor à camisola. Trabalhar muito e pensar que é sempre possível lá chegar. Ser organizado e sociável também é muito importante.</i></p> <p>P2. <i>Dinâmico e incentivar as pessoas. Ligar à Associação e lutar pela Associação.</i></p> <p>P3. <i>Ser uma pessoa amável, que tenha iniciativas.</i></p> <p>P4. <i>Tem de ter gosto por aquilo que faz. Tem que ter algum dinamismo. Tem que ter iniciativa. Não pode ser só administrar a coisa corrente, não se conformar só com aquilo que já tem. Também tem que ser uma pessoa capaz de mobilizar os outros. Ser credível, ser dinamizador e não se satisfazer. Querer sempre mais. A disponibilidade a gente acaba sempre por ter se a vontade for grande.</i></p> <p>P5. <i>Tem de ser uma pessoa voluntária, que esteja disposta a abdicar de</i></p>

	<p><i>um tempo da sua vida para acumular e desempenhar as funções inerentes ao cargo. Tem de ter iniciativa, espírito de entrega.</i></p> <p>P6. <i>Um dirigente associativo ... Tenha vontade própria. Tem de se dar bem com todas as pessoas e não fazer diferença entre elas.</i></p> <p>P7. <i>Tem de ser uma pessoa que saiba ouvir os outros, que saiba ponderar, que seja responsável e coerente, que trabalhe com todos.</i></p> <p>P8. <i>Acho que deve ser honesto, deve ser amigo da actividade que representa, ter conhecimentos. Ter uma vertente social, sem objectivos egoístas. Não pode ser limitado, tem de ter uma visão alargada do que é a acção de uma associação. Ter uma marca pessoal de honestidade, de verdade, de dinamismo, de estímulo das pessoas.</i></p> <p>P9. <i>Tem de ser um líder. Tem de saber congregar esforços, motivar pessoas. Tem de ser uma referência para a população e saber ouvir todos.</i></p> <p>P10. <i>Dinamismo e vontade de agir. Líder e responsável. Organizado e tem muita diplomacia. Ser aceite por todos e saber trabalhar com todos.</i></p>
<p>5. História da Associação</p>	<p>P1. <i>Eu fui trabalhar para o IPAR e tive uma formação em Évora. Depois voltei de lá e fui para o Castro da Cola trabalhar, mas aquilo lá eram sempre contratos precários. Então propus à Câmara Municipal de Ourique criar uma associação e ao IPAR na altura, agora Direcção Regional da Cultura. Há cinco anos atrás. Propus, na medida em que era mais fácil pôr o circuito arqueológico a funcionar. Criei um protocolo com a Câmara Municipal e com a Direcção Regional da Cultura para trabalharmos os três. Eu criava a Associação e arranjava o pessoal para trabalhar lá. As pessoas, fui eu que as escolhi. Nove pessoas que estão sensibilizadas para a causa e muito dinâmicas.</i></p> <p>P2. <i>Foi um senhor que estava lá na aldeia, Ramiro Sobral. Já faleceu. Ele é que fundou. A casa era dele.</i></p> <p>P3. <i>Fundei o Clube com malta da mesma idade. Dos fundadores ... Só eu e o Sr. José Marques, os outros fundadores estão fora.</i></p> <p>P4. <i>O Clube foi fundado em 1976. Já tem trinta e três anos. Passou por uma fase complicada da sua existência, ao nível da gestão. Acabou por ficar sem direcção. Entretanto houve um grupo de pais de jovens que praticavam desporto e acabaram por se juntar e revitalizaram o clube. Os sócios fundadores ... Neste momento estão dez vivos, mas só um faz parte da Direcção.</i></p> <p>P5. <i>A Associação de Danças surgiu da vontade de dar resposta às necessidades das pessoas que queriam praticar uma modalidade desportiva diferente – a dança. Surgiu quando se trouxe para aqui um professor de</i></p>

	<p><i>dança de salão que começou a dar aulas a crianças e adultos. No início era a prática da actividade o motor, depois as crianças evoluíram e a aceitação e procura das aulas aumentou que decidimos que, perante a evolução das crianças e o desejo de algumas em evoluírem na dança e se tornarem profissionais e participarem em campeonatos, os nossos alunos tinham de estar integrados numa escola, ou clube, ou associação reconhecida. Então resolvemos criar a Associação.</i></p> <p>P6. <i>Havia um grupo de cantares alentejanos. Os pais juntaram-se e formaram a Associação para dinamizar mais o grupo. O grupo entretanto acabou, mas a Associação continuou. Esteve uns anos mais parada, mas agora está outra vez mais dinâmica.</i></p> <p>P7. <i>Surgiu quando a Casa do Povo foi extinta. As pessoas aqui em Garvão queriam aproveitar o espaço da Casa do Povo, então organizaram uma iniciativa e criaram a Associação.</i></p> <p>P8. <i>A ACPA, da qual eu fui um dos impulsionadores surgiu de necessidades que os criadores sentiam de organizar um processo produtivo, ligado à produção do porco alentejano, que poderia ter sucesso se organizado. Hoje, vinte anos depois, está provado que tínhamos razão e que de facto esse produto tem espaço no mercado. Depois o processo de empobrecimento das zonas do interior tinha de ser combatido. A evolução do mundo, cada vez mais veio marginalizar Portugal como um produtor de quantidades. Depois, entendemos que as associações não podem ser concelhias, ou não devem. Podem até ser de bairro se os seus objectivos forem desenvolver uma actividade pequena, mas para terem alguma sustentabilidade, o seu campo de intervenção tem de ser maior. Daí termos partido para uma associação de âmbito nacional, mas que viria a ocupar o espaço do Baixo Alentejo e do Algarve.</i></p> <p>P9. <i>Partiu de um grupo desportivo criado em 1988. Em 2000, com novas pessoas foi fundada com o nome que tem hoje. Em 2004 viemos nós e estamos numa fase de reestruturação para ver o que isto dá. Com este novo executivo camarário pretendemos ser mais dinâmicos.</i></p> <p>P10. <i>A Associação Futuro de Garvão surgiu para dar resposta às necessidades da freguesia. Garvão é uma freguesia com uma população muito idosa e não dispõe de apoios. Ou melhor, os apoios são muito reduzidos. Uns quantos com muita carolice resolveram-se juntar e a 20 de Abril de 2007 foi registada a associação.</i></p>
6. Objectivos da Associação	<p>P1. <i>Um dos nossos objectivos é a salvaguarda e protecção do património e do meio ambiente. Há também a componente histórica. As pessoas</i></p>

	<p><i>verem que é importante preservarem e saberem a importância, a história da zona e também perceberem a simbologia do circuito.</i></p> <p>P2. <i>Fazer melhoramentos na terra.</i></p> <p>P3. <i>O objectivo tem sido sempre a prática do futebol e do futebol sénior.</i></p> <p>P4. <i>Fundamentalmente é o desporto, o desporto lúdico. A preocupação fundamental é dar a oportunidade da prática do desporto a todos, de todas as idades, mas principalmente aos jovens.</i></p> <p>P5. <i>Com a Associação de Danças pretende-se proporcionar às pessoas não só a aprendizagem das danças de salão latino americanas e dança sevilhana, como a participação em campeonatos de dança, espectáculos. As aulas têm como objectivo a aprendizagem de novas danças, como toda uma série de aspectos relacionados com o bem-estar do corpo e da mente, como postura, respeito pelo próximo.</i></p> <p>P6. <i>Queremos principalmente mexer com as pessoas e com a terra.</i></p> <p>P7. <i>Há o intuito de trazer cultura, dinamizar o desporto, desenvolver a terra.</i></p> <p>P8. <i>Revitalizar o porco alentejano da zona do Alentejo e do Algarve. Há depois objectivos de promover uma cultura de desenvolvimento local.</i></p> <p>P9. <i>É promover a aldeia, a freguesia, o nome de Santana da Serra, no concelho e fora dele. Envolver as pessoas para que se tornem mais dinâmicas.</i></p> <p>P10. <i>A Associação Futuro de Garvão tem como objectivos principais os de carácter social na freguesia de Garvão. A população é muito idosa, as pessoas são muito dadas ao associativismo e à cultura. Pretendemos atingir o estatuto de IPSS e construir uma Unidade de cuidados integrados para a população idosa e jovens que precisem de cuidados.</i></p>
<p>7. Recursos da Associação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Humanos/formadores; • Materiais; • Outros 	<p>P1. <i>Neste momento trabalham cinco pessoas na Associação. São todas assalariadas. É a Associação que paga os ordenados. Duas pessoas no quadro e três dos programas ocupacionais. Ainda estamos os que a fundámos. Temos uma antropóloga.</i></p> <p><i>Tem uma sede. Pus a minha casa. Temos um Centro interpretativo, um núcleo interpretativo, que é bastante grande. Temos computadores com ligações à net. Temos um e-mail.</i></p> <p>P2. <i>As pessoas são quase todas as mesmas que fundaram a Associação. Temos a sede, que não é bem nossa. Temos um café que é explorado por uma pessoa. Não temos computadores, nem e-mail, nem Internet. O dinheiro é dos apoios da Junta e da Câmara, dos sócios, do almoço convívio e da festa anual.</i></p>

P3. *Temos uma sede que está em obras, um campo de futebol com balneários. Temos um bar, uma sala de jogos de snoker e uma máquina de setas. Temos a sala de televisão. Não temos equipamento informático, quando precisamos de um computador fazemos na junta e temos uma maquineta velha para os ofícios. Temos uma revista.*

P4. *O recurso directo é o aluguer da sede. O edifício pertence à Câmara, mas está cedido gratuitamente ao Clube. O Clube arrenda o bar. É essa renda mensal, as quotas e os subsídios das entidades. Temos dois computadores. Não estão ligados à Internet, porque não sentimos necessidade. Todos nós nos locais de trabalho temos facilidade de acesso à Internet. Em relação à página da Internet, neste momento, existe apenas a referência da associação na página da autarquia. Está em negociação com o Agrupamento de Ourique, de fazermos um protocolo de colaboração com a escola, de forma a que as disciplinas de tecnologia da escola nos venham a criar uma página e a mantê-la actualizada. O Clube é pequeno. Não tem funcionários. Funciona com os corpos dirigentes e mais alguns que são sempre os mesmos.*

P5. *Para além dos professores que fazem parte dos recursos humanos, temos as quotas anuais. Os professores de dança são pessoas que se deslocam do Algarve, no caso das danças de salão. Dão aulas a crianças e adultos, uma vez por semana. A professora de Sevilhanas é de um concelho aqui perto e também dá aulas uma vez por semana. A Classe da ginástica rítmica é dada por mim. Os estágios, uma vez por mês são realizados por professores do Algarve. Todos os professores são pessoas que estão ligadas à prática da dança há muito tempo. Alguns são profissionais. Ao longo da sua vida têm feito formação e continuam a fazer na área da dança e são reconhecidos como professores de dança pela Federação Internacional de Professores de Dança, como técnicos com competência para leccionar a modalidade. A professora de Sevilhanas é um nome reconhecido ao nível mundial da dança flamenga. Estes professores são pagos pelas aulas mensais que dão, pelos alunos, que pagam directamente ao professor. Os estágios mensais são pagos metade pelos alunos e a outra metade pela Associação. Há ainda o apoio da Câmara Municipal que nos cede o espaço para as aulas, nos ofereceu o chão específico para a prática da dança, cede transporte. No espectáculo final há sempre alguma entidade que dá algum apoio. Não temos página na Internet, mas temos e-mail. As pessoas que criaram a Associação fazem parte dos órgãos, mas tudo em regime de voluntariado.*

	<p>P6. <i>Recursos são poucos. Temos este espaço que é emprestado. Não temos ligação à Internet porque os computadores que temos são muito velhos. Temos e-mail. Temos uma mesa de matraquilhos. Há também as quotas dos sócios e às vezes quando participamos e alguma feira, como a feira de Garvão fazemos algum dinheiro com um bar.</i></p> <p>P7. <i>Temos a sede e exploramos o bar. Computadores... Temos um muito velho. Não temos página na net nem e-mail. Temos a sede que precisa de obras. Temos uma sala de jogos com bilhar e matraquilhos. Há duas pessoas que trabalham e recebem um ordenado.</i></p> <p>P8. <i>A ACPA tem sete técnicos aqui em Ourique e mais 5 aqui perto. É o nosso trabalho diário que gera recursos e o trabalho que fazemos com os associados. A sustentabilidade depende essencialmente dos associados e isso provoca 70% das receitas. O restante provém de projectos, formação, eventos. Há também o apoio a estagiários, o dar emprego a gente jovem e a formação de técnicos. Temos também o amor à causa, o voluntariado. O voluntariado é um factor muito importante na vida das associações. A maioria funciona com voluntários. Eu acho que as associações deveriam ter profissionais pagos. No entanto, tenho algum receio quando digo que deveriam ser pagos. Isto porque, ao profissionalizar os dirigentes associativos e dar-lhes alguma remuneração em função do cargo, tenho receio que por comodismo ou devido ao ordenado, não venha a existir renovação e a pessoa em vez de estar pela associação, pelo associativismo, esteja por uma parte mais egoísta, que é o ordenado. Há que encontrar um equilíbrio.</i></p> <p>P9. <i>Temos a sede com bar, mas está arrendado. Computadores não temos. Usamos os nossos. Já tivemos uma página na net, mas agora está desactivada. Temos e-mail. Temos um departamento de BTT com equipamento próprio e com vinte e dois elementos. Depois há todo o pessoal voluntário. Esses voluntários, e olhe que são a maioria nas associações, fazem-no porque gostam de ajudar a terra e as pessoas e porque ajuda a combater a rotina do dia a dia. O voluntariado é muito importante para que se faça um trabalho válido.</i></p> <p>P10. <i>Neste momento temos a nossa sede e o espaço net com nove computadores, uma playstation e um LCD. Financeiros temos apenas os donativos que angariamos com as nossas actividades. Meios humanos somos nós com a nossa carolice. Somos todos voluntários. Temos mail e estamos a criar a página na Internet.</i></p>
8. Órgãos da Associação	P1. <i>Temos a Direcção, a Assembleia-geral e o Conselho Fiscal.</i>

	<p>P2. <i>A Associação está legalizada. Com a Direcção, com a Assembleia. Tudo, mas não ligamos muito a essa parte.</i></p> <p>P3. <i>Temos desde a Direcção, a Assembleia ... tudo.</i></p> <p>P4. <i>O Clube tem os órgãos legais, Direcção, Assembleia-geral, Conselho fiscal.</i></p> <p>P5. <i>Como órgãos temos a Direcção, a Assembleia-geral, o Conselho fiscal.</i></p> <p>P6. <i>Temos a Direcção, a Assembleia-geral, o Conselho fiscal.</i></p> <p>P7. <i>Os órgãos são os que todas as associações têm de ter. A Assembleia, a Direcção, o Conselho fiscal.</i></p> <p>P8. <i>A ACPA tem todos os órgãos legais.</i></p> <p>P9. <i>Os órgãos legais.</i></p> <p>P10. <i>Temos os órgãos legais.</i></p>
9. Sócios	<p>P1. <i>Não temos muitos associados. Não nos temos preocupado muito com isso. Constituímos a Associação com 9 pessoas e a partir daí não nos preocupámos mais com os associados.</i></p> <p>P2. <i>Temos cerca de 60 a 70. A maioria dos sócios não mora lá na Aldeia. É tudo malta que nasceu lá e foi para fora. A Aldeia tem pouca gente, cerca de 20 a 21 pessoas. A mais nova tem 30 anos. A maior parte são idosos.</i></p> <p>P3. <i>Os sócios são poucos... Uns 150 a pagantes. As pessoas até querem colaborar, mas vida está muito difícil.</i></p> <p>P4. <i>Sócios activos ... À volta de 300. As assembleias-gerais são sempre muito pouco participadas, mas temos tido a preocupação de fomentar e acolher iniciativas dos sócios, de modo a se criarem secções que não pode ser a Direcção do Clube a arcar com a estrutura organizativa das actividades. Não temos capacidade para isso.</i></p> <p>P5. <i>Neste momento temos 56 sócios. Pagam as quotas, a grande maioria são alunos. Participam na realização das actividades, como os espectáculos. Ajudam na organização do espaço, no apoio às crianças, na divulgação. Dão propostas de actividades nas reuniões.</i></p> <p>P6. <i>Temos perto de 40 sócios. Um ou dois são dos que fundaram a Associação e fazem parte dos órgãos. Mas nesse aspecto temos estado parados. Agora é que vamos ver se mandamos fazer uns cartões.</i></p> <p>P7. <i>Presentemente não há ninguém dos sócios fundadores. Ao todo são 900 sócios, mas a maioria não paga as quotas.</i></p> <p>P8. <i>Alguns ainda são dos sócios fundadores. Há sócios com actividade, com menos actividade. Ao todo são cerca de 360.</i></p>

	<p>P9. <i>Há um sócio fundador que ainda faz parte da associação. Ao todo são cerca de 200 e tal, mas nem todos pagam as quotas.</i></p> <p>P10. <i>Temos muitos sócios, mas não sei ao certo quantos. Sócios da freguesia, do concelho, de fora do concelho. São muitos, mas como estamos a informatizar dados, não sei exactamente quantos são. Os sócios fundadores fazem parte dos quadros gerentes.</i></p>
<p>10. Apoios da associação</p>	<p>P1. <i>Eles (Câmara Municipal e Direcção Regional da Cultura) dão-me algum apoio. Cedem pessoal para fazer limpeza, animadores socioculturais para os eventos maiores.</i></p> <p>P2. <i>Temos a ajuda da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Ourique com material.</i></p> <p>P3. <i>O Clube vive dos subsídios da Câmara e da Junta. Eu sou o presidente da Junta e isso ajuda.</i></p> <p>P4. <i>Temos subsídios de entidades. Câmara Municipal de Ourique, Junta de Freguesia de Ourique, e uma empresa local que é a Somincor. São as três entidades que nos dão subsídios regulares. Temos também receitas de publicidade e as receitas que vamos obtendo da participação das festas locais. Fazemos um bar quase sempre e as receitas revertem para o Clube.</i></p> <p>P5. <i>Os apoios são essencialmente da Câmara Municipal nas deslocações a espectáculos e a campeonatos de dança. Ofereceram-nos o chão para a prática da dança, disponibilizam-nos o espaço. No espectáculo final há sempre uma ou outra empresa que dá um patrocínio.</i></p> <p>P6. <i>A Câmara Municipal de Ourique e a Junta de Freguesia são quem nos apoia quando precisamos. Dão-nos material ou cedem transporte.</i></p> <p>P7. <i>Há as quotas e temos apoio da Câmara Municipal.</i></p> <p>P8. <i>Os apoios surgem das iniciativas que realizamos.</i></p> <p>P9. <i>Há alguns patrocínios, mas isso é um trabalho bastante desgastante de bater de porta em porta. Há as quotas dos sócios, mas isso quase que nem conta. Em termos logísticos a Câmara Municipal dá apoio sempre e em termos financeiros pontualmente.</i></p> <p>P10. <i>Apoios ... A Junta, alguns particulares, os trabalhadores da Câmara. Há donativos. Apoios financeiros é ir pedir de porta em porta. Há ainda um investimento pessoal e financeiro muito grande por parte dos elementos da direcção.</i></p>
<p>11. Conceito sociocultural:</p>	<p>P1. <i>Já fizemos várias exposições de fotografias antigas dos anos 30 e 40. Fazemos actividades relacionadas com o circuito arqueológico.</i></p>
<p>11.1. Tipo de iniciativas de</p>	<p>P2. <i>Não temos muitas actividades. Fazemos a festa anual e pouco mais.</i></p>

âmbito não formal e informal

Fazemos alguns joguitos. Fazemos um torneio de matraquilhos. Também já fizemos uns fadinhos. Fazemos um almoço convívio que junta muita gente.

P3. *No 25 de Abril fazemos equipas de futebol 5, de futebol salão. Fazemos também uma equipa de juvenis. Temos aí um grupo de música popular mas está em fase de acabamento. Fazemos as festas anuais em conjunto com a Junta. Fazemos um torneio de sueca. Temos feito também touradas à alentejana. Fazemos torneios de snoker. Fazemos exposições de artesanato.*

P4. *As nossas actividades, neste momento, estão fundamentalmente centradas no futebol, com organização directa do Clube. Já com esta Direcção e com estes novos estatutos, criou-se uma secção de futebol veterano e uma secção de BTT que está a iniciar as suas actividades. Fazemos também um campeonato de futsal no final do tempo lectivo*

P5. *Para além das aulas semanais, dos estágios mensais, realizamos alguns espectáculos, participamos em campeonatos nacionais de dança. Contactamos outras associações para participarmos em workshops de dança. No final do ano fazemos sempre um espectáculo final, onde mostramos o trabalho realizado ao longo do ano. Neste espectáculo procuramos movimentar activamente o comércio local. Isto porque neste dois últimos anos temos feito um espectáculo de moda e dança.*

P6. *Temos passeios dentro e fora do concelho, idas ao teatro, às piscinas, fazemos acampamentos.*

P7. *O grupo coral ensaia todas as semanas. Participamos nos eventos que existem no concelho, com um bar. Às vezes fazemos concursos de bilhar ou matraquilhos.*

P8. *Somos responsáveis por um grande número de fábricas que existem no país. Somos gestores de tudo o que há de presunto em termos de nome. Acompanhamos a produção, ajudamos a fazer projectos, candidaturas, facturação. Ajudamos e asseguramos alguns apoios no sentido da divulgação dos produtos relacionados com o porco alentejano. Há um trabalho enorme de acessória, consultadoria e tutória aos criadores. Temos também outra actividade social que é o apoio ao mundo agrícola.*

P9. *Fazemos festas no pavilhão da Junta de freguesia, como bailes. Realizamos provas de BTT, de paintball, de todo o terreno. De dois em dois anos organizamos um encontro com grupos corais. Participamos em algumas festas da Junta e da Câmara, mas pouco.*

P10. *Temos organizado exposições, caminhadas, momentos lúdicos de*

	<p><i>entretenimento. Constituímos um espaço net em Garvão. Recuperámos a praça de toiros com o apoio da Junta, de alguns particulares e dos trabalhadores da Câmara.</i></p>
<p>11.2. Iniciativas no âmbito da educação formal</p>	<p>P1. <i>Nesse aspecto não temos nada.</i></p> <p>P2. <i>Nada, nesse sentido nada.</i></p> <p>P3. <i>Formação formal... Cursos e algo que dê certificação... Não nada.</i></p> <p>P4. <i>Não temos.</i></p> <p>P5. <i>Agora as actividades não passam por aí.</i></p> <p>P6. <i>Não, não temos.</i></p> <p>P7. <i>Não realizamos, nem organizamos nada de formação formal.</i></p> <p>P8. <i>Damos formação. Fazemos contratos de formação com outras empresas e entidades formadoras. Organizamos cursos de formação com certificação específica, conforme o curso. Fizemos agora há pouco um de transporte de animais com a participação de 100 pessoas. Alguns colaboradores sentiram necessidade de ver aquilo que sabem fazer certificado e agora estamos a fazer um de manipuladores de carne. Temos ainda agendado outros, como um de formação inicial de formadores.</i></p> <p>P9. <i>Não. É difícil sem recursos.</i></p> <p>P10. <i>No espaço net está a decorrer um Curso de Informática, à noite. No final os formandos recebem um certificado de competências ao nível da informática. O formador é um vereador que tem formação para isso.</i></p>
<p>11.3. Organização das iniciativas</p>	<p>P1. <i>As iniciativas partem mais de nós. São pensadas e organizadas pela Associação, em parceria com a Câmara e com a Direcção Regional.</i></p> <p>P2. <i>Somos nós que organizamos, com a ajuda da igreja, com a ajuda de uma pessoa cá da terra que tem uma biblioteca para as pessoas, com a ajuda da Junta de Freguesia da Conceição e também a associação de lá. A Câmara Municipal de Ourique também ajuda.</i></p> <p>P3. <i>É o Clube com a ajuda da Junta e algum apoio da Câmara.</i></p> <p>P4. <i>É o Clube que organiza.</i></p> <p>P5. <i>As iniciativas são organizadas pela Associação com o apoio dos sócios, dos pais dos alunos, dos alunos e consoante a iniciativa, com a Câmara Municipal, com os lojistas da comunidade ou com alguma associação.</i></p> <p>P6. <i>As actividades são organizadas pela Direcção. Os sócios dão sugestões, mas quem trata de tudo é a Direcção.</i></p> <p>P7. <i>As actividades são organizadas pelos órgãos da Associação. Os sócios ajudam.</i></p> <p>P8. <i>As iniciativas partem e são organizadas pela ACPA e, muitas vezes</i></p>

	<p><i>com outras entidades.</i></p> <p>P9. <i>As iniciativas partem da direcção.</i></p> <p>P10. <i>As iniciativas são propostas pelos sócios e por nós dos órgãos da associação. A realização e organização é feita em conjunto, mas há sempre uns com mais carolice.</i></p>
<p>11.4. Divulgação das iniciativas</p>	<p>P1. <i>A divulgação é pouca porque os recursos financeiros são poucos.</i></p> <p>P2. <i>Fazemos cartazes. Telefonamos para as pessoas de fora.</i></p> <p>P3. <i>Através de cartazes, da rádio Castrense, da rádio Foia, da revista.</i></p> <p>P4. <i>Fazemos cartazes e também palavra a palavra.</i></p> <p>P5. <i>É feita através de cartazes espalhados pelas freguesias do concelho, pela rádio, palavra a palavra entre os sócios, entre os pais dos alunos, entre a população, por info mails.</i></p> <p>P6. <i>Quase sempre a divulgação é feita através da conversa entre as pessoas. Dizemos a uns e todos ficam a saber.</i></p> <p>P7. <i>Olhe, essencialmente falamos com as pessoas.</i></p> <p>P8. <i>Por folhetos informativos, por e-mail, por revistas, por cartazes.</i></p> <p>P9. <i>Com cartazes e também através da conversa entre as pessoas.</i></p> <p>P10. <i>Fazemos cartazes e depois há sempre um grupo que contactamos por telefone e há também a divulgação por mail e de boca em boca.</i></p>
<p>11.5. Público-alvo das iniciativas</p>	<p>P1. <i>O público é aquele público que gosta de arqueologia ou de história.</i></p> <p>P2. <i>O público ... São as pessoas da Aldeia, os que moram e os que vivem fora e vêm à festa.</i></p> <p>P3. <i>Público ... São as pessoas cá da terra e todos que queiram participar.</i></p> <p>P4. <i>A população do concelho, em particular a camada jovem, mas também a população adulta, em particular através do futebol sénior.</i></p> <p>P5. <i>As aulas de dança são destinadas a todas as idades. Temos aulas para crianças e adultos em classes diferentes. A festa de encerramento tem como público toda a comunidade e todos aqueles que se quiserem juntar. É também preocupação a Associação que as gerações comuniquem e façam actividades em conjunto.</i></p> <p>P6. <i>Depende da actividade, mas procuramos organizar actividades para todas as idades e também actividades que os mais velhos e os mais novos possam participar em conjunto.</i></p> <p>P7. <i>É toda a gente, mas os adultos são os que mais participam.</i></p> <p>P8. <i>Há um público consoante a iniciativa, mas de um modo geral é toda a população.</i></p> <p>P9. <i>Bom depende da iniciativa, mas à partida é para todos os adultos,</i></p>

	<p><i>mais velhos ou mais novos.</i></p> <p>P10. <i>A comunidade em geral.</i></p>
11.6. Participação do público nas iniciativas	<p>P1. <i>A população do concelho não tem aderido tanto como nós gostávamos. Não se sentem motivados. Há mais participação do público de fora. Estão mais sensibilizados.</i></p> <p>P2. <i>As pessoas participam no almoço, na festa e os que vivem cá na terra nos joguitos.</i></p> <p>P3. <i>As pessoas vêm... Os de cá e os de fora.</i></p> <p>P4. <i>Sim há participação.</i></p> <p>P5. <i>Tem existido uma grande participação, não só nas aulas, como também na festa final.</i></p> <p>P6. <i>As pessoas estão dispostas e participam muito. Gostam que se faça qualquer coisa que mexa com a terra.</i></p> <p>P7. <i>Sim as pessoas gostam de participar.</i></p> <p>P8. <i>Há muita participação.</i></p> <p>P9. <i>Há participação das pessoas de todas as idades. Os adultos mais velhos estão mais na organização, os mais jovens participam nas provas.</i></p> <p>P10. <i>A comunidade participa muito e está sempre desejosa de novas actividades.</i></p>
12. Trabalho de parceria com outras associações	<p>P1. <i>Parceria... É mais entreaajuda. Não é nada formalmente feito. Vai lá um ou outro dirigente de alguma associação, mas um trabalho conjunto, um projecto ainda não fizemos. Trabalhamos mais com a Câmara e a Direcção Regional da Cultura.</i></p> <p>P2. <i>Há dois anos a Associação "A Noiva" fez uns jogos para os jovens, connosco. Também fazemos coisas com a Câmara e com a Junta de Freguesia da Conceição e com a Associação da Conceição.</i></p> <p>P3. <i>Trabalhamos com quer trabalhar com a gente, mas é mais com a Junta. Na festa já convidámos pelo menos uma associação e participou.</i></p> <p>P4. <i>Não ... Neste momento não há nada. A única parceria que nós às vezes temos, é mais um encontro em que fazemos coincidir a nossa colaboração com a colaboração de outros. Fundamentalmente com a Associação dos Caçadores, com o grupo coral também. Também com a Associação de Danças de Ourique, temos um evento que ainda só ocorreu uma vez, mas que irá com certeza ocorrer mais vezes. Foi de grande sucesso, que envolveu dança e moda. Foi o ano passado. Este ano ainda vamos ver. Temos algumas iniciativas que fazemos coincidir com colaborações.</i></p> <p>P5. <i>Sim, procuramos sempre que possível chamar outras associações. Mas a parceria tem existido, aqui no concelho, com o Ourique Desportos</i></p>

	<p><i>Clube, na realização da festa final, na partilha das tarefas e na divisão dos lucros. Depois, como os nossos professores são de outras associações ou clube de fora do concelho, há também um trabalho indirecto com essas associações ou clubes. Trabalho que passa pela disponibilização dos professores e da possibilidade os nossos alunos participarem nas iniciativas desses clubes.</i></p> <p>P6. <i>Estamos dispostos a isso, mas não acontece muito. As pessoas têm pouco tempo.</i></p> <p>P7. <i>Não temos feito nada com parcerias.</i></p> <p>P8. <i>Sim tem havido muita parceria com diferentes entidades.</i></p> <p>P9. <i>Não muito. Já fizemos uma prova de paintball com uma associação fora do concelho. Sabe, não há muita abertura nesse sentido. As pessoas não têm tempo. Ainda há muito a fazer nesse sentido. Depois, há situações de entreatajuda, de apoio na realização de algumas actividades entre pessoas que fazem parte de outras associações.</i></p> <p>P10. <i>Temos feito caminhadas em conjunto com uma associação de Lisboa. Temos também um trabalho com a Junta, com a Câmara Municipal, com a Associação Equestre, com a Associação de Danças de Ourique, com a Casa do Povo de Garvão, com as escolas do concelho.</i></p>
<p>12.1. Importância do trabalho de parceria ao nível da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação de adultos; • Formação ao longo da vida; • Transferência de competências 	<p>P1. <i>Acho importante porque podemos realizar mais actividades e com sucesso. As pessoas aprendem com isso. Aprendem os que organizam e os que participam. Conhecem-se se melhor, aproveitam os meios que têm, aprendem a trabalhar com os outros que têm ideias diferentes. Aprendem o respeito, a organização, o saber cooperar e podem usar esses ensinamentos em outras ocasiões.</i></p> <p>P2. <i>É importante, para animar mais pessoas e sempre trás mais qualquer coisa para a Aldeia. Unir esforços ajuda a crescer a terra e as gentes de cá. Fazem-se mais coisas e diferentes e com outros meios. Mais cabeças a pensar é sempre melhor. Aprendem os grandes, os pequenos, as associações e cresce a terra.</i></p> <p>P3. <i>É importante porque se não for assim não temos nada nesta terra. Trabalhar em conjunto dá ânimo, respeito pelos outros que pensam diferente e são coisas que ficam para toda a vida.</i></p> <p>P4. <i>Eu acho que tudo quanto seja fomentar a actividade associativa é importante, em todos os aspectos. Não só porque aumenta a oferta das actividades lúdicas para a população, mas também para os próprios participantes nelas. O trabalho de comunicação entre as associações poderia ser mais explorado e possivelmente daria outros frutos. Se bem</i></p>

que todos nós temos uma actividade profissional, todos fazemos isto em part time, portanto não conseguimos fazer tudo aquilo que gostaríamos.

P5. *Sem dúvida que é importante. Porque vai enriquecer a actividade que estamos a realizar. Se todas as associações se unirem, certamente que o trabalho será melhor para a comunidade em geral e para os dançarinos. O trabalho de parceria ensina o respeito, motiva as pessoas e o conhecimento entre elas e o que fazem. Com o juntar meios e ideias vão aparecer novas e mais actividades. São coisas que ficarão para toda a vida e se irão usar em outras situações.*

P6. *Nestas vilas pequenas se as associações trabalharem em parceria há mais oferta para as pessoas, mas é complicado trabalhar em conjunto porque as pessoas têm pouco tempo. O trabalho em conjunto, de equipa é um desafio, em que ganha o concelho e os que aí vivem. A ajuda, o respeito, o envolvimento são coisas que se adquirem na parceria e que ficam para toda a vida e são usadas sem que se saiba como se aprendeu ou onde.*

P7. *Sim, acho que é importante para mudar mentalidades e mexer com a terra. Em tudo o que se faz aprende-se qualquer coisa que voltamos a usar mais tarde.*

P8. *Não tenho qualquer dúvida que as parcerias são de facto muito importantes. É um trabalho que é benéfico, porque permite ver a realidade e actuar nela. Quando se junta mais do que uma associação, com experiências diferentes, de certeza que há mais-valias que acontecem. No espaço rural isso é muito importante para que o desenvolvimento local aconteça, para que as pessoas aprendam e usem isso em outros momentos das suas vidas. Se nós em conjunto tivermos a capacidade de organizar as pessoas, fazer com que reajam, com pouco pode-se fazer muito. Não é fácil que as associações fiquem despertas e as pessoas também. Há que trabalhar nesse sentido.*

P9. *Sem dúvida que seria importante. Beneficiava a população. As relações interpessoais ficariam a ganhar. Relações entre pessoas e entre instituições. A aprendizagem que daí viria seria enriquecedora para todos e durante toda a vida e certamente em momentos diferentes. Como fazê-lo não sei bem.*

P10. *É muito importante, mas ainda estamos na pré-história quando falamos em trabalho de parceria e saber trabalhar em parceria ou em rede. Aqui no concelho falta muita formação a esse nível. Uma formação mais informal, ao nível das relações interpessoais. O trabalho de parce-*

	<p><i>ria trás benefícios para todos e cada um, não só no momento em que está a ser feito, mas mais tarde quando, em outras alturas tivermos de voltar a trabalhar com alguém.</i></p>
<p>13. Educação de adultos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem na população adulta, provocada pelas iniciativas; 	<p>P1. <i>Eu sinto que as pessoas aprendem alguma coisa. Ficam sensibilizados para a questão do património. Não é fácil medir o que as pessoas aprendem, por exemplo nas relações interpessoais. Aprendem, mas não se consegue medir, nem se consegue ver logo.</i></p> <p>P2. <i>Aprendem porque convivem. Aprendem sobre a terra e a conhecerem-se umas às outras. Também se mantém a tradição.</i></p> <p>P3. <i>Aprendem ... Aprendem a dançar os que não sabem. Aprendem a respeitar os outros. Também há a crítica ... mas faz parte da vida.</i></p> <p>P4. <i>Eu acho que se aprende sempre. Acho que fundamentalmente aquilo que nós vemos que dá resultado tem a ver com o espírito de camaradagem, o espírito de grupo. Nos adultos não se sente logo. Fundamentalmente é o espírito de solidariedade e de camaradagem que é desenvolvido e estimulado. Solidariedade até entre os locais do concelho que às vezes comunicam pouco. Através do trabalho dessas associações, como também pelo espírito de tolerância. Fundamentalmente quando as iniciativas são feitas em conjunto. Isso obriga a que os adultos tenham de negociar. Negociar no bom sentido. Negociar a sua própria posição dentro do evento, o que podem dar, o que podem receber, terem a noção que a limitação dos outros também existe para si próprio, portanto deverá aceitar as limitações das associações e das outras pessoas.</i></p> <p>P5. <i>As pessoas aprendem a dançar, a conviver, fazem exercício. Aprendem a partilhar, a ouvir os outros, a respeitá-los.</i></p> <p>P6. <i>As pessoas ficam ocupadas, depois em termos de relações interpessoais e comunicação as actividades ajudam, porque as pessoas ficam a conhecer-se melhor, aprendem a respeitar e ouvir outras ideias. Quando saímos conhecem coisas novas.</i></p> <p>P7. <i>Sim, as pessoas aprendem, nem que seja a conviverem, a ouvir ideias diferentes, a escutar.</i></p> <p>P8. <i>As pessoas aprendem muito. Passam a ter uma postura diferente em relação às coisas e em relação à terra. Embora ache que não se dá muito por essa aprendizagem. As pessoas esquecem de como faziam anteriormente sem se darem conta e passam a fazer coisas de maneira diferente. Depois também adquirem novas competências e qualificações com as formações que vão fazendo. Há também aquela aprendizagem em relação às coisas características da zona, em que as pessoas aprendem a valori-</i></p>

	<p>zar aquilo que faz parte da identidade local e cultural. A consciencialização da importância e valorização do mundo rural e do desenvolvimento local é também uma aprendizagem que acontece. As mentalidades mudam.</p> <p>P9. Há aprendizagem em termos de experiência, de organização. As pessoas aprendem a ser disciplinadas, responsáveis, rigorosas. Em termos específicos de cada actividade aprende-se a saber fazer.</p> <p>P10. Ai sim. Considero que há aprendizagem. Fazendo coisas as pessoas adquirem conhecimentos em todas as áreas. Todos aprendemos ao nível pessoal e no conhecimento de coisas novas.</p>
<p>14. Características da formação aplicada à população adulta (metodologia; métodos de ensino; conteúdos; duração; horários; espaço; características dos formadores)</p>	<p>P1. A formação para as pessoas adultas, sem dúvida que tem de ser diferente. Há que aproveitar aquilo que as pessoas sabem, investigar os seus interesses e necessidades. Falando em métodos ou metodologia, a interacção, o diálogo são muito importantes. Os formadores têm de saber que os adultos não aprendem como os mais novos. Aquilo que se lhes ensina tem de ter utilidade na sua vida. Logo quem dá formação não pode esquecer que a aprendizagem faz-se pelo diálogo, pela troca entre todos, apela que as experiências de vida de cada um, sejam pensadas. Que haja crítica da forma como se costuma fazer qualquer coisa e de como se pode agir melhor.</p> <p>P2. Tem de ser uma formação dinâmica, num espaço e tempo adequado às necessidades da população.</p> <p>P3. Diálogo e ser feita de maneira a provocar o interesse. Também depende do grupo que o formador tem à frente. O espaço e o tempo serão de acordo com o tipo de formação. Quanto a horários, o pós laboral é, na minha opinião o mais indicado.</p> <p>P4. A formação para pessoas adultas tem de ser muito bem pensada. Pensada a todos os níveis, de acordo com os interesses e necessidades das pessoas, do local onde se realiza. Os formadores têm de adequar os conteúdos, a postura a um público muito mais exigente e que ao final de um dia de trabalho está cansado.</p> <p>P5. Falar em metodologia, em métodos, considero que dependerá das características pessoais do formador e da sua formação e experiência. Os conteúdos devem passar pelas necessidades e interesses das pessoas e da região, no sentido de que essa formação possa dar frutos ao nível do emprego, da qualidade de vida, da sustentabilidade da região, da identidade local.</p>

	<p>P6. <i>A linguagem tem de ser diferente. O saber motivar é muito importante. Quanto ao resto, acho que depende da formação em si.</i></p> <p>P7. <i>Ensinar pessoas adultas não é tarefa fácil. Depende de quem está à frente. Há que aproveitar o que as pessoas sabem, diagnosticar necessidades individuais e do meio. Os formadores... Flexíveis e com formação adequada, com capacidade de diálogo. O espaço e o tempo... Acolhedor e pós laboral. Ser prática é imprescindível.</i></p> <p>P8. <i>Nós aqui na ACPA temos um empenho em fazer formação contínua. Temos os nossos técnicos que são formadores e pela sua experiência, quando trabalham com pessoas adultas há todo um conjunto de ajustes a fazer. Isto porque é um público mais exigente e com uma experiência de vida que não pode ser ignorada.</i></p> <p>P9. <i>A formação para as pessoas adultas requer que o próprio formador domine os conhecimentos acerca do que vai ensinar. Que saiba que as pessoas que no final de um dia de trabalho e que ainda vão fazer formação, estão cansadas. Motivador, dialogar, aproveitar aquilo que sabem, é muito importante.</i></p> <p>P10. <i>A postura do formador tem de ser diferente. A formação tem de ser adequada àquilo que a pessoa adulta precisa e não ao que o formador considera, ou quem organiza a formação, que a pessoa precisa. Há que identificar necessidades. A linguagem tem de ser adequada à população e aos objectivos da formação. Assim como toda a metodologia ou métodos. Acho que, acima de tudo, a formação tem de ir ao encontro das necessidades. Tem de ser programada de acordo com os interesses e necessidades dos formandos. Os formandos devem ter uma palavra nessa programação. Só assim será proveitosa para formadores e formandos.</i></p>
15. Aprendizagem ao longo da vida	<p>P1. <i>Efeitos ao longo da vida ... Não é fácil medir, como eu já disse, mas fica de certeza o respeito para a questão do património. Claro que ao nível das relações entre pessoas e de cada pessoa consigo próprio também.</i></p>
16. Educação não formal e Educação informal	<p>P2. <i>Sim ... no convívio e no saber estar noutras situações.</i></p> <p>P3. <i>Os que não sabem dançar não esquecem. Depois sabem sempre criticar ... mas faz parte da vida. Usam aquilo que aprendem vida fora.</i></p>
17. Transversalidade de competências	<p>P4. <i>Os desportos em equipa têm essa vantagem de obrigar a que cada um dos indivíduos que nela participam tenham a noção de que é um elemento do grupo e isso pode-se reflectir no papel que as pessoas têm na sociedade e noutras comunidades.</i></p> <p>P5. <i>Sim, há aprendizagens que ficam para toda a vida. A dança propor-</i></p>

ciona convívio, respeito pelos outros, relações de amizade, disciplina que ficará para toda a vida e que as pessoas irão recorrer, ainda que sem pensarem, em outras situações da sua vida. O respeito pelos outros, o cumprimento de horários e tarefas, o convívio, fazem falta em muitas situações. Quando vão às aulas já trazem aprendizagens. Nas aulas, por exemplo, quando se fazem coreografias de grupo, as pessoas têm de saber trabalhar em equipa, respeitar as ideias dos outros, saber ouvir fazer críticas sem magoar. Nas danças a pares há um trabalho a dois em que o respeito, o trabalho em equipa são muito importantes.

P6. *As pessoas aprendem coisas, mas muitas dessas coisas não se percebe logo, como as relações interpessoais ou a comunicação e até o respeito, mas acho que o que aprendem fica para toda a vida. Noutras situações as pessoas usam essas aprendizagens sem se aperceberem. Por exemplo, nós queremos no futuro ensinar as pessoas mais velhas a mexer nos computadores, para que, sei lá ... quando quiserem meter o IRS já saberem como fazer ou quando quiserem procurar sobre assuntos do seu interesse.*

P7. *Há sim efeitos daquilo que se aprende no convívio que fica para toda a vida, como seja, como eu já disse, a saber escutar os outros e a ouvir outras ideias.*

P8. *Os agricultores vão continuar a viver na serra. Vão ter mais amor e cuidar melhor do espaço onde sempre habitaram, podem lutar melhor contra os incêndios e contra a desertificação. Para além da actividade do porco alentejano poder criar um emprego também ele qualificado e diferente. Um emprego na indústria, um emprego nas associações. Há também o desenvolvimento local que da acção das associações pode acontecer. Criar e desenvolver pequenas e médias empresas à volta do porco alentejano, assim as pessoas queiram investir e se criem condições para isso acontecer. Eu acho que da acção das associações há uma aprendizagem ao longo da vida, mas o raciocínio tem de ser o do desenvolvimento sustentável e por aí viabilizar a zona e provocar aprendizagens. Há também aprendizagem porque as pessoas adquirem novas experiências, novas visões. Adquirem um know how de conhecimentos que se mantém para toda a vida. Fica também o rasto de solidariedade, o conhecimento do Alentejo. Há todo um conjunto de iniciativas que as associações desenvolvem que permite uma aprendizagem no sentido desenvolvimentista das pessoas e em relação às potencialidades da região. A gestão da economia passa muitas vezes à frente do social. Essa*

	<p><i>economia global que obriga a um tipo de atitudes que não valorizam o social porque não se criaram pequenos negócios, pequenas firmas, desenvolvimento à volta das terras. Há que lutar contra o empobrecimento das zonas rurais. A partir do momento em que haja emprego para 20 pessoas e se dessas 20 algumas ajudarem os outros, acabamos por ficar com um espaço onde podem vir não sei quantos em idade de reforma descansar. Outros virão porque gostam da tranquilidade. O turismo rural pode acontecer. É preciso que haja dinamismo. Há que ter espírito aberto, tentar coisas novas, deixar a inércia de lado, e o desenvolvimento social acontecerá. As associações, as entidades têm de trabalhar em rede, valorizando e dando alguma protecção à identidade local. Neste sentido, a aprendizagem ao longo da vida sentir-se-á através do desenvolvimento local, social, das pessoas, da sua aprendizagem.</i></p> <p>P9. <i>Fica ao longo da vida a solidariedade entre as pessoas, o sentido de responsabilidade, a entre ajuda. Isso será, sem dúvida, utilizado em outras circunstâncias. Por exemplo, ao nível da organização, do saber ouvir e respeitar ideias diferentes, negociar.</i></p> <p>P10. <i>Ao longo da vida todos aprendemos e as competências, as capacidades, os conhecimentos que adquirimos naquilo que fazemos todos os dias são transponíveis para outros contextos.</i></p>
<p>18. Iniciativas futuras da Associação</p>	<p>P1. <i>Queremos começar a crescer mais, fazer mais actividades. Queremos arranjar um jipe para ir ao circuito. Mais visitas guiadas a pé. Levar a palavra preservação do ambiente ao extremo. Tentar arranjar campanhas de sensibilização para o meio ambiente. Temos vontade de trabalhar com outras associações. Futuramente estamos a pensar editar um livro com fotografias antigas e ir buscar o know how de outra associação que publicou os cadernos culturais de Ourique, para nos ajudar a fazer o livro e ter sucesso. Há poucos dias foi assinado um protocolo com a Câmara Municipal e a Direcção Regional para fazermos um dia por ano um encontro de cante ao baldão e ficar o Castro da Cola como a zona onde o cante ao baldão fique enraizado, quase a capital do baldão. Queremos ir buscar pessoas das outras freguesias, incentivar mais pessoal do concelho para as actividades. Queremos também trabalhar com jovens, com desportos radicais, organizar mais passeios. Criar uma estrutura para arranjar associados. Temos de começar a ser mais ferozes na publicidade das iniciativas. Queríamos fazer uma página na Internet. Talvez com a escola de Ourique (Escola E.B.2/3+S) e com o grupo de informática possamos fazer isso.</i></p>

P2. *Não sei... Vamos tentar que haja mais participação dos sócios. Mas, o futuro, não sei.*

P3. *Gostaríamos de ter um ecrã gigante, mas o dinheiro é pouco. Gostaria de ver o Clube na 1ª Divisão Distrital. Era necessário que viessem jovens tomar conta do Clube.*

P4. *O futuro ... Se o Clube continuar a existir e manter uma actividade regular, já era muito bom. As dificuldades são muitas. O meio é pequeno, é pobre em termos económicos e em termos de recursos, também em termos do número de pessoas. Temos a ideia de encontrar uma actividade desportiva que seja mais apelativa para as raparigas. Eventualmente, a ginástica rítmica ... Não sei. Temos também um projecto de se fazer aí um clube de canoagem que permita não só os passeios lúdicos de canoagem e também a exploração de algumas áreas históricas da aqui da zona, nomeadamente junto do Castro da Cola. Tivemos uma conversa com uma associação do Castro da Cola, no sentido de desenvolvermos a canoagem com a divulgação do Castro da Cola, do circuito arqueológico da Sr.ª da Cola. O que eu espero sinceramente é que atrás de nós venha alguém.*

P5. *Crescer como grupo organizado e dar resposta aos interesses e desejos dos sócios.*

P6. *Gostaria que tivéssemos uma sede melhor e novos computadores para podermos fazer outras actividades.*

P7. *Antes de fazermos mais qualquer coisa queremos fazer obras. Aquilo está mesmo a precisar.*

P8. *Aquilo que eu acho que vai acontecer é que, garantidamente a ACPA tem um espaço de intervenção, vai manter a actividade. Tem todo o sentido de continuar a existir. Pretendemos modificar o Alentejo. Fazer disto uma força económica. Criar um social e renovar a vida das populações nas freguesias, promover a aprendizagem de cada um, promover o turismo rural. Gostava que pudéssemos criar desenvolvimento, aprendizagens. Manter a saúde mental das pessoas no sentido de valorizarem os produtos autóctones, a zona onde vivem, as tradições. Que as pessoas valorizem e reconheçam uma identidade cultural e local e tenham orgulho nela e a preservem. De imediato, temos em Outubro a responsabilidade na organização do 1º Congresso Ibérico do porco alentejano.*

P9. *Precisamos de mais meios humanos. Em termos de desenvolvimento da freguesia, das pessoas, no sentido de mais aprendizagens. Continuaremos a fazer iniciativas que gerem receitas.*

	<p>P10. Neste momento vamos fazer uma actividade para o Dia Mundial da Criança. Um encontro de gerações com uma caminhada e no final um piquenique.</p>
<p>19. Perspectivas futuras de formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para os elementos da Associação; • Para o público-alvo 	<p>P1. Nós da Associação fazemos formação por nós próprios. Não temos pensado nada nesse sentido.</p> <p>P2. Formação... Não. É tudo malta de muita idade. É difícil.</p> <p>P3. Formação ... Não. Não temos massa humana cá na terra. A população está envelhecida. A Câmara é que trata disso.</p> <p>P4. Era ainda uma vontade nossa fazer um curso. Temos várias vezes esse bichinho atrás da orelha, mas não temos, neste momento muitas capacidades de ir muito além daquilo que estamos a fazer. Eventualmente como entidade promotora, porque não temos a massa crítica interna para o fazer.</p> <p>P5. Com o crescer da Associação e o facto de os miúdos terem tão bons resultados nos campeonatos, a Associação terá que poder proporcionar estas crianças aprendizagens mais formais com recursos a novos professores, de modo a que os dançarinos possam evoluir. Para a população adulta não pensamos em termos de algo formal. Oferecemos às pessoas aquilo que procuram.</p> <p>P6. Estamos a pensar daqui a 1 ou 2 anos organizar um curso para as pessoas mais velhas e não só, mas principalmente, para os mais velhos aprenderem a mexer nos computadores. Seríamos nós jovens que iríamos ensinar as pessoas aqui da terra que quisessem aprender. Seria uma espécie de curso, mas sem darmos diploma, assim ensinávamos aquilo que sabemos e o nosso tempo ficaria ocupado a ajudar os outros.</p> <p>P7. Não, neste momento não podemos pensar nisso, porque temos de fazer as obras e arranjar dinheiro para começar. No futuro, talvez.</p> <p>P8. Continuaremos a apostar na formação contínua, seja a nível formal, não formal ou informal.</p> <p>P9. Ao nível da formação mais formal, não é nosso objectivo. Não temos meios para o fazer. Agora formação não formal ou informal continuaremos a fazer.</p> <p>P10. Temos de nos preocupar com a formação de cuidadores que irão trabalhar na Unidade. Essa mais formal. Com aqueles mais informais que apoiarão a unidade, será uma formação mais informal ou não formal.</p>
<p>20. Futuro do entrevistado na</p>	<p>P1. Penso que passa por continuar a ser presidente da Associação e</p>

Associação	<p><i>tentar dinamizar a Associação.</i></p> <p>P2. <i>Vou continuar por ali a ajudar.</i></p> <p>P3. <i>Só Deus sabe... Eu continuo com vontade ...</i></p> <p>P4. <i>Eu tenho intenção de continuar. O cargo não é relevante, não é fundamental.</i></p> <p>P5. <i>O meu futuro é muito incerto, porque estou em vis de me mudar do concelho, mas enquanto aqui estiver estarei ao dispor da Associação.</i></p> <p>P6. <i>Gostava de continuar na Associação. Como presidente se gostarem do meu trabalho.</i></p> <p>P7. <i>Quero continuar e conseguir fazer mais pela terra.</i></p> <p>P8. <i>O meu futuro não sei. Estou já muito cansado. Gostava de ter um sucessor que pudesse fazer mais vinte anos disto com energia e com uma visão desenvolvimentista. Neste momento não estou a pensar sair. O meu futuro na ACPA vai ser o que a Associação permitir, mas é mais difícil sair do que entrar. Vou apostar grandemente em encontrar pessoas que possam continuar.</i></p> <p>P9. <i>Enquanto acreditar, continuarei. Quem me dera a mim que nas próximas eleições surgissem pessoas com vontade, com motivação.</i></p> <p>P10. <i>Não queria que a associação morresse. Quero continuar porque acho que é um trabalho muito bonito.</i></p>
------------	--

Grelha de categorização dos dados das entrevistas aplicadas aos formadores

A cada entrevistado foi atribuída, de forma aleatória, uma letra (F), conjugada com um nº para identificação das respostas dadas.

F1 – Formador da Associação de Danças de Ourique;

F2 – Formador da Associação de Danças de Ourique;

F3 – Formador da Associação de Danças de Ourique;

F4 – Formador da Associação de Danças de Ourique;

F5 – Formador da Associação Criadores do Porco Alentejano;

F6 – Formador da Associação de Criadores do Porco Alentejano

Categorias/Subcategorias	Indicadores
2. Caracterização do entrevistado: 2.2. Tempo de residência no concelho; 2.3. Residência numa freguesia do concelho	<p>F1. Não moro no concelho. Moro em Olhão. A minha ligação ao concelho acontece através da Associação de Danças de Ourique.</p> <p>F2. Moro em Albufeira. Conheço o concelho e o movimento associativo através da Associação de Danças de Ourique.</p> <p>F3. Resido no Algarve. Estou ligada a Ourique através da Associação de Danças.</p> <p>F4. Estou aqui em Ourique há cerca de 20 anos.</p> <p>F5. Há 7 meses, aqui em Ourique.</p> <p>F6. Há 35 anos, em Ourique</p>
2. Caracterização do movimento associativo no concelho	<p>F1. O que lhe posso dizer acerca do movimento no concelho, o qual conheço através do feed back dado pelos meus alunos é que me parece que existe algum dinamismo a esse nível, com algumas actividades realizadas.</p> <p>F2. Creio que aqui há uma dinâmica em todo o movimento associativo, com várias actividades realizadas.</p> <p>F3. Pelo que oiço, é dinâmico, com diferentes iniciativas.</p> <p>F4. É pouco dinâmico. Há uma certa inércia e falta de motivação por parte das pessoas.</p> <p>F5. Dinâmico. As associações realizam várias actividades.</p> <p>F6. Dinâmico. Tem a ver com as actividades que realizam</p>
3. Envolvimento pessoal do entrevistado no movimento	<p>F1. Estou envolvido nesse movimento a partir do momento em que comecei a trabalhar com a Associação de Danças de Ourique da qual sou</p>

<p>associativo</p>	<p><i>sócio. Sou apenas formador da Associação.</i></p> <p>F2. <i>Estou envolvido aqui, pela Associação de danças e no Algarve porque faço parte de outra associação.</i></p> <p>F3. <i>Aqui, pela Associação de Danças. No Algarve, trabalho com outras associações.</i></p> <p>F4. <i>Estou envolvida de uma forma muito directa, até porque fui uma das sócias fundadoras de uma associação e exerço um cargo na Assembleia-geral.</i></p> <p>F5. <i>Estou neste concelho e o meu envolvimento passa pelo trabalho aqui na associação.</i></p> <p>F6. <i>Acho que desde sempre.</i></p>
<p>4. Características de um dirigente associativo</p>	<p>F1. <i>Liderança, dinamismo, abertura, responsabilidade.</i></p> <p>F2. <i>Ter disponibilidade, capacidade de organização, saber ouvir e trabalhar com toda a gente.</i></p> <p>F3. <i>Ser sociável, líder, saber trabalhar em equipa.</i></p> <p>F4. <i>Acima de tudo tem de ter em conta que uma associação é uma entidade que visa o bem comum, o bem sociocultural da região e da população onde está inserida. Tem de estar motivado, ter capacidade de liderança, capacidade organizativa, de diálogo, diplomático, dinâmico.</i></p> <p>F5. <i>Sociável, diplomático, líder.</i></p> <p>F6. <i>Trabalhador, simpático, diplomático.</i></p>
<p>5. Conceito sociocultural:</p> <p>5.1. Tipo de iniciativas de âmbito não formal e informal</p>	<p>F1. <i>Julgo que isso depende dos objectivos para que são criadas. De qualquer forma, a sua acção deve estar relacionada com o desenvolvimento das populações e da localidade onde actuam. Actividades que dinamizem e envolvam a população. Actividades de valorização das mais valias da região, dos saberes de cada um, e ainda, iniciativas que provoquem novas aprendizagens.</i></p> <p>F2. <i>Devem ter iniciativas com flexibilidade, que desenvolvam as pessoas e o concelho.</i></p> <p>F3. <i>Um trabalho mais informal ou não formal.</i></p> <p>F4. <i>Devem realizar actividades de acordo com os objectivos que norteiam a sua existência, no sentido de um desenvolvimento individual e colectivo da população e do concelho. Se será do âmbito mais ou menos formal, depende dos objectivos.</i></p> <p>F5. <i>Deve passar por toda uma formação do mais informal ao mais formal. Isto porque as pessoas estão em níveis diferentes. Hoje em dia a aprendizagem ao longo da vida é essencial.</i></p> <p>F6. <i>As associações devem em primeiro lugar definir a sua intervenção,</i></p>

	<p><i>as necessidades, os interesses das pessoas, do meio onde está inserida. De um modo geral devem realizar um trabalho a todos os níveis, do sociocultural ao mais formativo</i></p>
<p>6. Trabalho de parceria entre associações</p> <p>Importância do trabalho de parceria ao nível da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação de adultos; • Formação ao longo da vida; • Transferência de competências 	<p>F1. <i>A parceria e todo o trabalho que envolva iniciativas conjuntas será sempre importante na vida de uma comunidade em geral e para os intervenientes em particular. As aprendizagens acontecerão a muitos níveis e de formas diferentes – para os que organizam, para os que participam, para os que assistem.</i></p> <p>F2. <i>Parceria... Sem dúvida, os benefícios serão para todos a todos os níveis.</i></p> <p>F3. <i>Claro. Todos aprendem. As associações e todos os intervenientes.</i></p> <p>F4. <i>Sim. As parcerias são benéficas para toda a comunidade. A união faz a força e provoca aprendizagem.</i></p> <p>F5. <i>A parceria é essencial. Tudo e todos tiram mais valias que usarão toda a vida em diferentes momentos.</i></p> <p>F6. <i>Parceria, sem dúvida. É essencial para o desenvolvimento das pessoas e das regiões.</i></p>
<p>7. Educação de adultos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem na população adulta, provocada pelas iniciativas; 	<p>F1. <i>Concretamente com a actividade da qual sou formador, com as aulas de dança as pessoas adultas aprendem muita coisa. Aprendem a socializar-se, conhecem outras pessoas, aprendem técnica específica da modalidade de dança que estão a aprender. Desenvolvem capacidades psicomotoras, emocionais. Desenvolvem a memória, a concentração.</i></p> <p>F2. <i>Há aprendizagens distintas. A primeira de todas e a mais importante é o convívio, o quebrar a rotina. Depois acontecem as restantes, desde ao nível das relações, entre outras.</i></p> <p>F3. <i>Sem dúvida que há aprendizagens. No caso da dança há benefícios inerentes ao exercício. Há benefícios ao nível da concentração. Como é um trabalho de pares, obriga a saber ouvir, negociar, respeitar a outra parte. Há também saberes específicos da técnica da dança.</i></p> <p>F4. <i>Sim. Há aprendizagem a todos os níveis. Desde o informal ao mais formal. As iniciativas permitem um aumento de conhecimentos, de competências, através do conhecimento de novas coisas ou do aperfeiçoamento daquilo que já sabem.</i></p> <p>F5. <i>Há os saberes específicos que resultam das formações formais. Ao nível do informal e do não formal há tradições que se preservam, relações interpessoais que melhoram, coisas novas que se aprendem. Enfim, um sem número de aprendizagens que acontecem sem que se dê conta.</i></p> <p>F6. <i>Aprendizagem há sempre. Uma que é mais visível ao nível do saber</i></p>

	<p><i>fazer que se relaciona com o conteúdo das formações. Depois há todo um conjunto de aprendizagens que acontecem provocadas pelas iniciativas das associações, que são mais difíceis de definir. Estes tipos de aprendizagens são tão importantes como as formais, até porque muitas delas são o mote para o querer saber mais formal.</i></p>
<p>7.1. Características da formação aplicada à população adulta (metodologia; métodos de ensino; conteúdos; duração; horários; espaço; características dos formadores)</p>	<p>F1. <i>Com os adultos tem de haver uma maior partilha. Não podemos ser tão directivos até porque as pessoas trazem aprendizagens de outros contextos que também são transferidas para o contexto da formação. O saber ouvir os outros, respeitar as outras ideias, são trocas que existem em contextos de formação da dança que acontecem e são o resultado de outras situações vividas pelas pessoas. A duração, os horários dependerão do tipo de formação, tal como os conteúdos. O espaço terá de ser adequado ao tipo de formação.</i></p> <p>F2. <i>Pós laboral, sempre. Os formadores devem adequar a linguagem e todo o trabalho aos interesses, necessidades e desejos das pessoas.</i></p> <p>F3. <i>As aulas devem ser estimulantes, que puxem pela criatividade das pessoas, pela descontração. Tem de se saber encontrar um equilíbrio entre a teoria e a prática. Os formadores devem ter uma postura descontraída mas com rigor. O saber ouvir e aproveitar o que as pessoas sabem devem ser características dos formadores.</i></p> <p>F4. <i>Há que ter em atenção as características do grupo. Na formação de adultos não podemos somente chegar e debitar conteúdos. Temos de primeiro saber quais os conhecimentos que as pessoas já têm e só depois disso é que passaremos ao ensino de conteúdos, mas de uma forma dinâmica, em que cada um possa de facto aprender. Há que adequar a linguagem, aproveitar os saberes das pessoas, adequar métodos e metodologias. O espaço tem de ser acolhedor porque as pessoas adultas aborrecem-se. Tem de haver métodos e metodologias que motivem. Não nos podemos circunscrever às salas de aula ou aos livros. A Internet, as bibliotecas são preciosos recursos. Os horários têm de ser adequados às necessidades. Ser perto da residência, que não implique transporte e em horário pós laboral. O não implicar transporte parece-me um aspecto crucial nestes meios rurais onde grande parte da população está dependente das autarquias para se deslocar das freguesias para a sede.</i></p> <p>F5. <i>O horário tem de ser pós laboral. Não concordo com que seja remunerada, porque considero que a formação fica banalizada. Acho que deve haver um apoio. Deve realizar-se no local da residência ou perto e, preferencialmente com formadores da zona. Isto aproxima as pessoas.</i></p>

	<p><i>Tem de ser prática, com muito diálogo, o que facilita a disponibilidade, a motivação das pessoas para a formação. O formador deve adequar a linguagem ao público. A linguagem, as metodologias, os métodos. Devem existir espaços de convívio. São eles que também ajudam à motivação, à coesão do grupo. Quanto à avaliação, considero que deve ser prática, com trabalhos individuais e de grupo. Os testes, as provas escritas não motivam e não avaliam efectivamente o que as pessoas sabem. Quando realizam um trabalho individual ou de grupo têm de pesquisar.</i></p> <p>F6. <i>Há que considerar as características das pessoas e ajustar conteúdos, métodos, metodologias, tempo, espaço, às necessidades e interesses. Quanto a ser remunerada, tenho muitas dúvidas. Se forem desempregados... talvez, porque, de facto, a sua ocupação principal é a formação, porém, que seja uma formação que promova a empregabilidade, caso contrário, são muitos os clientes que passam de formação em formação. Os formadores devem transmitir confiança, saber motivar as pessoas, saber ouvi-las. Isto é muito importante porque há muitos casos em que as pessoas estão ali, depois de um dia de trabalho, cansadas, sem interesse, ou já têm uma idade em que não entendem a importância daquilo.</i></p>
8. Aprendizagem ao longo da vida	<p>F1. <i>A aprendizagem ao longo da vida é uma característica que tem de marcar, dada a sociedade em que vivemos, o dia a dia de todos nós. As aprendizagens desencadeadas pelas iniciativas das associações, independentemente se são ou não mais ou menos formais, são uma mais valia neste campo. Senão, imagine-se o que seria de muitos que hoje ainda não sabem ler. As competências, os saberes são transferidos de antigos contextos para novos contextos, muitas vezes, sem que disso se dê conta.</i></p>
9. Educação formal e Educação informal	
10. Transversalidade de competências	<p>F2. <i>Há transferência de saberes, de competências. Em termos físicos são problemas de saúde que se evitam. A forma de agir e interagir fica para toda a vida e será utilizada nos mais diversos contextos.</i></p> <p>F3. <i>Em termos de relações interpessoais, as aprendizagens são transferidas para outros contextos. Por exemplo, o saber ouvir os outros, o saber gerir uma relação de par para chegar a um objectivo comum.</i></p> <p>F4. <i>Efeitos na aprendizagem ao longo da vida existem. Há sempre a possibilidade de se fazer uma transposição para a vida pessoal ou até profissional, de uma forma consciente, mas fundamentalmente, de modo inconsciente. Depois, o somatório das aprendizagens não formais ou informais pode dar origem a aprendizagens formais, por exemplo, através do reconhecimento e validação de competências. No caso da dança,</i></p>

	<p><i>através do aperfeiçoamento e do aumento das aprendizagens, os dançarinos adquirem competências, por exemplo, ao nível da postura, que lhes serão úteis ao longo da vida. Podem ainda tornar-se profissionais das modalidades. Não é por acaso que se diz que se aprende com a vida. As pessoas que não têm o saber escolástico, por exemplo, ao nível da matemática ou da leitura e da escrita, são autónomas no quotidiano dos seus dias.</i></p> <p>F5. <i>Sim, há efeitos ao longo da vida, mas isso acontece de modo quase espontâneo, quer a nível pessoal, como profissional.</i></p> <p>F6. <i>Acho que sim. Para além dos conteúdos há todo um lado mais informal da formação que é transferido para outros contextos de vida pessoal e até profissional.</i></p>
<p>11. Iniciativas futuras das Associações</p>	<p>F1. <i>Creio que um trabalho em rede, de parceria deve ser o caminho. No que se refere à formação, ela deverá continuar a acontecer nos molde de uma formação não formal e informal e quem sabe, se as associações tiverem meios, também na linha da certificação.</i></p> <p>F2. <i>Dinamizar as comunidades em diferentes domínios.</i></p> <p>F3. <i>Provocar desenvolvimento, aprendizagens nas pessoas, na terra.</i></p> <p>F4. <i>Creio que o futuro destes meios rurais passa muito pelo trabalho das associações. Cada vez mais há que apostar num dinamismo das terras, das gentes no sentido de um desenvolvimento, de uma aprendizagem.</i></p> <p>F5. <i>Devem continuar a promover uma formação de todos os tipos e a todos os níveis.</i></p> <p>F6. <i>Devem fazer um trabalho de preservação das tradições. Devem também promover iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconómico da região.</i></p>
<p>12. Futuro do entrevistado no movimento associativo</p>	<p>F1. <i>Estarei envolvido no movimento associativo aqui no concelho enquanto trabalhar com a Associação de Danças de Ourique.</i></p> <p>F2. <i>Neste momento estarei envolvido enquanto for formador desta associação.</i></p> <p>F3. <i>Pretendo continuar a trabalhar com a associação.</i></p> <p>F4. <i>Pretendo continuar a dar o meio apoio e tudo aquilo que estiver ao meu alcance dentro do movimento associativo.</i></p> <p>F5. <i>Continuarei a estar envolvida a nível pessoal e profissional.</i></p> <p>F6. <i>Sempre estive envolvido e acho que dificilmente deixarei de estar.</i></p>

Grelha de Análise de conteúdo dos estatutos

- A1** – Associação para o Desenvolvimento Local Castro da Cola;
- A2** – Associação Cultural Recreativa Aldeia das Alcarias;
- A3** – Associação Grupo Desportivo e Cultural de Panóias;
- A4** – Associação Ourique Desportos Clube;
- A5** – Associação de Danças de Ourique;
- A6** – Associação Cultura e Recreio "A Noiva";
- A7** – Associação Centro Social Cultura e Recreio Casa do Povo de Garvão;
- A8** – Associação de Criadores do Porco Alentejano;
- A9** – Associação Centro Cultural e Recreativo de Santana da Serra;
- A10** – Associação Futuro de Garvão

Categories	Subcategorias	Indicadores referenciados nos estatutos
1.Caracterização da associação	1.1. Data da fundação	<p>A1. 2001.</p> <p>A2. 1999.</p> <p>A3. 1979.</p> <p>A4. 1976.</p> <p>A5. 2007.</p> <p>A6. 2001.</p> <p>A7. 1992.</p> <p>A8. 1988.</p> <p>A9. 2000.</p> <p>A10. 2007</p>
	1.2. Estrutura organizacional	<p>A1. Cap. IV, arts. 14º ao 20º – são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A2. Cap. V, arts. 18º ao 23º – são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A3. Cap. III, Secções I, II, III, IV, Arts. 46º ao 75º - são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A4. Caps. V e VI, Secções I, II, III, arts. 20º ao 44º – são</p>

		<p>definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A5. <i>Cap. III e IV, arts. 9º ao 31º</i> – são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A6. <i>Cap. III, Secções I, II, III, arts. 8º ao 12º</i> – são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A7. <i>Cap. III, IV, V, Secções I, II, III, IV, Arts. 33º ao 82º</i> – são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A8. <i>Cap. IV, V, VI, VII, arts. 14º ao 33º</i> – são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A9. <i>Cap. IV, arts. 13º ao 20º</i> – são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p> <p>A10. <i>Cap. III, Secções I, II, III, arts. 8º ao 12º</i> – são definidos os órgãos sociais (Assembleia-geral; Direcção e Conselho Fiscal), a sua constituição, funcionamento e durabilidade.</p>
1.3. Recursos		<p>A1. <i>Cap. III, arts. 11º ao 13º</i> – é identificado todo o património e o regime financeiro.</p> <p>A2. <i>Cap. I, art. 3º</i> – é identificado todo o património.</p> <p>A3. Os estatutos não fazem referência aos recursos da associação.</p> <p>A4. <i>Cap. IV, Secções I e II, arts. 18º e 19º</i> – são identificadas as receitas e as despesas.</p> <p>A5. Os estatutos não fazem referência aos recursos da associação.</p> <p>A6. <i>Cap. IV, art. 3º</i> – são definidas as receitas da associação.</p> <p>A7. <i>Cap. VI, arts. 83º ao 86º</i> – é definido o regime patrimonial, financeiro e orçamental e a sua forma de gestão.</p> <p>A8. <i>Cap. VII, arts. 34º ao 35º</i> – são definidas as receitas e a sua forma de gestão.</p> <p>A9. <i>Cap. III, arts. 10º ao 12º</i> – é definido o regime patrimonial, financeiro e orçamental e a sua forma de gestão.</p>

		<p>A10. Os estatutos não fazem referência aos recursos da associação.</p>
	1.4. Associados	<p>A1. <i>Cap. II, arts. 3º ao 10º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A2. <i>Caps. II e III, arts. 5º ao 10º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A3. <i>Cap. II, Secções I, II, III, IV, V, arts. 7º ao 45º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A4. <i>Cap. III, Secções I, II, III, IV – arts. 8º ao 17º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A5. <i>Cap. II, arts. 6º ao 8º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A6. <i>Caps. II, arts. 4º ao 7º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A7. <i>Cap. II, Secções I, II, III, IV, V, VI, arts. 10º ao 32º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A8. <i>Cap. II, arts. 7º ao 13º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A9. <i>Cap. II, arts. 3º ao 9º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p> <p>A10. <i>Cap. II, arts. 3º ao 10º</i> – são definidas as categorias de associados, as formas de admissão, os direitos, deveres e sanções.</p>
2. Sociocultural	Objectivos	<p>A1. <i>Cap. I, art. 2º – Castro da Cola - Associação de desenvolvimento local, tem como objectivo: desenvolvimento e a salvaguarda dos valores culturais e naturais do concelho de Ourique.</i></p> <p>A2. <i>Cap. I, art. 2º – Esta associação tem por objectivo o progresso e desenvolvimento desta Aldeia quer no aspecto</i></p>

material, desportivo, cultural e recreativo.

A3. *Art. 2º - O Clube Desportivo e Cultural de Panóias tem por fim desenvolver a educação física, desporto e cultura, regulamentar e promover a prática de todas as modalidades desportivas amadoras no concelho de Ourique, distrito de Beja, área da sua jurisdição, sob orientação da respectiva associação, bem como estabelecer e manter relações com os restantes clube congéneres, existentes no país.*

A4. *Cap. I, art. 2º – O Clube tem por fim o desenvolvimento de actividades recreativas e desportivas amadoras, a promoção da prática física e a exploração de jogos de fortuna ou azar legais e devidamente autorizados.*

A5. *Cap. I, arts. 4º e 5º – A Associação de Danças de Ourique prosseguirá os seguintes objectivos: a) Desenvolver a cooperação e a solidariedade entre os seus associados, tendo em vista a realização de iniciativas em prol da oferta cultural, da promoção dos tempos livres, da saúde e do bem-estar comum; b) Promover a cooperação com entidades públicas e privadas, visando a integração social e o desenvolvimento de estratégias adequadas à sua condição; c) Desenvolver a aptidão dos jovens para a cultura; d) Combater a discriminação e a exclusão social através da inserção e cooperação dos associados nos projectos da Associação de Danças de Ourique; e) Promover iniciativas culturais no concelho de Ourique; f) Participar em iniciativas em território nacional e no estrangeiro; g) Desenvolver momentos de diálogo e convívio inter geracional; h) Desenvolver o melhoramento da auto estima; i) Desenvolver o equilíbrio, a postura e a coordenação motora; j) Confirmar a definição da própria lateralidade; l) Desenvolver a orientação espacial e a direccionalidade do movimento; m) Desenvolver a capacidade, disponibilidade e utilização do próprio corpo como elemento expressivo. No intuito da concretização dos seus objectivos, a Associação de Danças de Ourique tem, entre outras, as seguintes atribuições: a) Proporcionar aos associados o acesso a um espaço para a prática da dança; b) Permitir a participação em eventos organizados pela Associação; c) Promover a formação, tendo em vista a integração social; d) Projectar o trabalho*

		<p><i>dos associados para o exterior da Associação de Danças de Ourique, tendo em conta a interacção com o mundo; e) Editar revistas, boletins, newsletters ou outros documentos de interesse relevante; f) Organizar encontros, colóquios, workshops de dança ou outros eventos no âmbito das suas actividades; g) Promover o intercâmbio e cooperação com associações e organismos nacionais e estrangeiros que prossigam os mesmos objectivos.</i></p> <p>A6. <i>Cap. I, art. 2º – A Associação tem por objecto a promoção cultural e recreativa dos seus associados e defesa do património cultural, histórico e etnográfico da vila de Panóias.</i></p> <p>A7. <i>Cap. I, art. 2º – O CSCR tem por fim acções de solidariedade social abrangendo a freguesia de Garvão e promover e desenvolver actividades de carácter cultural, desportivo recreativo, entre os seus associados, sem fins lucrativos.</i></p> <p>A8. <i>CAP. I, ART. 5º - O seu objecto social é apoiar por todas as formas ao seu alcance os criadores suinícolas da raça alentejana.</i></p> <p>A9. <i>Cap. I, art. 2º – O Centro Cultural e Recreativo de Santana da Serra tem como objecto: desporto e cultura.</i></p> <p>A10. <i>Cap. I, arts. 4º – A Associação de Futuro de Garvão tem como objecto social: a) Desenvolver a cooperação e a solidariedade entre os seus associados, tendo em vista a realização de iniciativas em prol da oferta cultural e da promoção dos cuidados básicos e paliativos.</i></p>
<p>3. Aprendizagem ao longo da vida</p>	<p>Iniciativas</p>	<p>A1. Os estatutos não fazem referência às iniciativas a desenvolver pela associação.</p> <p>A2. <i>Cap. I, art. 2º – a) fomentar e dar o seu apoio a iniciativas particulares de reconhecido interesse desta Aldeia, principalmente no desporto e na cultura; b) expor junto das entidades competentes a conveniência do estudo e realização de melhoramentos públicos, bem como de outras providências; c) realização de sessões culturais e recreativas, como: festas, audições musicais e radiofónicas, espectáculos de teatro e cinema.</i></p> <p>A3. <i>Art. 2º - O Clube Desportivo e Cultural de Panóias tem por fim desenvolver a educação física, desporto e cultura,</i></p>

regulamentar e promover a prática de todas as modalidades desportivas amadoras no concelho de Ourique, distrito de Beja, área da sua jurisdição, sob orientação da respectiva associação, bem como estabelecer e manter relações com os restantes clube congéneres, existentes no país.

A4. *Cap. I, art. 2º – O Clube tem por fim o desenvolvimento de actividades recreativas e desportivas amadoras, a promoção da prática física e a exploração de jogos de fortuna ou azar legais e devidamente autorizados.*

A5. *Cap. I, arts. 4º e 5º – realização de iniciativas em prol da oferta cultural, da promoção dos tempos livres, da saúde e do bem-estar comum; Promover iniciativas culturais no concelho de Ourique; Proporcionar aos associados o acesso a um espaço para a prática da dança; Promover a formação, tendo em vista a integração social; Editar revistas, boletins, newsletters ou outros documentos de interesse relevante; Organizar encontros, colóquios, workshops de dança ou outros eventos no âmbito das suas actividades; Promover o intercâmbio e cooperação com associações e organismos nacionais e estrangeiros que prossigam os mesmos objectivos.*

A6. *Cap. I, art. 3º – Com vista à realização dos seus objectivos a Associação tem, entre outras, as seguintes atribuições: a) fazer o levantamento e recolha de músicas, modas, jogos, lendas e contos tradicionais; b) organizar, no âmbito do seu objecto, encontros, colóquios, conferências, seminários e outras actividades de carácter cultural e recreativo; c) proporcionar aos associados e população em geral o acesso a documentação e bibliografia sobre actividades culturais e de defesa do património; d) editar revistas, jornais e outros documentos de interesse relevante; e) promover o intercâmbio e cooperação com associações e organismos nacionais e estrangeiros que prossigam os mesmos objectivos.*

A7. *Cap I, art. 2º, ponto 2 – O CSR procurará desenvolver as seguintes iniciativas: a) promover e desenvolver acções de cooperação com as instituições de solidariedade e segurança social; b) realizar conferências e palestras, criar bibliotecas e desenvolver todas as manifestações de carácter sociocultu-*

ral; c) criar e desenvolver agrupamentos artísticos, grupos de teatro, dança e música; d) promover festas, espectáculos, audições musicais, exposições artísticas e outros actos de interesse cultural; e) criar e manter actividades consideradas de educação física, tais como ginástica, atletismo, etc; f) promover e desenvolver actividades de salão como xadrez, damas, convívios e outras no âmbito desta colectividade.

A8. *Cap. I, art. 5º – O seu objecto social é apoiar por todas as formas ao seu alcance os criadores suinícolas da raça alentejana, para o que procurará: 1. dar pareceres em assuntos da especialidade; 2. definir e propor às entidades oficiais todas as medidas que possam concorrer para o fomento da suinicultura da raça alentejana; 3. contribuir para a implantação de um esquema de panificação da produção suinícola abrangente da Associação propondo às entidades oficiais normas que definam uma política global que melhor sirva a economia da região; 4. acompanhar os estatutos técnicos de suinicultura, abrangendo todas as áreas envolvidas com base nas experiências científicas à escala nacional, tidos em conta os problemas, dificuldades e experiências regionais, e instruir os associados com todos os ensinamentos que contribuam para melhorar a exploração das suas instalações transmitindo-lhes informações concretas e práticas em linguagem acessível; 5. organizar serviços próprios para apoio aos associados no campo comercial, tecnológico de formação profissional e higiénico sanitária com vista a minimizar os riscos e otimizar os resultados das explorações; 6. Corrigir sistematicamente todos os elementos e informações que resultam de experiências e operação das explorações dos associados, analisá-los e difundir as conclusões a que chegar; 7. representar os criadores produtores associados em todos os estudos e decisões governamentais que se relacionem com a suinicultura da raça alentejana; 8. colaborar com todas as entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no domínio do seu objecto social; 9. organizar e manter actualizado o arrolamento dos efectivos das explorações dos associados; 10. contribuir por todos os meios possíveis ao seu alcance para a preservação do património genético do porco*

alentejano em raça pura, fomentando e desenvolvendo o registo genealógico, ou criar novos livros de registo de acordo com a legislação em vigor; 11. contribuir para a demarcação da zona de produção, tipificação e denominação de origem dos produtos de salsicharia tradicional do porco alentejano, de forma a preservar a sua qualidade sui generis dos produtos transformados; 12. estudar e promover o mercado regional, nacional, comunitário e internacional para os produtos citados na alínea anterior; 13. promover exposições e concursos públicos, colaborar em certames de âmbito regional, nacional, comunitário e internacional de raças suínas autóctones dando a conhecer as potencialidades da raça suína alentejana, sob a forma de conferências, publicações ou outras formas actuais de divulgação; 14. requerer junto das competentes entidades oficiais o direito de ser a Entidade Certificadora de todos os produtos de salsicharia tradicional derivados do porco alentejano, quer em pureza, quer em cruzamento.

A9. *Não são especificadas, nos estatutos, as iniciativas.*

A10. Os estatutos não fazem referência às iniciativas a desenvolver pela associação.

Quadro geral de comparação dos dados dos estatutos e das entrevistas

Categories	Subcategorias	Documentos onde se encontram referências a ser comparadas	T1	T2
1. Caracterização da associação	Data da fundação	EA1; EA2; EA3; EA4; EA5; EA6; EA7; EA8; EA9; EA10; P5; P10	12	20
	Estrutura organizacional	EA1; EA2; EA3; EA4; EA5; EA6; EA7; EA8; EA9; A10; P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9; P10	20	20
	Recursos	EA1; EA2; EA4; EA6; EA7; EA8; EA9; P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9; P10	17	20
	Associados	EA1; EA2; EA3; EA4; EA5; EA6; EA7; EA8; EA9; EA10; P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9; P10	20	20
2. Sociocultural	Objectivos	EA1; EA2; EA3; EA4; EA5; EA6; EA7; EA8; EA9; EA10, P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9; P10; F1; F2; F3; F4; F5; F6	26	26
3. Aprendizagem ao longo da vida				
4. Aprendizagem na população adulta	Iniciativas	EA2; EA3; EA4; EA5; EA6; EA7; EA8; P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9; P10; F1; F2; F3; F4; F5; F6	23	26

- EA1; EA2; EA3; EA4; EA5; EA6; EA7; EA8; EA9; EA10 – Estatutos das Associações;
- P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9; P10 – Presidentes ou representantes das associações;
- F1; F2; F3; F4; F5; F6 – Formadores das associações
- T1 – Total de referências encontradas;
- T2 – Total de documentos (estatutos e entrevistas) analisados.